



Mariana Ramos Fonseca

A Livraria de D. Francisco de Lemos. As leituras de um reitor ilustrado

Dissertação de Mestrado em História, orientada pela Doutora Ana Cristina Araújo, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A Livraria de D. Francisco de Lemos. As leituras de um reitor ilustrado

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	A Livraria de D. Francisco de Lemos. As leituras de um reitor ilustrado.
Autor/a	Mariana Ramos Fonseca
Orientador/a	Doutora Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de Araújo
Júri	Presidente: Doutora Maria Alegria Fernandes Marques Vogais: 1. Doutor António Manuel de Barros Cardoso 2. Doutora Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de Araújo
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Moderna
Data da defesa	24-10-2018
Classificação	18 valores

Sumário	
Agradecimentos.....	5
Resumo.....	7
Introdução.....	9
Siglas e Abreviaturas.....	15
Crítérios de transcrição da documentação.....	16
Capítulo 1 - Fontes e metodologias	
1.1. As fontes: contexto de produção e estrutura formal.....	17
1.2. Metodologias de análise.....	19
Capítulo 2 - D. Francisco de Lemos: breve sinopse biográfica	
2.1. Das origens familiares ao período de instrução.....	21
2.2. Ao serviço da Ordem beneditina.....	23
2.3. O bispado de Coimbra (1779-1822)	
2.3.1. Ser bispo na era do pombalismo.....	26
2.3.2. O bispo no seu bispado.....	32
2.4. O primeiro reitorado da Universidade (1770-1779)	
2.4.1. Algumas das ações desenvolvidas no decurso do reitorado.....	35
2.4.2. D. Francisco de Lemos e a Reforma Pombalina da Universidade de 1772.....	38
2.5. O segundo reitorado da Universidade (1799-1821)	
2.5.1. Algumas das ações desenvolvidas no decurso do reitorado.....	48
Capítulo 3 – O perfil de D. Francisco de Lemos pelas palavras dos seus contemporâneos.....	53
3.1. O testemunho das missivas de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.....	54
3.2. O bispo conde nas palavras de José Monteiro da Rocha.....	62
3.3. O Prelado visto por António Ribeiro dos Santos.....	68
3.4. O Reformador Reitor na ótica de Fr. Joaquim de Santa Clara.....	74
3.5. As palavras de Fr. António José da Rocha.....	78
3.6. O testemunho de Fr. Fortunato de S. Boaventura.....	83
3.7. Pelo olhar de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho.....	92
3.8. O antístite segundo Monsenhor Freixo de Miranda e de José Joaquim Mascarenhas Castelo Branco, bispo do Rio de Janeiro.....	96

Capítulo 4 – A Livraria de D. Francisco de Lemos.....	99
4.1. Os espólios bibliográficos	
4.1.1. <i>Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815, (1815)</i>	100
4.1.2. <i>Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde, (1822)</i>	102
4.1.3. Uma avaliação global dos acervos bibliográficos: secções, números, datas e locais de impressão, formatos e idiomas das obras e livros dobrados.....	104
4.2. As secções da livraria.....	115
4.2.1. Teologia.....	115
4.2.2. Jurisprudência.....	126
4.2.3. As restantes secções da livraria.....	132
4.3. Os livros defesos.....	137
4.3.1. A conjuntura censória e as obras defesas da livraria.....	137
Conclusão.....	143
Anexos.....	148
Fontes e estudos	
Fontes manuscritas.....	193
Fontes impressas.....	193
Estudos.....	195
Recursos eletrónicos.....	204

Agradecimentos

Antes de expor o produto final de um intenso ano de trabalho, com direito a algumas dificuldades, mas também a boas surpresas e muitas aprendizagens, é imperativo agradecer a todos aqueles que, de algum modo, nos permitiram prosseguir com mais este objetivo de vida e que nos fizeram crescer e alargar os nossos conhecimentos e experiências, conseguindo entusiasmar-nos e levar-nos a efetivar a presente investigação.

Neste sentido começamos por agradecer, profundamente, à nossa família, nomeadamente: aos pais, Alice Ramos e José Luís Fonseca, ao irmão, David Ramos Fonseca, pois cada um, à sua maneira, fez com que este objetivo se realizasse, ajudando-nos sempre (com as leituras dos capítulos da tese, com opiniões sobre métodos a adotar ou mesmo no modo de escrita, além do forte suporte emocional e por nos ouvirem falar de livrarias e bibliotecas com toda a paciência do mundo) mas, especialmente, nos momentos de maior dificuldade e mais desesperantes. À nossa avó, Maria Monteiro Ramos que, apesar de muitas vezes não perceber exatamente aquilo de que falávamos, nos ouvia. E, por último, ao Floppy, o nosso cão e grande companheiro de trabalho, pela sua constante presença ao longo de todo o nosso percurso.

Aos nossos amigos, Joana Costa e José Luís Barbosa, pelas sugestões e conhecimentos partilhados, pela paciência e disponibilidade para nos ajudar quer com sugestões ao nível da escrita, quer com a formatação e algumas metodologias para a dissertação. À Ana Paula Frota, uma amiga muito especial e a quem, à semelhança dos nossos pais, devemos muito pela amizade, carinho e grande ajuda para a entrada no ensino universitário.

O nosso agradecimento ao Arquivo da Universidade de Coimbra, especialmente na pessoa da Dra. Ana Maria Bandeira, pela sua simpatia, afabilidade e disponibilidade, além do largo conhecimento que partilhou connosco sobre a documentação do Arquivo, o qual nos foi muito útil e que muito agradecemos.

Terminamos com um agradecimento muito especial à nossa orientadora, Doutora Ana Cristina Araújo, uma docente que nos cativou e despertou o interesse pelo estudo dos livros e história da leitura e bibliotecas, que nos conquistou e conseguiu transportar um gosto da nossa vida particular para um projeto de investigação no mundo académico, apenas com o seu entusiasmo ao falar do assunto num seminário de mestrado. Neste sentido gostaríamos de agradecer toda a sua disponibilidade para nos ajudar, pela sua partilha de conhecimentos e sugestões para enriquecermos o nosso trabalho, pela troca de experiências e sentido crítico, pelos contactos que nos possibilitou e pela delicadeza e

sinceridade com que nos tratou. O nosso mais sincero e profundo obrigado por ter feito parte desta etapa tão marcante e importante na nossa vida académica e por ter contribuído, largamente, para a nossa formação enquanto investigadora. A todos os referidos os nossos sinceros agradecimentos.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivos o estudo da livraria de uma das figuras de proa da cultura portuguesa de Setecentos: D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, e a percepção do seu perfil, quer através da análise do seu espólio bibliográfico, quer através do testemunho imortalizado, pelos seus contemporâneos, em algumas missivas. Deste modo, e para complementar o nosso estudo, considerando a sua indispensável ação como bispo, mas também como um agente político e reitor da Universidade, especialmente na qualidade de executor e mentor da reforma pombalina da Universidade, de 1772, procuraremos esboçar, em linhas muito gerais, o seu percurso, desde o seu nascimento, a primeira instrução, a vinda para a metrópole e entrada na Universidade de Coimbra, o ingresso no Colégio das Ordens Militares, a sua formação na Academia até à época em que se torna Vigário Capitular da diocese de Coimbra. Elencaremos os principais aspetos da sua ação enquanto bispo e enquanto reitor da Universidade, para que o leitor fique melhor informado sobre a conjuntura que enformou este ilustre prelado. Traçaremos o seu perfil, para sempre imortalizado, com base, em correspondência enviada, tanto por familiares, como por figuras de destaque na sociedade portuguesa de Setecentos. Na análise da livraria tentaremos esboçar as suas linhas de força, as secções que compreende, contextualizar o acervo bibliográfico na época, destacar algumas obras e autores de maior relevo e perceber o tipo de leituras do bispo e de que forma se refletiram nos seus escritos e atuação.

Palavras-chave: Livrarias; Leituras; Século XVIII; Bispo; Reitor;

Abstract

This dissertation intends to study the library of D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho - one of the major personalities of the 18th century's culture in Portugal - and understand his profile, throughout the analysis of the library's books in articulation with a group of letters, written by his contemporary fellows. This way, as a complement of our study, and contemplating his role and importance as Coimbra's bishop and University's rector, specially in the role of an executor of the University's reform in 1772, we will have a very generalistic look at his life, starting at his birth in Marapicu, Brazil, passing through his arrival at Mondego's city, his acceptance in the University of Coimbra, the entrance at Colégio das Ordens Militares, his graduation in the University, until the time he becomes Vigário Capitular at Coimbra's bishopric. Here we try to expose the major aspects of his action like a politic agent and a man's church, in charge of the

University's rectory, because we believe that is very important for the reader to understand the context of his life and education. We will draw his profile, forever immortalized, based on correspondence, sent from his family and people that had an important role at the time. In this library analysis, we will try to explain it's contents, it's themes and placing them in their timeline, highlighting some of it's most important books and authors and understanding the type of books the bishop read and the influence they had in his papers and his actions at the time.

Key-words: Librarys; Readings; 18th century; Bishop; Rector;

Introdução

O papel e importância da leitura e dos livros, na vida e formação dos homens é um assunto que, desde há muito, tem o seu lugar na construção da História. No entanto, apesar de muito já se ter escrito e estudado sobre a história do livro e as práticas de leitura associadas à aquisição e posse de livrarias e construção de bibliotecas é, atualmente, imperativo rever o modo como aquelas foram estudadas. É neste sentido que, cremos, a nossa proposta de estudo é pertinente e útil para a comunidade académica, uma vez que tem, como propósito primeiro, não só a análise de dois espólios bibliográficos - já publicados, mas não investigados – mas também o intentar de um enquadramento e compreensão das livrarias e bibliotecas à luz do seu tempo e como reflexos do seu detentor. Assim, a presente investigação prende-se com a análise de dois acervos livrescos de uma das figuras maiores da cultura moderna portuguesa, tendo em conta as dinâmicas e linhas de pensamento da época das Luzes em Portugal, a saber: D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho¹, bispo de Coimbra e Reformador Reitor da Universidade de Coimbra.

O presente estudo visa dar um pequeno contributo no sentido de descortinar os meandros da circulação social do livro em Portugal, tentando compreender “a ordem dos livros” - recorrendo à expressão de Roger Chartier -, perceber a sua importância na formação das elites ilustradas da Época Moderna portuguesa e, sobretudo, aferir o perfil do detentor da livraria e de que modo as suas leituras influenciaram a sua ação na vida política e cultural das épocas pré e pós pombalina. Tal desafio parece-nos, além de interessante, útil para o leitor uma vez que, tal como Francisco Aguilar Piñal, consideramos que estudar o acervo de uma biblioteca particular significa “aprofundar também o conhecimento da sua personalidade [conhecer o detentor], das suas preferências ideológicas e vislumbrar o seu projecto para o futuro da pátria²”.

Porém, estamos cientes de que o tipo de história para o qual pretendemos contribuir padece de algumas limitações, nomeadamente: a questão delicada e instável que é o conhecimento, verdadeiro, do universo das leituras e leitores de outros tempos, sendo, por tal, difícil afirmar com clareza quem leu o quê numa dada época. Deste modo, e considerando a periodização acima referida, pretendemos analisar dois espólios

¹ A partir daqui, faremos uso do nome na sua forma abreviada que é, também, a mais recorrente: D. Francisco de Lemos.

² CARDOSO, António M. de Barros, “Introdução – 1.1. As fontes”, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Edição comemorativa do Sesquicentenário da Morte do Cardeal Saraiva, Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995, p. 24.

bibliográficos, como fontes para o nosso estudo, nomeadamente: o *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*³ e o *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822)⁴, ambos conservados no Arquivo da Universidade de Coimbra. Para complementar e, de alguma forma, enriquecer o presente estudo considerámos que a análise da Livraria ficaria enriquecida com a incorporação do perfil do seu detentor, com base na análise e confronto de vários tipos de fontes, nomeadamente alguma correspondência a ele dirigida e obras da autoria da personalidade em estudo. Assim, adicionámos ao elenco de fontes um núcleo epistolar dirigido a D. Francisco de Lemos, que compreende remetentes de várias proveniências – contemporâneos do bispo conde - e com diferentes opiniões a seu respeito. Daqui pretendemos procurar pistas que nos permitam apurar traços da personalidade e do modo de atuação de D. Francisco de Lemos, quer na qualidade de bispo de Coimbra, quer na de reitor da Universidade. Seguindo esta linha, pareceu-nos indispensável incluir, também, as exéquias fúnebres de D. Francisco de Lemos, a *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra(...)* e a “Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Principe Regente” (estas últimas da autoria de D. Francisco de Lemos).

Numa tentativa de ser o mais fiel possível à fonte publicamos, em anexo, uma pequena parte do *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822), com o intuito de transmitir informações relevantes para que se entenda a organização da livraria, uma vez que a fonte contempla alguns dados essenciais até agora não conhecidos, como a estante em que estava colocada cada obra, por exemplo.

Neste seguimento é necessário referir algumas questões às quais pretendemos responder: qual a imagem imortalizada de D. Francisco de Lemos, segundo os seus contemporâneos? que influência teve João Pereira Ramos no percurso de vida do bispo conde? qual o perfil do prelado enquanto leitor e enquanto autor? existiam livros defesos na livraria? quais os livros interditos lidos pelo bispo conde? que autores lia? de que modo as suas leituras se espelham nas obras que redigiu? que correntes de pensamento pautavam a ação do bispo conde?

³ Cota AUC: PT/AUC/DIO/MECBR/Mç. 7, II-2ª E-2-5-23. A partir deste momento, para nos referirmos a esta fonte, recorreremos à forma abreviada de inventário de 1815.

⁴ Cota AUC: PT/AUC/DIO/MECBR/Mç. 8, II-2ª E-5-24. A partir deste momento, para nos referirmos a esta fonte, recorreremos à forma abreviada de inventário de 1822.

Uma vez que, o tema aqui em debate não constitui, de forma alguma, uma inovação, é necessário traçar, ainda que em linhas muito gerais, o esqueleto bibliográfico desta temática. A historiografia que se debruça sobre o estudo da história do livro e da leitura, das livrarias e bibliotecas contempla um leque muito vasto. Por essa razão, atendendo ao grande manancial de estudos existentes, não nos é possível fazer, de uma forma correta para com todos, menção de todos os autores e estudos relacionados a esta área de investigação. Assim, optámos por mencionar os autores aos quais recorreremos para complementar a presente dissertação, mas fazendo, sempre que possível, menção a outros autores e estudos dedicados aos mesmos temas nas notas de rodapé ou mesmo no corpo do texto.

Neste sentido, para melhor nos inteirarmos sobre os estudos e obras de referência dedicados a esta temática tivemos como guias, indispensáveis, a obra *Bibliografia da História do Livro em Portugal, séculos XV a XIX*, coord. Diogo Ramada Curto, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2003 e o artigo “350 títulos para a história do livro e da leitura em Portugal”, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, II série, vol. IX, 1997, pp. 314-335. Deste modo, para uma melhor orientação do estudo e de modo a que o nosso contributo traga algum conhecimento útil, seleccionámos bibliografia que abrangesse, não só a figura sobre a qual incide a investigação, mas que, nos elucidasse sobre os contributos já dados à história da leitura e dos livros, quer no contexto nacional, quer no contexto europeu. No que concerne ao cenário europeu socorremo-nos das obras de: Roger Chartier, “As Práticas da Escrita” in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, dir. Roger Chartier, Porto: Afrontamento, 1990, pp. 113-158 e Roger Chartier, *A ordem dos livros*, Lisboa, Vega, 1997; Robert Darnton, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996 e *Gens de lettres: gens du livre*, Paris: Odile Jacob, 1992; e António M de Barros Cardoso, “Livrarias e Bibliotecas na Europa dos tempos modernos”, *The Overarching Issues of the European Space*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, pp. 361-373.

Sobre o território luso consultámos: Ana Cristina Araújo, *A Cultura das Luzes em Portugal*, Temas e Problemas, Lisboa: Livros Horizonte, 2003 e “Livros de uma vida, Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no Século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1999, pp. 149-185; Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio*

I, duque de Bragança, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016; António M. de Barros Cardoso, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Edição comemorativa do Sesquicentenário da Morte do Cardeal Saraiva, Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995; e Maria Olímpia da Cunha Loureiro, *O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*, Porto: Coleção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão-3, 1994.

Para melhor entender a questão dos livros censurados, bem como o funcionamento dos órgãos censórios em Portugal, consultámos as obras de: Maria Adelaide Salvador Marques, *A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*, *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 26, Coimbra: Coimbra Editora, 1963 e de Maria Teresa Esteves Payan Martins, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005.

Sobre D. Francisco de Lemos elencamos algumas obras de referência que nos permitiram apurar a biografia desta personalidade de relevo, a saber: Bernardo A. Serra de Mirabeau, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Esboço histórico-biográfico)”, *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, segunda série, nº 10, 11 e 12, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889, pp. 597-609, 669-678 e 737-741; Genoveva Marques Proença, *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho. Reitor da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Dissertação para a licenciatura em Ciências Histórico e Filosóficas, 1955; António José Teixeira, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, 2º série, nº12, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1888 e 1889, pp. 803-808; e de Carlos F. T. Alves, *D. Francisco de Lemos. Perfil de um Reitor Reformador*, Dissertação de Mestrado em História, orientada pelo Doutor Fernando Taveira da Fonseca, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

Por último, referimos as obras que nos guiaram na compreensão da reforma pombalina da Universidade, uma vez que este foi um dos aspetos pelo qual se destacou a ação de D. Francisco de Lemos, na qualidade de bispo conde reformador reitor da Universidade, designadamente: *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000; de Manuel Augusto Rodrigues, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma história da Instituição*, Coimbra, Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990; e de

José Antunes, “Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo II, Coimbra: 1982, pp. 143-197.

Perceber de que forma o conteúdo da livraria de Pereira Coutinho influenciou e reflete a ação do seu detentor, na vida política e cultural na Época Moderna portuguesa é o objetivo maior deste estudo. Para tal pretendemos compreender a personalidade e ação do bispo conde, recorrendo à análise de fontes epistolares, de obras da sua autoria e dos espólios das suas bibliotecas particulares.

No que respeita à estrutura da presente dissertação esta organiza-se em cinco partes principais (além da introdução e conclusão, agradecimentos, resumo e anexos), que compreendem outros tantos capítulos.

A apresentação das fontes que suportam o nosso estudo será o foco do primeiro capítulo. Aqui faremos alguns esclarecimentos relativamente aos tipos de fonte, os contextos da sua produção, bem como da sua estrutura formal. Num segundo ponto iremos expor as metodologias de que nos socorreremos ao longo do estudo para a interpretação e análise das mesmas.

O capítulo segundo será dedicado à figura de D. Francisco de Lemos, o detentor dos espólios bibliográficos aqui em apreço. Neste ponto faremos uma sumária incursão pelo seu percurso de vida, desde o seu nascimento no Brasil (em 1735), a formação na metrópole, o bispado de Coimbra e os reitorados da Universidade, terminando em 1822, data do seu falecimento na quinta de S. Martinho, em Coimbra. Esta opção pode parecer, numa perspetiva imediata, uma repetição, uma vez que se trata de uma figura já muito conhecida e trabalhada pela historiografia, porém pareceu-nos necessária para que se tenha uma perceção, o mais completa possível, da personalidade e conhecimentos de D. Francisco de Lemos e, igualmente, pelo facto de que ao fazermos esta incursão já esclarecemos e justificamos algumas presenças de autores e obras na Livraria.

Dada a pertinência e importância de melhor se conhecer a imagem sobre D. Francisco de Lemos tivemos por bem dedicar-lhe o terceiro capítulo deste estudo. Deste modo, e com o intuito de melhor esclarecer o leitor, teremos em linha de análise os testemunhos de missivas provenientes de familiares e parentes do bispo conde, bem como de algumas personalidades de relevo da época, com as quais o reitor se relacionava e estabelecia relações e nexos clientelares. Numa tentativa de dar a conhecer uma vertente mais pessoal do bispo conde, faremos uma breve reflexão sobre a sua relação com o seu irmão, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho - tendo como suporte um conjunto, já

publicado, de missivas enviadas por Pereira Ramos - procurando, de alguma forma, dar a conhecer a real dimensão e o papel deste na vida pessoal e pública de D. Francisco de Lemos, apurar o perfil do bispo conde e o tipo de relação entre os irmãos. Por forma a documentar a nossa análise e trazer à comunidade algumas fontes inéditas, publicaremos um conjunto selecionado de missivas dirigidas a D. Francisco de Lemos, de várias proveniências: passando por familiares próximos até outras personalidades de maior relevo da época.

“A Livraria de D. Francisco de Lemos” será o alvo do capítulo quarto. Com o intuito de analisar e compreender a orgânica, o conteúdo e o real significado da livraria desta figura maior do século XVIII português, optámos por proceder a uma abordagem quantitativa e interpretativa dos títulos contemplados nos dois espólios bibliográficos do bispo conde. Num primeiro ponto faremos uma análise global dos acervos (subdividindo aqui em dois pontos, um para cada acervo). Seguidamente, iremos expor qual a organização da livraria, apresentar as suas secções temáticas, expondo os dados de cada acervo, de forma independente e, posteriormente, faremos uma apreciação de conjunto, para clarificar as linhas-de-força da Livraria, no seu todo. Concluiremos o capítulo com uma reflexão sobre o conteúdo dos espólios bibliográficos, destacando algumas obras de referência da época, sobretudo as que presidiram à reforma pombalina da Universidade e que, de algum modo, ilustram a penetração da filosofia das Luzes em Portugal e, como é nosso propósito neste estudo, de que forma o dito conteúdo reflete a ação do seu detentor, na qualidade de um marcante agente político e social da Época Moderna portuguesa.

“O significado da livraria de um ilustrado no século XVIII”, será o quinto e derradeiro capítulo do nosso estudo. Aqui visamos explicar ao leitor o significado e importância que a livraria adquire para estes homens políticos e religiosos no século XVIII, expondo o seu papel no quotidiano dos homens de letras, tendo como paradigma, o caso aqui em estudo.

Siglas e Abreviaturas

AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
BND	Biblioteca Nacional Digital
INV. 1822 / Inventário de 1822	<i>Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço(...)</i>
INV. 1815 / Inventário de 1815	<i>Inventario da Livraria Grande (...)</i>
cf.	confrontar
cit.	citado
coord.	coordenação/coordenado
dir.	direção/dirigido
ed.	edição
fl.	fólio
nº	número
ob. cit.	obra citada
p./pp.	página(s)
séc.	século
vol.	volume

Crêterios de transcri o da documenta o

1. Atualizou-se as maiúsculas e minúsculas.
2. Separou-se palavras indevidamente juntas e uniu-se palavras separadas.
3. Respeitou-se a pontua o original, atualizou-se sempre que tal favorecesse a leitura e compreensão do texto.
4. Atualizou-se a acentua o gráfica das palavras.
5. Desdobrou-se as abreviaturas, respeitando-se as que atualmente se usam, como Sr., D., V. Ex.^a, etc.
6. Atualizou-se a grafia de palavras abreviadas, como por exemplo, Lx.^a, isto  , Lisboa.
7. As palavras não legíveis foram transcritas com (?).
8. Utilizou-se [sic] a seguir a palavras cuja grafia pode estar errada, mas que foi mantida, ou em palavras cuja compreensão não   certa.
9. Respeitou-se a ortografia de vogais e consoantes duplas, adicionando-se o hífen nos vocábulos que atualmente se usa, por forma a facilitar o entendimento do texto.
10. Respeitou-se a diversidade de grafia de nomes.
11. Não se desenvolveu as palavras “h ”, “h a” e outras derivadas.

Capítulo 1 - Fontes e metodologias

1.1. As fontes: contexto de produção e estrutura formal

As fontes que dão sustentação ao presente estudo, como já referimos, são de diferentes proveniências. Entre as fontes manuscritas contamos com: dois inventários de livros, um datado de 1815⁵ e o outro de 1822⁶ e alguma correspondência inédita de D. Francisco de Lemos⁷, que compreende duas missivas do ano de 1778, uma de 1783 e uma de 1820, as quais publicamos em Anexos. O núcleo de fontes impressas conta com: duas orações fúnebres dedicadas ao bispo conde⁸; uma relação das cerimónias fúnebres de D. Francisco de Lemos⁹; um núcleo epistolar de José Monteiro da Rocha, já publicado, que compreende o período de 1799 a 1816, ainda que com interrupções¹⁰; outro núcleo de correspondência que contempla 49 cartas redigidas por João Pereira Ramos e endereçadas ao seu irmão, D. Francisco de Lemos, no período de 1775-1779, já publicadas¹¹; outro conjunto de missivas da pena de António Ribeiro dos Santos, das quais analisamos cinco, sendo que três delas não informam a data nem o local em que foram compostas, também

⁵ Cota AUC: PT/AUC/DIO/MECBR/Mç. 7, II-2ª E-2-5-23.

⁶ Cota AUC: PT/AUC/DIO/MECBR/Mç. 8, II-2ª E-5-24.

⁷ D. Francisco de Lemos, cota PT/AUC/PFM/DFL, VI-3ª-1-3-29.

⁸ BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S., *Oração fúnebre que nas solemnes Exéquias do Excellentissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo Conde, mandadas celebrar a 20 de Maio deste anno de 1822 da ordem do Illustrissimo Cabido da Igreja de Coimbra*, recitada por Fr. Fortunato de S. Boaventura, Monge de Alcobaça. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822 e ROCHA, António José da, *Oração fúnebre que nas exéquias do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra, conde de Arganil, reformador Reitor da Universidade, celebradas pela Mocidade Academica* / recitou o Dr. Fr. António José da Rocha, Lente da Faculdade de Theologia, a 24 de Maio de 1822 na Igreja Cathedral de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822. Disponível em: <http://purl.pt/6824>. Visitado a 14 de junho de 2017.

⁹ [s.a.], *Relação das Solemnes Exequias Celebradas na Cathedral de Coimbra pelo eterno descanso do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor de Coja, do Conselho de Sua Magestade, Reformador Reitor da Universidade, Mandadas fazer pelos estudantes e mais pessoas do Corpo Académico em signal de gratidão pelos benefícios recebidos, e justa homenagem as relevantes virtudes Religiosas e Civis de tão insigne Prelado, cuja memória será sempre saudosa a todos os verdadeiros Portugueses, amantes da Pátria e das Letras*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.

¹⁰ [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, nº 5, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1888 a junho de 1889, pp. 305-310, 372-376, 449-454, 509-514, 587-593, 657-663, 732-736 e 793-798 e [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº1, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho e 1889 a junho de 1890, pp. 53-57, 128-132, 197-204, 268-275, 338-340, 475-479, 560-564, 622-628, 709-714, 799-804 e 881-884.

¹¹ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, ““Mano muito do meu coração...” Reconstituição do arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos e transcrição das cartas de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1775-1779)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXX, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 35-160. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/boletimauca/article/view/4586>. Visitado a 17 de outubro de 2017.

já publicadas¹²; por último, temos alguns dos escritos da autoria do próprio D. Francisco de Lemos, nomeadamente a *Fala que o illustrissimo senhor reitor da Universidade (...)* de 1772¹³, o *Juramento que dá D. Francisco de Lemos (...)* de 1772¹⁴, a *Relação Geral do Estado (...)* de 1777¹⁵, a *Exposição dirigida a Sua Alteza Real (...)* de 1811¹⁶ e um conjunto de seis pastorais escritas pelo bispo, datadas de 28 de fevereiro de 1768, 26 de abril de 1782, 17 de julho de 1792, 24 de outubro de 1795, 28 de junho de 1776 e 20 de abril de 1796 (estas pastorais já foram alvo do estudo de Manuel Augusto Rodrigues)¹⁷.

Passando agora para algumas considerações sobre o tipo de fontes que são o cerne do nosso estudo. De um modo geral, os inventários de livros, apesar de permitirem a realização de uma análise estatística dos livros - uma vez que, por norma, registam o nome do autor, o título da obra, o ano e local de impressão, o formato, o número de volumes eventualmente, o nome do impressor e o valor da obra - que nos permite perceber o que era lido e de nos possibilitarem um vislumbre do que seria o contexto social da leitura, na época a que se reportam. A sua maior limitação reside no facto de estes não permitirem a extração de dados concretos relativamente à experiência pessoal do leitor, muito menos do impacto dessas leituras na vida daquele¹⁸. Porém, o mesmo não se aplica, na íntegra, aos inventários aqui em estudo, pois tratando-se de inventários respeitantes a livrarias particulares e de figuras de relevo na Época Moderna, é possível entrever as suas reações à leitura de certos textos e autores, bem como a influência que estes exerceram na sua vida quotidiana. Tal é possível se optarmos por uma metodologia de confronto de

¹² DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 3, tomo XIV, Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1974, pp. 415-519.

¹³ LEMOS, Francisco de, “Fala que o illustrissimo senhor reitor da Universidade, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, fez ao excellentissimo senhor Marquez de Pombal no dia 23 de outubro de 1772”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. XXXII, Coimbra, 1884 a 1885, pp. 39 a 45.

¹⁴ LEMOS, Francisco de Lemos, “Juramento que dá Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho pelos cargos de reitor-reformador da Universidade de Coimbra perante o illustrissimo e excellentissimo Marquez Visitador”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. XXXII, Coimbra, 1884 a 1885, pp. 46-46.

¹⁵ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra, Desde o Principio da Nova Reformação até ao Mez de Setembro de 1777*, por D. Francisco de Lemos, Lisboa: Typografia da Academia Real da Sciencias, 1894.

¹⁶ LEMOS, Francisco de, “Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Principe Regente”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 46, nº3, 4º, 5º, 8º bis, 9º bis, 10, 10º bis e 11 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889, pp. 145-156, 219-224, 272-275, 606-610, 726-732, 778-784, 841-845 e 912-916.

¹⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra: I.H.T.I., F.L., 1986, pp. 145-159.

¹⁸ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Edição comemorativa do Sesquicentenário da Morte do Cardeal Saraiva, Ponte de Lima: Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995, p. 23.

diferentes fontes, nomeadamente de tipo biográfico, escritos da autoria da personalidade em estudo e relatos da imagem imortalizada pelos seus contemporâneos.

Sobre os inventários há, ainda, duas questões que é imperativo chamar-se à colação. À semelhança do que ocorre em muitas livrarias, que nos chegam hoje sob a forma de inventário ou de catálogo, estas não têm que, obrigatoriamente, espelhar os interesses e preferências do proprietário, podendo dar a conhecer as de outrem. Basta atentarmos, como exemplo, nos espólios livreiros que passavam de geração em geração. O segundo aspeto prende-se com a posse de livros que, por motivos vários, o detentor tinha de possuir, não devendo interpretar-se a presença de todos os títulos por um real gosto ou preferência pessoal do detentor pois, em muitos casos, a presença na livraria devia-se a questões de trabalho, por exemplo, ou à recomendação de alguém de relevo para o detentor¹⁹.

No que toca à estrutura dos inventários que aqui analisamos, podemos dizer que, apesar de se inserirem no mesmo tipo de fonte, estes não são, de todo, iguais. O inventário de 1815 encontra-se perfeitamente organizado e explícito, indicando o seu detentor²⁰, registando-se as secções temáticas do espólio, o nº de volumes e, ainda, a sua disposição dentro da livraria, como o número da estante em que se localizava determinada obra, o que nos permite visualizar, digamos assim, a livraria em si. Pelo contrário, o inventário de 1822, não tem uma organização temática das obras, sobre a disposição da livraria é omissivo em mais de 80% do inventário, por vezes, tem falhas de informação, como o século de impressão das obras, o número de volumes, etc. Estas questões serão mais largamente exploradas no capítulo quarto, dedicado à Livraria.

1.2. Metodologias de análise

Como já anteriormente mencionámos, para consolidar o presente estudo tivemos por bem proceder ao cotejo de diversos tipos de fontes, de entre as quais: exéquias fúnebres, correspondência e escritos da pena do detentor da livraria.

Para uma avaliação dos acervos bibliográficos do bispo conde, além de os analisarmos à luz do seu tempo, fizemos um tratamento estatístico do conteúdo dos

¹⁹ LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha, *O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*, Porto: Coleção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão-3, 1994, pp. 40-41.

²⁰ Note-se que não regista o nome de uma pessoa, apenas o seguinte: “Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencente ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor”, datado de 1815. Esta questão será tratada, mais adiante, no capítulo quarto do presente estudo.

espólios por forma a apurar: a sua organização temática, a contabilização do número de entradas e volumes, obras defesas, obras dobradas, data e locais de impressão e obras de referência que presidiram à reforma pombalina da Universidade. Tendo em foco a qualidade dos resultados da investigação e a obtenção e transmissão de conclusões mais sustentadas, recorreremos à construção de duas bases de dados - uma para cada um dos espólios bibliográficos - de modo a poder informatizar o conteúdo dos inventários e aferir alguns aspetos da sua estrutura e organização, que constituirão os campos de análise das ditas bases, concretamente: autor, título da obra, ano de edição, local da impressão, idioma, formato, secção (este ponto será aplicado, apenas, ao espólio de 1822, uma vez que, o inventário de 1815, contempla 3 secções temáticas), Casa, Número, Estante. Para os núcleos temáticos definimos sete secções, tendo como base as classes de saberes características da época, nomeadamente: Teologia; Jurisprudência; Ciência, Filosofia e Artes; História e Belas Letras; Vária; Obras dobradas e Obras defesas. Deste tratamento estatístico resultaram alguns gráficos e tabelas que inserimos no corpo do texto do estudo e em Anexos. Do conjunto das bases de dados resultaram 2067 registos, resultantes do número de entradas dos dois inventários.

Como modelos metodológicos que nortearam a presente investigação temos a obra de António M. de Barros Cardoso, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva* que, além de nos servir de contraponto para com os dados recolhidos da livraria de D. Francisco de Lemos, também nos orientou nas decisões a tomar relativamente ao esquema de classificação das secções temáticas – apesar de não termos adotado, exatamente, a mesma tipologia - no tratamento da informação contemplada no inventário de 1822, em simultâneo com o catálogo online das bibliotecas da Universidade de Coimbra e duas bases de dados de livros online, a saber: <http://webopac.sib.uc.pt/>; <http://www.worldcat.org/> e <https://catalog.hathitrust.org/> (o mesmo princípio não foi aplicado ao inventário de 1815, uma vez que este já se encontrava organizado). E ainda a obra de Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016 que, mesmo reportando-se a uma cronologia mais afastada nos foi muito útil para compreendermos o modo como nos dias de hoje, se trabalham as livrarias, a forma de apresentação dos gráficos com os dados estatísticos, as designações a usar nas tabelas, enfim uma atualização do método de estudo e apresentação de trabalhos deste âmbito.

Para que a nossa análise não se restringisse à componente estatística, optámos por antepor à análise da livraria alguns capítulos com uma síntese do trajeto biográfico de D.

Francisco de Lemos e expor a imagem que os seus contemporâneos deixaram imortalizada em fontes epistolares.

Capítulo 2 - D. Francisco de Lemos: breve sinopse biográfica

2.1. Das origens familiares ao período de instrução

Aos 5 dias do mês de abril, do ano de 1735²¹, nascia uma das figuras maiores da Época Moderna portuguesa, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, sem dúvida um marcante e distinto reitor da Universidade, bem como um notável executor e mentor da reforma pombalina da Universidade, operada em 1772.

“A opulenta região do Brazil lhe deu o berço”²², nascido “na Casa e Morgado de Marapicu, Freguesia de Santo António de Jacotinga, Termo da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro”²³, no seio de uma família ilustre e tendo como progenitores D.^a Helena de Andrade Sotomaior Coutinho²⁴, oriunda de uma “tradicional família fluminense dos Azeredo Coutinho”²⁵, e Manuel Pereira Ramos de Lemos de Faria, capitão-mor do Rio de Janeiro e “Senhor das terras e engenhos de Marapicu, Cabuçu, Itaúna e dos paúis e pantanais de Guandu, fundador e padroeiro da Freguesia de N. S. da Ajuda em Itaúna”²⁶.

No ano de 1746, contando já 11 primaveras e com uma primeira instrução ministrada numa instituição de ensino tutelada pela Companhia de Jesus em território brasileiro²⁷, na qual se incluía o ensino de latim²⁸, o futuro bispo conde vem para a

²¹ PROENÇA, Genoveva Marques, “Capítulo I”, *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho: Reitor da Universidade de Coimbra*, Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: G. M. Proença, 1955, p. 3.

²² ROCHA, António José da, *Oração fúnebre que nas exéquias do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra, conde de Arganil, reformador Reitor da Universidade, celebradas pela Mocidade Academica / recitou o Dr. Fr. António José da Rocha, Lente da Faculdade de Theologia, a 24 de Maio de 1822 na Igreja Cathedral de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822, p. 6.

²³ ROCHA, António José da, *Oração fúnebre que (...)*, *ob. cit.*, p.16.

²⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Introdução”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984, p. V.

²⁵ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil de um Reitor Reformador*, Dissertação de Mestrado em História, orientada pelo Doutor Fernando Taveira da Fonseca, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, p.12.

²⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “40. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1770-1779)”, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma história da Instituição*, Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 150.

²⁷ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...)*, *ob. cit.*, p. 16.

²⁸ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...)*, *ob. cit.*, p. 18.

metrópole para prosseguir com a sua formação académica, tendo como tutor o seu irmão mais velho, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, “bem conhecido no reino por ter ocupado dignamente logares superiores da magistratura e desempenhado com muita distinção importantes comissões de serviço publico”²⁹.

Nascido a 31 de agosto de 1722, no Rio de Janeiro, João Pereira Ramos foi, seguramente, uma figura tão determinante na formação pessoal e percurso profissional de D. Francisco de Lemos como na vida política e cultural de Portugal o que, em muito se deve à sua formação académica e carreira. As primeiras letras foram-lhe ministradas no colégio jesuíta do Rio de Janeiro e, após a sua conclusão, prossegue com os estudos na metrópole, na cidade de Coimbra, local onde se doutora em Cânones, em 19 de julho de 1744³⁰, com 22 anos de idade. Foi fidalgo da Casa Real, familiar do Santo Ofício, cavaleiro da Ordem de Cristo e exerceu os cargos de membro do Conselho da rainha D. Maria I, procurador da Coroa, desembargador do Paço e guarda-mor da Torre do Tombo³¹.

Já em Portugal D. Francisco de Lemos ingressa no estudo das Humanidades, acabando por cursar Cânones na Universidade, em Coimbra. A 23 de janeiro de 1748 matricula-se em *Instituta*, volvidos cerca de 20 meses faz a primeira matrícula na Faculdade de Cânones, a 1 de outubro de 1749, matrícula que renovou passado 1 ano, contando já 15 primaveras fazendo, posteriormente, vários exames: a 17 de março de 1753 para bacharel e, para a formatura, a 25 de maio do mesmo ano. A Suficiência é alcançada aos 30 dias de junho do corrente ano e, por seu turno, a Repetição volvidos cerca de 12 meses, a 14 de junho de 1754³². Faz o Exame privado a 24 de julho decorrente e obtém o grau de Doutor aos 24 dias do mês de outubro de 1754³³, com 19 anos completos.

Concluídos os cerca de seis anos de estudos académicos na universidade coimbrã é notória a apetência do futuro bispo conde para o estudo, conforme o destaca Bernardo Serra Mirabeau: “Nos exercícios escolares deu elle provas exuberantes do seu talento e

²⁹ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Esboço histórico-biográfico)”, *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, nº 10, 11 e 12, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889, pp. 598-599.

³⁰ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...), ob. cit.*, p. 18.

³¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Introdução”, *Biblioteca e Bens (...), ob. cit.*, p. VI.

³² RODRIGUES, Manuel Augusto, “Introdução”, *Biblioteca e Bens (...), ob. cit.*, p. VI.

³³ TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº1, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1889, p. 2.

aplicação, sendo muito para notar que completasse o curso ordinário da formatura, quando chegava á idade em que a maioria dos estudantes passa dos preparatorios para a Universidade.”³⁴, algo que, talvez, possamos considerar um prenúncio do futuro, quase sempre, próspero que lhe estava reservado como homem político e religioso da história portuguesa de Setecentos.

2.2. Ao serviço da Ordem beneditina

Paralelamente ao percurso universitário é necessário considerar o caminho percorrido dentro do Colégio das Ordens Militares, sendo uma das instituições anexas à Universidade, que se associava ás ordens de S. Bento de Avis e de S. Tiago da Espada³⁵.

A data da entrada de D. Francisco de Lemos para o Colégio é, contudo, alvo de algumas dúvidas. Todavia, Manuel Augusto Rodrigues aponta como altura para a tomada do hábito de freire noviço da Ordem de S. Bento de Avis 17 de maio de 1751³⁶, tendo professado nos 3 dias subsequentes à tomada do hábito. Aos trinta dias do mês de junho de 1752 é admitido no Colégio das Ordens Militares como Porcionista, passando a Colegial a 5 de setembro de 1754 e, por último, é nomeado Juiz Geral das Ordens Militares por uma provisão datada de 31 de agosto de 1767³⁷.

Alcançado o doutorado, o magistério seria o próximo passo na vida e carreira de Francisco de Lemos, porém, “a passagem dos bancos das aulas para a cadeira de professor era por então muito demorada.³⁸”. Contudo, o futuro bispo conde encontrava-se numa situação que, na época, era muito vantajosa uma vez que, estando integrado no corpo de um dos colégios anexas à Universidade, podia aproveitar o período de espera para se instruir e melhor preparar para o ingresso no corpo docente da Universidade³⁹. E, de facto, nesta situação permaneceu D. Francisco de Lemos durante bastante tempo (cerca de seis/sete anos) no Colégio das Ordens Militares⁴⁰ até conseguir “conquistar da porta ferrea para dentro um logar de professor.⁴¹”. Mas a vaga no magistério universitário tardava, e

³⁴ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...), *ob. cit.*, p. 599.

³⁵ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...), ob. cit.*, p. 23.

³⁶ Esta data é também a considerada por Genoveva Marques Proença em: PROENÇA, Genoveva Marques, “Capítulo I”, *D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 3.

³⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Introdução”, *Biblioteca e Bens (...), ob. cit.*, p. VI.

³⁸ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...), *ob. cit.*, p. 599.

³⁹ PROENÇA, Genoveva Marques, “Capítulo I”, *D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 4.

⁴⁰ PROENÇA, Genoveva Marques, “Capítulo I”, *D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 5.

⁴¹ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...), *ob. cit.*, p. 599.

o quadro docente da Faculdade de Cânones permanecia completo e, aparentemente, sem grandes expectativas de abertura de vagas nos tempos mais próximos⁴². Deste modo, fazendo uso das palavras de Bernardo de Mirabeau:

«D. Francisco de Lemos, espirito elevado, e activo por índole, sentiu o enfado que lhe causava a situação problemática de aspirante ao magisterio. Como não visse proximamente esperanças de melhor ventura, resolveu cortar pelas contingências académicas e procurar fóra da Universidade posição estável. Constou-lhe que na catedral do Rio de Janeiro tinha vagado a dignidade de Deão; tractou de a requerer, e foi pessoalmente entregar o requerimento ao Conde de Oeiras, a quem fôra recomendado quando ainda estudante. Refere um professor distinto e famoso orador sagrado [o Dr. António José da Rocha, no sermão pregado nas exéquias de D. Francisco de Lemos, mandadas fazer pelos estudantes] que o ministro ao receber o requerimento encara o requerente e lhe dissera: «não lhe convem este emprego, e não limite as suas vistas a tão pouco.⁴³».

Desta conversa, que se supõe ter decorrido no ano de 1760⁴⁴, com aquele que viria a ser o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, resultou, ao que sabemos, a entrada de D. Francisco de Lemos na “vida pública” do Portugal de então, pois volvidos doze meses, os cargos e dignidades alcançados já se faziam notar. Regressado à cidade do Mondego, é nomeado por carta régia, datada de 31 de julho de 1761, para o cargo de reitor do dito Colégio⁴⁵; segue-se o cargo de juiz geral das três ordens militares, a 29 de agosto de 1769; desembargador dos agravos da Casa da Suplicação e deputado do Santo Officio da Inquisição de Lisboa e seu distrito⁴⁶. Sobre o desfecho da suposta conversa entre D. Francisco de Lemos e Sebastião José de Carvalho e Melo, ter resultado em breves dignidades e cargos atribuídos ao futuro bispo conde há um fator determinante a considerar (conforme o nota Carlos F. T. Alves⁴⁷) e que não pode, de todo, ser ocultado: a grande influência de que gozava João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho nas elites do reino (algo que, mais adiante, abordaremos em conjunto com a imagem construída sobre o D. Francisco de Lemos, à luz das missivas de Azeredo Coutinho para o seu irmão) que, à época, desempenhava altos cargos e serviços para a Coroa e mantinha, como seria de esperar, relações próximas com Sebastião de Carvalho e Melo. Neste contexto, não nos

⁴² PROENÇA, Genoveva Marques, “Capítulo I”, *D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 5.

⁴³ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, *ob. cit.*, pp. 599-600.

⁴⁴ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...)*, *ob. cit.*, p. 27.

⁴⁵ PROENÇA, Genoveva Marques, “Capítulo I”, *D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 6.

⁴⁶ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, *ob. cit.*, p. 600.

⁴⁷ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...)*, *ob. cit.*, p. 28.

parece ilógico considerar que “a rampa de lançamento” da carreira de D. Francisco de Lemos se deva, em grande parte, ao jogo de influências exercido por João Pereira Ramos nos meios de que dispunha junto da Coroa.

Note-se que, ao considerar a ação e influência de João Pereira Ramos no percurso seguido por D. Francisco de Lemos não estamos, de forma alguma, a desmerecer ou denegrir as qualidades intelectuais e capacidade de atuação deste, até mesmo porque são por demais notórias, nos mais variados domínios, começando pela ação no bispado de Coimbra até ao planeamento e execução da reforma pombalina da Universidade.

Apesar das recentes conquistas profissionais do futuro bispo conde, o desejo por alcançar um lugar no magistério universitário não foi esquecido e, a tão ansiada oportunidade surgiu. Em 1765, volvidos onze anos desde a obtenção do grau de Doutor, começavam a escassear os professores nas cadeiras de direito pontifício, sendo necessário preenchê-las com novos mestres⁴⁸. Deste modo, na sequência da vacatura da cadeira de Sexto de Decretais na Faculdade de Cânones, declarada a 9 de fevereiro de 1765, D. Francisco de Lemos apresenta-se como opositor no dia 11 do presente mês, redigindo para o efeito a respetiva dissertação latina e argumentando com o opositor que lhe foi destinado⁴⁹. Todavia, como nos informa Carlos F. T. Alves, não devemos pensar que tal opção se devesse, em exclusivo, ao seu objetivo de alcançar um lugar no magistério universitário, pois esta seria a via normal para alguém inserido no corpo de mestres de um colégio universitário, podendo este percurso ser entendido como um pré-requisito aquando do ingresso no Colégio das Ordens Militares⁵⁰.

Concluída esta brevíssima incursão pelo período que antecedeu a entrada e consagração de D. Francisco de Lemos como um importante agente público do século XVIII português, cabe-nos prosseguir com o seu percurso no campo religioso: a administração do bispado de Coimbra.

⁴⁸ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...), ob. cit.*, p. 28.

⁴⁹ TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº1, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1889, p. 3.

⁵⁰ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...), ob. cit.*, p. 26.

2.3. O bispado de Coimbra (1779-1822)

2.3.1. Ser bispo na era do pombalismo

Chegada a tão controversa época pombalina, assistimos a toda uma nova dinâmica e significado no que ao domínio episcopal diz respeito. Assim, para que melhor se entenda a grande transformação do modelo episcopal, à luz da conjuntura que assolava a Europa de Setecentos, e de que forma ecoou em Portugal, é imperativo esboçar, de uma forma geral, o panorama dos períodos anteriores, especialmente, no que aos antecedentes do bispado de D. Francisco de Lemos diz respeito.

Em plena época das “Luzes”, o vislumbre de uma Igreja em ruína, era a realidade da Europa do século XVIII, especialmente, no período de 1715 a 1800. Era notório o “resfriamento progressivo da vida religiosa”, como nos dá conta Manuel Augusto Rodrigues, “a religião era assunto não tanto de convicção mas sim de submissão às forças conjuntas do Estado e da Igreja, e de conformidade a um conjunto de tradições, de regras e de convenções que impediam a ruptura do equilíbrio social.”⁵¹.

Os cristãos de então distinguiam-se por uma exacerbada noção de rigor no domínio moral, instaurado pelo medo do contacto com o divino, bem como pela severidade relativamente à observância dos preceitos exigidos para a prática dos sacramentos. Estava clara a cisão entre o mundo espiritual e o mundo temporal. Vivia-se numa época de receios que, em muito, contribuiu para uma vivência religiosa pouco consolidada e não sentida, no fundo, sem a verdadeira crença⁵².

Se atentarmos à formação e conhecimentos do corpo eclesiástico deste período, deparamo-nos com outro grave problema: a maior parte destes não detinha qualquer tipo de ferramentas ou erudição condicentes com os padrões culturais da época, não podendo, deste modo, dedicar-se, de uma forma concertada, à reflexão e, menos ainda, à investigação das grandes questões levantadas pelo movimento da *Aufklärung*. Perante este cenário a Santa Sé escudava-se na sua arma tradicional: a ameaça de excomunhão, a pena que silenciava as vozes dissonantes. Não sendo detentores de uma formação adequada “os teólogos perdiam-se em discussões estéreis que nada contribuíam para o progresso espiritual da Igreja.”⁵³.

⁵¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo I, Coimbra, 1982, pp. 207-208.

⁵² RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 208.

⁵³ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 208.

As discussões entre a fé a ciência, não eram uma novidade. No entanto, na época as contendas eram novas. Como conciliar os preceitos religiosos com as evidências científicas? Qual o papel da natureza numa sociedade norteada pela observância religiosa? Como interpretar as invenções de Descartes e de Newton?

Perante este cenário de renovação e emergência da natureza e da ciência na sociedade de Setecentos, a Igreja via-se subalternizada e os seus ensinamentos colocados em causa. “O pecado original e a redenção eram vistos como mitos. O mal e a cruz eram negados sistematicamente. O otimismo impunha-se por toda a parte. A religião e a moral identificavam-se.”⁵⁴. Por toda a Europa erguiam-se vozes em prol do anticlericalismo, do desprendimento religioso e incitando ao questionamento dos preceitos católicos vigentes. O cenário de oposição ou questionamento da autoridade de Roma era tão acentuado que, até os monarcas agiam no sentido de paliar a publicação dos decretos pontifícios.

Atendendo ao contexto acima exposto, a Santa Sé toma medidas para combater as ofensivas de que vinha sendo alvo, em muito se devendo à ação de certos papas, nomeadamente: Pio V, Gregório XIII e, especialmente, Sisto V. Porém, tais providências não evitaram a perda de influência, por parte da Cúria Romana, sobre os países mediterrânicos, como Espanha, Itália, Portugal, França, certas zonas da Áustria e da Alemanha, Polónia e dos Países Baixos do Sul. É neste momento que se afirma a predominância da nação francesa no cenário europeu, quer no domínio cultural, quer na salvaguarda institucional e eclesiológica da Igreja galicana e na afirmação da sua independência de Roma. Em simultâneo com o recrudescimento e afirmação da autoridade dos monarcas, a influência do santo padre decrescia a largos passos, tal como a sua autoridade que era, constantemente, posta em causa, mesmo no que competia a questões de fé. Recorrendo às palavras de Manuel Augusto Rodrigues: “Era o surgir da idade do episcopalismo. O que não significa falta de respeito do mundo culto civilizado pelo bispo de Roma.”⁵⁵.

Roma mostrava-se fechada para o progresso cultural e revolução científica e do pensamento em marcha na maior parte dos territórios europeus. No entanto, é de destacar a ação meritória do papa Bento XIV que, perante um cenário de decadência e fechamento intelectual, lutou para que se estabelecessem diálogos entre os monarcas (o Estado) e a Igreja, empenhando-se na concretização de toda uma série de concordatas com diversos

⁵⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 209.

⁵⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, pp. 209-210.

países, de entre os quais constava Portugal. Além de se ter, igualmente, dedicado à reforma da vida interna da Igreja⁵⁶.

Por outro lado, a evolução do episcopado, enquanto uma força colegial (digamos), decorria em França, na Alemanha e na Áustria o que, certamente, terá contribuído para uma nova conceção do papel de Roma na sociedade. Diversos autores se dedicaram à reflexão em torno das relações com a Santa Sé, mas merece especial menção, pela sua notável influência em vários pontos do globo, Zeger Bernard van Espen (1646-1728), considerado como o pai do jansenismo jurídico e defensor do verdadeiro episcopalismo que, na qualidade de um bom conhecedor da história da antiguidade cristã, se mostra precursor do “primado pontifício de honra e pelo conciliarismo”. Redigiu o notável tratado *Jus ecclesiasticum*, dado à estampa em 1700, tendo sido alvo de várias reedições, e que se transformou na “bíblia dos episcopalianos e o ponto de partida para o febronianismo em toda a Europa”⁵⁷.

Nikolaus von Hontheim (1701-1790), mais vulgarmente conhecido pelo pseudónimo de Justino Febrônio, destacou-se na Alemanha, em especial pela composição do *De statu Ecclesiae et legitima potestate Romani Pontificis*, dada à estampa em 1763. Uma obra que conheceu várias edições e traduções, gozando de uma ampla difusão, sobretudo, nos países de matriz latina, nomeadamente França, Espanha e Portugal. Aqui Febrônio apela a uma aliança entre o direito natural e o Estado absolutista, tece fortes críticas quer aos Jesuítas, quer à Santa Sé e defende as prerrogativas das igrejas nacionais⁵⁸.

A afirmação do poder do Estado associada a uma forte onda de contestação à Companhia de Jesus (ação em muito devida, igualmente, à política das monarquias absolutas), com ecos por toda a Europa, conduziu à expulsão destes de Portugal, em 1759, e culminou com a sua extinção, decretada pelo papa Clemente XIV, no ano de 1773⁵⁹.

É neste quadro de uma Europa em completa transformação cultural, política, económica e, acima de tudo, social que D. Miguel da Anunciação chega ao bispado de Coimbra, no ano de 1741, no reinado de D. João V. O período do seu bispado, de 1741 a 1779, foi marcado por uma plêiade de ações pastorais extraordinárias, muito reveladoras do zelo de D. Miguel para com a diocese e fiéis a seu cargo, de entre as quais se destacam:

⁵⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 211.

⁵⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 211.

⁵⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 211.

⁵⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 212.

as visitas frequentes aos territórios da diocese; o incentivo à prática de uma vida religiosa; a fundação do Seminário Maior de Coimbra; a criação da Academia Litúrgica do Mosteiro de Santa Cruz e as diversas pastorais que redigiu e publicou⁶⁰.

Todavia, o bispado de D. Miguel não foi isento de adversidades. A crise muito presente na igreja portuguesa, pela presença de alegadas práticas sigilistas que se começaram a notar desde 1744, especialmente dentro da ordem dos eremitas calçados de St. Agostinho, de onde se alastrou para outros mosteiros e conventos, levando os religiosos adeptos desta corrente a constituir seitas – intitulando-se de “sigilistas”⁶¹ -, uma vez que violavam o cumprimento do segredo de confissão a que estavam obrigados, sendo igualmente apelidados de “jacobeus”⁶², pelo facto de ostentarem um quadro com a representação da escada de Jacob (uma alusão ao livro do Génesis) no local onde se reuniam⁶³. Mas também pelo acentuado ambiente de discórdia entre os membros do Cabido e os beneficiados – algo que, de facto, não se circunscrevia à diocese de Coimbra -, mas que se agravou, particularmente, no período de Setecentos em grande medida pela ação do meio cónego Luís de Melo, um pároco de Ansião, tido como um “homem decidido, astuto e intriguista, sem escrúpulo na escolha dos meios para conseguir os fins”. De acordo com os Acórdãos do Cabido de Coimbra, os meios cónegos e tercenários almejavam usufruir das mesmas prerrogativas atribuídas aos cónegos. Tal contenda foi tão acesa que apenas cessou com a intervenção da Santa Sé, na pessoa do papa Pio VI, através da promulgação de uma bula (datada de 20 de junho de 1778), solicitada pelo bispo da cidade do Mondego, bula através da qual se declarou extintas e abolidas, perpetuamente, as “meias conezias e tercenarias da sé de Coimbra”, ordenando-se, ainda, a edificação de uma nova ordem de benefícios em que os meios cónegos ficassem integrados. A execução da bula foi ordenada por um alvará emitido a 8 de maio de 1780⁶⁴.

Contudo, D. Miguel cai em desgraça, alegadamente, pela divulgação de uma

⁶⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra”, Separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. V, Coimbra, 1982, p. 2. Para mais informações sobre D. Miguel da Anunciação veja-se, além do artigo aqui mencionado: RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo I, Coimbra, 1982, pp. 207-208.

⁶¹ Para mais esclarecimentos sobre o Sigilismo veja-se: SILVA, A. Pereira da, “Sigilismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 4: P-V, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 233-236.

⁶² Para mais informações sobre o Jacobinismo veja-se: CASTRO, Zília Osório de, “Jacobeia” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 3: J-P, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 5-7.

⁶³ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 214.

⁶⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, p. 3.

pastoral, manuscrita, difundida a 8 de novembro de 1768, pelos párocos da sua diocese e na qual “condenava a leitura e uso de certos livros de autores franceses”⁶⁵ por “serem considerados perniciosos”⁶⁶ e atentarem “contra a religião revelada, contra a pureza dos costumes, contra a obediência devida aos soberanos”. Por estas razões elencou uma série de obras interditas, escrevendo: “queremos eviteis, como peste os seguintes”, Voltaire, Jean Jacques Rousseau, Montesquieu, Diderot e D’Alembert, Elias Dupin e Justino Febrônio, entre outros⁶⁷.

Atendendo ao teor da dita pastoral, especialmente por alguns dos autores e obras que condenava, nomeadamente: *De antiqua Ecclesiae disciplina; Dissertationes historicae* da autoria de Dupin e *De statu Ecclesiae et legitima potestate Romani Pontificis*, de Febrônio (os quais, como é sabido, presidiram ao programa de atuação do governo do Marquês de Pombal) a mesma foi submetida ao exame da Real Mesa Censória, nas pessoas de D. Fr. Manuel do Cenáculo, Fr. Inácio de S. Caetano e João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (irmão de D. Francisco de Lemos)⁶⁸.

A Real Mesa não tardou a emitir o seu parecer. Aos 23 dias do mês de dezembro de 1768, o então bispo de Coimbra é acusado de compactuar com as “maquinaçoens que os denominados Jezuitas accumulãõ nesta Corte”; de atentar contra o governo e autoridade do rei D. José I – “a dita Pastoral ... hé obra dos Jezuitas, e que constitui hum dos insultos mais atrozes que tem chegado á real presença de V. Mag.^a, ... o que se apresenta ... na ... Pastoral, hé o corpo de hum delicto de rebelião notória, e de outro delicto de sedição manifesta.”⁶⁹ - através da interdição à leitura de obras já sujeitas à apreciação da Mesa Censória:

“dois livros de Luiz Elias Du Pin e Justino Febrônio, ... que tratam sómente de pontos de mera disciplina arbitraria e de pontos de jurisdição que em nada interessão os Dogmas da Fé ou a Lei e Religião, como com artificioza e mal inventada impostura se quiz persuadir. Passando, pois aos merecimentos da dita Pastoral, prohiõe o Bispo alguns poucos livros de escritores materialistas e libertinos e, junto a estes temerarios e prejudiciaes auctores, colloca o respeitavel e ortodoxo Du Pin, nas *Dissertaçoens Historicas da Antiga Disciplina da Igreja*, e o sabio Justino Febronio, porque o segue, comprehendendo a todos debaixo de

⁶⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, p. 2.

⁶⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 213.

⁶⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 286. Aqui pode consultar-se a transcrição integral da pastoral que referimos.

⁶⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, p. 2.

⁶⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, p. 290.

huma mesma qualificação vaga, violenta e contradictoria.”⁷⁰

e acusando o bispo de práticas jacobinas e favorecimento ao sigilismo⁷¹.

Volvidos cerca de trinta dias da divulgação da referida pastoral, D. Miguel da Anunciação é detido e levado para o forte de Pedrouços, local onde ficaria cativo durante 8 anos, sendo apenas perdoado e liberto a 21 de fevereiro de 1777, por ordem do monarca D. José I. Estando a diocese de Coimbra privada da tutela do bispo nomeado, o monarca envia uma carta, com data de 9 de dezembro de 1768, dirigida ao “Deam, Dignidades, e Cabido da Santa Igreja Catedral de Coimbra”⁷², na qual expõe os crimes dos quais D. Miguel da Anunciação é acusado, bem como as penas a que será sujeito, entre elas a privação da tutela do bispado de Coimbra. Na mesma missiva pede, ainda, que se constitua “Vigário Capitular que governe o dito Bispado como concessão de toda a jurisdição sem reserva alguma, enquanto não ouver Legítimo Prelado Diocezano” e indica o nome da personalidade, da sua confiança, que pretende que seja designada para o cargo:

“tenho boa informação das Virtudes, Letras, e mais predicados de Francisco de Lemos e Faria, Dezembargador da Caza da Suplicação, Juiz Geral das Ordens, Deputado do Santo Ofício da Inquição me será muito agradável que façais eleição da sua Pessoa para o referido emprego; por confiar dele, que cumprirá muito exactamente com as obrigações do dito cargo.”⁷³.

Pelo que foi sendo explicitado, o novo modelo episcopal, desenvolvido ao tempo de Pombal visava a instrumentalização da Igreja portuguesa pelo poder civil detido pelo monarca – numa tentativa de secularização da sociedade, e de tornar o poder régio verdadeiramente soberano, subordinando a Igreja ao poder estatal, tendo como função colaborar com o poder civil para a felicidade e bem-estar da nação, sendo este o grande objetivo do pombalismo⁷⁴ - além de intentar a autonomia da soberania régia face ao poder papal e, desta forma, construir uma rede de influências e contactos, dentro do meio clerical, que servissem, fielmente, os interesses da Coroa e, assim, ter na Igreja um braço do Estado. Este sonho da “aliança estreita e indissolúvel entre a Cruz e a Coroa, o trono

⁷⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, p. 290.

⁷¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel (...)”, *ob. cit.*, p. 216.

⁷² RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, pp. 39-40.

⁷³ RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, p. 40.

⁷⁴ CASTRO, Zília Osório de, “Pombalismo”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 4: P-V, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 463-464.

e o altar, a Fé e o Império” era um propósito comum aos monarcas da época⁷⁵, o que mostra a ampla visão detida, especialmente, por Pombal. Desta feita, podemos perceber que a figura de D. Francisco de Lemos se afigura como um claro exemplo deste novo modelo episcopal, uma vez que, como veremos seguidamente, pensou e desenvolveu a sua ação - quer ao serviço da Igreja, quer ao serviço da Coroa - como um objeto conjunto, numa atuação consertada entre os interesses de ambos os poderes, mas sempre seguindo as orientações das políticas régias.

2.3.2. O bispo no seu bispado

Conhecidos os moldes em que D. Francisco de Lemos inicia a sua “vida pública”, primeiro na qualidade de Governador da diocese, em 1768 e, posteriormente, na de “Bispo Coadjutor, e futuro Sucessor”⁷⁶ de D. Miguel da Anunciação⁷⁷ no bispado de Coimbra, em setembro de 1773⁷⁸, partamos para a menção de algumas das suas ações à cabeça da diocese coimbrã.

Em agosto de 1777, após o perdão e libertação de D. Miguel da Anunciação e seu regresso a Coimbra, D. Francisco de Lemos retira-se para Lisboa. Passados dois anos, aquando da morte de D. Miguel, Francisco de Lemos assume, em pleno, o bispado de Coimbra, já após a morte do Marquês de Pombal.

Herdeiro de um bispado no qual:

«a superstição e o fanatismo dominavam em todas as classes, e onde o espirito publico, disposto pela quebra de relações entre Portugal e a Sancta Sé, se ressentia do abalo violento, resultante da prisão do prelado! A jabobea ou a seita dos sigilistas, espalhada pela diocese desde o reinado anterior, contava ainda preselytos no povo e no clero; e com quanto se sentisse ameaçada de extermínio, não deixava de insinuar a crença em erros e desvarios perigosos. Surgiam duvidas de todos os lados; a ansiedade era geral e o desgosto profundo.

Inquiria-se a ocultas a sorte do bispo, que uns supunham morto, outros vivendo em

⁷⁵ PAIVA, José Pedro, “Igreja e Estado: Época Moderna” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 2: C-I, Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 397.

⁷⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, p. 43.

⁷⁷ Em Agosto de 1777, com o apoio de D. Maria I, D. Miguel regressa à cidade do Mondego, gozando de uma entrada com todas as solenidades correspondentes à sua condição de bispo da diocese. Volvidos 2 anos, aos 29 dias de agosto, acaba por falecer no convento de Semide. Veja-se: RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido ...”, *ob. cit.*, pp. 2-3.

⁷⁸ TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, segunda série, nº1, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1889, p. 3.

martyrio; e as novas, falsas ou verdadeiras, divulgadas por vezes com feição misteriosa, augmentavam os receios e sobresaltavam as consciências.»⁷⁹.

Mesmo perante as contrariedades que se apresentaram, o antístite “não se entibiu com as dificuldades que antevia para tranquillizar as consciências, e reconduzir á situação anterior os espíritos desvairados pela jacobêa”⁸⁰, atuando em vários domínios: desde a dedicação ao Seminário de Coimbra, a publicação de pastorais, o crescimento e melhoramento da diocese em geral, passando pela ajuda monetária aos fiéis mais necessitados, algo tão notável que Fr. Fortunato de S. Boaventura teve por bem de o immortalizar na *Oração fúnebre...* de D. Francisco de Lemos:

«Era generoso de seu natural, nem resabios tinha de avarento, não sabia enthesourar, não era dado a hum só daqueles vicios, que em personagem de tão alta jerarquia só podem manter-se á custa de exorbitantes despezas: logo, onde pararião as suas riquezas se aos pobres não coubesse huma grande parte? / Confidentes de suas esmolos, tão avultadas e tão grandiosas, e inteiramente medidas pelo coração de quem as dava, hum segredo fielmente guardado em quanto elle vivia já vos não obriga; quebrai-o á face desta Diocese, e saberá então a Diocese que o computo das esmolos sabidas, afóra hum sem numero das casuaes, subia muito acima do rendimento da maior parte das Mitras deste Reino»⁸¹.

Sobressaindo pelo seu

«atulado discernimento e prudencia ... Providenciou sobre a falta de dispensas matrimoniaes no bispado e recomendou as boas doutrinas; contribuiu para o lustre e pompa do culto; acariciou o clero secular, com o que desfez atritos e sossegou consciências; mas sempre que foi necessario mostrar até onde chegava a sua autoridade, não deixou duvidas de que governava com inteira jurisdicção e sem reserva.»⁸².

A sua entrega à mitra de Coimbra foi tal que, pelo que nos dá conta Bernardo de Mirabeau, no final do primeiro ano do seu bispado as melhorias eram mais que evidentes:

«Socegou a comoção geral; desappareceram os receios de schisma, e os puritanos

⁷⁹ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Esboço histórico-biográfico)”, *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, nº 10, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, abril de 1889, p. 602.

⁸⁰ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 602.

⁸¹ BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S., *Oração fúnebre que nas solemnes Exéquias do Excellentissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo Conde, mandadas celebrar a 20 de Maio deste anno de 1822 da ordem do Illustrissimo Cabido da Igreja de Coimbra, recitada por Fr. Fortunato de S. Boaventura, Monge de Alcobaça*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. Ao reportarmos esta passagem estamos cientes das reservas inerentes à análise deste tipo de fonte uma vez que, o orador pode ter exagerado, de alguma forma, a real dimensão desta ação de D. Francisco de Lemos. No entanto, esta faz parte da construção da imagem do bispo, pela pena dos seus contemporâneos.

⁸² MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, pp. 602-603.

do sigilismo, enternecidos d'antes pela sorte do bispo, cuja cabeça julgavam illuminada com a aureola dos martyres, tinham afrouxado nos escrúpulos e nos enternecimentos»⁸³.

Pelo que Genoveva Marques Proença nos relata, D. Francisco de Lemos conseguiu administrar a diocese da cidade do Mondego, com louvor e:

«benevolência de seu coração e da affectividade que dedicava aos seus diocesanos, tornando-se acessível a todos sem distinção de classe ou de categoria social [sabendo] sempre que foi preciso, mostrar até onde chegava a sua autoridade, não deixando dúvida que governava sem reserva e com inteira jurisdição. / Soube ... governar com tão atilado discernimento e prudência, com tanto certo e desvelo, acariciando o clero secular, desfazendo atritos e sossegando consciências, que ao terminar o primeiro ano da sua administração os negócios da Diocese se mostravam claramente melhorados.»⁸⁴

e, em simultâneo, efetivar os intentos reformistas de Pombal ao colocá-lo numa posição de destaque dentro da Igreja, permitindo que o ministro controlasse mais um ramo dentro da igreja portuguesa. Colocada a diocese de Coimbra sob a égide do monarca, Pombal decide propor ao rei a nomeação de D. Francisco de Lemos para o reitorado da Universidade de Coimbra – em maio de 1770 - , para assim concretizar mais uma das diretrizes do seu governo: a tutela e reforma da instrução superior, delineada (mediante as suas instruções e aconselhamento recebido) e instaurada por alguém da sua total confiança, pois a instituição carecia de “elevação e brilho, perdido havia dous seculos”, uma vez que se encontrava “em extremos de decadencia, sem condições e sem pessoal idoneo para instruir a mocidade e para acompanhar o movimento scientifico da Europa culta.”⁸⁵. Por aqui percebemos que Pombal, recorrendo ao braço executório de D. Francisco de Lemos, consegue reformar e tutelar a Igreja portuguesa e o clero, submetendo-os ao poder temporal que cabia ao monarca (consolidando a soberania do rei face a Roma) concretizando, assim as “políticas que projectava em relação à Igreja [que] exigiam que à frente das dioceses estivessem pessoas da sua máxima confiança”⁸⁶.

Aquando do período em que apenas exerceu as funções de mitrado, de 1779-1799, o esmero e entrega de D. Francisco de Lemos não esmoreceram. Tendo em vista uma melhor perceção do que ocorria na diocese a seu cargo, centrou a sua ação: nas visitas aos territórios sob sua tutela; na reversão dos desvios à observância religiosa e fomento

⁸³ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 603.

⁸⁴ PROENÇA, Genoveva Marques, “Capítulo I”, *D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 10.

⁸⁵ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 603.

⁸⁶ PAIVA, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 534.

da prática da disciplina da Igreja; na instrução adequada do clero; na redação dos estatutos e plano de estudos para o Seminário de Coimbra; na contratação de mestres habilitados para lecionarem no seminário e “mandou imprimir á sua custa e distribuir gratuitamente por todos os alumnos os livros accomodados á sua instrucção”⁸⁷.

2.4. O primeiro reitorado da Universidade (1770-1779)

2.4.1. Algumas das ações desenvolvidas no decurso do reitorado.

«O Marquez de Pombal, que na sua obra de reformador procedeu arrojadamente e com o desassombro dos espíritos superiores, compreendeu que nada havia de aproveitavel na constituição da velha Universidade; que era indispensavel extingui-la totalmente e crear outra sobre melhores bases para a restauração dos estudos.»⁸⁸

escolhe D. Francisco de Lemos para o cargo de reitor da Universidade e executor da Reforma de 1772, propondo-o a D. José. A 8 de maio de 1770, por despacho, D. Francisco de Lemos é nomeado reitor da academia de Coimbra – por um período de três anos -, datando do dia 14 a carta régia pela qual o monarca validava a atribuição e concedia todas as prerrogativas e poderes que lhe estavam associados⁸⁹.

Assim que recebe a missiva real, que o confirmava para a reitoria da Universidade, o ilustre prelado dirige-se para a cidade do Mondego, na qual entra com todas as solenidades que a sua nova condição exigia, realçando a autoridade que lhe tinha sido confiada perante a sociedade. De imediato começa o seu labor. Principia pelo envio de cartas dirigidas ao vice-reitor da academia coimbrã, aos docentes e dirigentes para os informar da situação e prescrevendo para que dessem andamento às disposições régias presentes no diploma que apresentava.

A 26 de maio de 1770 reúne com o vice-reitor e o Claustro, para que estes ouvissem a leitura da missiva e o despacho que o empossava no cargo de reitor da universidade. Ambos atenderam às ordens do monarca e decidiram comemorar a chegada do novo reitor, concedendo-lhe a honra de uma entrada triunfal na cidade do Mondego, digna da família real. Chegado à Sala dos Capelos, decorada com “as melhores alfaias da Universidade”, perante o Claustro e a população o ilustre prelado fez o seu juramento e

⁸⁷ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 675.

⁸⁸ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 603.

⁸⁹ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 604.

tomou posse do cargo de reitor da corporação académica⁹⁰.

Concluídas as festividades, principiam os trabalhos do novo reitor. Este começa por inteirar-se sobre o estado da instituição, mas nas semanas seguintes à sua tomada de posse, D. Francisco de Lemos encarrega o vice-reitor da Universidade, Fr. Pedro Thomaz Sanchez, do governo da academia, uma vez que é chamado à capital do reino, por ordem do Marquês de Pombal⁹¹.

Chegado a Lisboa, o ilustre prelado reúne-se com o ministro de D. José para discutirem a reforma a operar na Universidade e os moldes em que se concretizaria, estando o Marquês a aguardar pelos conselhos do bispo conde. É neste momento que D. Francisco de Lemos, confiando na erudição do jesuíta José Monteiro da Rocha, o menciona a Pombal por considerar um espírito útil à realização da reforma universitária de 1772⁹². Os argumentos do prelado, ao que tudo indica, terão convencido Carvalho e Melo da utilidade e valor do ex-jesuíta, o que culminou na admissão deste ao serviço da monarquia⁹³.

Decorridos aproximadamente seis meses do início do primeiro reitorado de Lemos na academia coimbrã, uma nova criação de Pombal estava para surgir: a Junta de Providência Literária, instituída por carta de 23 de dezembro de 1770 e, da qual faziam parte D. Francisco de Lemos e o irmão, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho⁹⁴. Uma comissão destinada a:

⁹⁰ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 605. Sobre os detalhes da entrada solene de D. Francisco de Lemos, em Coimbra, consulte-se o mesmo artigo aqui referenciado, nas páginas 605 e 606, nota (1).

⁹¹ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 606.

⁹² Fazendo fé na carta nº 77 (*Carta | sobre a oração Panegírica | de Jozé Monteiro da Rocha | ao Marquez de Pombal.* |) – publicada por Luís Fernando de Carvalho Dias em “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XIV, vol. III, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974, pp. 492-493 - parece que a indicação do nome do ex-jesuíta, dada a D. Francisco de Lemos, veio pela voz de António Ribeiro dos Santos que o recomendou para “trabalhar no Compendio que o Marquez de Pombal queria fazer dos Estragos dos Jesuitas nas Sciencias Filosoficas e Mathematicas”.

⁹³ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 606.

⁹⁴ Não esquecer que, os dois irmãos integravam, igualmente, a comissão da Real Mesa Censória, instituída por alvará datado de 5 de abril de 1768, por ordem régia e dedicada à censura dos livros, numa tentativa de secularização da censura em Portugal, por forma a refrear a influência da Igreja neste domínio. Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, “A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII”, Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 26, Coimbra: Coimbra Editora, 1963, pp. 12, 24 e 32. Sobre a Real Mesa Censória ver, também, BASTOS, José Timóteo da Silva, *História da Censura Intelectual em Portugal: ensaio sobre a compressão do pensamento Português*, 2ª edição, Coleção Testemunhos Portugueses, Lisboa: Moraes Editores, 1983, pp. 59-127. e MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005, pp. 58-80.

«fazer examinar as cauzas da sua decadencia e o prezente estado da sua ruina, para em todo prover de sorte qua não só se repare hum tão deploravel estrago [refere-se à intervenção dos Jesuítas no ensino], mas tambem sejam as Escollas publicas reedificadas sobre fundamentos tão solidos que as Artes e Sciencias e possam nellas resplandecer com as luzes mais claras, em comum beneficio: Sou servido erigir para estes effeitos huma Junta de Providencia Literaria ... os quaes todos Mando, que conferindo sobre as referidas decadências e ruina, examinando com toda a exactidão as cauzas d’ellas, ponderando os remedios, que considerarem mais proprios para ellas cessarem; e apontando os Cursos scientificos e os Methodos, que devo estabelecer para a Fundação dos bons e depurados Estudos das Artes e Sciencias que depois de mais hum Seculo se acham infelizmente destruídos, me consultem o que lhes parecer a respeito de tudo o sobredito»⁹⁵.

Como resultado do exame pedido à Junta de Providência Literária pelo monarca, D. José I, é dado à estampa o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuitas e dos estragos feitos nas Sciencias e nos Professores, e Directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos Novos Estatutos por Elles fabricados*, a 28 de agosto de 1771. Relatório que em muito agradou o monarca: “E louvo muito a Junta o grande e fructuozo disvello com que se tem aplicado a este importante negocio, o qual confio que seja por ella prosseguido com o mesmo exemplar zelo e completo acerto.”⁹⁶. Pelo excerto que citamos, percebe-se que o monarca incumba a Junta de seguir com a questão e dar o passo seguinte: a redação dos novos planos de estudo e Estatutos, algo que a Junta já tinha começado e registado no *Compêndio Histórico (...)*, especialmente no que respeitava às linhas de força da reforma e aos planos para a instituição das novas faculdades. Porém, era necessário verter os mesmos projetos para diplomas legais, incrementar e regimentar a estrutura da reforma a concretizar, em todas as suas vertentes. Deste modo, a Junta dedicou-se, por completo, à composição dos Novos Estatutos da Universidade, confirmados a 28 de agosto de 1772⁹⁷ e, de imediato, mandados aplicar, pela pessoa do reitor da Universidade: D. Francisco de Lemos, ficando o ilustre prelado incumbido quer de os fazer cumprir, quer de zelar pela sua correta aplicação⁹⁸.

⁹⁵ LEMOS, Francisco de, “Alvará da criação da Junta de Providencia Literaria”, *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra, Desde o Principio da Nova Reformação até ao Mez de Setembro de 1777*, por D. Francisco de Lemos, Lisboa: Typografia da Academia Real da Sciencias, 1894, pp. 155-156.

⁹⁶ LEMOS, Francisco de, “Resolução de Sua Magestade”, *Relação Geral do Estado (...)*, *ob. cit.*, p. 156.

⁹⁷ A carta de confirmação pode ser consultada em LEMOS, Francisco de, “Carta de Roboração dos Estatutos da Universidade de Coimbra”, *Relação Geral do Estado (...)*, *ob. cit.*, pp. 157-159.

⁹⁸ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 607.

No seguimento desta fase reformista e pelo total empenho de D. Francisco de Lemos na aplicação e cumprimento dos Estatutos recém-implantados, este viu o seu trabalho reconhecido e foi honrado com a atribuição do cargo de reformador da academia, função que exerceria em simultâneo com a de reitor, por um triénio – passando a designar-se por “reformador reitor” -, e pelo qual teria de prestar juramento perante o visitador⁹⁹, o Marquês de Pombal, que viria à Universidade, em representação do monarca, para “restituir e estabelecer os sobreditos Estatutos”¹⁰⁰.

A 19 de setembro, estando já em Coimbra, o reformador-reitor da Universidade convoca o Claustro para uma reunião na qual informa da visita de Carvalho e Melo à universidade, na qualidade de representante do monarca (instituído com os poderes régios, como “plenipotenciario e logar tenente de el-rei Nosso Senhor”¹⁰¹) e abre à discussão as solenidades a organizar para tal receção. Pelo que nos informa Bernardo de Mirabeau, ao claustro (composto por “lentes e doutores”), pouco importava tal visita, limitando-se a decidir o local de início do acompanhamento do conde de Oeiras e descartando-se de todas as tarefas a realizar, fazendo-as recair sobre a responsabilidade de D. Francisco de Lemos que, no entanto, “não descurou ... as honras e pompas do recebimento, nem os preparativos para a hospedagem do logar-tenente de el-rei”¹⁰².

2.4.2. D. Francisco de Lemos e a Reforma Pombalina da Universidade de 1772.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro, do ano de 1772, o Marquês de Pombal é recebido, de forma faustosa, na cidade do Mondego, com direito a um aparatoso séquito, composto pelas “auctoridades, corporações e pessoas de representação; e todos, dispostos segundo as suas categorias”¹⁰³.

Dotado de amplos poderes pelo monarca, Pombal

«Fez jurar com todo o aparato e solemnidade os Estatutos, por que se havia de governar a

⁹⁹ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 608.

¹⁰⁰ LEMOS, Francisco de, “Carta de Roboração dos Estatutos da Universidade de Coimbra”, *Relação Geral do Estado (...)*, *ob. cit.*, p. 158. e LEMOS, D. Francisco de, “Carta pela qual Sua Magestade foi servido mandar o Marquez de Pombal visitar a Universidade, e lhe concedeu os seus Plenos Poderes para plantar os Novos Estatutos”, *Relação Geral do Estado (...)*, *ob. cit.*, pp. 159-160.

¹⁰¹ PINTO, A. A. da Fonseca, “Juramento que dá Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho pelos cargos de reitor-reformador da Universidade de Coimbra perante o Illustrissimo e excelentissimo Marquez Visitador”, *O Instituto - Revista Scientifica e Litteraria*, vol. XXXII, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 39.

¹⁰² MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 608.

¹⁰³ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 608.

Universidade; completou a nomeação do pessoal docente, para o que muito concorreram as informações de D. Francisco de Lemos; distribuiu as colegiaturas...; deu instruções para a fundação de vários estabelecimentos universitários e obviou a muitas dificuldades, que demandavam providencias com força de lei.»¹⁰⁴.

Supridas as questões mais prementes, o ministro de D. José despede-se da cidade do Mondego e regressa à capital do Reino. Mas não sem, primeiramente, presidir à cerimónia de juramento de Pereira Coutinho, nomeado para os cargos de reformador-reitor da Universidade, aos 23 dias do mês de outubro de 1772, cerimónia na qual o prelado profere um discurso elogioso à pessoa de Carvalho e Melo, no qual ressaltam os imensos adjetivos qualificadores da pessoa e ação (iluminada e reformista), do Marquês¹⁰⁵ e, ainda, um discurso de juramento pela tomada de posse dos cargos já referidos. No juramento proferido promete fazer cumprir:

«as leis ..., especialmente as dos estatutos novissimos da fundação da mesma Universidade, e as formulas dos juramentos n'ella estabelecidos ... promovendo cuidadosa e diligentemente o adeantamento da honra e esplendor da mesma Universidade ... não permitindo que os bens, propriedades, rendas ou direitos d'ella se hajam de alheiar sem faculdade regia»¹⁰⁶.

Passemos agora a traçar um quadro geral das linhas-de-força da reforma pombalina da Universidade¹⁰⁷. À semelhança de outros homens cultos da sua época, o ministro de D. José I, claramente um déspota ilustrado, idealiza uma profunda reforma intelectual e moral da sociedade portuguesa de setecentos, destacando-se, principalmente, a série de iniciativas direcionadas para “secularizar as instituições de ensino”, através da sua sujeição à tutela do Estado¹⁰⁸. Era, igualmente, imperativo reformar os quadros do

¹⁰⁴ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 608.

¹⁰⁵ PINTO, A. A. da Fonseca, “Falla que o illustrissimo senhor reitor da Universidade, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, fez ao excellentissimo senhor Marquez de Pombal no dia 23 de outubro de 1772”, *O Instituto - Revista Científica e Litteraria*, vol. XXXII, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1884-1885, pp. 39-45.

¹⁰⁶ MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 609. Os discursos a que fazemos menção encontram-se publicados por: PINTO, A. A. da Fonseca, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. XXXII, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1884 a 1885, pp. 39-46.

¹⁰⁷ Para informações mais detalhadas, sobre todos os domínios abrangidos pela reforma de 1772, veja-se a obra de referência *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, bem como os capítulos 2.2. a 2.4. da dissertação de mestrado de ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil de um Reitor Reformador*, Dissertação de Mestrado em História, orientada pelo Doutor Fernando Taveira da Fonseca, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

¹⁰⁸ ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 9.

funcionalismo do Estado, provendo tais lugares com indivíduos devidamente instruídos e capazes de servir o Estado e a Nação, em prol de um bem comum¹⁰⁹.

Neste contexto, a reforma de 1772 - recorrendo às palavras de Ana Cristina Araújo - “configura uma solução de compromisso entre o movimento das Luzes e a censura que sobre ele se exerce, entre a institucionalização da modernidade científica e a funcionalização política do magistério universitário.”¹¹⁰. Ao reformar o currículo do ensino universitário – de todas as Faculdades existentes - tendo em vista os debates em torno do papel da filosofia, o método e a ciência, pretendia-se construir uma coluna de suporte do Estado, no entanto, não se abriu horizontes para os grandes ideais do século: a liberdade de pensamento, a tolerância e o enciclopedismo filosófico¹¹¹.

Os progressos alcançados nos vários domínios do saber deixavam clara uma nova visão do mundo, centrada no Homem e na Natureza, preconizando-se o estudo desta com o recurso à experimentação e observação direta, algo fortemente incentivado pelos monarcas de vários países da Europa, apoiando-se “as Artes Liberaes e mecanicas: E produzindo immensas utilidades em beneficio das Familias, e dos Estados.”¹¹². Porém, a educação, apesar de ser agora encarada como “um dever público”, procurava irmanar a ideia de uma ordem universal de valores que incluísse a evolução do homem, mas conservasse a ortodoxia cristã, tendo como fim último a utilidade social da ciência para a promoção do bem comum¹¹³. No fundo, a liberdade de pensamento do homem era refreada pelos limites impostos pela razão e pela religião, verificando-se uma submissão do “múnus da verdade da fé ao culto da razão soberana”. O ideário pombalino pautava-se pela associação do racionalismo científico com o catolicismo, efetivado através da modernização da escola e da igreja¹¹⁴.

É neste âmbito que se insere a ação de D. Francisco de Lemos, na qualidade de reformador-reitor da Universidade e de indispensável - em nosso entender – “braço executório” de Carvalho Melo no respeitante ao planeamento da reestruturação do ensino público, “não hesitando em fazer da escola o fulcro da unidade moral da nação e do Estado a alavanca da renovação da Igreja.”¹¹⁵. É flagrante, neste domínio, a importância que

¹⁰⁹ ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”, *ob. cit.*, p. 4.

¹¹⁰ ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”, *ob. cit.*, p. 4.

¹¹¹ ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”, *ob. cit.*, p. 4.

¹¹² ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”, *ob. cit.*, p. 9.

¹¹³ ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”, *ob. cit.*, pp. 9-10.

¹¹⁴ ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”, *ob. cit.*, p. 13.

¹¹⁵ ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”, *ob. cit.*, p. 10.

certas figuras da cúspide da Igreja lusa – defensoras da doutrina regalista - conquistaram na organização das reformas eclesiásticas e educativas patrocinadas pelo Marquês de Pombal, algo que, por si só, demonstra a subordinação dos bispos e de uma certa elite eclesiástica, próxima da Corte, ao poder do Estado. Confirma-se assim que a proclamada autonomia nacional da Igreja Portuguesa face a Roma foi esteada no primado doutrinal do episcopalismo, longamente sustentado por Febrônio e pelo oratoriano António Pereira de Figueiredo¹¹⁶. Assim, alguns prelados são chamados à colação para promover a ordem pública e defender os preceitos religiosos - tendo sempre em mente a supremacia da lei civil -, para tal a reforma a operar no seio das elites eclesiásticas é estruturada de acordo com os interesses do Estado. Daqui resulta um refreamento do poder da Igreja, no que ao domínio educativo e censório dizia respeito, como já anteriormente fizemos menção.

A tão marcante reforma pombalina da Universidade, de 1772, insere-se numa 4^a, e última, fase da governação de Carvalho e Melo – que Borges de Macedo situa entre o período de 1770 a 1777 -, grandemente dedicada às reformas da instrução em Portugal¹¹⁷.

Regendo-se pelas diretrizes compiladas no *Compendio historico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuitas e dos estragos feitos nas Sciencias e nos professores, e diretores que a regiam pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*, redigido pela Junta de Providência Literária e publicado em 1771, Pombal e os seus conselheiros delinearam o plano de ação da reforma, especialmente no que respeitava à reestruturação dos cursos e dos métodos de ensino. Desta forma, estava aberto o caminho para a concretização do último grande alvo da política regalista de Carvalho e Melo: os Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772.

O grande objetivo de D. José, ao reformar a Academia de Coimbra, passava por dotá-la de estruturas e métodos concernentes com as grandes universidades europeias, tentando implementar uma nova orgânica, mais duradora e em perfeita harmonia com a política da Coroa (ou seja, colocá-la sob a tutela do Estado). Para tal foi necessária a imposição de um ensino, totalmente novo – e contrário à filosofia escolástica - pautado pelas matrizes históricas, jusnaturalistas, racionalistas e experimentalistas, com uma nova

¹¹⁶ ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo”, *ob. cit.*, p. 13. CASTRO, Zília Osório de, *O Regalismo em Portugal no terceiro quartel do século XVIII: António Pereira de Figueiredo*, Lisboa: Projecto de Investigação, 1986. SANTOS, Cândido dos, “António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung – Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2^a metade do século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, IV, t.1, pp. 167-203.

¹¹⁷ MACEDO, J. Borges de, “Pombal, Marquês de (1699-1782)” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V: “Paróquia-Sintra”, Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 113-121.

metodologia assente no “método sintético-demonstrativo-compendiário” que, no entanto, impunha uma nova dinâmica nas aulas aos professores que “deveriam resumir a matéria ao essencial, para assim a expor, e só depois partir para questões de maior complexidade”. Acresce a isto a adoção de novos compêndios, de conteúdos atualizados, mais claros e breves¹¹⁸.

Porém, para a produção de um novo tipo de conhecimento – de matriz racional e científica, com uma perceção evolutiva alicerçada na história – e aplicação de novas metodologias era indispensável, não só reformar as faculdades já existentes, mas também criar novas.

De entre as faculdades reformadas insere-se a Faculdade de Medicina – além da de Teologia, Cânones e Leis -, para a qual foram instalados três novos estabelecimentos, nomeadamente: o Hospital Escolar, o Dispensatório Farmacêutico e o Teatro Anatómico. O Hospital visava a realização de aulas práticas de clínica médica, o Dispensatório servia de botica do Hospital, sendo o local onde se armazenavam os medicamentos destinados não só aos doentes do hospital, mas também aos externos, para além de servir o ensino da farmacopeia, tanto a alunos de medicina, como a boticários. Por último, o Teatro Anatómico uma estrutura indispensável para a observação do corpo humano, através da dissecação de cadáveres, e prática cirúrgica. No fundo, através da fundação destes novos estabelecimentos, implantou-se algo imprescindível à prática médica: a observação direta e a experimentação¹¹⁹.

Por sua vez nascem duas novas faculdades, a Faculdade de Matemática e a de Filosofia, que tinham sido:

«concebidas como unidades de ensino das ciências que apresentavam características de modernidade e de complementaridade pedagógica. Nestas duas Faculdades os temas científicos eram apresentados com considerável profundidade teórica e muito bom suporte experimental, particularmente nos assuntos de várias áreas relacionadas com a Física.»¹²⁰.

Ambas devendo a composição do seu plano curricular, de base experimental, a José Monteiro da Rocha (ex-jesuíta e vice-reitor da Universidade), foram providas de cinco

¹¹⁸ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...), ob. cit.*, p. 63.

¹¹⁹ PITA, João Rui, “Medicina, Cirurgia, e Arte Farmacêutica na reforma pombalina da Universidade de Coimbra” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, pp. 129-150.

¹²⁰ MARTINS, Décio Ruivo, “As ciências físico-matemáticas em Portugal e a reforma pombalina” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, pp. 219-220. Para mais informações sobre a relação de complementaridade destas duas Faculdades veja-se, no artigo aqui citado, as páginas 240 a 246.

novos estabelecimentos de ensino: o Observatório Astronómico, o Gabinete de Física Experimental, o Jardim Botânico, o Laboratório Químico e o Gabinete de História Natural. O Observatório Astronómico, integrado na Faculdade de Matemática, destinava-se a:

«cultivar eficazmente a Astronomia ... com todas as mais partes da Mathematica, de que elle depende, ... de consequencias tão importantes ao adiantamento geral dos Conhecimentos humanos; o á perfeição particular da Geographia, e Navegação, que tem merecido em toda a parte a attenção dos Soberanos, fazendo edificar Observatorios magnificos destinados ao progresso da Astronomia, como Sciencia, necessaria para se conseguir o conhecimento do Globo terrestre, e se terem nas mãos as chaves do Universo.¹²¹».

À Faculdade de Filosofia pertenciam o Gabinete de Física Experimental, o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico e o Laboratório Químico. O Gabinete de Física Experimental – cuja instalação em muito se deve aos esforços de D. Francisco de Lemos - estabelecia um ensino através do qual se mostrasse o objeto de estudo desta área, a sua origem, os progressos alcançados e as mudanças ocorridas ao longo dos tempos. Partia-se do princípio de que era vital a participação do aluno para o sucesso do método experimental, por forma a compreender e descobrir as leis da natureza no decurso das experiências efetuadas e a estimular o solucionamento de problemas concretos, pela observação direta e pelo censo crítico, decorrentes da atividade experimental. De notar que, os instrumentos e material didático aqui incorporados tinham sido, originalmente, adquiridos e colocados no Gabinete de Física do Colégio Real dos Nobres de Lisboa, sendo transferidos para a Academia de Coimbra apenas em 1773¹²². Nas palavras de D. Francisco de Lemos este Gabinete serviria para:

«Depozito das machinas, aparelhos, e instrumentos, os quaes são necessarios para que as Liçoens de Fisica, que se dão no Curso filosófico se façam com aproveitamento dos Estudantes, os quaes não somente devem ver executar as experiencias, com que se demonstram as verdades até o presente conhecidas da Fisica; mas tambem adquirir o habito de as fazer com a sagacidade, e destreza que se requer nos exploradores da Natureza.¹²³».

Sobre o Gabinete (e Museu) de História Natural menciona que serve para:

¹²¹ LEMOS, Francisco de, “Estabelecimentos pertencentes á Faculdade de Mathematica”, *Relação Geral ...*, *ob. cit.*, p. 73.

¹²² MARTINS, Décio Ruivo, “As ciências físico-matemáticas ...”, *ob. cit.*, pp. 220-221 e 227.

¹²³ LEMOS, Francisco de, “Estabelecimentos pertencentes á Faculdade de Filosofia”, *Relação Geral ...*, *ob. cit.*, p. 74.

«se recolherem n'elle os productos naturaes, que por qualquer via adquirir a Universidade; por ser manifesto, que nehuma couza pode contribuir mais para o adiantamento da Historia Natural, do que a vista continua dos objectos, que elle comprehende, a qual produz ideas cheias de mais força e verdade, do que todas as descripçoens as mais exactas, e as figuras as mais perfectas.¹²⁴».

Aí seriam incorporadas várias coleções de fósseis, animais, minerais e plantas. A Domingos Vandelli, lente de Filosofia Natural e de Química, se devem as aquisições da maior parte destes espólios. De entre os quais se contam dois de sua posse. Um constituído em Itália, com uma dimensão expressiva que “ocupava ao tempo vinte e oito armários ... e três mil mesas romanas” e, posteriormente, comprado pela Universidade pelo valor de dez mil cruzados¹²⁵. O outro albergava uma coleção que Vandelli tinha reunido aquando da sua estada em Lisboa, por um período de oito anos para dirigir o Jardim Botânico da Ajuda. Esta foi avaliada em três mil cruzados, todavia Vandelli decidiu doar o espólio à Universidade, embora esperando receber alguma recompensa do rei¹²⁶.

Ainda por intermédio de Domingos Vandelli, a Universidade comprou mais duas coleções: uma pertencente ao Coronel Joseph Rollen Van-Deck, pela qual pagou 1600 mil reis e outra a João Marques, um painel de borboletas. Acresce a estes as diversas amostras de minerais e plantas recolhidas nas expedições de estudo, promovidas pela Universidade e organizadas por Vandelli, em vários territórios de Portugal e do Brasil¹²⁷.

O Jardim Botânico, à semelhança do Gabinete de Física, foi alvo de grande preocupação e dedicação do ilustre reitor, desde a busca por um local propício para a sua instalação até à aprovação do projeto de construção por Pombal. Com esta instituição objetivava-se complementar o papel do Gabinete de História Natural – o qual albergava “produçoens do Reyno vegetal, como porém não podem ver-se nelle as plantas senão cadaveres, secos, macerados, embalsemados” – construindo-se um local onde se poderiam ver:

«as plantas vivas...para que nelle se cultive todo o genero de plantas, e particularmente aquellas, das quaes se conhecer, ou se esperar algum prestimo na Medicina, e nas Artes;

¹²⁴ LEMOS, Francisco de, “Estabelecimentos pertencentes á Faculdade de Filosofia”, *Relação Geral ...*, *ob. cit.*, p. 74.

¹²⁵ COSTA, A. M. Amorim da, “As ciências naturais na reforma pombalina da Universidade «estudo de rapazes, não ostentação de príncipes»” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, p. 175.

¹²⁶ COSTA, A. M. Amorim da, “As ciências naturais na reforma ...”, *ob. cit.*, p. 176.

¹²⁷ COSTA, A. M. Amorim da, “As ciências naturais na reforma ...”, *ob. cit.*, p. 177.

havendo o cuidado, e providencia necessaria para se ajuntarem as plantas dos meus Dominios ultramarinos»¹²⁸.

Por último, o Laboratório Químico, o local dedicado ao estudo da Química, disciplina através da qual se pretendia:

«elucidar os alunos sobre as verdades que a Experiência nos mostra sobre as partes de que se compoem os Corpos; e sobre os Fenómenos que se não podem explicar pelas leis ordinárias da Mecânica, mas que dependem de um Mecanismo particular; e que constituem uma ciência à parte. Nela se deveria ensinar a separar as diferentes substâncias que entram na composição de um corpo; a examinar cada uma das suas partes; a indagar as propriedades e analogias d'elas; a compará-las e combiná-las com outras substâncias; e a produzir, por misturas diferentemente combinadas, novos compostos, de que na mesma Natureza se não acha modelo, nem exemplo.¹²⁹».

Também aqui era imperiosa a componente prática, devendo o professor explicar os princípios base e a sua aplicação no real, às inúmeras substâncias existentes para, posteriormente, promover o contacto direto dos seus alunos com a matéria lecionada, não permitindo que estes fossem:

«meros espectadores, antes os obrigasse a trabalhar nas mesmas Experiencias, para se formarem no gosto de observar a Natureza e de contribuírem por si mesmos ao adiantamento e progresso desta Sciencia que se não enriquece com systemas vãos e especulações ociosas, mas com deslumbramentos reaes, que nao se acham de outro modo, senão observando e trabalhando.¹³⁰».

Os estudos aqui realizados deveriam servir, além do ensino da Filosofia, o progresso e preparações “das Artes em Geral, e da Medicina, em particular.”¹³¹.

Em face do que foi descrito, é possível inferir que todas as ações e procedimentos executados na Reforma de 1772 estavam fortemente marcados por uma nova visão do mundo, de matriz antropocêntrica – mais liberta da pressão religiosa, mas sem se desprender por completo da ortodoxia cristã e católica -, em defesa de um questionamento sobre o Homem e o Mundo, norteada pela razão, preocupada com questões científicas relativas à Natureza, à Filosofia, à Ciência e defensora do regresso às fontes para a

¹²⁸ LEMOS, Francisco de, “Estabelecimentos pertencentes á Faculdade de Filosofia”, *Relação Geral ...*, *ob. cit.*, p. 76.

¹²⁹ COSTA, A. M. Amorim da, “As ciências naturais na reforma ...”, *ob. cit.*, p. 181.

¹³⁰ COSTA, A. M. Amorim da, “As ciências naturais na reforma ...”, *ob. cit.*, p. 182.

¹³¹ LEMOS, Francisco de, “Estabelecimentos pertencentes á Faculdade de Filosofia”, *Relação Geral ...*, *ob. cit.*, p. 75.

obtenção do verdadeiro conhecimento, no fundo, pauta-se por um completo repúdio à filosofia escolástica e os seus obsoletos preceitos peripatéticos que, até então, tinham norteado o ensino na Universidade, focando-se em saber a origem, científica, do mundo e das coisas. Sobre este aspeto, D. Francisco de Lemos pronunciou-se nos seguintes termos:

«Como esta Filosofia, que com discredito da razão por tantos seculos ocupou este nome só servia de deslocar o Entendimento dos homens, de corromper os estudos de todas as mais Faculdades, e de ruina geral das Artes; as quaes não podiam adiantar-se, e nem promover-se, por meio de huma Sciencia verbal, toda destituída de conhecimentos fizicos, e de verdades vertas da Natureza, Pareceu á Junta Literaria, que devia ser abolida não só da Universidade, mas tambem de todas as Escolas publicas, e particulares, seculares e regulares d’estes Reynos, e Senhorios.»¹³².

Intentava-se que os cidadãos formados na Academia de Coimbra estivessem aptos a solucionar questões práticas de que o país necessitava, estando fortemente imbuídos pelo racionalismo e o espírito crítico que lhe é inerente, experimentalista e lógico. De entre os principais propósitos da Coroa destacam-se: a afirmação do primado do poder temporal do monarca sobre o poder espiritual da Igreja - por forma a marcar a soberania do poder régio, passando o aparelho eclesiástico a ser funcionalizado pelo Estado¹³³, “dele fazendo parte e com ele colaborando na promoção da felicidade e tranquilidade temporal dos cidadãos”¹³⁴ -, a reforma mental e das estruturas governativas, a promoção do “bem-estar e felicidade temporal dos súbditos”¹³⁵, através de melhoras na instrução e na assistência e o fomento de atividades promotoras de cultura, de conhecimento e geradoras de receitas para o Reino. Deste último aspeto salienta o reformador-reitor o seguinte:

«todas estas Sciencias se aperfeiçoão cada vez mais, e se enriquecem com descobrimentos novos, que logo devem incorporar-se nos respectivos Cursos das Lições publicas; E por outra partem que tem mostrado a experiencia, que as Universidades, nem tem infelmente promovido estes conhecimentos, nem tem recebido com a prontidão necessaria os descobrimentos, que de novo se tem feito em todas esras Sciencias, porque sendo

¹³² LEMOS, Francisco de Lemos, “Faculdade Filosofica – Vicios do estado anterior do Curso Filosofico, e meynos, que se applicaram para emenda d’elles, e bom Ensino d’esta Sciencia”, *Relação Geral do ...*, *ob. cit.*, p. 55.

¹³³ Para uma perceção mais esclarecida das complexas “relações de interdependência e de interferência” entre a Igreja e o Estado, na Época Moderna, veja-se o artigo de José Pedro Paiva, “Igreja e Estado...”, *ob. cit.*, pp. 393-401.

¹³⁴ CASTRO, Zília Osório de, “Pombalismo”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 4: P-V, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, p. 464.

¹³⁵ CASTRO, Zília Osório de, “Pombalismo”, *ob. cit.*, p. 463.

destinadas ao Ensino publico se julgam limitadas a um Curso de Liçoens positivas, e só trabalham, e se ocupam em conservar, e defender as que huma vez começaram a ensinar com grande prejuízo do Bem comum, e do adiantamento das Letras: Foi servido confederar as ditas tres Profissoens de Naturalistas, Medicos, e Mathematicos em huma Congregação geral, a qual tivesse por intuito trabalhar no progresso, adiantamento, e pratica nas Academias mais celebres da Europa, melhorando os conhecimentos adquiridos, e adquirindo outros de novos, os quaes se fizessem logo passar aos Cursos respectivos das ditas Faculdades.»¹³⁶.

Concluimos o presente capítulo com o pensamento de D. Francisco de Lemos relativamente à sua visão da Universidade e o que esta representava para o país:

«Não se deve olhar para a Universidade como hum Corpo isolado e concentrado em si mesmo, como ordinariamente se faz; mas sim como hum Corpo formado no seio do Estado, por meio de Sabios, que cria, difundir a Luz da Sabedoria por todas as partes da Monarchia: para animar, e vivificar todos os Ramos da Administração Publica; e para promover a felicidade dos homens; ilustrando os seus Espiritos com as verdadeiras noçoens do justo, do honesto, do util e do decoro; formando os seus coraçõens na pratica das Virtudes sociaes e Cristhans, e inspirando-lhes Sentimentos de Humanidade, de Religião, de Probidade, de Honra, e de Zelo pelo Bem Publico. / Quanto mais se analisa esta ideia, mais relaçoens se descobrem entre a Universidade e o Estado; mais se conhece a mutua dependência que tem estes dois Corpos um do outro, e que as Sciencias não podem florescer na Universidade, sem que o Estado floresça, se melhore e se aperfeiçoe; assim como não podem descahir e arruinem-se sem que o Estado igualmente descaia, e se arruíne.»¹³⁷.

¹³⁶ LEMOS, Francisco de, “Congregação Geral das Sciencias – Para o adiantamento. Progresso e perfeição das Sciencias Naturaes estabelecida por Sua Magestade nos Estatutos”, *Relação Geral do...*, *ob. cit.*, pp. 61-62.

¹³⁷ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra ...*, *ob. cit.*, pp. 148-149. Acrescentamos um parágrafo de uma missiva redigida por D. Francisco de Lemos e endereçada para José Monteiro da Rocha, na qual, mais uma vez, somos elucidados do papel da Universidade para o ilustre prelado: “Considerando eu, que a Universidade é a única escola nacional, que há, e que de todas as partes da monarchia concorre a ella a mocidade, a fim de habilitar-se para os cargos, e empregos da egreja, e do estado;” Cf. [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Scientifica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº9, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho e 1889 a junho de 1890, p. 626.

2.5. O segundo reitorado da Universidade (1799-1821)

2.5.1. Algumas das ações desenvolvidas no decurso do reitorado.

Após um interregno de cerca de vinte anos, entre o tempo do primeiro reitorado da Universidade (1770-1779) e o segundo – período no qual D. Francisco de Lemos se dedicou inteiramente à administração da diocese de Coimbra –, perante uma nova conjuntura governativa, com D. Maria I no trono, o ilustre prelado é nomeado Reformador-Reitor da Universidade, por carta régia de 13 de maio de 1799, por um triénio, tomando posse e prestando juramento a 16 do mesmo mês.

Este segundo reitorado, além de uma duração considerável (cerca de 22 anos), foi recheado de adversidades que, não só exigiram muito da competência e dedicação do bispo conde, como ainda o sujeitaram a algumas críticas públicas.

A conjuntura em que se insere este segundo mandato reitoral é muito difícil, tanto por questões internas, como por questões externas. Vejamos as questões internas. Como mencionámos anteriormente, neste período D. Francisco de Lemos foi alvo de muitas críticas, especialmente, por ter comungado da política pombalina, sendo considerado “o grande obreiro da Reforma Pombalina, a quem a Universidade tanto ficou a dever”¹³⁸. Atendendo à sua postura exigente e de acérrimo defensor da ordem e da disciplina, e sempre em defesa do projeto e conquistas da Reforma de 1772, o ilustre prelado foi publicamente criticado, ofendido e desconsiderado, especialmente numa obra de autoria anónima intitulada por *Lanterna Mágica* afixada no Convento da Trindade, em janeiro de 1817, escrito pelo qual se “satirizava a administração e a pessoa” do reformador-reitor, apelidando-o de “reliquia do despotismo pombalino”¹³⁹. Atualmente, atribui-se a composição deste manuscrito a alunos e lentes da universidade, estando cientes que, este ato, incitou a divulgação de outros pasquins do mesmo género. De igual forma, também Borges Carneiro o terá criticado em pleno Parlamento, algo que referiremos mais adiante¹⁴⁰. Volvido o período de um ano, surge uma nova campanha contra D. Francisco

¹³⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1799-1821)”, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma história da Instituição*, Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 172-183.

¹³⁹ Teófilo Braga refere uma outra publicação anónima que, de igual modo, criticava a ação de D. Francisco de Lemos, intitulada de *Trombeta*, “A Universidade sob o Regimen Absolutista”, *Historia da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*, vol. IV, Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1989, pp. 322 e 325.

¹⁴⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, *ob. cit.*, p. 172.

de Lemos e o seu desempenho na qualidade de reitor da academia, desta vez sob a forma de uma proclamação:

«As pequenas sommas que entram no cofre são consumidas em construir muros de pedra e cal, e socalcos, que não podendo concorrer para o adiantamento das Sciencias, pelos seus muitos defeitos, nem ao menos servem de recreio; em obras de méra ostentação na Livraria, e em manter na côrte deputados escolhidos entre os aduladores com o único fim de disfarçarem ou minorarem as justas imputações que se têm feito áquelle despota»¹⁴¹.

No excerto de autoria anónima que acabamos de mencionar julga-se, sem pudor, a administração de D. Francisco de Lemos, apelidando-o de “despota”, reprovando-se aqui as obras do Jardim Botânico, por canalizarem avultadas somas monetárias, a tal ponto que os ordenados dos professores foram pagos com atrasos¹⁴². Julga-se que a composição destes panfletos se deve a alguns lentes, insatisfeitos com esta questão. Na mesma publicação não ficou esquecida a integração do antístite na deputação a Baiona, para cumprimentar Napoleão, expressando-se o ataque nos seguintes termos: “não contente, enfim, de se ter mostrado ingrato á patria, procurando sujeital-a ao maior dos tyrannos”; apelidavam o reitor de “Bispo fôfo” e escarneciam da sua personalidade autoritária do seguinte modo: “Cresce tanto do Bispo e despotismo / Em tão decrepita e caduca idade, / Que ainda uma força alçada vêr espero / Fronteira aos paços da Universidade.”¹⁴³.

Externamente à Academia de Coimbra, a pressão não era menor. Depois da Revolução Liberal de 1820, o bispo conde, considerado como uma “reliquia do Marquez de Pombal”¹⁴⁴, é intimado a inteirar a Junta Provisional do Governo acerca das questões respeitantes à Universidade, como tal o ilustre prelado viu-se obrigado a reconhecer a autoridade da dita Junta e a subalternizar “a infamada Regencia e a somnolenta Côrte do Rio de Janeiro.”, vendo o seu poder de atuação reduzido¹⁴⁵. Também nas Cortes, D. Francisco de Lemos foi duramente censurado. Na sessão de 5 de março de 1821 ficou

¹⁴¹ BRAGA, Teófilo, “A Universidade sob o Regimen Absolutista”, *Historia da Universidade de Coimbra...*, *ob. cit.*, p. 325.

¹⁴² Também Teófilo Braga e Bernardo A. Serra de Mirabeau nos informam do atraso no pagamento dos vencimentos dos professores: BRAGA, Teófilo, “A Universidade sob o Regimen Absolutista”, *Historia da Universidade de Coimbra...*, *ob. cit.*, p. 321; MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria ...”, *ob. cit.*, p. 740.

¹⁴³ BRAGA, Teófilo, “A Universidade sob o Regimen Absolutista”, *Historia da Universidade de Coimbra...*, *ob. cit.*, p. 325.

¹⁴⁴ BRAGA, Teófilo, “A Universidade sob o Regimen Absolutista”, *Historia da Universidade de Coimbra...*, *ob. cit.*, p. 344.

¹⁴⁵ BRAGA, Teófilo, “A Universidade sob o Regimen Absolutista”, *Historia da Universidade de Coimbra...*, *ob. cit.*, p. 326. Aqui pode consultar-se a missiva enviada pela Junta do Governo Provisório a D. Francisco de Lemos.

dito:

«O sr. Borges Carneiro clamou contra a sua administração da Fazenda da Universidade de Coimbra, e apoiando a justiça do requerimento (do Dr. Santa Barbara) disse que a Universidade exigia reforma, que esta devia começar pelo Reitor, o qual era Bispo com o ordenado de 150\$000 cruzados, na qualidade de Bispo, e com 12\$000 cruzados na qualidade de Reitor; que isto escandalisava, que deveria dar-se prompta providencia; mandar pagar ao lente, e tomar os meios de reforma quanto antes. O deputado Alves do Rio foi de parecer que era melhor que se fizesse novo Reitor. E o Arcipreste da Bahia: “A respeito da reforma da Universidade disse que tinha havido tempo em que á Universidade se tinha mandado um Visitador, que assim lhe parecia que as circumstancias presentes exigiam se mandasse tambem um Visitador escolhido, homem de character e confiança, que fosse instruido nos conhecimentos necessarios relativos á Fazenda.” ... Quando se tratou do requerimento de Joaquim Antonio de Aguiar, acerca da colegiatura, disse o deputado Sarmiento as celebres palavras: “O Reitor da Universidade é uma relíquia do Marquez de Pombal, faz o que quer, e por elle está o *sic vollo, sic jubeo, stat pro ratione voluntas*”. E Borges Carneiro ... diz que o Reitor da Universidade “he um Magico, e faz o que quer.” ... falou Brotero, dizendo: “que era incompativel a execução das funções do Reitor da Universidade com as do Bispo; que elle já tinha mostrado sua incompatibilidade a Sua Magestade; porque tinha observado que, quando se trata dos interesses da Universidade em collisão com os do Episcopado, sempre se sacrificam os interesses da Universidade; por isso que fosse removido o Reitor e que ficasse com o seu Episcopado”».»¹⁴⁶.

Pelo que acima referimos, a conclusão, parece-nos, só pode ser uma: o objetivo era retirar D. Francisco de Lemos das suas funções, especialmente na Universidade.

Além das inúmeras reformas no ensino, operadas durante o período deste segundo reitorado, outra questão marcou, profundamente, a sociedade de então e interferiu com o funcionamento da Academia de Coimbra: as invasões francesas e a deputação a Baiona¹⁴⁷. Escolhido pelo general Junot para integrar uma deputação, constituída por

¹⁴⁶ BRAGA, Teófilo, “A Universidade sob o Regimen Absolutista”, *Historia da Universidade de Coimbra...*, *ob. cit.*, pp. 337-338.

¹⁴⁷ Para que melhor se entenda o real impacto das invasões no quotidiano da Universidade e vida do país, vejam-se as cartas do Dr. José Monteiro da Rocha para D. Francisco de Lemos: [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, 7º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1888 a junho de 1889, pp. 450-452. [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, 8º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1888 a junho de 1889, p. 512. [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, 11º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1888 a junho de 1889, pp. 732-733. [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto –*

homens notáveis da época, para ir a Baiona cumprimentar Napoleão e tratar de questões políticas de Portugal¹⁴⁸, a 17 de março de 1808, D. Francisco de Lemos sai de Lisboa com a deputação, sendo recebido em Baiona volvidos cerca de trinta dias da sua partida. Em novembro de 1810, passados três anos da partida da deputação, chega à fronteira de Portugal, no entanto é-lhe instaurado um processo, sob a acusação de traição à pátria e é retido no Porto para interrogatório, realizado pelo Chanceler da Relação, Manuel António da Fonseca e Gouveia, com um auto assinado em 2 de abril de 1881¹⁴⁹. Em agosto de 1812 é declarado inocente, entrando em Coimbra em dezembro de 1813, e vendo-lhe restituída a sua diocese e o reitorado da Universidade¹⁵⁰.

Mas nem só de ataques ao ilustre reitor se fez o segundo reitorado da Academia de Coimbra pautou-se, igualmente, por uma série de pequenas reformas na instituição, bem como por importantes publicações. É neste período que, por carta régia de dezembro de 1799, o Príncipe Regente manda que se efetive o Regulamento do Observatório Astronómico e que, assim que se disponha de um ajudante devidamente instruído, que este seja enviado para o estrangeiro para visitar os melhores observatórios e que, desses, anote as práticas e os instrumentos utilizados, para informar na Universidade. Em 1800 inicia-se a publicação do *Anuário da Universidade*, uma fonte de alto valor e imprescindível para se estudar o ambiente universitário do século, informando de acontecimentos, de funcionários e docentes da academia¹⁵¹. A promulgação do Regimento da Biblioteca da Universidade ocorre a 7 de novembro de 1800. A 1 de abril

Revista Científica e Litteraria, vol. 36, Segunda série, 12º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1888 a junho de 1889, p. 793 e 795. [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, 13º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1888 a junho de 1889, p. 55.

¹⁴⁸ Aqui atente-se ao que afirma Luís A. De Oliveira Ramos: “na definição da estratégia das negociações a tentar em Baiona, como no antever dos efeitos da divulgação dos respectivos resultados, papel fulcral coube a D. Francisco de Lemos, o mais ilustre membro da deputação e o seu mentor, um mentor apostado em garantir a permanência do Estado português contra os projectos de unidade ibérica ou de criação de uma dinastia nova que, ao tempo, bailavam no espírito de Napoleão. Isto porque ao cosmopolitismo ilustrado do bispo-conde jungia-se um fundo nacionalismo – contrário à Inglaterra e revigorado pelo legado nacionalista da Revolução e do Império”. Cf. RAMOS, Luís A. de Oliveira, “D. Francisco de Lemos e a Deputação a Baiona” in *Estudos de História de Portugal, volume II – séculos XVI – XX: homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa: Editorial Estampa, 1983, pp. 275-288.

¹⁴⁹ HESPANHA, António Manuel, “Sob o signo de Napoleão. A Súplica constitucional de 1808”, *Almanack brasiliense*, nº 7, USP, maio de 2008, pp. 80-101. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11683>. Visitado a: 2 de setembro de 2018. RAMOS, Luís A. de Oliveira, “D. Francisco de Lemos e a Deputação a Baiona”, *ob. cit.*, p. 287.

¹⁵⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, *ob. cit.*, p. 1. e TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de D. Francisco de Lemos ...”, *ob. cit.*, p. 7.

¹⁵¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, *ob. cit.*, p. 173.

de 1801 é decretada a organização das viagens e expedições científicas a territórios portugueses, porém tal ordem não foi de imediato, concretizada¹⁵². No mesmo ano, por iniciativa do bispo conde, é proposta a fundação de um Conselho Médico na Universidade, ideia a partir da qual nasce uma outra: a instituição de um Protomedicato, dois projetos não inovadores e que acabaram por se remeter ao esquecimento¹⁵³.

Em 1804 são dadas à estampa as primeiras *Efemérides astronómicas calculadas para o meridiano do Observatório da Universidade de Coimbra*, sendo uma obra que alcança uma reputação a nível internacional¹⁵⁴. Por alvará datado de 1 de dezembro de 1805 ordenam-se algumas reformas nos estudos jurídicos universitários, a saber: a adoção do método sintético no ensino da jurisprudência; a criação de algumas cadeiras auxiliares das Faculdades de Cânones e Leis; e introduz-se a lecionação separada do Direito Pátrio, independente de Direito Romano e de Direito Canónico. Em junho de 1807, por ordem da reitoria, ficava estabelecida a exigência de apresentação de uma declaração da Imprensa da Universidade que comprovasse a aquisição dos manuais do ano e curso a frequentar, sob pena de, sem esta, não se concretizar a matrícula na faculdade¹⁵⁵. O primeiro tomo da obra de João Pedro Ribeiro, *Dissertações cronológicas e críticas sobre a História e Jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*, é publicado em 1810, ao qual se seguiram outros quatro. No mesmo ano, José Acúrcio das Neves publica a sua obra *História Geral da invasão dos Franceses em Portugal e da restauração deste Reino*, composta por quatro tomos¹⁵⁶. Uma portaria lançada a 17 de janeiro de 1815, ordenava que fosse dado cumprimento, pelo bibliotecário da Universidade, à execução do regimento da Biblioteca fazendo com que a dita estivesse aberta nos dias estabelecidos¹⁵⁷.

¹⁵² RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, *ob. cit.*, p. 174.

¹⁵³ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...)*, *ob. cit.*, pp. 121-121. Para mais informações relativas à questão do Protomedicato consulte-se o artigo: CARVALHO, Augusto da Silva, “D. Francisco de Lemos e a Medicina”, *O Instituto - Revista Científica e Litteraria*, vol. 92, I Parte, Coimbra 1937, pp. 42-191. Este assunto também é tratado numa missiva de D. Francisco de Lemos para José Monteiro da Rocha: [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto - Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº10, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho e 1889 a junho de 1890, p. 711.

¹⁵⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, *ob. cit.*, p. 175.

¹⁵⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, *ob. cit.*, p. 176.

¹⁵⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, *ob. cit.*, p. 179.

¹⁵⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “43. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...”, *ob. cit.*, p. 181.

Em suma, perante o atrás exposto conclui-se que o segundo mandato reitoral de D. Francisco de Lemos viveu tempos muito conturbados, marcados por diversas situações de conflito, especialmente ideológico que, em muito, contribuíram para o seu agastamento, algo também devido à sua idade avançada. Porém, mesmo na adversidade, o antístite não deixou de “demonstrar o entranhado amor que ... tinha à sua Universidade, para a qual achava poucos todos os privilégios e proeminências”¹⁵⁸, conseguindo defender e fazer perpetuar a tão grandiosa Reforma de 1772, à qual tinha dedicado grande parte do seu tempo e energia, mostrando uma total devoção à Academia de Coimbra, bem como ao seu país.

Capítulo 3 - O perfil de D. Francisco de Lemos pelas palavras dos seus contemporâneos.

Para a redação do presente capítulo teremos como fontes algumas missivas dirigidas a D. Francisco de Lemos, pela pena de diferentes pessoas, de diversa extração social. Algumas de familiares do bispo conde e outras de figuras com as quais contactou no exercício das suas funções, quer na administração do bispado de Coimbra, quer no reitorado da Universidade. Tentaremos explorar a forma de trato na correspondência, a identidade do remetente e o tipo de linguagem que emprega, bem como os assuntos abordados. Excetuando os testemunhos de António Ribeiro dos Santos – para o qual nos serviremos da correspondência publicada por Luís Fernando de Carvalho Dias¹⁵⁹ -, de Fr. António José da Rocha, de Fr. Fortunato de S. Boaventura – dos quais analisaremos os elogios fúnebres redigidos ao tempo da morte de D. Francisco de Lemos – e de José Monteiro da Rocha – do qual iremos explorar um núcleo epistolar publicado na revista *O Instituto* -, toda a documentação que aqui é alvo de análise está integrada num núcleo documental pertencente ao Arquivo da Universidade de Coimbra¹⁶⁰. Salientamos que publicaremos, não só as missivas sobre as quais recai a nossa análise, mas também algumas outras integradas no espólio que também consultámos, mas que, por questões tempo e limitação de espaço, não pudemos analisar aqui.

¹⁵⁸ CARVALHO, Augusto da Silva, “D. Francisco de Lemos e a Medicina”, *O Instituto - Revista Científica e Litteraria*, vol. 92, I Parte, Coimbra 1937, p. 50.

¹⁵⁹ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XIV, vol. III, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974, pp. 415-519.

¹⁶⁰ *D. Francisco de Lemos*, cota PT/AUC/PFM/DFL, VI-3ª 1-3-29.

3.1. O testemunho das missivas de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho.

Como já fomos fazendo referência em capítulos anteriores¹⁶¹, é por demais flagrante a influência de João Pereira Ramos na vida e percurso de D. Francisco de Lemos. Não pretendendo repetir aquilo que já foi, anteriormente, alvo de reflexão por Carlos F. T. Alves¹⁶², pareceu-nos útil centrar alguma atenção neste assunto, tendo como base um conjunto de 49 missivas enviadas por João Pereira Ramos a seu irmão, D. Francisco de Lemos, recentemente publicadas por Ana Maria Bandeira¹⁶³. Através destas pretendemos descortinar a relação dos irmãos, perceber em que domínios tocava e os meios em que se desenrolava e, assim, captar o real ascendente de Azeredo Coutinho sobre D. Francisco de Lemos, mas especialmente a imagem que aquele tinha do seu irmão.

Ao tempo da redação das cartas aqui em apreço, no período entre 1775 e 1779, João Pereira Ramos residia em Lisboa, no Palácio do Machadinho, localizado na Rua do Acipreste, local onde D. Francisco de Lemos se estabelecia quando se ausentava da cidade do Mondego. Nesta época, João Pereira Ramos, doutorado em Cânones pela Universidade de Coimbra¹⁶⁴, desempenhava os cargos de Procurador da Coroa e aguardava pela sua nomeação para Desembargador do Paço, função que iria exercer cumulativamente com a anterior¹⁶⁵. Do total das missivas, 44 foram redigidas em Lisboa e 5 na Quinta das Praias, designação que não nos informa de onde se situava, sabendo nós apenas que se localizaria numa zona costeira, pois João Pereira Ramos, na missiva com data de 12 de setembro de 1778 informa que aí usufruía de banhos terapêuticos: “modo de hir para o mar na cadeira, de que uzo”¹⁶⁶. Sobre a periodicidade da correspondência, sabemos que foi mais expressiva nos anos de 1775 e 1776, (16 e 23 cartas, respetivamente), por oposição ao ano de 1777, do qual não se possui nenhuma –

¹⁶¹ Veja-se o capítulo “2.2. Ao serviço da Ordem Beneditina”.

¹⁶² ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...)*, *ob. cit.*, pp. 28-33.

¹⁶³ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, ““Mano muito do meu coração...””, Reconstituição do arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos e transcrição das cartas de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1775-1779)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXX, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 35-160. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/boletimau/article/view/4586>. Visitado a 17 de outubro de 2017.

¹⁶⁴ Outros cargos e dignidades que lhe foram atribuídos: fidalgo Cavaleiro da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, pertenceu ao Conselho da Rainha D. Maria I, desembargador do Paço, procurador da Coroa e guarda-mor da Torre do Tombo, etc. Cf. RODRIGUES, Manuel Augusto, “Introdução”, *Biblioteca e Bens (...)*, *ob. cit.*, p. V.

¹⁶⁵ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 50.

¹⁶⁶ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 50 e 149.

talvez aqui a explicação resida no facto de ter sido o ano da morte do monarca, D. José I, e o início do fim do governo do Marquês de Pombal, demarcando-se assim como um período de uma conjuntura particularmente difícil, sobretudo, para os defensores da política pombalina -, reduzindo-se de forma bastante acentuada o número de cartas enviadas no ano de 1778 (de 23 no ano de 1776 diminui para apenas 9 cartas). Para o ano de 1779, Ana Maria Bandeira explica o facto de apenas se dispor de uma carta: “a partir deste ano D. Francisco de Lemos vai viver para Lisboa e por isso deixa de se corresponder com o irmão, pois convive diariamente com ele, residindo em sua casa.”¹⁶⁷, acrescentamos que é neste mesmo ano que termina o primeiro reitorado de D. Francisco de Lemos na Universidade.

O núcleo epistolar aqui em análise perpassa por muitos assuntos, do domínio privado, mas também do público. Do respeitante ao círculo familiar e privado destacam-se: a aquisição de património imobiliário por parte de João Pereira Ramos, em Pereira e Formoselha; a gestão de património da família da sua mulher, como o local na Ega, no qual Azeredo Coutinho propunha que se plantassem pés de amoreira, para que se fizesse uma criação de bichos da seda e a questão (na qual muito insiste com D. Francisco de Lemos, em várias missivas) dos arrendamentos das propriedades; as notícias que João Pereira Ramos dá ao irmão sobre o estado de saúde da sua mulher e filhos; o nascimento do seu filho mais novo, José Ramalho, e o seu apadrinhamento por Pombal; a vinda de familiares seus do Brasil, como José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, primo de D. Francisco de Lemos¹⁶⁸; as notícias sobre as suas irmãs religiosas, residentes no Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Marvila; entre outras matérias.

Da vida pública destacam-se informações respeitantes ao quotidiano da Academia de Coimbra, as questões tratadas nas reuniões do Erário Régio, as temáticas debatidas nas conferências realizadas em casa de Pombal (sobre negócios do Erário) e as assembleias da Real Mesa Censória. Nas conferências promovidas em casa do Marquês, João Pereira Ramos marcava presença desde 1774, por convite do próprio anfitrião. Aí contactava com os ministros de Estado, o Procurador da Fazenda e o Tesoureiro Mor do Erário Régio, permitindo-lhe, deste modo, criar uma ampla rede de contactos e informações, mantendo-se a par e informando D. Francisco de Lemos, sobre os mais diversos domínios do governo do país e, do mesmo modo, sobre a vida privada dos ministros ali presentes¹⁶⁹

¹⁶⁷ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 53.

¹⁶⁸ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 148.

¹⁶⁹ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 51-52.

(aqui é flagrante o caso do desembargador José Seabra da Silva, que é assunto constante nas missivas a partir de 8 de agosto e 1778 até 9 de janeiro de 1779)¹⁷⁰. Este aspeto, em nosso entender, não pode de modo algum ser ignorado pois certamente que em muito o favoreceu, e diríamos mesmo que foi determinante, para o bom desempenho de D. Francisco de Lemos, quer à cabeça da diocese de Coimbra, quer no reitorado da Universidade, pois permitiu que além de estar bem munido de informação relevante sobre tudo à sua volta e todos, também possibilitou que João Pereira Ramos melhor o aconselhasse no desempenho das suas funções. No entanto, deixamos – mais uma vez - a ressalva de que, não queremos com isto questionar a aptidão e capacidade de D. Francisco de Lemos no exercício das suas funções, nem afirmar que o mitrado era instruído pelo seu irmão, mas tão só pretendemos salientar a relevância destas redes clientelares e de informações para um melhor exercício dos cargos detidos pelos irmãos que, como veremos mais adiante, se entrelaçavam nas suas funções.

Sobre o quotidiano da Academia trata-se uma considerável plêiade de assuntos, de entre os quais referimos os seguintes: o uso abusivo do traje académico por indivíduos alheios à corporação, ao abrigo dos Estatutos de 1772¹⁷¹; o envio das provisões para a recondução de D. Francisco de Lemos no reitorado da Universidade, por mais três anos¹⁷²; o plano para a reforma da Faculdade de Teologia, elaborado por D. Francisco de Lemos, que agradou a Pombal¹⁷³; a recondução de Marçal José Galvão no cargo de conservador da Universidade¹⁷⁴; a vinda para a Universidade dos filhos do Marquês de Penalva e do Visconde de Vila Nova de Cerveira¹⁷⁵; a inauguração dos novos edifícios, decorrentes da reforma de 1772¹⁷⁶; a consulta das plantas dos novos edifícios da Universidade, da autoria de Elsdén, os quais obtiveram a aprovação de Pombal¹⁷⁷; o reduzido número de alunos a frequentar a nova Faculdade de Matemática, algo que teria que ser solucionado pelo reitor¹⁷⁸; a atenção que requeria o controlo das rendas da Universidade, um assunto que João Pereira Ramos aconselha que D. Francisco de Lemos

¹⁷⁰ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 138-156.

¹⁷¹ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 56.

¹⁷² BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 61 e 73.

¹⁷³ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 62.

¹⁷⁴ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 66.

¹⁷⁵ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 66.

¹⁷⁶ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 82 e 83.

¹⁷⁷ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 87.

¹⁷⁸ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 89.

dispense mais do seu tempo¹⁷⁹, entre outros temas.

Dar conta do estado de saúde do monarca, D. José I, era outro recorrente assunto nas missivas de João Pereira Ramos, chegando este a deixar transparecer alguma preocupação da sua parte, como é visível em todas a correspondência deste núcleo, umas vezes com um maior detalhe outras menos, mas a saúde do monarca é sempre alvo de atenção. Do mesmo modo no que respeita à saúde e estado da sua mulher e filhos, chegando por vezes a transmitir as saudações enviadas pela sua mulher, D. ^a Maria do Cardal Ramalho da Fonseca Arnaut do Ruivo, e pedindo, quase sempre a bênção do prelado, em especial, para os seus filhos, Manuel e o recém-nascido, José.

Uma vez que ambos os irmãos gozavam de uma alta reputação e poder na sociedade da época, ocupando alguns dos mais altos cargos e dignidades, cabia-lhes auxiliar a sua família residente na América portuguesa: o Brasil. O que, como nota Ana Maria Bandeira, demonstra que, mesmo estando inseridos numa sociedade substancialmente diferente daquela em que nasceram, “estes dois irmãos não [esqueceram] as raízes familiares brasileiras e procuraram ajudar os sobrinhos que vieram estudar para Coimbra e outros familiares e amigos.”¹⁸⁰, refiram-se os casos de Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho¹⁸¹ e Vasco Fernandes Coutinho¹⁸², ambos vindos para estudar na Faculdade de Leis. A mesma política era aplicada aos integrantes das suas redes clientelares. Por algumas vezes vemos João Pereira Ramos a pedir ao seu irmão para que favoreça ou facilite, na qualidade de reitor da Universidade, a entrada de certos estudantes e satisfazendo-lhes, dentro do que lhe fosse possível, as suas exigências, pois disso dependia a manutenção ou fortalecimento de relações influentes e contactos de relevo, bem como o assegurar de um maior leque de conhecimentos que interessavam a ambos. Atente-se, a título exemplificativo, no seguinte caso: José de Almeida, filho de D. Ana Joaquina de Lencastre e de D. Gonçalo de Almeida de Sousa e Sá, o Senhor do Morgado da Cavalaria, donatário da vila do Banho (à época já falecido), pretendia vir estudar para a Universidade, mas necessitava de obter a aprovação do percurso feito ao abrigo do plano de estudos anterior à reforma de 1772. Aqui intervém Azeredo Coutinho, pedindo a D. Francisco de Lemos para que “queira atendê-lo em todas as matérias, que poderem ser objecto de graça, e favor”, esperando aquele que “de sorte que a experiência mostre a

¹⁷⁹ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 111.

¹⁸⁰ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 53.

¹⁸¹ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, nota 29, p. 58.

¹⁸² BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, nota 217, p. 150.

utilidade, e eficácia destes meos officios, que na verdade são muito sinceros, e feitos com verdadeiro empenho, de que lhe sejam vantajosos.”¹⁸³.

Sendo D. Francisco de Lemos bispo coadjutor e futuro sucessor de D. Miguel da Anunciação, na mitra de Coimbra, naturalmente que alguns assuntos relacionados com a diocese foram alvo de debate, nomeadamente: a redação das Constituições Sinodais do bispado de Coimbra a cargo de D. Francisco de Lemos, um assunto muito prioritário, atendendo à grande insistência de Pombal para a sua conclusão, na pessoa do 3º patriarca de Lisboa, o Cardeal D. Francisco Saldanha da Gama (este assunto é recorrente nas missivas e, para além disso, é uma irrefutável prova da concretização da política regalista em Portugal)¹⁸⁴; a questão da anexação de territórios e paróquias à recém criada diocese de Aveiro, que estariam sob a jurisdição da diocese de Coimbra¹⁸⁵; a querela entre o Cabido da Sé de Coimbra e o meio cónego Luís de Melo, outra temática tratada em mais do que uma missiva¹⁸⁶; a questão da publicação da Carta Encíclica e a Extensão do Jubileu, alvo de consulta por parte dos bispos ao poder civil, para se inteirarem da possibilidade de obtenção de beneplácito régio para a sua divulgação, e aqui temos uma nova confirmação da efetivação da política regalista em Portugal, pois o documento papal foi sujeito a exame pela Real Mesa Censória, tendo obtido posteriormente, a devida licença do monarca para a sua publicação¹⁸⁷.

Passemos agora para os dois pontos de análise que constituem o cerne do presente capítulo: o ascendente que João Pereira Ramos detinha sobre D. Francisco de Lemos e o retrato deste, à luz do testemunho legado pelo irmão. Sobre o primeiro aspeto são múltiplos os vestígios, um dos quais já fizemos menção: o pedido de Azeredo Coutinho, ao seu irmão para que, na qualidade de reitor da Academia de Coimbra, diligenciasse no sentido de possibilitar a frequência de José de Almeida, na corporação académica, atendendo aos constrangimentos do foro académico em que se encontrava; a questão da redação das Constituições Sinodais do bispado de Coimbra, a cargo de D. Francisco de Lemos, um assunto, como já referimos, muito lembrado nas missivas, e sobre o qual o bispo conde era mantido a par e, constantemente, lembrado da sua importância por

¹⁸³ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 81-82.

¹⁸⁴ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 62, 91, 93, 98 e 129.

¹⁸⁵ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 63, 81, 85 e 133.

¹⁸⁶ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 73, 78-79, 83-84, 90, 93, 95-96, 98, 102 e 131.

¹⁸⁷ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 107 a 109, 116, 120, 133 e 134.

Azeredo Coutinho; as ofertas de iguarias alimentares com as quais o bispo conde tinha, por costume, enviar em forma de agradecimento a algumas figuras ilustres, de entre as quais o Marquês de Pombal e o 3º Cardeal Patriarca de Lisboa¹⁸⁸, é outra questão sobre a qual Azeredo Coutinho auxilia e influencia, digamos, o seu irmão, uma vez que o informa de uma preferência alimentar de Pombal (pelo que é dito, gostava de “meloens de inverno de Soure”), certamente com o intuito de agradar o ministro de D. José¹⁸⁹; sobre a contenda que envolvia o Cabido da Sé de Coimbra e o cónego Luís de Melo, João aconselha D. Francisco de Lemos a manter-se afastado dela, dizendo-lhe que “vós por nenhum modo vos produzaes no teatro (?). A questão não hé convosco não queirais tomar sobre vós perigo algum por parte della.”¹⁹⁰.

A preocupação de João Pereira Ramos com as relações sociais do irmão é outro ponto a destacar, conforme o atesta o caso em que este informa D. Francisco de Lemos da chegada à metrópole do desembargador Manuel Francisco da Silva e Veiga, vindo do Rio de Janeiro, lembrando o prelado de que este os serviu bem e, como tal, seria necessário que este lhe enviasse uma carta de boas vindas, salientando que tal é apenas um conselho¹⁹¹; recomenda ao mitrado que mande “cantar o Te Deum por livrar o Sr. Marquez da conjura forjada contra elle não só na Universidade, mas taobem na Sé; e que depois disso feito o participasses por huma conta ao dito Snr., ... e de felicitaes o Sr. Marquez em nome da Universidade”¹⁹²; cuidando para que o irmão não seja, de certa forma, esquecido, e para que não perca a sua influência, Azeredo Coutinho aconselha D. Francisco de Lemos a marcar presença em Lisboa¹⁹³; com o regresso à metrópole de José Seabra da Silva, ex Secretário de Estado de Pombal que fora desterrado para o Brasil e para África, Azeredo Coutinho lembra D. Francisco de Lemos que seria recomendável, que este lhe enviasse uma carta a cumprimentá-lo¹⁹⁴; tratar da questão do método de vigilância aos exames realizados pelos colegiais do Colégio de S. Paulo, é mais uma lembrança que João Pereira Ramos transmite ao seu irmão, chegando mesmo a dar-lhe o seu parecer sobre o assunto¹⁹⁵; a gestão e rentabilidade do património da Universidade é

¹⁸⁸ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 104 e 110.

¹⁸⁹ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 63.

¹⁹⁰ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 75.

¹⁹¹ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 79-80.

¹⁹² BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 80.

¹⁹³ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 133.

¹⁹⁴ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 139.

¹⁹⁵ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 141.

outro ponto em que vemos a orientação e aconselhamento de Azeredo Coutinho para com o seu irmão¹⁹⁶; do mesmo modo, João Pereira Ramos, também recorre ao irmão, pedindo-lhe o seu parecer sobre alguns assuntos, de entre os quais o de decidir qual o destino a dar a dois sobrinhos de ambos que tinham sido enviados para Portugal, para estudarem no Colégio dos Nobres, receando Azeredo Coutinho que fossem alvo de discriminação devido à sua fisionomia, estando muito provavelmente, a referir-se ao seu tom de pele¹⁹⁷; aquando da abolição da lei de distinção entre cristão-velhos e cristãos-novos, João Pereira Ramos aconselha o irmão a fazer uso de “moderação, e circunspeção em tudo o que obrares.”¹⁹⁸, entre outros exemplos que se encontram no presente núcleo epistolar.

Ao longo das missivas são diversas as marcas da relação entre os irmãos, as quais nos permitem traçar o perfil do prelado. Pelo que nos é dado perceber, os irmãos mantinham uma relação muito próxima, de grande amizade, lealdade, de cumplicidade – também no que ao domínio político dizia respeito - afetuosa, sincera e dedicada ao outro. Por diversas vezes, é notória a relação de tutoria entre os irmãos, mostrando-se, como já analisámos anteriormente, João Pereira Ramos o mentor de D. Francisco de Lemos, aconselhando-o em diversas ocasiões e sobre diversas matérias, algo que não é uma novidade, lembrando-se que aquele era mais velho cerca de treze anos em relação ao mitrado.

A amizade e, diríamos mesmo, amor fraternal entre os irmãos, denota-se logo pela forma de saudação utilizada, constantemente, por João Pereira Ramos nas cartas enviadas ao irmão: “Mano muito do meu coração”¹⁹⁹, mas do mesmo modo o verificamos na forma como se despede, no término das missivas: “Irmão que muito vos ama do coração”²⁰⁰, “Irmão amante do coração e muito obrigado”²⁰¹, “Vosso irmão amante do coração e muito obrigado”²⁰², mais ainda na constante preocupação de Azeredo Coutinho em saber da saúde do seu irmão, aspeto para o qual se atenta nos princípios da maior parte das missivas aqui em análise. Esta relação era tão íntima e de tanta confiança que, Azeredo Coutinho tinha o seu irmão como o seu grande e único apoio, confiando-lhe a guarda da sua mulher e filhos:

¹⁹⁶ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 143.

¹⁹⁷ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 146-150.

¹⁹⁸ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 155.

¹⁹⁹ Aspeto já assinalado por BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 53.

²⁰⁰ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 57.

²⁰¹ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 61, 69, 71, etc.

²⁰² BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 65, 66, etc.

«que nessa disposição vivaes e passeis longo tempo do nosso dezejo; para que eu tenha esse grande gosto, em quanto viver, e não falte depois de mim a meos filhos o único, e grande apoio, em que sereno todas as minhas esperanças, e descançaõ todos os meos cuidados»²⁰³.

Para além de lhe confiar a guarda da sua própria família, João Pereira Ramos também encarregava o irmão da escolha de administradores para a gestão de património seu e da família da sua mulher²⁰⁴. Acrescentando-se que, recebia de D. Francisco de Lemos bens alimentares (como lampreias e morcelas)²⁰⁵ e ajuda monetária, designadamente para pagar dívidas e adquirir património que, João Pereira Ramos assume ser pertença de D. Francisco de Lemos, apesar de estar com o seu nome: “Das tres fazendas compradas ao Snor. Marquez ... Ellas são vossas; pois ainda que se compraram em meu nome, e por isso para mim passou o domínio; como foi com dinheiro todo vosso, vossas são.”²⁰⁶. Todavia, em simultâneo, ia instruindo o prelado das políticas de gestão que pretendia que fossem aplicadas nos seus domínios, mas sempre encarregando o seu irmão da vigilância das obras e atos de gestão, especialmente no respeitante a: culturas, cobrança de foros e tomada de posse de terras²⁰⁷.

Em suma, atendendo ao tipo de relação mantida entre os irmãos, que acabámos de expor, a imagem com que ficamos de D. Francisco de Lemos revela um homem com amor pela sua família, dedicado inteiramente à causa pública em prol, quer da Universidade, quer da diocese de Coimbra, preocupado com aqueles que o cercavam, generoso, afável, respeitado, responsável, amigo, leal, admirável, respeitador (pelo que pudemos perceber, escutava os conselhos dados pelo seu irmão e tutor), confiável e, o que mais se destaca nesta correspondência: um grande amigo do seu irmão, pois pelo que nos é dado perceber, D. Francisco de Lemos atendia aos pedidos de João Pereira Ramos, tanto de foro pessoal, como de foro profissional e público. Lembrando apenas um último aspeto: é importante considerar que, ao inserir D. Francisco de Lemos na cena política da sociedade de Setecentos, João Pereira Ramos – fazendo uso da relação de confiança e proximidade de que gozava na época, junto do poder central, especialmente na pessoa de Carvalho e Melo, o ministro do rei – coloca-se em xeque perante as mais altas figuras da

²⁰³ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 97.

²⁰⁴ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 70 e 93.

²⁰⁵ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, p. 108.

²⁰⁶ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 77, 98-99.

²⁰⁷ BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Manno muito do meu (...)”, *ob. cit.*, pp. 71-72, 77, 79, 80, 86, 89, 120, 126, 133-134 e 150-152.

sociedade, afixando a validade de D. Francisco de Lemos, perante Pombal e, conseqüentemente, perante D. José I. Desta forma, João Pereira Ramos mostra a confiança no ascendente que detinha sobre D. Francisco de Lemos, bem como na instrução que lhe proporcionou, moldando-o e formatando o seu espírito para que, um dia, exercesse alguns dos mais altos cargos e dignidades do Reino.

3.2. O bispo conde nas palavras de José Monteiro da Rocha.

No ano de 1734, aos 25 dias do mês de junho, nasce, na vila de Canavezes, José Monteiro da Rocha, filho de João Teixeira, um lavrador da região do Douro. Proveniente de origens humildes, com 5/6 anos de idade já trabalhava no pastoreio de gado, tarefa que, segundo consta, lhe possibilitou encontrar a direção que o levaria a um caminho ilustre, instruído e de grande relevo na história de Portugal²⁰⁸.

“O varão [José Monteiro da Rocha] foi um d’aquelles fenómenos raros, em sciencias exactas, e que deixou um nome glorioso á sua pátria, nome que o tempo, que tudo gasta, não poderá riscar da memória”²⁰⁹, instruído pelos inicianos no Colégio de Todos os Santos da Baía - no qual terá estudado filosofia, sob a leção do professor brasileiro Jerónimo Moniz, e ciências com o mestre alemão João Brewer - destacou-se pelo seu “genio tão grande”, mantendo-se na Companhia de Jesus – na qual ingressou em outubro de 1752 - até ao tempo da sua expulsão de Portugal, em 1759, momento em que parte para o Brasil, mais precisamente para a Baía²¹⁰.

A sua senda na corporação académica e, conseqüentemente, entrada na vida pública do Portugal de então inicia-se quando, ao regressar à metrópole (em 1766) se instala em Coimbra e se matricula na Faculdade de Cânones (em 1767), obtendo o grau de bacharel a 25 de junho de 1770²¹¹. É nesta época que, pelo que nos informam António José Teixeira e Francisco Bastos, José Monteiro da Rocha se cruza com D. Francisco de Lemos, reformador-reitor da Universidade, o qual o terá indicado a Pombal, a fim de que

²⁰⁸ TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de José Monteiro da Rocha”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº2, Coimbra: Imprensa da Universidade, agosto de 1890, pp. 65-98.

²⁰⁹ BASTOS, Francisco António Martins, “O Dr. José Monteiro da Rocha”, *O Instituto: jornal científico e litterario*, Volume Sexto, Coimbra: Imprensa da Universidade, (1857-1858), pp. 261-262.

²¹⁰ FIGUEIREDO, Fernando José Bandeira de, *José Monteiro da Rocha e a actividade científica da "Faculdade de Mathematica" e do "Real Observatório da Universidade de Coimbra": 1772-1820*, Tese de doutoramento em Matemática (Matemática Aplicada) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

²¹¹ TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de José Monteiro ...”, *ob. cit.*, pp. 67-68.

colaborasse na redação dos Estatutos de 1772.²¹².

Iniciado, pois, nas lides da causa pública, José Monteiro da Rocha começa a usufruir das dignidades e cargos que cabiam à sua nova condição. Em 1772, por decreto datado de 11 de setembro é colocado para lecionar a cadeira de Ciências Físico-Matemáticas, a 7 de outubro recebe o grau de doutor e, passados dois dias, é integrado na Faculdade de Matemática, por ordem de Carvalho e Melo. Em 1774, é provido para a cadeira de cônego magistral da Sé de Leiria, como professor eclesiástico, sendo esta uma das maiores gratificações pelos serviços prestados ao tempo da reforma universitária de 1772, bem como pelos seus valiosos trabalhos no planeamento e estruturação da Faculdade de Matemática, serviços sempre lembrados por D. Francisco de Lemos e pelo Marquês de Pombal²¹³. Por carta régia, com data de 4 de junho de 1783, é nomeado para a leção da cadeira de Astronomia; a 31 de julho do mesmo é, por ordem do monarca e sugestão do Principal Castro (na época reitor da Universidade), indigitado para o lugar de Vice-Reitor da Academia, tomando posse em outubro de 1783 e aí permanecendo em exercício de funções até maio de 1804, ano em que vai para a Corte para se dedicar à instrução do Príncipe da Beira²¹⁴. Em março de 1800, Monteiro da Rocha é nomeado Conselheiro do Príncipe Regente, D. João, e, volvido um ano, recebe a comenda da Ordem de Cristo da Sé de Portalegre²¹⁵.

A sua competência e mestria foram notadas não somente na vice-reitoria da Universidade²¹⁶, mas também no domínio da escrita e tradução de obras. De entre as traduções que fez destacam-se o *Tractado de Mechanica* de Mr. Maria e o *Tractado de Hydrodynamica* de Mr. Bossut, ambos publicados em 1775, na Real Oficina da Universidade. Como obras da sua autoria contam-se: *Solução sobre o problema de Kepler sobre a medição das pipas e toneis*, 1785; *Additamentos á regra de Mr. Fontaine*, 1786; *Exposição dos methodos particulares no calculo das Ephemerides*, 1797; *Taboada náutica para o calculo das longitudes*, 1801; *Ephemerides astronomicas, calculadas para o meridiano do observatorio real da Universidade de Coimbra, para o uso do mesmo*

²¹² BASTOS, Francisco António Martins, “O Dr. José Monteiro ...”, *ob. cit.*, p. 261 e TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de José Monteiro ...”, *ob. cit.*, p. 68.

²¹³ TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de José Monteiro ...”, *ob. cit.*, p. 71.

²¹⁴ BASTOS, Francisco António Martins, “O Dr. José Monteiro ...”, *ob. cit.*, p. 261 e TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de José Monteiro ...”, *ob. cit.*, pp. 68, 69, 74 e 83.

²¹⁵ FIGUEIREDO, Fernando José Bandeira de, *José Monteiro da Rocha e a actividade científica (...)*, *ob. cit.*, pp. 18-19.

²¹⁶ Para um melhor conhecimento sobre as reformas que operou na Academia veja-se TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de José Monteiro ...”, *ob. cit.*, pp. 88-92.

*observatório e para o da navegação portuguesa, volume I para o anno de 1804, 1803; Memórias sobre o uso do reticulado romboidal e do instrumento de passagens, 1806; Memória sobre a determinação das orbitas dos cometas*²¹⁷.

Passando agora para o tópico de que se ocupa o presente capítulo: a imagem de D. Francisco de Lemos, nas palavras de José Monteiro da Rocha. O conjunto de cartas de que nos serviremos para expor a nossa tese compreende, no total, 126 missivas, das quais 16 foram redigidas pelo bispo conde²¹⁸. Sobre a periodicidade das fontes, podemos dizer que cobre um período bastante abrangente: de 1799 a 1816. Porém não é linear, uma vez que não contempla todos os anos - não se possui nenhuma missiva para os anos de 1809, 1810, 1811, 1813 e 1814 -, e padece de bastantes discrepâncias no que respeita ao número de cartas por ano: de 1799 até 1805 dispomos de 111 missivas, sendo este o período de maior expressão. Carlos F. T. Alves, na sua dissertação de mestrado, analisou esta questão, explicando tal facto com a ida de D. Francisco de Lemos para Lisboa, logo após a sua recondução no cargo de reformador reitor da Universidade, em 1799, local onde permaneceu até 1804, junto do poder central. Relativamente aos anos em falta, designadamente de 1809-1811, 1813 e 1814, Carlos Alves argumenta com a integração de D. Francisco de Lemos na deputação a Baiona, para cumprimentar Napoleão Bonaparte (o prelado esteve ausente de Portugal de 1808 a 1810, em 1810 regressa ao país, mas apenas retorna à cidade do Mondego em 1814)²¹⁹.

Como também já notou Carlos Alves, as missivas tratam de assuntos respeitantes à corporação académica - as aulas, os lentes, a disciplina, os compêndios, etc. -, e ao quotidiano do governo do país - as Invasões Francesas, a Diretoria Geral dos Estudos, a Junta dos Três Estados, a Saúde Pública, etc.²²⁰. Da leitura das mesmas, embora não sejam de cariz privado e, por isso mesmo, sejam ténues as marcas da relação pessoal, entre José Monteiro da Rocha e D. Francisco de Lemos, é possível extrair alguns traços desta que nos permitem, também, perceber a imagem do bispo conde.

Os núcleos epistolares de que dispomos, dizem respeito ao período compreendido entre 2 de julho de 1799 - volvidos 8 dias da tomada de posse de D. Francisco de Lemos

²¹⁷ TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de José Monteiro ...”, *ob. cit.*, pp. 71-80.

²¹⁸ Deste conjunto, 1 missiva insere-se no vol. 36 de *O Instituto* (pp. 309-310) e, as restantes, no vol. 37 (pp. 202-203; 272-273; 475; 625; 625-628; 709-710; 710; 711; 711; 712; 799; 799-800; 801-802; 803; 803-804 e 881-882).

²¹⁹ ALVES, Carlos F. T., “3.1. A fonte”, *D. Francisco de Lemos...*, *ob. cit.*, pp. 108-109.

²²⁰ ALVES, Carlos F. T., “3.1. A fonte”, *D. Francisco de Lemos...*, *ob. cit.*, p. 109.

na reitoria da Universidade – e 2 de agosto de 1801²²¹ e de 11 de agosto de 1801 a 2 de junho de 1816²²². A forma de saudação a que José Monteiro da Rocha recorre para se dirigir ao prelado é, invariavelmente, a mesma: “Excelentíssimo e reverendíssimo senhor”, mostrando um trato puramente formal, subserviente e respeitoso. A despedida, à exceção de duas missivas – datadas de 27 de novembro de 1800 e de 23 de julho de 1801, nas quais se dirige ao reitor como “Excelentíssimo e reverendíssimo Senhor Bispo Conde, Reformador Reitor da Universidade” – também é constante: “Deus guarde a vossa excelência muitos anos ... De vossa excelência – Muito fiel súbdito e criado obrigadíssimo – José Monteiro da Rocha”²²³.

Entre as linhas dedicadas à resolução de questões respeitantes à corporação académica, é possível entrever-se uma relação de confiança e, diríamos até, de parceria e amizade entre o reformador reitor e José Monteiro da Rocha. Nestas, o vice-reitor suplanta o âmbito a que obrigava a sua função, para dar lugar à troca de opiniões e pareceres sobre questões do governo do país, de entre as quais: as investidas por parte da Rússia para estabelecer a sua tão desejada “monarquia universal”, em toda a Europa²²⁴; os membros para integrar a deputação, em representação da Universidade, destinada a cumprimentar o Regente²²⁵; a discordância de José Monteiro da Rocha relativamente à retirada da corte portuguesa para o Brasil²²⁶; a crítica à gestão e retidão de órgãos públicos, como a Secretaria de Estado (assumindo nós que possa estar a referir-se a outra

²²¹ [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, nº 5, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1888 a junho de 1889, pp. 305-310, 372-376, 449-454, 509-514, 587-593, 657-663, 732-736 e 793-798.

²²² [s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº1, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho e 1889 a junho de 1890, pp. 53-57, 128-132, 197-204, 268-275, 338-340, 475-479, 560-564, 622-628, 709-714, 799-804 e 881-884.

²²³ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, pp. 305-310, 372-376, 449-454, 509-514, 587-593, 657-663, 732-736 e 793-798 e “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, pp. 53-57, 128-132, 197-204, 268-275, 338-340, 475-479, 560-564, 622-628, 709-714, 799-804 e 881-884.

²²⁴ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, cartas de 17 de novembro de 1799 e 19 de novembro de 1799, pp. 306-307; carta de 23 de março de 1800, pp. 450-451.

²²⁵ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 25 de março de 1800, p. 452 e carta de 30 de junho de 1800, p. 512.

²²⁶ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 5 de julho de 1801, p. 735.

instituição)²²⁷; possíveis intrigas na corte e danos que podem causar, etc.²²⁸.

De igual forma, em várias oportunidades, não se esquece de agradecer ao bispo conde a sua intercessão - enobrecendo a figura de José Monteiro da Rocha junto das elites²²⁹ -, para que lhe fosse atribuída a comenda de Portalegre²³⁰, o trato que tem para consigo²³¹, demonstrando estar profundamente grato e consciente da importância e do privilégio de poder usufruir da proteção de D. Francisco de Lemos²³². Dito isto, percebemos que, na ótica de José Monteiro da Rocha, o mitrado era alguém reputado²³³, de confiança, amigo, preocupado, trabalhador, dedicado e competente no exercício das suas funções²³⁴.

Pela forma como o prelado se dirige a Monteiro da Rocha nas cartas que lhe escreve²³⁵, a relação próxima, de amizade e confiança – esta última é notória pelas confissões, chamemos assim, que o prelado fazia ao ex jesuíta, a título de exemplo veja-se o que relata o bispo sobre a má intenção que o Conde de Vila Verde tinha para consigo²³⁶, bem como o seu desabafo sobre a real intenção da sua recondução no cargo

²²⁷ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, p. 198.

²²⁸ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, p. 339.

²²⁹ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 25 de dezembro de 1802, pp. 476-477.

²³⁰ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 26 de janeiro de 1800, p. 307; carta de 12 de agosto de 1800, p. 513; carta de 28 de maio de 1801, p. 662; carta de 7 de julho de 1801, p. 736 e “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 5 de novembro de 1801, p. 200; carta de 25 de dezembro de 1802, p. 477.

²³¹ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 16 de março de 1800, p. 376.

²³² “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 28 de julho de 1801, p. 798.

²³³ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 30 de agosto de 1801, pp. 55-56.

²³⁴ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 22 de novembro de 1801, p. 201.

²³⁵ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 6 de fevereiro de 1800, pp. 309-310 e “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 4 de julho de 1802, pp. 272-273; carta de 22 de dezembro de 1802, p. 475; carta de 21 de janeiro de 1804, p. 625; carta de 10 de janeiro de 1805, pp. 709-710; carta sem data, nem local, p. 710; carta de 2 de março de 1805, p. 711; carta de 2 de setembro de 1805, pp. 711-712; carta de 27 de setembro de 1805, pp. 712-714; carta de 13 de maio de 1806, p. 799; carta e 1 de dezembro de 1806, pp. 799-800; carta de 5 de março de 1807, pp. 801-802; carta de 9 de novembro de 1807, p. 803; carta de 13 de janeiro de 1808, pp. 803-804 e carta de 21 de agosto de 1812, pp. 881-882.

²³⁶ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 10 de janeiro de 1805, p. 710. A mesma questão é, novamente, referida na missiva datada de 2 de setembro de 1805, p. 712.

de reitor da Universidade²³⁷ - é recíproca e por demais evidente. A saudação que usa é bem flagrante desse aspeto: “Ilustríssimo senhor José Monteiro da Rocha – Meu amigo e senhor da minha veneração”, verificando-se o mesmo para a forma como se despede do vice-reitor, apesar de por vezes não ser exatamente igual, mas conservar sempre o mesmo significado: “De vossa senhoria – Muito venerador e obrigado captivo – Francisco, Bispo Conde Reformador Reitor”²³⁸ ou “De vossa senhoria - muito afecto amigo e obrigado captivo...”²³⁹. Ambos se mostram preocupados com a saúde do outro, como é claro em diversas missivas – por exemplo, na carta de 6 de fevereiro de 1800, D. Francisco de Lemos mostra valorizar a saúde de José Monteiro da Rocha: “desejo a sua preciosa saude”²⁴⁰ -, bem como na despedida das cartas de ambos “Deus guarde a vossa excelência muitos annos ... José Monteiro da Rocha²⁴¹” e “Deus guarde a vossa senhoria por muitos annos ... Francisco, Bispo Conde Reformador Reitor²⁴²”. Por várias vezes somos informados da confiança que D. Francisco de Lemos depositava em Monteiro da Rocha, mostrando-se ciente das capacidades e do zelo do ex-jesuíta na gestão da Academia de Coimbra, de tal modo que chega a pedir a Monteiro da Rocha o seu parecer sobre alguns assuntos²⁴³.

Queríamos apenas destacar um último aspeto que, em nosso entender, é relevante para a construção do perfil de D. Francisco de Lemos. Em carta datada de 21 de janeiro de 1804, redigida em Lisboa, D. Francisco de Lemos envia, a José Monteiro da Rocha, uma cópia de um ofício intitulado “Sobre a necessidade de algumas providencias relativas á conducta dos estudantes da Universidade”. Pela leitura do mesmo, podemos aferir

²³⁷ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 21 de agosto de 1812, p. 882.

²³⁸ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 4 de julho de 1802, p. 273.

²³⁹ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 22 de dezembro de 1802, p. 475.

²⁴⁰ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 2 de julho de 1799, p. 305 e carta de 6 de fevereiro de 1800, p. 310.

²⁴¹ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 2 de julho de 1799, p. 305 e carta de 6 de fevereiro de 1800, p. 310.

²⁴² “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 4 de julho de 1802, p. 273.

²⁴³ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 36, *ob. cit.*, carta de 6 de fevereiro de 1800, p. 310, “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 22 de dezembro de 1802, p. 475; carta de 21 de janeiro de 1804, p. 625 e “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, carta de 22 de dezembro de 1802, p. 475; carta de 2 de março de 1805, p. 711; carta de 27 de setembro de 1805, p. 714; 1 de dezembro de 1806, pp. 799-800; carta de 5 de março de 1807, p. 801.

alguns dos traços que o caracterizam, bem como algumas marcas do seu pensamento, a saber: o real significado da Universidade, para o prelado, a sua faceta controladora, fiscalizadora, disciplinadora, rigorosa e zelosa no que respeitava aos assuntos da Universidade²⁴⁴.

Em suma, como já o assinalou Genoveva Marques Proença – e por nós agora é confirmado - é notória a relação de amizade que ligava estas duas figuras ilustres da história portuguesa, uma amizade tão sólida que D. Francisco de Lemos deixou a gestão da Universidade a cargo de José Monteiro da Rocha, por um período de cinco anos²⁴⁵. Assim se explica a quantidade de assuntos respeitantes à Academia que o reitor e o vice-reitor solucionavam na constante correspondência que trocaram, como o podemos atestar pela consulta do conjunto de missivas que aqui serviram de base para a nossa exposição. Para além disso, percebemos o quão alta era a confiança e consideração que José Monteiro da Rocha nutria por D. Francisco de Lemos, tendo-o como um amigo, ainda que ilustre e reputado, alguém confiável, trabalhador e dedicado ao bom exercício dos seus cargos - aspeto para o qual contava com o apoio do ex-jesuíta - e sempre preocupado com José Monteiro da Rocha, bem como em atender aos pedidos do seu braço direito no governo da Universidade²⁴⁶.

3.3. O Prelado visto por António Ribeiro dos Santos.

Nascido nos arredores da cidade do Porto, aos trinta dias do mês de março de 1745, António Ribeiro dos Santos, filho de um coronel, com 11 anos de idade vai estudar para o Rio de Janeiro (em dezembro de 1756), para o seminário de Nossa Senhora da Lapa, uma instituição a cargo dos jesuítas, na qual estudou Filologia e Humanidades²⁴⁷.

Tido como “um dos mais relevantes homens de Cultura do Século das Luzes português”²⁴⁸, foi um homem de vários saberes: poeta, historiador, filólogo, mas

²⁴⁴ “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (...)”, vol. 37, *ob. cit.*, pp. 625-628.

²⁴⁵ PROENÇA, Genoveva Marques, “Capítulo III: 1799-1806”, *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho...*, *ob. cit.*, pp. 84-85

²⁴⁶ ALVES, Carlos F. T., “3.1. A fonte”, *D. Francisco de Lemos...*, *ob. cit.*, p. 145.

²⁴⁷ PEREIRA, José Esteves, *António Ribeiro dos Santos: o pensamento filosófico-político*, Tese de doutoramento em História da Filosofia e da Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980. TORRES, Rui de Abreu, “SANTOS, António Ribeiro dos (1745-1818)” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Vol. V: “Paróquia-Sintra”, Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 480-481.

²⁴⁸ CUNHA, Paulo Ferreira da, “António Ribeiro dos Santos e o Direito nas Poesias de Elpino Duriense” in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade

sobretudo, jurista (tendo realizado trabalhos fundamentais, nomeadamente nas áreas do Direito Público e do Direito Natural). Em 1764, ao regressar à metrópole, matricula-se na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, na qual obtém o grau de bacharel a 12 de junho de 1768²⁴⁹ e o de doutor a 7 de fevereiro de 1771. Aí integra-se no corpo docente e dedica-se à lecionação no período de 1779 a 1795. Em simultâneo, desempenhou importantes cargos na magistratura e no funcionalismo de então, a saber: membro do Real Colégio das Ordens Militares (1772), bibliotecário da Universidade de Coimbra (1777), deputado do Santo Ofício da Inquisição (1793), desembargador da Casa da Suplicação (1789), censor régio (1795), cronista da “Sereníssima Caza e Estado de Bragança”²⁵⁰ (1795), cónego doutoral das Sés de Viseu (1793), Faro (1800) e Évora (1804), deputado da Mesa da Consciência e Ordens e deputado de nova Junta do Código Militar Penal (1802)²⁵¹, deputado da Junta da Bula da Santa Cruzada (1810)²⁵², membro convidado da Academia das Ciências (1778)²⁵³ e Bibliotecário da Real Biblioteca Pública (1796)²⁵⁴.

O conjunto do epistolário publicado por Carvalho Dias compreende oitenta cartas, das quais seis tratam de assuntos que aqui nos interessa chamar à colação, quer para aferirmos o pensamento de Ribeiro dos Santos relativamente ao papel das bibliotecas, quer para se conhecer a imagem que fazia de D. Francisco de Lemos, nomeadamente as cartas: 18^a, 62^a, 67^a, 68^a e 71^a²⁵⁵.

Tido como um “homem das Luzes”, nas palavras de Carvalho Dias, marcado por um pensamento episcopalista e partidário do febronismo, Ribeiro dos Santos deixou uma importante marca na sociedade do seu tempo. Demonstrou-se um aceso defensor da tolerância e da moderação, dotado de um forte espírito crítico, preocupado e dedicado²⁵⁶, algo que ficou imortalizado nos seus trabalhos sobre os Judeus e os Cristãos-Novos que

do Porto, 2004, pp. 469-480. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4985.pdf>, Visitado a 21 de maio de 2018.

²⁴⁹ CUNHA, Paulo Ferreira da, “António Ribeiro dos Santos e o Direito nas ...”, *ob. cit.*, p. 471.

²⁵⁰ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro...”, *ob. cit.*, p. 419. Consulte-se, especialmente, as páginas 417 a 420, onde se encontra a “Relação / da Vida / do Dr. António Ribeiro dos Santos / Compilada por elle mesmo.”

²⁵¹ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 419.

²⁵² TORRES, Rui de Abreu, “SANTOS, António Ribeiro dos ...”, *ob. cit.*, pp. 480-481.

²⁵³ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 418.

²⁵⁴ CUNHA, Paulo Ferreira da, “António Ribeiro dos Santos e o Direito nas ...”, *ob. cit.*, pp. 471-472.

²⁵⁵ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, pp. 436-437; 479; 484; 484-485 e 486.

²⁵⁶ CABRAL, Maria Luísa, “Bibliotecas na fronteira da modernidade”, *A Real Biblioteca e os seus criadores em Lisboa, 1755-1803*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, p. 214.

ilustram, claramente, a sua total oposição à instituição do Santo Ofício. Para além disso, revelou-se devoto à questão dos livros e das bibliotecas, por considerar os livros uma ferramenta, indispensável, para a instrução e cultivo de um espírito consciente, instruído e crítico²⁵⁷. É sobre este último aspeto que recaíram as nossas atenções: a questão da Biblioteca da Universidade, e seu funcionamento, em associação com a imagem do reformador reitor D. Francisco de Lemos que, em virtude desta questão, nos legou o ilustre canonista nas missivas aqui em apreço.

Na primeira missiva em que nos centraremos, datada de 1785, o destinatário é o próprio D. Francisco de Lemos²⁵⁸. Logo no início da carta, Ribeiro dos Santos informa o motivo que o leva a escrever ao reitor: informá-lo de que foi nomeado revisor para integrar a junta do Novo Código. Seguidamente, agradece a D. Francisco de Lemos pelas boas informações que tinha dado a seu respeito e que, pelo que nos parece, terão pesado na nomeação régia que o canonista agora comunicava:

«as instruções, e doutrina, que tenho recebido de V. Ex.^a, e as boas informações com que V. Ex.^a me tem sempre honrado em toda a parte foraõ as que mais influireõ no conceito, que se fez de mim para esta escolha, o que de novo agradeço a V. Ex.^a com todo o rendimento de minha fiel vontade.»²⁵⁹.

Porém, Ribeiro dos Santos, receia “nam poder corresponder as ideias, que V. Ex.^a deu de mim, havendo de tomar a meu cargo officio tam arriscado, e não tendo nem genio, nem os estudos, e forças bastantes para trabalho tão vasto, e complicado”²⁶⁰. Desta forma revela-se modesto e ciente da responsabilidade que lhe estava a ser imputada, ao integrar a junta do Novo Código.

Fazendo uma apreciação geral da missiva, diríamos que aqui o trato de António Ribeiro dos Santos para com o bispo conde é revelador de uma relação – ainda – cordial (mas não de amizade), agradecida, elogiosa e de reverência para com o ilustre prelado, conforme o atesta o término da missiva:

«V. Ex.^a, que de muy segura e luminosa guia me podia servir nestas materias. / Desejo muito efficasmente que V. Ex.^a continue a passar bem, e peço a V. Ex.^a a sua Sagrada

²⁵⁷ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, pp. 420-421.

²⁵⁸ “18^a . Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde” publicada por DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, pp. 436-437.

²⁵⁹ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 436.

²⁶⁰ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 436.

bênção, e com ella as suas ordens, que cumprirei com muita obediência e prontidão.»²⁶¹.

A missiva nº 62 intitulada “Cartas sobre a perda dos Livros e Pinturas das casas dos Jesuitas.”, informa não só sobre a importância que Ribeiro dos Santos atribuía aos livros - “antigas preciosidades, que faziaõ hum grande ornamento a Portugal” -, deixando transparecer a sua tristeza pelo extravio destes, mas também da sua posição crítica e, diríamos mesmo condenatória, quanto às diretrizes da política pombalina²⁶² – algo que é evidente nas cartas 25^a a 32^a²⁶³, nas quais ficou imortalizado o perfil despótico que o canonista fazia do ministro de D. José I – neste caso, reporta-se à falta de cuidado na preservação do recheio das bibliotecas e obras de arte albergadas nas casas da Companhia de Jesus, apreendidas após a extinção da casa religiosa em Portugal:

«O Marquez exterminando os Jesuitas não curou de conservar as suas Bibliothecas que eraõ as melhores do nosso Reyno, nem as preciozas collecções de Pintura, que elles tinhaõ; dos Livros huns furtaraõ-se, outros converteraõ-se em papelão na oficina de Pallerini, aonde se viraõ andar de rojo pelo chaõ, das pinturas humas se roubaraõ, outras se perderaõ, apodrecendo em lugares aonde nunca mais se cuidou dellas como foraõ as do Collegio de Coimbra; ... o Marquez deixou perder o melhor do que restava.»²⁶⁴.

As cartas 67^a e 68^a versam sobre as mesmas questões: o provimento do lugar de bibliotecário da Biblioteca da Universidade – cargo anteriormente ocupado por Ribeiro dos Santos, no período de 1777 a 1796 –, e a falta de noção do reitor D. Francisco de Lemos sobre as competências necessárias ao exercício do cargo de bibliotecário²⁶⁵. Na 1^a missiva, datada de maio de 1814, o canonista fica informado do nome do indivíduo escolhido para o lugar de bibliotecário: o matemático António Honorato, mas também lhe é transmitida uma má impressão sobre o mesmo, algo que muito entristece Ribeiro dos Santos e o deixa amargurado, especialmente por considerar que tal empreendimento requeria alguém com um nível, preferencialmente, melhor que o seu:

«á noticia que me dais do provimento do lugar de Bibliotecario da Universidade em hum Antonio Honorato Mathematico de que muito mal me dizeis, sinto amargamente que pelo

²⁶¹ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, pp. 436-437.

²⁶² Para que se entenda melhor o pensamento de Ribeiro dos Santos relativamente à política de Pombal, veja-se PEREIRA, José Esteves, *António Ribeiro dos Santos: o pensamento filosófico-político*, *ob. cit.* pp. 307-312.

²⁶³ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, pp. 444-449.

²⁶⁴ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 479.

²⁶⁵ Para Carvalho Dias, é de considerar que as cartas possam ser duas versões da mesma missiva. Cf. DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 515.

muito que estimo aquela Casa que eu criei que ella não continuasse a ter huns sucessores mais hábeis do que eu fui, e tão bons como o foraõ os meus Sucessores»²⁶⁶.

Prossegue para o segundo assunto da carta: as considerações do bispo conde relativamente aos requisitos necessários ao officio de bibliotecário da Biblioteca da Universidade - “Hé muito provável que o Bispo Conde Reformador não tivesse ideas exactas do que cumpria ao cargo de hum Bibliothecario, e Bibliothecario da Universidade: não conheço o que deo nem a quem o deo.”²⁶⁷. Neste seguimento, aproveita para expressar a sua opinião – fortemente oposta à do reitor - relativamente à administração de D. Francisco de Lemos, nos dois mandatos no reitorado da Universidade, empregando os seguintes termos: “prouvera a Deos que este fosse o unico desacerto que tivesse cometido nos dois Reinados de sua Reformaõ.”²⁶⁸.

Na missiva seguinte discutem-se os mesmos assuntos, porém com um tipo de tratamento diferente, mais incisivo na questão de D. Francisco de Lemos e acrescentando-se alguma informação relativamente ao percurso da Biblioteca da Universidade. Sobre o ilustre prelado e a atenção prestada ao cargo de bibliotecário da Biblioteca da Academia Ribeiro dos Santos afirma, sem receio:

«naõ vos espanteis deste facto, o Bispo nunca avaliou a importância deste emprego; elle esteve muito tempo no seu primeiro reitorado sem cuidar de o prover; e nem disso cogitava quando eu o pedi nesta Corte a Sua Magestade; e ainda depois de se me conceder a graça, demorou elle o provimento sem embargo de me ter então afeição e desejar adiantar-me. Este estabelecimento foi logo infeliz de seu principio antes da Reforma, esteve sempre fechada aquella casa aos olhos do Publico e sem algum uso se não o de se mostrar alguma vez aos estrangeiros por hum alto favor ... nunca o Bispo Reformador nem no seu primeiro governo nem neste segundo lá foi hua só vez visitar aquella casa. Tão mal fadada tem sido a Biblioteca Conimbricense»²⁶⁹.

Se atentarmos ao modo como o canonista se expressa, empregando uma tonalidade decepcionada, mas não surpreendida pelo desenrolar dos acontecimentos, sincera e direta, somos tentados a supor que estaria a escrever para alguém da sua confiança, o que explica as confissões que faz sobre a imagem que tem de D. Francisco de Lemos e a sua forma de atuação como reitor da Academia coimbrã, criticando duramente o facto de o prelado

²⁶⁶ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 484.

²⁶⁷ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 484.

²⁶⁸ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 484.

²⁶⁹ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, pp. 484-485.

nunca ter visitado a Biblioteca. Este último aspeto é algo que nos faz refletir e questionar o motivo para esta desatenção, digamos, de D. Francisco de Lemos para com a Biblioteca da Universidade, uma vez que um dos alvos da nossa dissertação é, precisamente, a análise de dois espólios bibliográficos pertencentes ao ilustre prelado. Todavia, parece-nos que é algo ao qual não conseguiremos dar uma resposta, ou mesmo aventar hipóteses explicativas, a não ser que surjam fontes que tal o esclareçam.

Na carta nº 71, António Ribeiro dos Santos responde, pelo que parece, a um amigo relativamente a uma questão que lhe tinha sido colocada: “perguntais-me porque me dei bem com Castro, e tão mal com Mendonça e ora com Lemos”²⁷⁰. Pergunta á qual o canonista diz responder com a maior sinceridade: “Castro era hum homem bom e sabio, Mendonça hum simples e hum hypocrita soberbo, e Lemos hum Despota e Oriental hum Velhaco mostrou-se tal a todos menos a mim; por fim foi para mim como para os outros.”²⁷¹.

Como ficou demonstrado, a relação com D. Francisco de Lemos – por volta do ano de 1800, segundo as informações de Carvalho Dias²⁷² – já não era, seguramente, amistosa, a tal ponto que Ribeiro dos Santos emprega os fortes adjetivos: “Despota”²⁷³ e “Velhaco”²⁷⁴ para caracterizar o bispo conde que, fazendo fé em Ribeiro dos Santos, agia de forma premeditada e de acordo com o meio e as pessoas com as quais se relacionava, aspeto que, na nossa ótica, não deve espantar considerando o seu papel na sociedade de então. Importa ainda, aqui chamar a atenção para um pequeno aspeto: o uso dos mesmos adjetivos para descrever quer o Marquês de Pombal, quer D. Francisco de Lemos, designadamente o de “déspota”.

Ribeiro dos Santos conclui a missiva com um aviso, digamos, ao destinatário: “Cuidai sempre como o primeiro [refere-se ao principal Castro] senão fugirei de vós como dos segundos [o principal Mendonça e D. Francisco de Lemos].”²⁷⁵, deixando claro aqui,

²⁷⁰ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 486.

²⁷¹ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 486.

²⁷² DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 517.

²⁷³ “O que governa despoticamente, com despotismo”. “Despotismo” – “autoridade, poder absoluto. Abuso do poder contra a razão, contra a Lei, excesso do direito, que faz o que governa.” Cf. BLUTEAU, Raphael, *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Raphael Bluetau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*, Tomo I. A-K, Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 425.

²⁷⁴ “O que engana com dolo não cumprindo a promessa”. Cf. BLUTEAU, Raphael, *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Raphael Bluetau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*, Tomo II. L-Z, Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 514.

²⁷⁵ DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro ...”, *ob. cit.*, p. 486.

mais uma vez, a familiaridade e confiança que tem com a pessoa a quem dirige a carta.

Em suma, pelas missivas que aqui citámos e explorámos cremos ter ficado claro que a relação entre D. Francisco de Lemos e António Ribeiro dos Santos não foi, de certo, de amizade – o que resultou a construção de uma imagem muito negativa do bispo conde -, mas principiou de uma forma cordial. Com o passar do tempo algumas das decisões tomadas pelo reformador reitor para a administração da Academia de Coimbra não foram do particular agrado do canonista, especialmente, no que tocava à Biblioteca da Universidade, o que se explica se atentarmos à sua “ampla visão” relativamente à biblioteca da Universidade, conforme o refere Esteves Pereira:

«Pretendia também instituir um gabinete de antiguidades, onde viessem a recolher-se os manuscritos, os pergaminhos e outros papéis. Era ainda seu intuito a guarda de medalhas, lápides, inscrições, estampas, pinturas, estátuas, baixos relevos e “outras relíquias”. Tratava-se de algo parecido com um museu ... a organização de gabinetes, em que se depositariam cartas geográficas e “estampas volantes dos produtos da Natureza”.»²⁷⁶.

Sobre este assunto, como referimos, Ribeiro dos Santos queixava-se da falta de interesse manifestada pelo bispo conde, a tal de ponto de: demorar a efetivar a nomeação do canonista para o cargo de bibliotecário e, posteriormente, da qualidade dos indivíduos escolhidos para ocupar o mesmo cargo. Remata esta questão referindo que o reitor nem sequer tinha visitado a Biblioteca, usando tal facto para argumentar a visão que criara do prelado (bem como os expressivos adjetivos que usou para o descrever) e o facto de criticar as políticas que D. Francisco de Lemos adotou nos dois mandatos reitorais que exerceu. Assim, segundo o ilustre canonista, D. Francisco de Lemos era desinteressado pelos assuntos da Livraria da Universidade, inapto para escolher os candidatos ao cargo de bibliotecário e para o bom desempenho do reitorado da Academia, déspota e velhaco.

3.4. O Reformador Reitor na ótica de Frei Joaquim de Santa Clara.

D. Frei Joaquim de Santa Clara (1740-1818) foi um monge beneditino integrado no Mosteiro de Tibães. Formado na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra foi, além de lente na Academia e um excelso orador, um servidor da Coroa, fortemente dedicado à reforma do ensino monástico, arcebispo de Évora (1814-1818) e um

²⁷⁶ PEREIRA, José Esteves, *António Ribeiro dos Santos: o pensamento filosófico-político*, ob. cit., p. 10.

participante das políticas pombalinas²⁷⁷.

Nascido Joaquim José Lopes, aos trinta dias do mês de agosto de 1740, na cidade do Porto, teve como progenitores o capitão Valério Lopes e Jacinta do Nascimento Lopes, pessoas com alguma voz na região²⁷⁸.

A sua formação foi uma preocupação desde cedo, tendo aprendido matemática, filosofia, francês, inglês, bem como latim, grego e hebraico. Aos 14 anos toma o hábito da Ordem de S. Bento, no Mosteiro de Tibães, local no qual contactou com a cultura das “luzes”²⁷⁹.

O seu ideário delineou-se precocemente. O monge mostrou-se adepto da teologia positiva e da filosofia moderna (sendo esta defensora das ciências exatas e naturais), subalternizando o conhecimento especulativo e escolástico, o que em muito se revela durante a sua formação em Teologia na Academia de Coimbra. Distinguiu-se, desde logo, na sua lecionação dentro da ordem beneditina, na qual foi vanguardista no ensino do grego e do hebraico, idiomas que presidiam ao ensino da teologia positiva e da filosofia moderna, matérias das quais tanto gostava. Desta forma se justifica a afinidade entre o beneditino e as matrizes da política pombalina²⁸⁰.

Entre 1765 e 1771 obtém o grau de bacharel e, volvidos sete anos, alcança o doutorado, sendo que nesse interregno já era opositor na Faculdade de Teologia. Em 1780 torna-se substituto, catedrático em 1793, bem como lente de prima e decano. Atendendo à sua notável capacidade oratória – em tudo semelhante ao estilo “iluminista”: clara, lógica, simples e verdadeira -, destacando-se especialmente na oratória sagrada, em importantes cerimoniais, foi lhe concedido o título de “pregador régio (1790)”²⁸¹. Tido como um notável professor conventual tanto de física e matemática, como de hebraico e exegese bíblica. Para além da tradução da obra de Bezout: *Elementos de análise e cálculo*, redigiu vários opúsculos de uso escolar dedicados à filosofia e teologia e a obra *Conspectus Hermeneuticae Sacrae Novi Testamenti* (1807)²⁸².

²⁷⁷ RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Um Intelectual de Setecentos: D. Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão”, *Lucerna*, Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984, pp. 523-534. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56602/2/oliveiramosintelectual000133526.pdf>. Visitado a 14 de maio de 2018.

²⁷⁸ Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual...”, *ob. cit.*, p. 523.

²⁷⁹ Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual...”, *ob. cit.*, p. 523.

²⁸⁰ Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual...”, *ob. cit.*, p. 524.

²⁸¹ Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual...”, *ob. cit.*, p. 524.

²⁸² Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual...”, *ob. cit.*, p. 524. Detetámos a presença desta obra no espólio de 1822 da livraria de D. Francisco de Lemos: impressa em Coimbra, em 1807, contando com um volume *in*

Atendendo à matriz do seu pensamento, norteado pela teologia positiva e pela filosofia moderna, apelando para o regresso ao estudo das fontes primitivas e pela observação direta dos fenómenos, especialmente no que competia ao domínio das ciências da natureza – estabelecendo, mais uma vez, uma forte conexão com a doutrina de Pombal – a partir de 1786 Frei Joaquim ocupou-se da Direção Geral dos Estudos beneditinos, bem como na composição do *Plano e Regulamentos dos Estudos da Congregação de S. Bento de Portugal*, Primeira Parte (1789). Pelo que nos informa Luís de Oliveira Ramos, Frei Joaquim ter-se-á empenhado, afincadamente, na implantação de metodologias de ensino em consonância com a matriz racionalista e empírica - preconizada pela filosofia das “luzes” -, as quais inclui no *Plano* que redigira²⁸³.

O contributo moderno de Frei Joaquim de Santa Clara não se restringiu, porém, ao domínio académico e do cenóbio, mas estendeu-se ao campo cultural e político do século XVIII. Foi membro da Academia das Ciências de Lisboa, instituição para a qual contribuiu desde os seus primórdios, segundo Oliveira Ramos²⁸⁴; foi Substituto da cadeira de Hebreu no Colégio das Artes, Lente Proprietário da cadeira exegética do Novo Testamento, Lente de Prima de Teologia e Decano da Faculdade de Teologia; ao serviço da Ordem foi Diretor Geral dos Estudos da Congregação de S. Bento e D. Abade do Colégio de S. Bento de Coimbra; serviu o Estado, na qualidade de deputado da Real Mesa Censória e da Junta da Diretoria Geral dos Estudos, lugares nos quais se empenhou em propor reformas no ensino²⁸⁵.

Servindo-nos das palavras de Oliveira Ramos para caracterizar este ilustre beneditino: “Na teologia, na filosofia e ainda noutros aspectos sente-se a ligação entre o pensamento do futuro prelado e a modernidade, entre o seu ideário e a mensagem das «luzes»”. Foi um “Agente das «luzes» nos claustros e nas faculdades [mas também] na cena da cultura, da política e da administração pública.”. Pode dizer-se que se insere numa “plêiade de bispos ilustres que a Congregação de S. Bento formou para a Igreja no fim do Antigo Regime”²⁸⁶.

A missiva de Joaquim de Santa Clara, que aqui será alvo da nossa exposição, foi

4º. Cf. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

²⁸³ Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual...”, *ob. cit.*, p. 525.

²⁸⁴ Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual...”, *ob. cit.*, p. 528.

²⁸⁵ Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual...”, *ob. cit.*, p. 529.

²⁸⁶ Ramos, Luís A. de, “Um Intelectual (...)”, *ob. cit.*, pp. 526 e 528-529.

redigida no Colégio de S. Bento de Coimbra, com data de 13 de março de 1783²⁸⁷, época em que D. Francisco de Lemos estava exclusivamente dedicado ao bispado de Coimbra, no período que antecedeu ao seu segundo reitorado na corporação académica. Na presente, o beneditino principia por informar D. Francisco de Lemos que lhe responderá à missiva que recebeu no dia anterior, o mais brevemente possível. Seguidamente, Frei Joaquim dirige-se de uma forma muito amigável, reverente e elogiosa ao bispo conde, agradecendo a proteção de que goza e reconhecendo a importância da mesma:

«Há muito tempo, que conheço até onde chega a grandeza do coração de V. Ex.ca por experiencia propria; nem posso duvidar da sua efficacia em favorecer-me; e igualmente estou persuadido do grande valor da sua protecção.»²⁸⁸.

Após louvar os predicados do prelado, seguem-se dois pedidos de auxílio. Frei Joaquim informa de que estava com excesso de trabalho, como atualmente chamamos, pois estava a lecionar duas cadeiras no Colégio de S. Bento: uma cadeira de hebraico e, em simultâneo, uma de História Eclesiástica, dizendo que não se acha capaz de lecionar de forma digna ambas as matérias. Neste seguimento apresenta um outro problema para o qual suplica a proteção e intervenção de D. Francisco de Lemos: as contantes afrontas e humilhações de que tem sido alvo – factos que diz não entender a origem – tanto na Corte, como no Colégio de S. Bento, em Coimbra:

«Muito menos forças tenho para sofrer as afrontas, que se me tem feito, e continuação a fazer neste Collegio; as distraçoens injuriosas com que me contar, que em (?), o meo proprio Geral a quem nunca offendi, e nessa Corte o mês (?) ... (não sei, com que fim) denegrir a minha representação. ... os dias passados fui publicamente insultado diante dos mais Mestres, dos collegiais, e até dos mesmos tamulos/famulos. Soffri, como devia, e soffri callado; mas a minha paciencia já está cançada; e não me ralo com forças de sustentar novos ataques. ... descompretem-me em particular, e em publico. Peço pois a V. Ex.ca, que me não desampare. Não permita, que eu seja victima da injustiça.»²⁸⁹.

Nesta senda refere que suspeita de uma conspiração contra a sua pessoa orquestrada – pelo que nos parece – pelo Geral do Colégio beneditino de Coimbra, e com expressão na Corte, tendo como alvo desacreditar o monge perante o monarca, o seu confessor e

²⁸⁷ Veja-se em Anexos, Documento 2 - Carta de Frei Joaquim de Santa Clara, 13 de março de 1783, Colégio de S. Bento, Coimbra pp. 149-150.

²⁸⁸ Veja-se em Anexos, Documento 2 - Carta de Frei Joaquim de Santa Clara, 13 de março de 1783, Colégio de S. Bento, Coimbra pp. 149-150.

²⁸⁹ Veja-se em Anexos, Documento 2 - Carta de Frei Joaquim de Santa Clara, 13 de março de 1783, Colégio de S. Bento, Coimbra, pp. 149-150.

ministros, revelando-se seriamente preocupado com a questão e, especialmente, com a possibilidade de nem sequer lhe ser concedida a oportunidade de se defender das afrontas que lhe eram dirigidas:

«Eu não sei que, informação dará o mes Geral; mas tenho graves fundamentos para receios, que elle responda ao Secretario de Estado com tão pouca sinceridade, como a de que sempre até agora tem uzado comigo. Tão bem tenho fundamentos; que algumas notícias vindas já dessa Corte me confirmão, para suspeitar que o Geral mandou, contra todo o costume, o mes proprio Abade e hum dos Reitores deste Collegio com o pretexto de visitantes, a fim de me malquistarem com os Ministros de Estado, com o Confessor, e com El Rey. Será tal a minha desgraça, que os deixem falar sem eu ser ouvido;»²⁹⁰.

Conclui a carta com a notícia do falecimento de D. Violante de Melo e Castro, fazendo uma brevíssima síntese do estado da senhora à hora da morte, dizendo que a acompanhou, e que aquela se manteve sempre consciente, e informa do local do enterro.

Pelo teor da missiva e dos assuntos que aborda há alguns aspetos a destacar. Primeiramente, a relação próxima, de reverência, proteção e de grande confiança entre D. Francisco de Lemos e Frei Joaquim de Santa Clara, mostrando-se o monge bento muito agradecido e consciente do valor e importância do ilustre prelado, caracterizando-o como uma pessoa de “grandeza de coração”, e mostrando que confia, por inteiro, no bispo conde, uma vez que lhe revela dados que, em nosso entender, só seriam de partilhar com alguém da máxima confiança, como o envolvimento do Geral do Colégio de S. Bento numa possível conspiração contra o beneditino, e a revelação de que tem contactos, digamos, da sua confiança próximos da Corte que lhe dão conta do que lá ocorre, expondo em parte, a sua rede de influências e contactos no centro do poder. Todavia, não podemos pensar que tudo resultava de uma amizade pura e desinteressada, parecendo-nos claro que um cumprimento tão elogioso seria um requisito necessário para, posteriormente, pedir o auxílio e proteção de que tanto necessitava.

3.5. As palavras de Frei António José da Rocha.

Em representação dos estudantes da Universidade de Coimbra, o dominicano Fr. António José da Rocha, compôs e recitou uma Oração Fúnebre para ressaltar e deixar para a posteridade uma imagem materializada, e para sempre perpetuada, de D. Francisco

²⁹⁰ Veja-se em Anexos, Documento 2 - Carta de Frei Joaquim de Santa Clara, 13 de março de 1783, Colégio de S. Bento, Coimbra, pp. 149-150.

de Lemos, falecido aos dezasseis dias do mês de abril do ano de 1822, com 87 anos de idade²⁹¹, centrando a sua exposição nas conquistas em prol da reforma mental e cultural do País.

Servindo-se de um estilo de escrita mais próxima, sentida, elogiosa e simples (ainda que eloquente), o autor principia com uma citação bíblica em latim - do livro dos Provérbios -, pela qual louva o serviço que o ilustre prelado prestou ao avanço intelectual do País, concretamente, através da ampla reforma da Universidade de Coimbra, dizendo: “Feliz quem promove a Sabedoria: terá em premio, já uma longa existência, já fortuna e gloria: sua vida será um composto de feitos singulares.”²⁹². Este será o registo dominante em toda a composição - como de resto seria de esperar deste tipo de escrito -, cravejada de elogios e adjetivações, tanto à pessoa, como às ações que praticou, neste caso em concreto, ao serviço da Igreja, do Estado e da Nação.

«Este homem, superior em luzes a todos os homens, pinta o quadro do Varão egregio, que por serviços, por talentos se abalisa em Sciencia. Começa por abençoar o seu destino, não duvidando chamar á bocca cheia venturoso aquelle homem, que acha e derrama o tesouro da Sabedoria ... E como a Sabedoria he a mais formosa planta, que vegeta em o nosso globo, os seus fructos são tambem os mais belos e admiraveis. ... optimo Varão, cuja perda lamentamos ... O mundo o reconhece e chora»²⁹³.

O “melhor Pai das Letras” que abriu para a nação portuguesa “os tesouros da Sciencia”, é descrito como um herói virtuoso que prestou um grande serviço à sua pátria – “Que outro homem fez em Portugal maior serviço as Letras?” –, tendo como prova a Universidade reformada e os progressos alcançados, com o empenho e total engenho e dedicação do ilustre prelado, atribuindo-lhe a graça do progresso e cultivo da nação:

«Se a nossa Academia se instaura, se aformozea, se a Nação inteira se esclarece, e a ventura Social faz novos e mui luzidos progressos, são isso effeitos da actividade, zelo, prudencia do sempre memorável, sempre saudoso Senhor D. Francisco de Lemos, que foi em Lusitania o Atlante, onde se escorou o novo Templo das Sciencias.»²⁹⁴.

D. Francisco de Lemos é descrito como senhor de um “genio vasto, profundo”,

²⁹¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 317-326.

²⁹² RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 317.

²⁹³ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 318.

²⁹⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 318.

repleto de predicados, que conseguiu servir quer a Deus, quer ao rei: “foi util ao Sacerdocio, foi util ao Império. Como Sabio, Chefe e Protector de Sabios diffundio os conhecimentos, adiantou a civilização. A Diocese e a Academia lhe devem esplendor immenso.”²⁹⁵.

Porém, o orador apenas faz tal composição a pedido da

«flor da Nação, a esperança do Estado, essa luzida mocidade da Athenas Portugueza, vem exalar os seus magoados sentimentos. Nem a lisonja, nem a obrigação, nem mesmo algum costume dirigio os seus passos. Foi um mero e inclyto arrojio de almas ingenuas e novas, aonde brota a flor a sensibilidade, e se ateia o fogo da gratidão.»²⁹⁶,

pois Fr. António José da Rocha não se considera suficientemente digno e hábil na oratória para falar, publicamente, de uma figura tão ilustre como a do bispo conde²⁹⁷, um homem que promoveu “A cultura das Artes e das Sciencias, que ilustra os homens e civilisa o mundo.”²⁹⁸.

Os rasgados elogios abrangem não só a figura do prelado, mas dirigem-se ao “grande Rei José I” e ao Marquês de Pombal para culminarem com D. Francisco de Lemos. O reinado de D. José I é colocado ao mesmo nível de outros governos gloriosos, de épocas mais remotas:

«Quanto he doce recordar os belos dias de Salomão na Asia, de Pericles na Grecia, de Augusto no Imperio Romano, dos Medicis na Itália, de Luis XIV na França e entre nós os do grande Rei José I! Este Monarcha e seu Ministro, luminares eternos da nossa Patria, emprehendêrão acender nella o quase apagado facho das Sciencias. O Ceo, amigo da luz, o sempre bafejador de honestas empresas, faz então aparecer homens grandes, génios vastos, que fossem de tão insigne obra os preciosos agentes. Foi deste numero, quase posso dizer, o primeiro e o mais conspícuo, o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho.»²⁹⁹.

De seguida, Frei José da Rocha faz um trajeto biográfico de D. Francisco de Lemos – sempre acompanhado de rasgados elogios -, iniciando pelas suas origens, a instrução e

²⁹⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 318.

²⁹⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 318.

²⁹⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 318.

²⁹⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 319.

²⁹⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 319.

formação acadêmica³⁰⁰, os cargos que desempenhou ao longo da sua vida (“baixão do throno nomeações delle para os mais luzidos cargos da Toga e da Igreja”³⁰¹), as ações às quais se dedicou, especialmente, no que concernia à reforma da Universidade e à essência dos estudos universitários (concretamente nas metodologias e doutrinas ensinadas na instituição), faz um ponto da situação de atraso em que se encontrava a Academia até ao tempo da implantação dos Estatutos de 1772³⁰².

D. Francisco de Lemos é descrito como sendo dotado de um “genio raro”, o qual serviu de “pórtico de um vasto edificio: consista esse edificio na Restauração das Sciencias, na fundação dos novos Estudos Geraes, donde havia de sahir uma torrente de luz e civilização aos povos.”³⁰³, conseguindo libertar a Academia da “barbárie Scholastica” que colocava o “corpo inteiro da Nação ... n’um sono letárgico, que quase tinha feições de morte”, uma situação de profundo “atrazamento da cultura mental” e num estado de “quasi morte”, que se reverte ao tempo da reforma de 1772 e graças à ação do bispo conde:

«Mas, oh prodígio! apenas se traça o plano de Reforma, e vem á sua frente esse Genio Creador [D. Francisco de Lemos], mudão-se de repente as scenas. Elle foi o novo Profeta Ezequiel, que organizando os ossos áridos e sêccos da Academia, lhe soube infundir novamente o calor e a vida. Tambem posso dizer, que elle he comparável a esse Anjo, que pinta o Apocalypse, tocando a mysteriosa trombeta, que faz ressurgir vivos os prostrados cadaveres. Na verdade Senhores, eis o Anjo da Resurreição Academica, e a trombeta, que fez soar, para infundir vida, foi o novo Codigo Literario, esses Estatutos admiraveis, um dos mais egrégios monumentos scientificos do seculo 18, obra vastamente concebida, fortemente pensada, elegantemente escrita, e na qual elle teve mui insigne parte.»³⁰⁴.

Ao consultarmos a fonte reparamos num artifício literário – muito interessante, do nosso ponto de vista – ao qual o autor recorre para culminar no enaltecer da figura de D. Francisco de Lemos. Emprega adjetivos e expressões muito fortes e de pendor negativo e pessimista para descrever o estado em que se encontrava a Universidade antes da

³⁰⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 319-320.

³⁰¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 320.

³⁰² RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 321.

³⁰³ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 321.

³⁰⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 321.

reforma pombalina de 1772, a saber: “aluvião de males”; “a decadencia das Letras”; “atrazamento da cultura mental”; “misero esqueleto das Sciencias”; “o máo gosto Aristotelico, especulações, argucias, cansadas postilas”; “barbárie Scholastica”; “uma verdadeira doença”; “entorpecia-se n’um sono letárgico, que quasi tinha feições de morte”; e “ossos áridos e sêccos da Academia”. Após este cenário apocalíptico, surge uma “luz ao fundo da caverna”, “o novo Profeta Ezequiel”, o “Genio Creador”, o “Anjo do Apocalipse”, o “Anjo da Ressurreição da Academia”: D. Francisco de Lemos, o “Anjo Salvador da Academia”³⁰⁵.

Seguidamente, Frei António retrata a concretização da tão esperada reforma de 1772 e a implementação dos Novos Estatutos - referindo os estabelecimentos criados e os reformados -, a morte do rei D. José I e as tentativas de destruição das reformas recém implantadas que levaram D. Francisco de Lemos a compor a tão afamada *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra, Desde o Principio da Nova Reformação até ao Mez de Setembro de 1777*. Através desta obra “esse athleta impávido” pôde advogar e argumentar em favor da preservação da reforma da Universidade (à qual tanto se dedicou) colocando-se em xeque e dando “o peito ás balas, e esgrimir com denodo armas de todo o genero em defesa e guarda dessa sua filha mimosa”³⁰⁶.

Nas últimas páginas prossegue com as ações que marcaram o segundo reitorado de D. Francisco de Lemos na Universidade, nomeadamente: a regulamentação da Polícia Académica; a organização e instalação da Junta da Diretoria Geral dos Estudos; a melhoria do ensino nas novas Faculdades, de Matemática e Filosofia Natural; a promoção das Viagens Filosóficas; o melhoramento do Observatório Astronómico; os salários dos lentes, entre outros³⁰⁷.

Conclui com um vasto elenco de elogios ao ilustre prelado, de entre os quais: zeloso; Pai Benévolo; benigno; acessível; gracioso; educado; fino e delicado, extremamente bondoso; varão eminente; engenhoso; alma doce; elevado de ideias; sentimentos bondosos; a Pátria e a Religião como ídolos; prestativo e dedicado; Político; Sábio; Magistrado; génio vasto; alma forte; o zénite da humana destreza; anjo tutelar das ciências; vivo amor pelas letras; Augusto Prelado; “a honra do Sacerdócio, o lustre do

³⁰⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 321.

³⁰⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 322.

³⁰⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 323-324.

Imperio, columna de ambos”; o Abraão das Ciências; e o Pai das Letras³⁰⁸.

Em suma, perante o que ficou dito é notória, e por demais evidente, a grande dívida que a nação portuguesa tem para com esta figura iluminada de Setecentos – dívida esta da qual a própria Universidade é prova material: “Cada pedra daquele edificio será um padrão á sua fama. Cada Academico uma estatua ao seu nome. Embora se calem todos os outros trofeos, a Academia bradará sempre”³⁰⁹ -, além da grande admiração que, pelo que ficou imortalizado, os contemporâneos de D. Francisco de Lemos nutriam pela sua pessoa e pelas ações públicas às quais devotou a sua existência. Este ilustre homem ficará para sempre lembrado como um paladino das letras e das ciências, como um homem que se soube adaptar aos mais variados contextos – “Foi um homem maravilhoso, que luzio por grandes méritos em tres Reinados: foi o Anjo tutelar das Sciencias: as Sciecias lhe devem obras, prémios, estímulos.”³¹⁰ -, mas que sempre foi fiel a si próprio, aberto a desafios odisseicos, profundamente devoto aos seus deveres e que sempre cumpriu com os projetos a que se propôs – “Mais de trinta anos de dous felizes Governos Academicos enchêrão o seu nome de gloria, e a Patria de serviços”³¹¹ -alcançando, na maior parte deles, a glória e o progresso do Reino.

Todavia, esclarecemos que estamos cientes da possibilidade de algum “exagero”, digamos, que possa ter sido cometido pelo autor do elogio fúnebre aqui em análise, mas pareceu-nos indispensável explorar uma materialização da imagem de D. Francisco de Lemos que, mais fiel ou não, fica como um testemunho para a memória futura que possibilita a construção da imagem do prelado.

3.6. Nas palavras de Fr. Fortunato de S. Boaventura.

Por sua vez, também o Cabido incumbiu Fr. Fortunato de S. Boaventura, pertencente à Ordem de S. Bernardo, de compor uma oração dedicada a D. Francisco de Lemos, para ser publicamente lida em sua representação, nas cerimónias fúnebres do

³⁰⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, pp. 324-326.

³⁰⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 326.

³¹⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 324.

³¹¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XI. Oração Funebre de Fr. António José da Rocha”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 324.

prelado³¹².

Atendendo à proveniência do pedido - o Cabido, em representação da Igreja – o registo em que foi composta esta oração é, substancialmente, diverso do empregue na oração fúnebre que analisámos no capítulo anterior – diferença notada logo pela extensão de cada uma, a primeira contava com nove páginas, ao contrário da segunda que é composta por quinze. Aqui, o compositor emprega um estilo de escrita mais frio, distanciado, formal e de pendor marcadamente religioso, dando voz a alguma componente poética, como pudemos verificar logo no primeiro parágrafo do escrito³¹³.

O orador principia por se dirigir ao público que o incumbiu de tal tarefa, os “amados Irmãos em Jesus Christo”, admitindo que não crê ser capaz de retratar o bispo conde de forma condicente com o seu real valor. Prossegue com a referência à longa vida do bispo conde, às conjunturas pelas quais atravessou, tecendo-lhe alguns elogios, mas ressaltando a sua posição de homem do clero que, como é lógico, se sente mais apto a ajuizar sobre as ações desenvolvidas pelo prelado no âmbito religioso:

«mais digno de lembrança em o dilatado espaço de huma vida, que tres reinados não deixou passar em claro hum só, em que não servisse com distincção os lugares mais eminentes, e de maior influêcia em a prosperidade dos Dominios portuguezes. Se eu fosse algum sabio desojozo de recomendar á posteridade este Protector dos sábios, este restaurador das letras, este creador dos bons estudos, creio que não seria de todo infeliz achar no defunto Prelado muitos visos da superioridade de talentos de hum Bossuet, misturada com a unção, com a suavidade, com a ternura de hum Fenelon ... Se eu fosse algum homem de Estado, e capaz de medir os relevantes dotes, que se requerem para governar os homens, e fixar os destinos das Nações, por certo que sería bem succedido se quisesse igualar o defunto Prelado ainda mais aos Segeros, aos d’Amboises, que aos Richelieus, e Mazarinos.»³¹⁴.

Afirmando a sua condição clerical, informa que o seu discurso incidirá sobre as ações praticadas pelo bispo conde, no domínio religioso (neste ponto afasta-se do discurso de Frei António José da Rocha):

«Sem passar pela nota de omissão, não farei desses dotes de sabedoria politica, dotes que o mundo avalia em tanto, a materia principal do meu discurso ... devo porém limitar-se ao

³¹² RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 327-342.

³¹³ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 327.

³¹⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 327.

que me he mais proprio do Christianismo, que professamos; e aqui luzirá de hum especial modo a soberana virtude de huma Religião»³¹⁵.

Todavia, não desmerece as conquistas de D. Francisco de Lemos, ao serviço da Coroa, dizendo estar convicto de que a História tratará de immortalizar os feitos do ilustre prelado: “reconheço altamente que a Historia Nacional ainda encherá, e illustrará suas paginas com as immortaes acções do Excellentissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”³¹⁶.

Após refletir sobre os perigos da soberba e da sobrevalorização dos feitos mundanos, tece um elogio ao mitrado que, mesmo com uma vida tão assoberbada de acontecimentos e contrariedades, manteve sempre: “igualdade de animo, ..., mostrou em ambas as fortunas, quer em a prospera, quer em a adversa, e que não tendo apoio em o braço frágil da sabedoria humana, procedeo somente de huma ilimitada confiança em as promessas divinas”³¹⁷.

Mais adiante, agradece ao divino pela existência de D. Francisco de Lemos, um homem devoto à religião, que transmitia a sua devoção e entusiasmo aos outros – inclusive ao próprio Fr. Boaventura:

«seja-me permitido agora saudar-te, render-te sinceras graças, porque nos enviastes como em paga de tudo quanto nos devias o Excellentissimo Senhor D. Francisco de Lemos. Elle nunca se pejou de lhe teres dado o berço, antes se gloriava de ser teu Cidadão; e quase propendo a afirmar que coube ao seu espirito huma certa analogia com essas agigantadas producções, em que sobresahe ás outras partes do globo ... Nunca falou de ti sem hum alvoroço, hum entusiasmo, que se transfundia aos seus ouvintes, e eu fui hum deles; alcançava, e penetrava até onde chegaria huma bem manejada applicação de teus recursos inesgotaveis»³¹⁸.

Após dar conta de um importante ascendente do ilustre prelado, Frei Boaventura conta o início precoce da instrução do futuro bispo de Coimbra que, contando apenas com 11 primaveras, abandonou a sua casa de família para partir para a metrópole e formar-se na Academia coimbrã. Caracteriza-o como sisudo, comportado e educado de acordo com

³¹⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 327.

³¹⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 327.

³¹⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 328.

³¹⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 329.

os preceitos cristãos. Apesar de informar que se restringirá a uma breve alusão ao percurso do bispo conde, o orador fala sobre a tenra idade com que se doutorou, se iniciou na lecionação, desempenhou importantes cargos no funcionalismo do Estado³¹⁹ e entrou no Colégio das Ordens Militares, acrescentando que, pelos oito anos em que conviveu de perto com o prelado, parece-lhe que a maior honra que recebeu foi a de ter sido aceite no Colégio das Ordens Militares³²⁰.

“Tão vivo, e tão arraigado era em seu coração o amor da sabedoria, e tão saudosas erão para elle as primeiras palmas, que colhêra em seus antigos combates litterarios!”³²¹ – aqui o orador destaca o seu gosto pela instrução, a sua sede por conhecimento para, logo de seguida, referir a total entrega do bispo conde ao reitorado da Universidade, chegando a comparar a sua dedicação à obra de Gregório de Nazianzo - um doutor da Igreja e talentoso orador:

«Quando o vejo retirado por sete annos dentro das paredes desse augusto, e magestoso templo da sabedoria, e todo empenhado em apropriar-se, e augmentar a herança de luzes, que não padece mingoa, e que todos os dias cresce, lembra-me hum Gregorio de Nazianzo ... a fim de pôr em ordem, e digerir quanto aprendens na escola de Athenas, e de preparar-se com as erudições sagradas, e profanas, para melhor defender as causas, que elle toma a peito, as causa de Fé.»³²².

Á semelhança da estrutura seguida na oração que anteriormente explorámos, também nesta o orador dedica um espaço ao elogio do monarca, D. José I, e ao seu ministro, o Marquês de Pombal que, na qualidade de “instrumento, de que EIRei D. José I se valia”, trazendo à colação a catástrofe do terramoto de 1755 e elogiando a ação do ministro para fazer “renascer das cinzas a Capital do Reino” para, seguidamente, rematar o elogio com a reforma que operou na Universidade de Coimbra³²³.

Seguindo a mesma linha de exposição de Frei António José da Rocha - ainda que com um discurso não tão pessimista e descritivo como aquele -, Frei S. Boaventura faz uma brevíssima incursão sobre o cenário negro que assolava a Universidade desde o

³¹⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 330.

³²⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 330.

³²¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 330.

³²² RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 330.

³²³ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 331.

término do reinado de D. João III, destacando alguns dos pontos mais problemáticas da vida da Academia, porém lembrando alguns nomes de grandes mestres, para esclarecer que nem tudo era trevas³²⁴. Segue tecendo um rasgado elogio à ação de D. Francisco de Lemos, especialmente no que à redação dos Estatutos de 1772 dizia respeito, apelidando-o de “Pai”, “rígido executor”³²⁵ dos Estatutos:

«Que prazer e intima consolação he para mim considerar o Excellentissimo Sr. D. Francisco de Lemos em alliança com o immortal, e nunca assás louvado Irmão, com os Cenaculos, com os Monteiros da Rocha, para traçarem esses famigerados Estatutos, obra prima de saber e de erudição, pasmo da assombrada Europa, que mal podia tornar a si do espanto que lhe havia causado este fenómeno litterario! ... Já me aparece o Excellentissimo Sr. D. Francisco de Lemos á frente da importantíssima e desejada Reforma, promovendo a mais literal e exacta observância dos Estatutos, animando todas as Sciencias com o seu poderoso influxo, acalentando e favorecendo as que entravão de novo, em huma palavra, feito, como sempre foi, hum Pai no seio desta numerosa família, que lhe devia o ser, a boa educação, e singular acolhimento e favor: presta-se de bom grado á obediencia, que o proprio vigor da observância da Lei se lhe representa de huma incrível suavidade.»³²⁶.

Nesta linha, refere, muito brevemente, “a magnificencia das obras” dos novos estabelecimentos implantados ao abrigo dos Novos Estatutos, algo que imortalizará para sempre a figura do prelado – porém, não tece tão rasgados elogios como os registados na oração anteriormente analisada -, a figura de D. Miguel da Anunciação – elogiando o antecessor de Lemos no bispado de Coimbra -, e prosseguindo com novos elogios ao bom carácter, à profunda fé e à instrução de D. Francisco de Lemos, alertando que, nem mesmo depois de atingir os lugares de topo, se iludiu com o poder, mantendo-se sempre fiel aos preceitos católicos, vivendo sempre consciente da sua fragilidade. De seguida, alude à morte de D. José I e ao início da queda de Pombal, seguidas de uma forte onda de contestação à política do Marquês e tece novo elogio ao bispo conde:

«Nem a mais refinada malicia achará crimes no Excellentissimo Sr. D. Francisco de Lemos; e (para sustentarmos a comparação) elle faz as vezes de huma columna secundaria, que, se por ventura se abalou ao cahir da principal, em que descansava o edificio, nem por isso deixou de ficar em pé, como quem se preparava de muito longe para este successo ... Tem

³²⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 330, 2º parágrafo.

³²⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 336.

³²⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 331-332.

assás valor, assás obediencia ao Imperio Civil»³²⁷.

Após elogiar a dedicação e o serviço prestado pelo prelado à Coroa, exalta a sua dedicação à diocese de Coimbra, às pastorais que redigia repletas de “unção, e sabedoria”, ao facto de ser adorado por todos e de auxiliar os mais necessitados, “tão caritativo para com os infelizes”, e zeloso da observância religiosa, “tão zeloso em manter a disciplina da Igreja”. Louva a sua dedicação ao melhoramento dos estudos do Seminário Episcopal de Coimbra (fundado por D. Miguel da Anunciação), apetrechando-o de bons mestres, mandando imprimir, à sua custa, os livros necessários à boa instrução do clero e distribuindo-os de forma gratuita³²⁸. A título pessoal, revela as avultadas somas de esmolas que o bispo dava, revelando-se profundamente generoso pois “Tal e tão arreigado era nelle o habito de fazer bem!”³²⁹:

«Era generoso de seu natural, nem resabios tinha de avarento, não sabia enthesourar, não era dado a hum só daqueles vicios, que em personagem de tão alta jerarquia só podem manter-se á custa de exorbitantes despezas: logo, onde pararião as suas riquezas se aos pobres não coubesse huma grande parte? / Confidentes de suas esmolas tão avultadas e tão grandiosas, e inteiramente medidas pelo coração de quem as dava, hum segredo fielmente guardado em quanto elle vivia já vos não obriga; quebrai-o á face desta Diocese, e saberá então a Diocese que o compute das esmolas sabidas, afôra hum sem numero das casuaes, subia muito acima do rendimento da maior parte das Mitras deste Reino»³³⁰.

Adiante, destaca-se um momento em que o orador dá o seu parecer pessoal sobre D. Francisco de Lemos ter optado pelo exercício, em simultâneo, da direção do bispado de Coimbra e da reitoria da Universidade, confirmando que, na sua perspectiva, Lemos deveria ter optado por seguir o exemplo de D. Afonso de Castelo Branco (bispo de Coimbra entre 1585-1615) e ter-se dedicado, unicamente, à administração do bispado de Coimbra, aventando que, se tivesse feito tal opção, provavelmente, ter-se-ia escusado a algumas das adversidades com que se deparou, ao longo da sua vida:

«Provera a Deos, que o Excellentissimo Sr. D. Francisco de Lemos imitasse a firmeza e o verdadeiramente apostolico denodo de seu esclarecido antecessor D. Affonso de Castello

³²⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 332-333.

³²⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 333.

³²⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 337.

³³⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 333.

Branco, que engeitou o Vice-Reinado desta Monarquia dando esta ultima razão: Governe lá ElRei de Hespanha os seus leões, que a mim só me importa curar de minhas ovelhas. Se o Excellentissimo Sr. D. Francisco de Lemos tivesse dado a mesma resposta, lucraria muito o seu rebanho, e por ventura se teria prolongado mais a sua carreira, e eu não teria de encontrar alguns tropeços inevitaveis para a sabedoria humana de que todavia me ha de livrar a caridade e prudencia christã.»³³¹.

Após esta critica relembra, novamente, o amor do prelado à Academia, lugar que “tão digna e zelosamente preenchia” com um “amor, e entranhavel affecto, que elle teve sempre á Corporação Academica”³³².

De seguida, o orador toca num aspeto que passou ao lado da oração anteriormente em análise: as invasões francesas em Portugal e a deputação a Baiona para cumprimentar Napoleão e esvaziar o país dos “Grandes” que davam alento à população – a quem o orador chama de “tyranno”. Daqui, ao contrário do que se poderia esperar, o clérigo afirma acreditar na boa intenção de D. Francisco de Lemos ao integrar, involuntariamente, a deputação, indo com o intuito de prover o bem da Pátria:

«Que pensará que o Excellentissimo Sr. D. Francisco de Lemos entrasse gostoso na Deputação forçada que se annunciou como espontanea, e como a singela expressão da vontade geral dos Portuguezes? Não duvido que elle esperasse concorrer para o bem da nossa Patria, e que á vista de suas cans, e dos votos de sua lealdade, poderia adoça-se a fúria do exterminador da Casa reinante em Portugal.»³³³.

Prossegue com a questão, tentando colocar-se no lugar do prelado ao tempo da deputação a Baiona, tentando refletir e perceber como aquele se terá sentido nessa posição de refém de Napoleão. Exaltando a sua atitude quando regressa a Portugal, ao entregar-se, voluntariamente, ás autoridades e sujeitando-se às desconfianças e interrogatórios sobre a suspeita de traição à sua amada Pátria. Sobre esta questão o orador salienta que não se deve censurar a justiça, mas sim os moldes nos quais a questão foi tratada, esquecendo-se o homem leal que o bispo conde sempre tinha mostrado ser³³⁴.

Quanto ao seu zelo pelas questões da fé e, em especial, da observância dos preceitos

³³¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 334.

³³² RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 334.

³³³ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 335.

³³⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 336.

religiosos na sua diocese, o clérigo, novamente, elogia o prelado pela sua primazia pelos valores e interesses da fé, dando o seu testemunho pessoal nestes termos:

«E que será feito da sua Diocese (...)? Deixaria elle de vigiar no Deposito da Fé, de promover quanto nelle era a solida instrucção do seu Clero, e apureza de doutrina em os proprios escritos que sahisses dos prélos da Universidade? Eu proprio sou testemunha de que elle, o mais benevolo honrador dos sábios, preferia a tudo os verdadeiros interesses da Fé. Eu proprio sou testemunha das recomendações que elle fazia aos Censores, para que sem piedade ferissem, e riscassem tudo, que ainda podesse ofender aquelle sagrado e preciosíssimo deposito.»³³⁵.

No entanto, posteriormente, refere que, mesmo com todos os predicados, D. Francisco de Lemos “era homem, teve defeitos” como qualquer ser humano, dizendo “Não he de admirar, que o seu longo Pontificado tivesse nodoas, se o proprio Sol, que tão radiante, e luminoso (...), não está livre de manchas.”. Porém, salienta que é de louvar “a grandeza e bondade de seu coração, aquelle modo afável, encantador, que prendia e contentava a todos, que córava as repulsas de maneira que pareciam favores”³³⁶.

Logo de imediato, tece nova critica, referindo-se a uma contenda entre o reformador reitor e alguns lentes da Faculdade de Medicina e que culminou com o despedimento destes das Cadeiras que lecionavam e desterrados. Esta adversidade, fazendo fé na fonte, terá levado a que D. Francisco de Lemos se desprendesse da sua natural moderação, para se mostrar mais severo do que seria desejável. No entanto, o orador acrescenta que tal foi uma situação excepcional e que, assim, deveria ser deixada no esquecimento:

«Confesso que o Excellentissimo Sr. D. Francisco de Lemos excedeo, além-passou as balizas da sua natural moderação, que talvez se portou mais severo do que convinha; mas lembrai-vos que foi huma só vez. (...) devisei nos proprios que forão victimas do seu ressentimento, quando assistião ao enterro (...) me convencem de que se elles já perdoarão, mais authorizado fico eu para deixar em silencio o que prouvera a Deos nunca se tivesse divulgado.»³³⁷.

Após refletir sobre a longa vida de D. Francisco de Lemos, contrapondo a sua duração ao prazo de 70 anos definido para a vida humana, dizendo que quando se excede

³³⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 337.

³³⁶ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 337.

³³⁷ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 337-338 e 341.

tal meta, por norma, paga-se caro. Alude às adversidades vivenciadas por Lemos na sua longa vida, mas remata dizendo: “De proposito se lhe estendêrão os annos, para que elle houvesse de morrer abraçado comtigo, que foste para elle hum balsamo restaurador, hum presagio de salvação.”³³⁸.

O grande carácter do bispo conde era evidente, mesmo na adversidade e, especialmente, quando esta lhe tocava diretamente: “quando era o primeiro que de sangue frio lia em voz alta aos circumstantes, ou mandava ler as accusações intentadas contra elle, e que tambem era o primeiro, e talvez o unico, que mais facilmente perdoava, e esquecia tudo.”³³⁹.

Novamente, Frei S. Boaventura destaca a entrega e devoção de D. Francisco de Lemos à Igreja e, especialmente, à sua visão e projeto desta como uma verdadeira comunidade, salientando dois sábios autores que eram de especial agrado do ilustre prelado: S. Agostinho e Bossuet.

«Não se vê senão triunfos para o Christianismo, viçosas palmas, e louros immarcessiveis para os athletas da verdade. Inflammava-se todo, ressumbrava-lhe do rosto alguma cousa mais que humana, quando lhe occurrião os destinos da Igreja militante, desta filha do Ceo, que prossegue a sua peregrinação entre as perseguições do mundo, e as consolações celestiaes. Esta idéa de S. Agostinho, e de Bossuet, Doutores da sua predilecção, corria lhe nos labios com tanta energia, que eu pensava estar vendo huma copia fiel, quando não fosse do primeiro, ao menos do segundo»³⁴⁰.

Conclui a oração com um terno elogio ao bispo conde que, mesmo à hora da morte, se mostrou um ser iluminado, nunca se queixando da condição em que se encontrava e sempre preocupado com aqueles que o rodeavam:

«Accommettido de huma doença que parecia leve, ninguem conheceo o perigo melhor que elle; (...) não se queixou, e foi benigno para com elle, assim como o havia sido para com todos os homens. / Invejemos todos, meus amados irmãos, ainda mais o fim de seus dias que as eminentes dignidades, que elle ocupou em tão largos annos ... pois já luctando contra a morte (vós o sabeis todos ...) mostrou lembrar-se até das mínimas cousas, em que poderia obsequiar-vos (...) hum Varão immortal, cuja sabedoria e prudencia será admirada nos

³³⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 338.

³³⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 339 e 342.

³⁴⁰ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 339.

seculos futuros, sem haver perigo de que se desfaça ou apague na memoria dos homens»³⁴¹.

Em síntese, da leitura da presente oração fúnebre reitera-se, mais uma vez, a enorme gratidão que a Universidade, mas neste caso em concreto, a diocese de Coimbra, deve ter para com D. Francisco de Lemos. Um homem descrito como detentor de inúmeros predicados, de entre os quais: “Protector dos sabios”; “restaurador das letras”; “creador dos bons estudos”; “terno”; “heroi nas adversidades”; devoto à religião; “sisudo”; “educado”; amante da sabedoria; dedicado à Academia; “rígido executor” dos Estatutos de 1772; “bem instruído”, culto e sábio; obediente ao Estado; “agradecido”; “caritativo”; “generoso”; “benigno e acessível”; dedicado e leal à sua Pátria; “benevolo honrador dos sabios”; “zelador dos interesses da Fé”; “affavel, encantador”; cativante, especialmente, quem o ouvia, um excelso orador; “grandeza e bondade de seu coração”; capaz de perdoar; “preocupado com os outros” e “prudente”³⁴². Para terminar, diríamos que neste escrito ressalta, expressivamente, a opinião do orador que, parece-nos, deixa escapar alguma da admiração que nutria pelo defunto prelado. Mesmo fazendo-o transparecer num registo mais formal e erudito, do que o utilizado na oração em representação dos estudantes da Academia, relata alguma da convivência que teve com o prelado o que lhe permitiu dar a conhecer uma imagem não tão conhecida do mitrado, a título de exemplo refira-se as somas avultadas que doava aos mais necessitados e que, pelo que nos é transmitido, não era do conhecimento público, além das impressões que custeava para uma melhor instrução do clero da diocese a seu cargo.

3.7. O testemunho de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho.

Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, pertence ao ramo familiar dos Coutinhos³⁴³, tendo sido – pelo que a linguagem utilizada na presente correspondência deixa transparecer - um grande amigo e, cremos poder mesmo afirmar, admirador de D. Francisco de Lemos, pois pela missiva que aqui iremos explorar é flagrante a relação de grande afeto, amizade, parceria, partilha e confiança entre os irmãos.

³⁴¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., p. 340.

³⁴² RODRIGUES, Manuel Augusto, “XII. Oração Funebre de Fr. Fortunato de S. Boaventura”, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, ob. cit., pp. 327-340.

³⁴³ ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil (...)*, ob. cit., p. 167.

Com data de 27 de maio de 1778, e proveniente do Rio de Janeiro, começemos por analisar a forma afetuosa como Inácio Rangel se dirige ao seu irmão:

«Mano do meu corasam. Sinco cartas veras tenho recebido, e todas me tem cauzado muyto gosto pela certeza, que me dam da vosa saude, e teres vencido as infinitas calunias, que os envejzos malevolos aqrguiram contra vos, que chegaram por ca, o que na verdade me traria bem cuidadoso, grasas ao Senhor que tudo se tornou em nada, que fostes restituído com ónrra a universidade; que muyto estimei a virgem santissima me queira sempre continuar este gosto para com ele aleviar os continuados desgostos, que recebo: Espero sem novidade na saude, e pronto para tudo o que for de vos dar gosto.»³⁴⁴.

Logo nesta saudação ficamos conscientes dos laços de profundo afeto que unem os irmãos, além da preocupação de Inácio Rangel com a vida e saúde de D. Francisco de Lemos, mostrando-se informado das vicissitudes ocorridas na Corporação Académica que envolviam o prelado na qualidade de reitor da mesma, datando a carta do ano que antecedeu o término do primeiro reitorado de D. Francisco de Lemos da Universidade e já após a morte de D. José I e do início da queda de Pombal.

Logo de seguida, Inácio Rangel dá nova mostra da sua afeição pelo irmão, informando-o de que tem lido as suas cartas com muita atenção e que a todas considera como prendas de D. Francisco de Lemos, pedindo-lhe para que continue a enviar-lhe mais para “conselasam deste irmão inutil aos mais”³⁴⁵.

Após estas mostras de afeto e amizade fraternal, Inácio inicia uma longuíssima – e profusamente detalhada – descrição sobre o seu trabalho nas fazendas e engenhos da família, dos rendimentos e despesas das mesmas, relatando ao bispo conde todas as dificuldades sentidas, desde as intempéries que danificaram as culturas, por períodos de seca excessiva, e perda de gado devido a enchentes, ao rasto de destruição deixado pela guerra. Aproveita para informar o irmão de que é ele quem realmente se dedica e trabalha em prol da manutenção e crescimento do património da família:

«eu meu mano nam poso fazer mais, do que tenho feito, isto é patente a toda esta capitania sem que para aver uma única pessoa, que diga o contrario, nam sendo daquelas que vos arguiram: desde que sahi dessa terra ate o presente, sem perda de tempo, tenho trabalhado a beneficio da caza, como ninguem nesta terra o tem feito, o que nam e necessario, que eu o diga, eu cheguei em tempo de nosso pay, estive com nosso mano, e estou governando so:

³⁴⁴Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

³⁴⁵ Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

quando cheguei achei nosa caza em miseravel estado, nosso pay m'entregou nada o que nem ainda feito nosso mano.»³⁴⁶.

Mais adiante apresenta algumas queixas, nomeadamente contra a falta de interesse de um irmão para com o património da família – chegando mesmo a queixar-se deste a D. Francisco de Lemos, pelos maus rumos que toma - e para com as contrariedades que iam surgindo nas propriedades e contra as injustiças de que é alvo, pois, pelo que diz, ninguém dá valor ao trabalho que faz e ao tempo que gasta na manutenção dos bens da família, alegando ser alvo de ingratidão e de ofensas:

«Quero exquecerme de todas ingraticoes e ofensas que tenho recebido fazendo este sacrificio aos manos pela ónrra espirito com que sempre cuidei n'administrassam da caza, quero dar ao publico este ultimo testemunho de minha ónrra»³⁴⁷.

É interessante notar que Inácio tinha D. Francisco de Lemos como seu conselheiro, digamos assim, pois em certas passagens dá mostras disso mesmo, nomeadamente:

«com que esforso eide contar a por em pratica as vosas indicaçoens / este novo sistema que vos me propondez / Estou prontissimo para tomar de baixo da minha inspesam Lavoura, que me dizeis quereis mandar»³⁴⁸.

Ao que parece, para além de aconselhar Inácio, D. Francisco de Lemos também ajudava os irmãos. Pelo que a carta nos dá a entender, parece que o bispo conde dava apoio monetário aos irmãos:

«Conheso mano, que todo este voso esforso, todo este trabalho esta para remediar as urgentes necessidades, que se padece muyto expecialmente noso mano, eu tambem mano ainda que esteja de longe conheso o mesmo; pois já vevi com noso mano, já estive anos nessa terra e sei, o que nela se gasta.»³⁴⁹.

Avançando na missiva, constatamos um outro aspeto que, do nosso ponto de vista, é interessante de notar: as indicações de leitura e o envio de livros que D. Francisco de Lemos fazia da metrópole para o Rio de Janeiro, a pedido expresso do seu irmão Inácio Rangel, para o nortear na atividade agrícola: “Dezejo, que me mandeis o Dictionario do

³⁴⁶ Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

³⁴⁷ Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

³⁴⁸ Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

³⁴⁹ Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

Comercio: nam tenho o Padre Labbat procurei para o trazer, e nam achei e assim nam poso ler os capitulos , que me mandeis.”³⁵⁰. Pareceu-nos indispensável referir este aspecto, uma vez que, além de nos dar conta do tipo de relação existente entre os irmãos e do perfil de D. Francisco de Lemos, também nos informa sobre as trocas culturais entre Portugal e o seu Império.

Atendendo ao poder e influência de que D. Francisco de Lemos gozava no Portugal daquele tempo, Inácio Rangel pede-lhe para que interceda em seu favor e agilize junto do irmão – pensamos que possa estar a referir-se a João Pereira Ramos - a procura da sua “patente que o Marquez Vice Rey não mandou ca passar por nam querer nada com o Conde de Cunha deu parte a Magestade dizendo, que me tinha provido” para que possa obter um rendimento que lhe é devido por serviços prestados no exército “Eu servi de Capitam da cavalaria auxiliar para sima de 14 annos creando a companhia a qual a governei sempre bem”³⁵¹. Desta forma fica comprovada a reputação e autoridade de que se revestia a figura de D. Francisco de Lemos na sociedade portuguesa setecentista.

Mais adiante, Inácio Rangel dá, a D. Francisco de Lemos, notícias da sua mãe, que se encontra com saúde, ainda que dando mostras de algum esquecimento: “Nosa maen esta nesta terra mantando saudades de tres annos ... ja tem muyto exquecimento, mas esta forte de vista e para com saude.”³⁵².

No término da missiva, Inácio Rangel desabafa com o irmão sobre o rasto de caos deixado pela guerra, referindo que “a vila toda (?) as cazas sem portas, janelas, e sualhos; as arvores frutíferas ... muyto vergonhosa foy para nos esta guerra”³⁵³.

Após se despedir do irmão, Inácio Rangel acrescenta, na mesma carta, algumas linhas nas quais conta que obteve notícias sobre os irmãos e irmãs, destacando que ficou feliz pelo que ouviu sobre todos, mas em especial, pelas notícias da sua pessoa³⁵⁴.

Através da presente missiva fica, por demais clara, que a reputação de que D. Francisco de Lemos gozava, não se restringia apenas ao domínio público, mas abrangia

³⁵⁰ Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

³⁵¹ Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

³⁵² Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

³⁵³ Atendendo à escassa informação de que dispomos, não nos foi possível identificar a que acontecimento se referia Inácio Rangel. Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

³⁵⁴ Veja-se em Anexos, Documento 4 – Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de Maio de 1778, Rio de Janeiro, pp. 153-161.

o seio familiar. O que é flagrante, não só na carta de Inácio Rangel, mas também nas restantes cartas endereçadas a D. Francisco de Lemos, redigidas por familiares seus, aqui em especial, oriundas de primos e primas, bem como de sobrinhos e sobrinhas do prelado – as quais transcrevemos em Anexos, mas que, por constrangimentos de espaço e tempo, não pudemos explorar de forma individualizada. Em todas é comum a saudação respeitosa, elogiosa e afetuosa para, de seguida, ser feito o pedido pretendido³⁵⁵ ou para transmitir um pedido de desculpas³⁵⁶ ou, ainda, agradecer o patrocínio do bispo conde³⁵⁷. De todas a imagem construída do prelado coincide: bondoso, reputado, estimado, caridoso, amigo e amável.

3.8. No dizer de Monsenhor Freixo de Miranda, prelado da Sé Patriarcal de Lisboa e de José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, bispo do Rio de Janeiro.

João Pedro Freixo de Miranda, pertenceu ao Conselho de Sua Majestade, foi prelado da Sé Patriarcal de Lisboa, tendo-se doutorado na Universidade de Coimbra, foi também, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Inspetor Diretor do Recolhimento do Santíssimo Sacramento e Assumpção no sítio do Calvário³⁵⁸. Pelos importantes cargos que desempenhou podemos assumir que foi uma figura relevante, na sociedade portuguesa o que lhe terá permitido contactar com D. Francisco de Lemos.

Na missiva que é alvo da nossa atenção – datada de 28 de outubro de 1820, em Lisboa -, Monsenhor Freixo de Miranda dirige-se de uma forma mais pessoal, demonstrando laços de amizade e profunda veneração e reverência para com o bispo conde, para tratar de assuntos do foro particular. Para tal, mostra-se: “Muito Particular, Reverente, afecto, venerador e obrigadissimo”³⁵⁹ e invoca a amizade que mantém – “daquele favor e amizade com que V. Ex.a me honra, e distingue” -, para fazer um pedido

³⁵⁵ Veja-se em Anexos, Documento 10 – Carta de Manuel Inácio de Andrade Sottomaior Rondon Pinto Coelho Cunha, 6 de Junho de 1814, Rio de Janeiro, pp. 166-167. Documento 11 – Carta de Manuel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, sobrinho de D. Francisco de Lemos, 18 de Dezembro de 1816, Condeixa, pp. 167-168. Documento 12 – Carta de Maria da Conceição Lacerda, sobrinha de D. Francisco de Lemos, 26 de Setembro de 1818, Condeixa, p. 168.

³⁵⁶ Veja-se em Anexos, Documento 7 – Carta de Inácio José de Moraes de Brito, sobrinho de D. Francisco de Lemos, 15 de Fevereiro de 1812, Coimbra, Paço Episcopal, p. 164.

³⁵⁷ Veja-se em Anexos, Documento 13 – Carta de Ana Cândida de Castro Lemos e Moraes, prima de D. Francisco de Lemos, s.d., s.l., p. 169.

³⁵⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, nº 87, Lisboa: Na Imprensa Régia, 1830, p. 354.

³⁵⁹ Veja-se em Anexos, Documento 5 – Carta de Monsenhor Freixo de Miranda (João Pedro Freixo de Miranda), 28 de Outubro de 1820, Lisboa, p. 162.

de cariz pessoal ao mitrado: que interceda em favor do seu sobrinho, João Gonçalo de Miranda Peleção, que se encontrava ao serviço da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, para que este consiga um lugar na dita Faculdade, uma vez que lhe tinha sido transmitida a informação de que haveria um outro candidato. Como argumentos em favor do seu sobrinho, invoca o tempo que Peleção já tinha dedicado à Faculdade – referindo-se a um período de três anos – e lembrando que, a leccionação, é a única saída para a formação em Matemática, informando também que o seu sobrinho está disposto a “ser empregado”³⁶⁰.

Remata a sua argumentação invocando a confiança que ele e o sobrinho têm na pessoa de D. Francisco de Lemos, bem como no poder da sua protecção, fazendo fé nas promessas que lhes tinham sido feitas:

«Eu, e elle temos sempre estado esperançados nas promessas de V. Ex.a bem certos de que a Poderosa Eficaz Protecção de V. Ex.a he sobeja para melhorar a sua sorte, e vencer quaisquer obstaculos que possão opor-se á equidade e favor qe V. Ex.a nos tem promettido.»³⁶¹.

Conclui a missiva colocando-se ao serviço de D. Francisco de Lemos “para tudo o que V. Ex.a queira de minha Pessoa, e meus officios. ... Muito Particular Reverente Afecto Venerador e Obrigadissimo Capelão”.

Como ficou notado, pelo que a missiva nos transmite, os prelados mantinham algum tipo de relação, ao que parece seria de amizade, porém tal não impediu que Monsenhor Freixo de Miranda se mostrasse subserviente a D. Francisco de Lemos e que, de alguma forma, o elogiasse e pressionasse – invocando a amizade que os une, bem como o poder e influência que o bispo conde detinha na Academia - no sentido de obter o que pretendia: a sua intercessão na contratação do seu sobrinho, João Gonçalo de Miranda Peleção, para a Faculdade de Matemática. Pela forma como o Monsenhor Freixo de Miranda se dirige a D. Francisco de Lemos, deixa transparecer, para o leitor, uma imagem de um prelado bondoso, protetor, benéfico, amigo do seu amigo e influente/poderoso.

Na missiva seguinte, o remetente é José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco (c. 1731-1805), bispo do Rio de Janeiro (tomando posse em 1774), escrevendo aos 17 dias do mês de julho do ano de 1778, do Rio de Janeiro. Tal como Monsenhor

³⁶⁰ Veja-se em Anexos, Documento 5 – Carta de Monsenhor Freixo de Miranda (João Pedro Freixo de Miranda), 28 de Outubro de 1820, Lisboa, p. 162.

³⁶¹ Veja-se em Anexos, Documento 5 – Carta de Monsenhor Freixo de Miranda (João Pedro Freixo de Miranda), 28 de Outubro de 1820, Lisboa, p. 162.

Freixo de Miranda, também o bispo do Rio se dirige de uma forma mais particular e reverente a D. Francisco de Lemos: “Meu amigo, e Senhor da minha maior veneração, e respeito.” – informando que recebeu as cartas que D. Francisco de Lemos lhe enviara – invocando a relação de confiança e amizade que os une e mostrando-se obediente ao bispo conde e confiante na eficácia da sua proteção, referindo que tem as suas opiniões como regras. Após este cumprimento, o bispo faz um pedido de natureza pessoal e particular: suplica a D. Francisco de Lemos que coloque sob a sua proteção António Teles de Barreto, que viria estudar para a Universidade num futuro próximo, dando a sua palavra de que aquele é digno da sua proteção:

«muito ... merece por seo Pay o Nosso Francisco Telles Barreto de Menezes, por suas applicaçoes, e bons costumes confio se fará digno da protecção de V. Ex.a. E por estes motivos me julgo na necessidade de suplicar a V. Ex.a. muito particularmente a sua benevolencia nas occaziaoens oportunas de o proteger, alem daquellas circumstancias que ocorrem para elle merecer a attenção de V. Ex.a.»³⁶².

Seguidamente, informa o prelado de que teve conhecimento do comportamento indigno de um afilhado de D. Francisco de Lemos, que o bispo do Rio lhe terá recomendado: Joaquim Maria que, pelo que a missiva relata, não se dedica como deveria aos estudos na Academia e não segue os conselhos das pessoas certas, reportando que o que o fez tomar, uma maior consciência da real amplitude do problema, foi a falta de notícias de D. Francisco de Lemos. Alerta que já diligenciou no sentido de que o dito estudante seja repreendido “com algúa fortidão”, porém confessa encontrar-se aberto às ordens de D. Francisco de Lemos para a resolução desta questão.

Despede-se reiterando a sua subserviência e obediência ao bispo conde e aos serviços que dele necessitar: “E para quanto for do agrado, e serviço de V. Ex.a. queira disser de mim, na certeza de que sempre me achará com o maior gosto, e prompta obediencia ... Amante muito fiel em (?) obediente e (?)”³⁶³.

Pela análise do presente escrito, ficamos informados da existência de uma relação de amizade e reverência entre os prelados. Contudo, novamente, tal relação mais íntima, não escusou o bispo do Rio de Janeiro de se mostrar subserviente perante o bispo conde, de mencionar a relação de confiança e amizade que mantêm, antes de pedir algo ao

³⁶² Veja-se em Anexos, Documento 6 – Carta de José Joaquim Justiniano Mascarenhas de Castelo Branco, bispo do Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1778, Rio de Janeiro, pp. 162-164.

³⁶³ Veja-se em Anexos, Documento 6 – Carta de José Joaquim Justiniano Mascarenhas de Castelo Branco, bispo do Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1778, Rio de Janeiro, pp. 162-164.

mitrado de Coimbra: suplicar pela proteção de um futuro aluno da Academia de Coimbra, o mencionado António Teles Barreto de Menezes e aproveita para se desculpar pela má conduta de um aluno por si recomendado a D. Francisco de Lemos, Joaquim Maria. Daqui, mais uma vez, podemos criar uma imagem do prelado que se coaduna com a construída na missiva de Monsenhor Freixo de Miranda, D. Francisco de Lemos era tido como um homem, amigo, digno de respeito e veneração, poderoso/influente, protetor e sábio (algo que não está presente na missiva anterior, mas que aqui é notório, uma vez que o bispo do Rio toma as decisões de D. Francisco de Lemos como normas a cumprir).

Capítulo 4 – A Livraria de D. Francisco de Lemos.

«O papel impresso e a arma de fogo são os objectos que, por ventura, mais do que quaisquer outros, marcam o mundo moderno na Europa. Juntos redefinem o *topos*, mais antigo e recorrente, do confronto entre a pena e a espada. / Este confronto configura situações de poder e foi variando com a crescente entrada da cultura escrita em cada espaço, em particular nas grandes cidades. Assiste-se então ao reconhecimento público das letras como instrumento de poder e como objecto de distinção social e individual. Ao problema de saber se a espada era mais poderosa do que a pena, ou se o papel impresso conseguira inverter os termos antigos e tornar-se mais forte do que a arma de fogo, junta-se, para nós, outra questão: a de saber o quanto penetravam um e outro no quotidiano das populações.»³⁶⁴.

É dentro desta linha de pensamento que se insere o cerne do presente capítulo que pretende, não só dar a conhecer o conteúdo da livraria de D. Francisco de Lemos, mas também perceber de que forma esta espelhava a personalidade do seu detentor e que expressão e influência teria tido no quotidiano do bispo conde. Procuramos, igualmente, tentar compreender se, os espólios bibliográficos, denunciam o traço de “iluminista católico” que caracteriza D. Francisco de Lemos, mas também o de “puro regalista” sempre ao serviço da Nação e do Estado, como anteriormente referimos.

³⁶⁴ LISBOA, João Luís e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, “A cultura escrita nos espaços privados” in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, *A Idade Moderna*, vol. 2, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Temas e Debates, Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp. 334-394.

4.1. Os espólios bibliográficos.

4.1.1. *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815 – 1815*

O presente inventário³⁶⁵ encontra-se à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra, inserido no fundo da Mitra Episcopal de Coimbra, em Inventários e índices³⁶⁶. Ao dar a conhecer o presente inventário, Manuel Augusto Rodrigues designa-o por “Inventário da Livraria de D. Francisco de Lemos”, uma atribuição que ignoramos o seu fundamento, mas que talvez se deva à datação registada no mesmo – 1815 -, ano no qual D. Francisco de Lemos estava encarregue tanto do bispado de Coimbra, como da reitoria da Universidade. A fonte, ao contrário do inventário de 1822 que apresentaremos seguidamente, regista a organização da Livraria, nomeadamente a sua distribuição por temáticas e a organização interna, a saber: o nº da estante, nº da obra, nº de volumes, a casa e número³⁶⁷. Ao nível dos saberes as obras encontram-se distribuídas por 3 secções, pela seguinte ordem: *Historia e Bellas Letras* com 177 entradas³⁶⁸ que perfazem um total de 779 volumes, incorporados em sete estantes (estante 1ª à 7ª); *Theologia e Direito Canonico* com 151 entradas, correspondendo a 354 volumes, guardados em 2 estantes (estante 9ª à 10ª); *Direito Civil e Jurisprudencia em Geral* com 309 entradas, materializadas em 697 volumes, organizados em 9 estantes (estante 4ª a 8ª e 11ª a 14ª).

Atentando à distribuição do número de estantes da Livraria verificamos alguns aspetos. Primeiro, as secções de *Historia e Bellas Letras* e *Direito Civil e Jurisprudencia em Geral* partilham as estantes 4ª, 5ª, 6ª e 7ª, porém as estantes 8ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª são, exclusivamente, destinadas aos livros de *Direito Civil e Jurisprudencia em Geral*. Segundo, as estantes sobranes, 9ª e 10ª, guardam apenas, as obras de *Theologia e Direito Canonico* que, pelo que nos é dado perceber, é a única secção que não partilha estantes, localizando-se nas estantes mais centrais e sendo também a de menor expressão neste inventário. O método de registo das obras é linear, principia com: o número da estante; o

³⁶⁵ Publicado por Manuel Augusto Rodrigues, “Inventário da Livraria de D. Francisco de Lemos”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Volume XIII-XIV, 1993-1994, Coimbra, 1995, pp. 5-79.

³⁶⁶ Cota topográfica do AUC: Mç.7, Depósito II, Secção 2ª E, Estante 2, Tabela 5, nº 23.

³⁶⁷ Para que melhor se entenda a estrutura organizativa do inventário veja-se, a título de exemplo, RODRIGUES, Manuel Augusto, “Inventário da Livraria de D. Francisco de Lemos” (...), *ob. cit.*, p. 11.

³⁶⁸ Quando empregamos o termo “entradas” referimo-nos ao assento da obra, que consta no inventário. Assim, o termo “volumes” reporta-se à quantidade de livros, em número registado no inventário o qual somámos para obter a totalidade dos volumes de cada secção.

número da obra; o número de volumes; o nome do autor (quando é registado); o título da obra; local de edição; o ano; o formato; a casa da estante e o número da casa da estante.

A motivação que conduziu à realização do presente inventário é, para nós, uma incógnita, bem como as condições em que este acervo terá, eventualmente, chegado à posse de D. Francisco de Lemos – assumindo nós a atribuição feita por Manuel Augusto Rodrigues. Sobre este último aspeto interrogamo-nos: resultou de uma doação? Talvez, da parte do seu irmão, João Pereira Ramos, uma hipótese que nos parece válida, atendendo ao facto de que, a maior parte do espólio, se insere na área da Jurisprudência, domínio que, como já sabemos, era o ofício de Pereira Ramos. Numa tentativa de sustentar esta tese realizámos uma pesquisa no Registo Geral de Testamentos, disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para tentar perceber se, por ventura, João Pereira Ramos teria doado este espólio a D. Francisco de Lemos, mas não obtivemos sucesso e, assim, a hipótese mostrou-se frustrada. Terá resultado de uma compra? Novamente, para indagar esta possibilidade, tentámos apurar se, eventualmente, a Universidade teria adquirido este espólio, procurando nos registos dos livros de receita e despesa da Junta da Fazenda da Universidade – tendo como marca cronológica para o início da pesquisa o ano da morte de João Pereira Ramos, em 1799 -, mas igualmente sem sucesso.

Do mesmo modo, fazendo uso do catálogo online das bibliotecas da Universidade de Coimbra³⁶⁹, procurámos alguns dos títulos do presente inventário e constatámos que muitos dos títulos procurados, aleatoriamente, no catálogo online referem como “antigo possuidor” o Real Colégio de São Pedro de Coimbra e o Liceu Nacional D. João III (atual José Falcão) e, com menor frequência, mas relevante, a livraria do Colégio de Santa Rita. No entanto, nenhum deles tem referência a D. Francisco de Lemos, mas confrontando alguns dados, nomeadamente: autor, título da obra, ano e local de edição e o nº de volumes, muitos correspondem e encontram-se na Biblioteca Joanina, apesar disso estamos cientes de que tal não é suficiente para se assumir que sejam os mesmos exemplares.

³⁶⁹ Endereço do catálogo online das bibliotecas da Universidade de Coimbra: <http://webopac.sib.uc.pt>.

4.1.2. *Inventario dos livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde – 1822*

O presente inventário, igualmente, à guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra, integrado no fundo da Mitra Episcopal de Coimbra³⁷⁰, foi lavrado aos 23 dias do mês de abril de 1822, por António Pádua de Oliveira, volvidos sete dias da morte de D. Francisco de Lemos, falecido a 16 de abril de 1822. O motivo, ao contrário do inventário de 1815, foi registado no documento: “Feito pelo falecimento do Snr. Bispo Conde, D. Francisco de Lemos falecido em 16. D’Abril de 1822.”³⁷¹.

Ao contactarmos com a fonte percebemos que os livros aqui inventariados não seguem – declaradamente - nenhum critério organizativo, não estando ordenados nem por ordem alfabética, por data de impressão ou formato, nem divididos por assuntos³⁷². Deste modo, podemos levantar algumas questões relativamente à “ordem dos livros” na livraria, mas às quais não poderemos responder: a desorganização resultava da consulta às obras? Da arquitetura da sala onde estava alocada a livraria? Ou derivava do facto de, no mesmo local, se albergarem tanto o espólio da mitra, como o espólio de D. Francisco de Lemos? Sobre esta questão gostaríamos apenas de salientar a perspectiva de Diogo Ramada Curto, relativamente à organização e classificação da Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

«uma biblioteca nunca está devidamente arrumada e classificada, a ordem dos saberes que ela representa dificilmente pode ser fixada de uma vez por todas; existem permanentes usos e reutilizações dos livros, pois, como defendeu o historiador e jesuíta Michel de Certeau, a prática da leitura é como uma espécie de caça furtiva. Cada leitor – como cada comunidade ou geração – cria o seu próprio sentido em função do modo como se apropria do seu objecto ... Sendo poucos, mesmo muito poucos, os que são capazes de reconhecer, hoje, o sentido de tais obras, que reportam a uma ordem de saberes, a um sistema de comunicação e até a uma maneira de impor gostos e distinções sociais, em relação aos quais se cavou uma

³⁷⁰ Cota topográfica do AUC: PT/AUC/DIO/MECBR/Mç. 8, II-2ª E-5-24.

³⁷¹ RODRIGUES, Manuel Augusto, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, p. 43.

³⁷² Ao consultarmos a obra de Manuel Augusto Rodrigues, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos ...*, *ob. cit.*, pp. 45-96, nomeadamente, a publicação do inventário deparámo-nos com uma classificação temática. Porém, o autor informa que tal foi feito por si, ajustando as temáticas às obras inventariadas, veja-se a p. XIV. Por outro lado, verificámos que, a ordem constante no inventário publicado respeita, na íntegra, a registada na fonte.

enorme distância.»³⁷³.

Apesar desta limitação, foi possível dispormos o espólio livreiro em cinco secções temáticas (com base nos saberes da época das Luzes e na classificação temática da livraria do Cardeal Saraiva), a saber: Teologia; Jurisprudência; História e Belas Letras; Ciências, Filosofia e Artes e Vária. Com o decorrer desta organização percebemos que, por diversas vezes, as obras estavam agrupadas por saberes, ainda que não de uma forma linear e sistemática, vejamos o seguinte exemplo: da entrada número 1 do inventário à número 68, as obras são todas de Teologia, intercalando-se com duas entradas de obras de História (as entradas número 69 e 70) e retomando-se com mais 8 entradas de obras dedicadas à Teologia (da entrada número 71 a 78). Ao registar as obras, o escrivão não foi muito rigoroso na metodologia pois, em algumas entradas, principia com o registo do nome da obra seguida do nome do autor, a título de exemplo: *Biblia Polyglotta Hebraica, Samaritana, Chaldaica, Graeca, Syriaca, Latina, Arabica*. – Mich. Le Iay. – Lutetiae Parisiorum, 1628 -10-in-fol., 8^a [Nº da estante], 7^a e 18^a [Nº das casas da estante]. Avançadas 13 entradas, principia com o nome do autor, seguido pelo título da obra: A. Lapide – *Commentaria in Sacram Scripturam*, Venetiis, 1740 – 11-in-fol. 8^a [Nº da estante], 4^a [Nº da casa da estante]³⁷⁴.

Ao contrário do que se projetava, o espólio da livraria de D. Francisco de Lemos e da Mitra, pelo apurado, não é tão singular como o esperado. As mesmas obras circulavam no Real Colégio de São Pedro de Coimbra e na Livraria do Colégio de Santa Rita. Ao fazer uma pesquisa, de algumas obras do presente inventário, no catálogo online das bibliotecas da Universidade de Coimbra detetámos algumas que têm, como antigo possuidor “Lemos”, sendo que as duas primeiras se encontram inseridas no espólio da Biblioteca Joanina e as outras duas à guarda da Biblioteca Geral³⁷⁵.

A decisão de republicar parte do inventário de 1822, anteriormente publicado por Manuel Augusto Rodrigues, prende-se, apenas, com uma tentativa de ser o mais fiel

³⁷³ CURTO, Diogo Ramada e GONÇALVES, Paula, *Livros dos séculos XVI a XVIII da Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Catálogos, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal e Instituto Diplomático, 2015, p. 115.

³⁷⁴ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). A localização das obras dentro da livraria, pelo nº da estante e nº das casas da estante era uma prática de organização e catalogação bibliográfica adotada nas livrarias das casas religiosas, conforme nos informa Fernanda Campos, na sua obra *Para se achar facilmente o que se busca – Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (século XVIII)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2016, p. 250.

³⁷⁵ Veja-se, no endereço eletrónico aqui indicado, a referência ao antigo possuidor que mencionámos: http://webopac.sib.uc.pt/search~S74*por?/aLemos%2C/alemos/-3%2C-1%2C0%2CE/2exact&FF=alemos&1%2C4%2C.

possível à fonte e à informação que contém, uma vez que detetámos dados não publicados e que respeitam à organização da livraria. Porém, ignorando o motivo, a mesma só consta numa pequena parte do inventário, a qual publicamos em Anexo³⁷⁶. Sobre este último aspeto levantamos as seguintes questões para as quais, mais uma vez, ignoramos a resposta: o não registo da disposição das obras na livraria, como o número da estante na qual estava inserida, poderá dever-se ao facto de, no mesmo local, estarem depositados dois acervos livres de detentores distintos (a Mitra de Coimbra e D. Francisco de Lemos) e que, à data de realização do inventário, não se conseguisse identificar o detentor de cada obra? Ou será que os livros, aquando da elaboração do inventário, já não estariam colocados nas estantes da livraria?

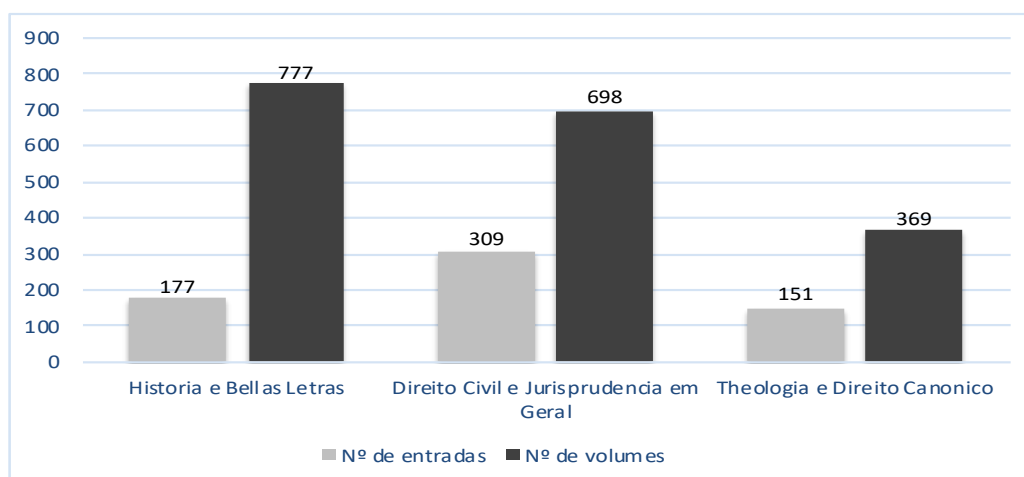
4.1.3. Uma avaliação global dos acervos bibliográficos: secções, números, datas e locais de impressão, formatos e idiomas das obras e livros dobrados

A livraria de D. Francisco de Lemos, composta por dois acervos bibliográficos, guardava um total de 2067 entradas, que se materializavam em 5671 volumes, distribuídos pelos dois inventários. O inventário de 1815 contava com 637 entradas que se traduziam num total de 1844 volumes, organizados em três secções temáticas (apresentadas pela ordem de registo na fonte), a saber: *Historia e Bellas Letras*, *Theologia e Direito Canonico* e *Direito Civil e Jurisprudencia em Geral*³⁷⁷. Daqui afere-se a flagrante preferência do detentor pelo campo de *Historia e Bellas Letras* (42% do total de volumes do inventário) seguido, de perto, pelo *Direito Civil e Jurisprudencia em Geral* (com 38% do número de volumes do inventário).

³⁷⁶ Consulte-se em Anexos, pp. 170-178.

³⁷⁷ Atente-se que mantivemos a grafia utilizada para registar as secções no inventário. Veja-se em Anexos, o Gráfico XI, com a distribuição das secções do inventário, por número de volumes, em percentagem, p. 183.

Gráfico I – Distribuição das secções do inventário de 1815



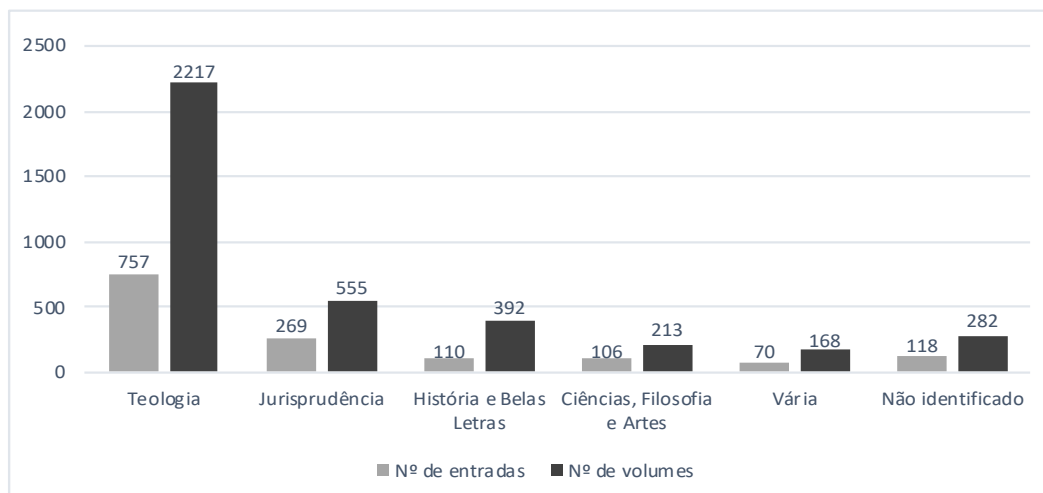
Fonte: AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

Por sua vez, o inventário de 1822, era composto por 1430 entradas que totalizavam 3827 volumes³⁷⁸. Como já frisámos, este inventário não contempla originalmente uma setorização das temáticas porém, optámos por organizar as obras de acordo com os saberes da época das Luzes (ou seja, regendo-nos pela época em que se insere o inventário) em consonância com a organização adotada na livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva (também esta uma livraria das Luzes). Desta feita seccionámos as obras em 5 grupos, que apresentamos por ordem decrescente de expressão no inventário: Teologia (representa 58% do total de volumes do inventário); Jurisprudência (15%); História e Belas Letras (10%); Ciências, Filosofia e Artes (perfaz 6% do número de volumes do inventário) e Vária (com 4%)³⁷⁹. Ao contrário do inventário anterior, a área de maior interesse bibliográfico passa pelas obras de Teologia. Jurisprudência, surge como a segunda secção preferida, acompanhada com algum desfasamento, por História e Belas Letras.

³⁷⁸ Note-se que, neste inventário, 5 entradas não continham a informação relativa ao número de volumes e, por isso, optámos por contabilizar apenas 1 por cada entrada.

³⁷⁹ Aqui considerámos mais três divisões da livraria, uma dedicada aos livros defesos, outra às obras dobradas e uma aos títulos dos quais não identificámos o tema que versam. Veja-se em Anexos, o Gráfico XII, com a distribuição das secções do inventário, por número de volumes, em percentagem, p. 184.

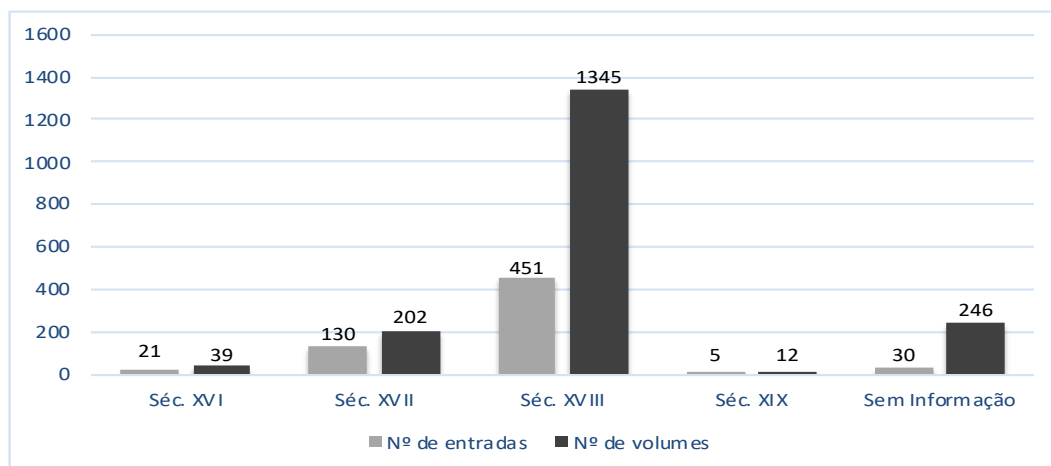
Gráfico II – Distribuição das secções do inventário de 1822



Fonte: AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822)

Do conjunto dos inventários, temos 79 entradas (que correspondem a 281 volumes) sem datação, o que nos levou a criar um campo para inserir estas lacunas e considerar, separadamente, apenas as restantes 1988 entradas dos inventários, que compilámos nos gráficos abaixo:

Gráfico III – Distribuição dos séculos de impressão das obras do inventário de 1815



Fonte: AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

Da leitura do gráfico III, verificamos que a maioria dos volumes integrados no inventário de 1815 insere-se na produção editorial de Setecentos (representando 73% do total de volumes do inventário) seguidos, com uma acentuada diferença, pelas obras do

século XVII (traduzindo-se em 11% do total de volumes do inventário)³⁸⁰. A parte de maior expressão e, por conseguinte a que compreende a época de maior investimento do detentor da livraria, data do período entre a década de trinta e o início da década de sessenta: de 1731 a 1740 temos inventariados 188 volumes (resultantes de 71 entradas); de 1741 a 1750 datam 199 volumes (resultados de 72 entradas) e o período de maior expressão, de 1751 a 1760, conta com 262 volumes (provenientes de 78 entradas)³⁸¹.

Os volumes oriundos dos séculos XVI, são de reduzida presença na livraria (39 volumes, resultantes de 21 entradas), o que nos leva a considerar que, à luz deste inventário, o detentor não seria um bibliófilo³⁸². Por outro lado, ao atentarmos aos escritos datados do século XIX, somos tentados a colocar, novamente, em cima da mesa a possibilidade de o anterior detentor deste espólio ter sido João Pereira Ramos, pois, para além da grande presença das obras de Jurisprudência - Civil e Canónica - totalizando 1067 volumes (contra 777 de História e Belas Letras), o facto de o número de entradas e volumes provenientes do século XIX ser tão diminuto, faz-nos colocar a hipótese, ou pelo menos, trazê-la novamente à colação³⁸³. Como já bem o notou Manuel Augusto Rodrigues, numa análise preliminar que fez do conteúdo do presente inventário, no período em que D. Francisco de Lemos é nomeado bispo coadjutor e futuro sucessor de D. Miguel da Anunciação no bispado de Coimbra (1773), até à data em que foi lavrado o presente inventário, pouco investimento foi feito na aquisição de obras, pois de um total de 1844 volumes, apenas 184 foram adquiridos na cronologia acima referida³⁸⁴.

³⁸⁰ Consulte-se em Anexos, o Gráfico XIII com a distribuição dos séculos de impressão das obras do inventário, por número de volumes, em percentagem, p. 184.

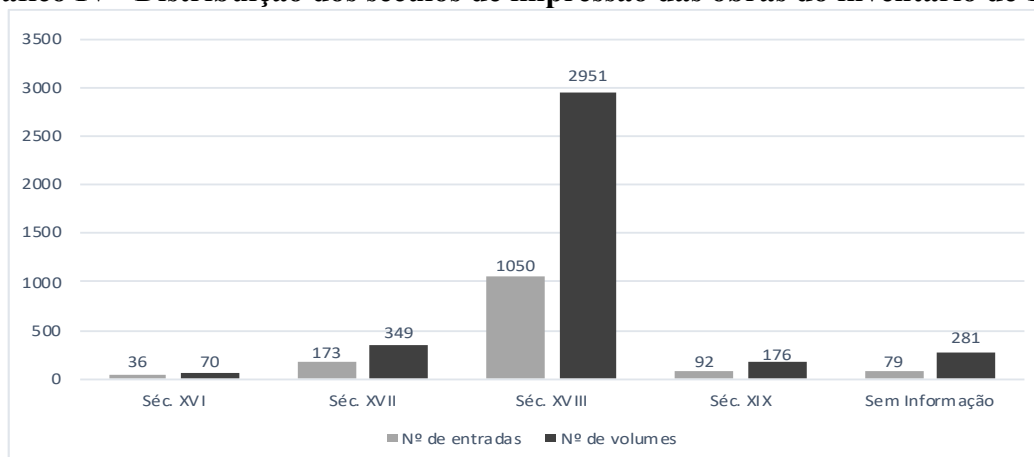
³⁸¹ Gostaríamos apenas de registar o quão significativo é a análise partir do número de volumes, permitindo-nos obter dados mais fiáveis, e a diferença que marca no conjunto dos resultados, ao contrário do que ocorreria caso se optasse pela via do registo do número de entradas dos inventários.

³⁸² Este termo não seria utilizado na época, uma vez que, ao consultarmos o Dicionário de Bluteau, o termo “Bibliomania” é o que assume o significado do vocábulo que utilizamos, expressando-se da seguinte forma: “o furor de ajuntar livros, toma-se a ma parte.” Cf. BLUTEAU, Raphael, *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Raphael Bluetau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*, Tomo I, A-K, Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 180.

³⁸³ Lembramos que João Pereira Ramos faleceu a 5 de fevereiro de 1799, em Lisboa.

³⁸⁴ RODRIGUES, Manuel Augusto, “Inventário da Livraria de D. Francisco de Lemos” (...), *ob. cit.*, p. 6.

Gráfico IV – Distribuição dos séculos de impressão das obras do inventário de 1822



Fonte: AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822)

Sobre o inventário de 1822, ao analisarmos o gráfico IV (acima), concluímos que, à semelhança do de 1815, os volumes produzidos no século XVIII são, sem margem para dúvidas, os de maior presença na livraria: 2951 volumes (correspondendo a 77% do total de volumes do inventário), resultantes de 1050 entradas do inventário. Seguem-se, com uma diferença abrupta, os volumes datados do século XVII, com 349 (expressando-se em 9% do total de volumes), resultando de 173 entradas do inventário³⁸⁵. As obras do século XIX traduzem-se em 176 volumes (de 92 entradas do inventário) e as do século XVI contam com 70 volumes, expressos de 36 entradas do inventário. Também por aqui se atesta que o detentor não seria, de facto, um bibliófilo. Denota-se uma preocupação com a atualização bibliográfica, porém temos de referir alguns aspetos. Primeiramente, nota-se uma maior concentração de edições para o período compreendido entre 1721 e 1780 – de 1721 a 1730 datam 309 volumes, de 121 entradas; de 1731 a 1740, 456 volumes, de 174 entradas; de 1741 a 1750, 477 volumes, de 154 entradas; 1751 a 1760, contam-se 456 volumes, de 144 entradas; de 1761 a 1770, 316 volumes, de 122 entradas; e de 1771 a 1780, 316 volumes, de 97 entradas – sendo que, a partir de 1780 verifica-se um abrupto decréscimo da aquisição de obras.

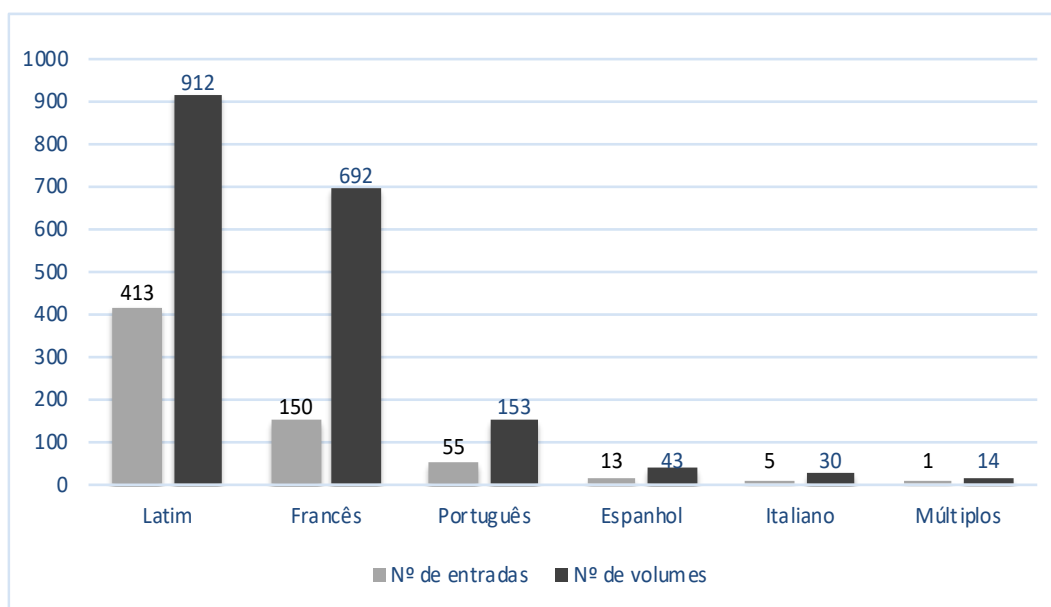
Do que aqui respeita a D. Francisco de Lemos, podemos perceber, que no período em que esteve à frente da diocese de Coimbra não houve um grande investimento na aquisição de obras – lembramos que o presente inventário regista os bens do bispo conde e, também, da mitra de Coimbra -, pois desde o momento em que foi nomeado vigário capitular, (em 1768) até à data da sua morte (em 1822), dispomos apenas de 842

³⁸⁵ Veja-se em Anexos, o Gráfico XIV com a distribuição do século de impressão das obras do inventário, por número de volumes, em percentagem, p. 185.

volumes³⁸⁶ que são cronologicamente inseridos na periodização que referimos. Com isto não descartamos a hipótese de o bispo ter adquirido obras de uma cronologia anterior a esta, porém é algo que, lamentavelmente, não podemos confirmar.

No que concerne ao idioma das obras guardadas na livraria há um predomínio, bastante expressivo, das obras em latim e francês o que é comum aos dois inventários. No de 1815 registam-se 912 volumes em latim, que representam 49% do total de volumes do inventário (resultantes de 413 entradas) e 692 volumes em francês (perfazendo 38% dos volumes do inventário), de um total de 150 entradas. Seguem-se as obras na língua de Camões, com 153 volumes de 55 entradas, os títulos em espanhol e italiano estão, praticamente, equiparados (43 volumes de 13 entradas e 30 volumes de 5 entradas, respetivamente), e, por último, os volumes com mais do que um idioma (aqui, como caso único temos a obra *La Sainte Bible en Latin et en François*, sem autor, 1748, Paris, que se insere na secção de *Theologia e Direito Canonico*)³⁸⁷. Veja-se o gráfico seguinte:

Gráfico V – Distribuição dos idiomas das obras do inventário de 1815



Fonte: AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

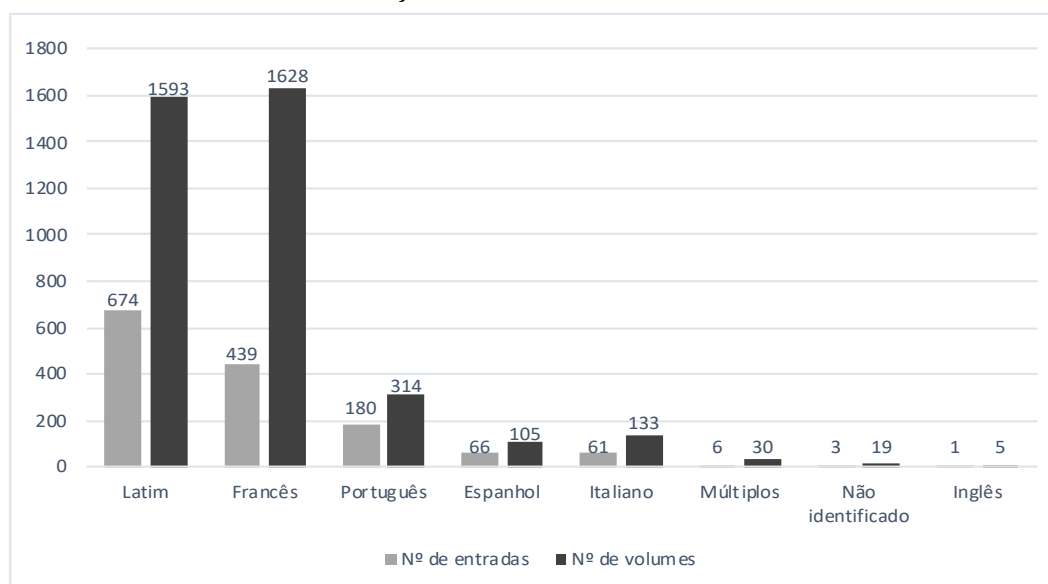
Do que foi assente no inventário de 1822 contam-se 1628 volumes em língua francesa (representando 43% do total de volumes do inventário), de 439 entradas do

³⁸⁶ Do século XIX, mais concretamente, de 1801 a 1820, integram-se no inventário 176 volumes, resultantes de 92 entradas.

³⁸⁷ Consulte-se em Anexos, o Gráfico XV, com a distribuição dos idiomas das obras do inventário, por número de volumes, em percentagem, p. 185.

inventário e 1593 volumes em latim (traduzindo-se em 42% dos volumes do inventário), que expressam 674 entradas. Aqui, ao contrário do inventário anterior, a língua de eleição é o francês que, como é sabido, era o idioma por excelência da época das Luzes, a chamada “língua erudita”, ao contrário dos nossos dias. Bastante distanciada desta preferência, encontramos, de seguida, o português que conta apenas com 314 volumes (de 180 entradas), o italiano com 133 volumes (de 61 entradas), o espanhol com 105 volumes (de 66 entradas). Com mais do que um idioma, registam-se 6 entradas da secção de Teologia (5 dedicadas à Sagrada Escritura e 1 sobre Concílios e Sínodos) que perfazem um total de 30 volumes, sendo que das 6 entradas, 5 são edições bilingue (1 volume em hebraico e latim, 17 volumes em francês e português e 2 em latim e português) e 1 em múltiplos idiomas, tratando-se, este, da primeira entrada do inventário: *Biblia Polyglotta Hebraica, Samaritana, Chaldaica, Graeca, Syriaca, Latina, Arabica*. - Mich. Le Iay. - Lutetiae Parisiorum, 1628 – 10-in-fol³⁸⁸. Por último registre-se a existência de 5 volumes da língua de Shakespeare, resultantes de apenas 1 entrada, bem como a significativa quantidade de volumes – 19, resultando de 3 entradas do inventário - que não nos foi possível identificar o idioma, por diversas ausências de informação, desde o nome da obra, o nome do autor, o século e local de impressão³⁸⁹. Atente-se ao gráfico abaixo:

Gráfico VI – Distribuição dos idiomas das obras do inventário de 1822



³⁸⁸ Cf. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde, (1822)*.

³⁸⁹ Duas das entradas aqui mencionadas são seguidas, no registo do inventário. Nestas o escrivão registou a seguinte observação: “de varias ediçoens; tomos interpolados”. Cf. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde, (1822)*. Veja-se em Anexos, o Gráfico XVI com a distribuição dos idiomas das obras do inventário, por número de volumes, em percentagem, p. 186.

Quanto aos locais de impressão das obras verificámos que quatro deles são comuns aos dois inventários, nomeadamente: Paris, Lisboa, Veneza e Lyon. No inventário de 1815 as quatro cidades de maior representatividade - de um universo de 86 locais -, conforme a Tabela I³⁹⁰ abaixo, são: Paris na posição cimeira, com 397 volumes, seguida por Lisboa³⁹¹, com 152 volumes e Veneza e Lyon com uma representatividade muito semelhante (136 e 131 volumes, respetivamente). No inventário de 1822, a posição de topo permanece igual, mas, o mesmo não se verifica nas restantes, vejamos: Paris com 1019 volumes, Veneza com 414, Lyon com 324, Lisboa com 231 volumes, segue-se Coimbra com 146 volumes, Roma com 123 e Augsburgurgo com 102. Veja-se a Tabela II, abaixo³⁹².

Tabela I – Locais de impressão das obras do inventário de 1815

Locais de impressão das obras	Nº de volumes	Nº de entradas
Paris	397	109
Lisboa	152	64
Veneza	136	55
Lyon	131	77
Total	816	305

Fonte: AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

Tabela II – Locais de impressão das obras do inventário de 1822

Locais de impressão das obras	Nº de volumes	Nº de entradas
Paris	1019	297
Veneza	414	140
Lyon	324	119
Lisboa	231	142

³⁹⁰ Note-se que elaborámos uma tabela na qual inserimos todos os locais de impressão das obras, presentes no inventário de 1815, que se traduz num total de 86 registos. Por uma questão de coerência, optámos por apresentar os locais de impressão, tal como constam no inventário, vertendo os nomes registados em latim para português, uma vez que, muitos dos locais registados, à época, não faziam parte dos países da atualidade, sendo que alguns destes ainda nem existiam. A opção de apresentar apenas este núcleo de locais prende-se com a pouca expressividade de muitas das restantes cidades não referidas. O outro motivo relaciona-se com o longo universo de locais a registar que, consequentemente, se reflectiu na extensão da tabela, por tal optámos por inseri-la em Anexos, pp. 178-180.

³⁹¹ Chamamos a atenção para o facto de que, na segunda posição da tabela, se encontra o registo das obras sem a indicação do local de impressão, que perfazem um total de 285 volumes (que representam 15% do total de volumes do inventário), provenientes de 40 entradas do inventário de 1815. Veja-se em Anexos, pp. 178-180.

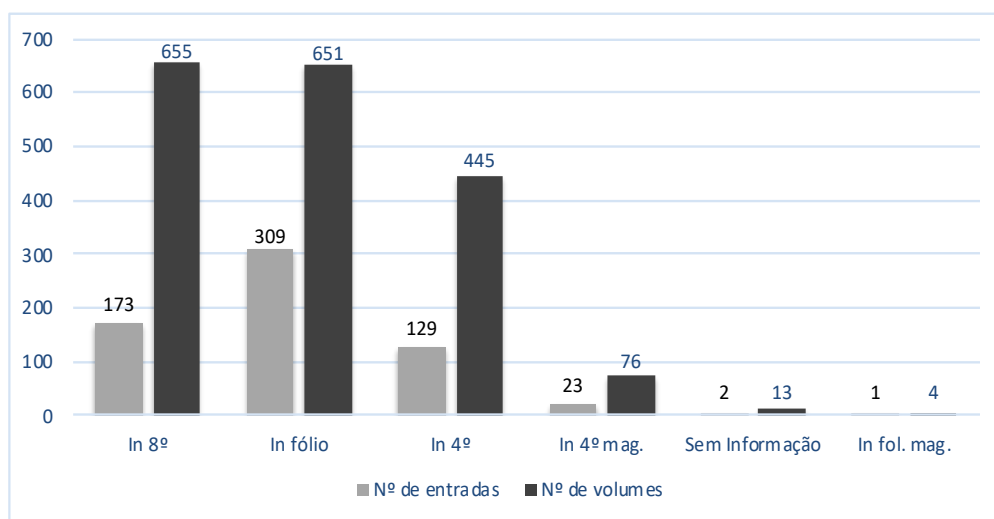
³⁹² Veja-se em Anexos as Tabelas III e IV nas quais compilámos todos os locais de impressão das obras do inventário de 1815 e 1822, respetivamente, pp. 178 e 183.

Coimbra	146	92
Roma	123	68
Augsburgo	102	37
Total	2359	895

Fonte: AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822)

Relativamente ao formato das obras³⁹³, que nos permite ter uma ideia, eventualmente, dos títulos que seriam mais consultados - ou que teriam um maior potencial para isso - atendendo à sua portabilidade, percebemos que a distribuição não é comum aos dois inventários. No inventário de 1815, como se pode ver no gráfico VII abaixo, a diferença entre o *in 8º* e o *in fólío* é, praticamente, inexistente: com 655 (36%) e 651 (35%) volumes, respetivamente. Seguem-se os volumes *in 4º*, com 445, resultantes de 129 entradas do inventário. Daqui conclui-se que, verdadeiramente, a questão da portabilidade, ao contrário dos nossos dias, não era um fator a ter em mente quando se adquiria um livro, atendendo à elevada presença dos títulos *in fólío*.

Gráfico VII – Distribuição dos formatos de impressão das obras do inventário de 1815



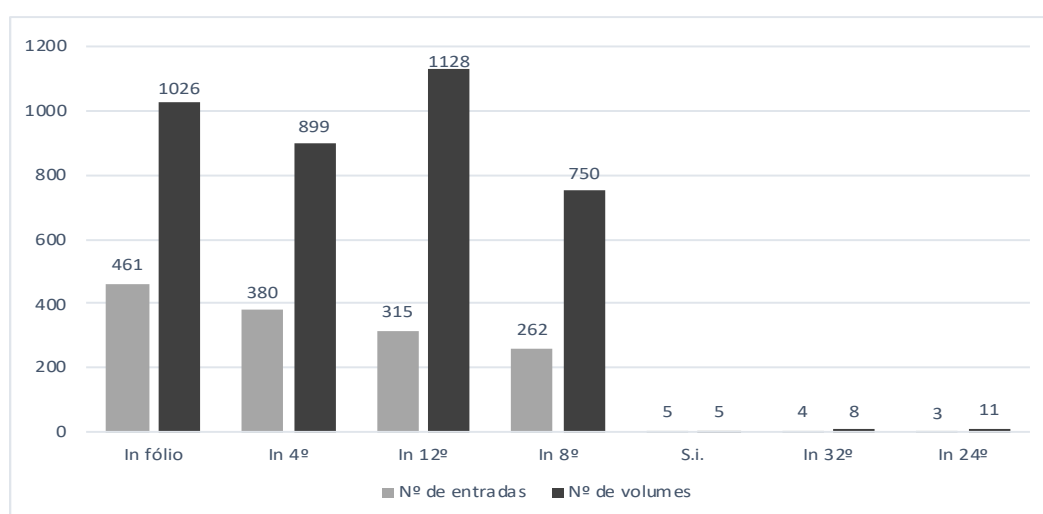
Fonte: AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

À semelhança do inventário anterior, também no de 1822, a portabilidade não

³⁹³ Sobre a tipologia dos formatos das obras consulte-se PERICÃO, Maria da Graça e FARIA, Maria Isabel, “Formato”, “Formato de biblioteca ou convencional”, “Formato IN 4º”, “Formato IN 8º”, “Formato IN 12º” e “Formato IN-fólío” in *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc*, Lisboa: Guimarães editores, 1988, pp. 149-150. Consulte-se em Anexos, o Gráfico XVII com a distribuição dos formatos das obras do inventário, por número de volumes, em percentagem, p. 186.

pesava no momento de aquisição de um livro. Aqui verifica-se o marcado predomínio das obras *in 12º*, com 1128 volumes (representando 29% do total de volumes do inventário), e *in fólho* (com 27% do número de volumes do inventário), contando com 1026 volumes. Os volumes *in 4º* e *in 8º* também aqui marcam a sua presença: 899 e 750 volumes, respetivamente³⁹⁴. Veja-se o gráfico VIII:

Gráfico VIII – Distribuição dos formatos de impressão das obras do inventário de 1822



Fonte: AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822)

A presença de livros dobrados na livraria é uma realidade não despicienda³⁹⁵. No rol do inventário de 1822 detetou-se 80 entradas repetidas, além das 7 registadas na fonte, totalizando 280 volumes. Em expressão abruptamente inferior, no inventário de 1815 registou-se apenas 4 entradas dobradas, perfazendo um total de 13 volumes³⁹⁶. O maior número de volumes dobrados pertence à secção de Teologia do inventário de 1822, com 240 volumes, destacando-se o núcleo de Teologia polémica, dogmática e escolástica (com 90 volumes), seguido pelo de Escritura Sagrada e Exegese (com 58 volumes) e o de

³⁹⁴ Veja-se em Anexos, o Gráfico XVIII com a distribuição do formato das obras do inventário, por número de volumes, em percentagem, p. 187.

³⁹⁵ Consulte-se em Anexos, as Tabelas VII e VIII, nas quais listámos as obras dobradas encontradas em cada um dos espólios, pp. 190-192.

³⁹⁶ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822) e AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

Teologia moral com 40 volumes³⁹⁷. As secções de Jurisprudência Canónica e História e Belas Letras contemplam, praticamente, o mesmo número de volumes, 13 e 10, respetivamente. Por último, a secção de Ciências, Filosofia e Artes, com um total de 3 volumes³⁹⁸.

Numa tentativa de encontrarmos uma possível explicação para a existência destas obras duplicadas na livraria, atentámos às características das obras inventariadas, concretamente nas datas de edição, locais de impressão, formato e número de volumes. Com isto percebemos que, algumas obras se encontram literalmente repetidas, ou seja, registam a mesma data e local de impressão, o formato e o mesmo o número de volumes³⁹⁹. Nestes casos, em que as obras contemplam as mesmas características editoriais, digamos, talvez a explicação resida no facto de, no rol de 1822, se terem registado quer os livros da Mitra, quer os que pertenciam a D. Francisco de Lemos, não se fazendo distinção entre uns e outros. Porém, casos há em que o título, autor, formato e número de volumes são os mesmos, mas que a data e local de impressão diferem, como a *Nova Floresta; Instruccion de Sacerdotes; Thesaurus novus Theologico-Philologicus*, entre outros. Aqui, apenas podemos levantar algumas hipóteses: aquisições feitas em períodos diferentes? talvez uns resultem de compra e outros de doação? provêm de compras em segunda mão ou de lotes de livros? alguns dos títulos estavam danificados pelo tempo e frequente utilização e, por isso, foi necessária uma nova aquisição?

No caso concreto do inventário de 1815, que regista 4 entradas dobradas, perfazendo um total de 13 volumes, uma vez que respeita a um detentor particular, ao contrário do rol de 1822, aventamos duas possíveis justificações. Talvez o desgaste de obras muito consultadas tenha obrigado a uma nova aquisição ou a compra de obras em segunda mão⁴⁰⁰.

³⁹⁷ Os restantes núcleos de Teologia contabilizam: 23 volumes de Teologia Pastoral e Catecismos, 17 de Concílios e Sínodos, 7 de Teologia Mística e Ascética e 5 de Teologia Parenética e Homilítica.

³⁹⁸ Dentro deste núcleo constam 14 volumes de obras que não conseguimos identificar o seu assunto e, por isso, não inserimos em nenhuma secção.

³⁹⁹ Nesta situação encontram-se, por exemplo, as seguintes obras: *Instruction Pastorale de M. l'Eveque de Soissons sur le Commentaire Latin du P.e Berruver &^a*; *Institutiones Logicae, et Metafisicae; Constitutiones Pontificae &^a*; *Exercitius de pieté pour tous les jours de l'annee*.

⁴⁰⁰ ARAÚJO, Ana Cristina, "Livros de uma vida, Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no Século XVIII", *Revista de História das Ideias*, vol. 20, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1999, pp. 149-185. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol20/pdfs/06_aaraujo.pdf. Visitado a: 9 de março de 2017.

4.2. As secções da livraria.

Apresentado o esqueleto da livraria, as suas secções, idiomas, locais e séculos de impressão e formatos das obras, daremos agora conta da sua estrutura, em particular, focando-nos na exploração das três secções comuns aos dois inventários, não esquecendo das restantes. Aqui explicaremos as várias matérias que constituem cada um dos núcleos e destacaremos as obras de referência da época, dando especial enfoque às que presidiram à reforma pombalina da Universidade e que terão enformado e influenciado o pensamento e ação de D. Francisco de Lemos.

Interessava fazer aqui uma análise estatística, com gráficos que ilustrassem as conclusões que apresentamos. Porém, por uma questão de correção metodológica e de fiabilidade aos dados presentes nas fontes, concretamente atendendo à diferença orgânica registada em cada um dos inventários, designadamente no que à sua setorização temática diz respeito, não nos pareceu correto elaborá-los. Atentando à setorização do inventário de 1815, de imediato percebemos que as obras de Teologia estão inseridas no mesmo grupo dos títulos respeitantes ao direito canónico no entanto, o mesmo não foi feito no inventário de 1822 onde o núcleo de Teologia se encontra individualizado e as obras que versam sobre Direito, tanto civil, como canónico, foram agrupadas na mesma secção, a que designámos por Jurisprudência. De igual modo, a análise mais pormenorizada dos vários ramos inseridos em cada secção temática apenas poderá ser concretizada no inventário de 1822, uma vez que o inventário de 1815 já contempla uma organização geral das matérias, como já mencionámos, mas que não individualiza as obras de acordo com os ramos de saberes inerentes às secções do inventário. Porém, tal não impede que façamos uma apreciação geral (e aproximada) do número de volumes de cada secção, mediante o total registado nos dois inventários.

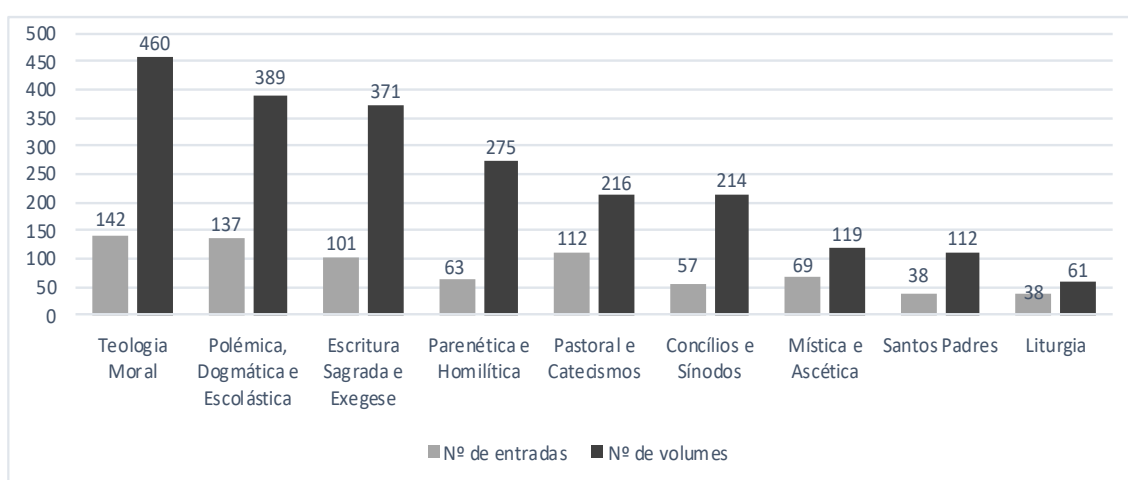
4.2.1. Teologia

Do conjunto de saberes e conhecimentos albergados na livraria de D. Francisco de Lemos marca presença, com um elevado número de volumes, a Teologia, um dado que não constitui surpresa. O conto dos volumes, considerando as devidas limitações que acima referimos, rondaria os 2586, somando as existências nos dois inventários (369+2217).

Ao contrário do que, até este momento, temos vindo a fazer, focaremos a análise, sobretudo, na secção de Teologia do inventário de 1822, uma vez que, conforme referido,

a relação de 1815 não engloba subsecções temáticas, dentro dos três núcleos que alberga. Assim, o acervo teológico comporta, por ordem decrescente do número de volumes, os ramos de: teologia moral, com 460 volumes; teologia polémica, dogmática e escolástica, com 389 volumes; escritura sagrada e exegese, com 371; teologia parenética e homilítica, com 275; teologia pastoral e catecismos, com 216; concílios e sínodos, com 214 volumes; teologia mística e ascética, com 119; santos padres, com 112 e liturgia com 61 volumes (consulte-se o gráfico IX, abaixo). Em termos percentuais, a secção de Teologia representa 53% do total do inventário de 1822.

Gráfico IX – Distribuição dos ramos da secção de Teologia do inventário de 1822



Fonte: AUC, *Inventário dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822)

Atendendo à vastidão desta secção de livros, apenas o contacto directo com a fonte permite ter uma visão completa do espólio e da real dimensão do núcleo de Teologia, algo que não conseguimos fazer nesta ocasião. Neste sentido, tentaremos elucidar o leitor, fornecendo um vislumbre do conteúdo guardado neste núcleo bibliográfico, apresentando algumas das obras de referência dentro de cada ramo da Teologia e dando enfoque às obras que nortearam a reforma universitária de 1772, particularmente as que consolidaram a reforma da Faculdade de Teologia.

A acentuada presença das obras de Teologia Moral, no inventário de 1822, é reveladora, parece-nos, das preocupações da época contemporânea à livraria, uma vez que, quando D. Francisco de Lemos toma a seu cargo a direcção da diocese de Coimbra era por demais evidente o défice de instrução moral e pastoral do seu rebanho. Integram este núcleo 460 volumes, de 142 entradas, predominando a produção editorial de

Setecentos, com 407 volumes de 117 entradas do inventário, seguida, com um grande diferencial, pela produção do século XVII (40 volumes de 20 entradas). As obras do século XIX traduzem-se em 10 volumes, resultantes de 3 entradas, 1 volume do século XVI e 2 volumes sem informação da datação. Nos idiomas o primado vai para o francês, com 222 volumes de 57 entradas, seguido pelo latim com 135 volumes, de 46 entradas do inventário, segue-se o italiano com 49 volumes e o espanhol e o português com, praticamente, a mesma expressão (28 e 26 volumes, respetivamente). Deste núcleo destacamos as seguintes obras: *A Imitação de Cristo* de Tomás de Kempis (datado de 1656, 1 volume); *La vrai, et solide Piété*, de S. Francisco de Sales (1786, 1 volume); *Nova Floresta*, do padre Manuel Bernardes (2 entradas consecutivas, 1 de 1711 e outra de 1728, impressas em Coimbra, perfazendo um total de 2 volumes); *Opus de Virtute, et statu Religionis*, de Francisco Suarez (1608, Coimbra, 1 volume); *Compêndio da Doutrina Cristã* de Frei Luís de Granada (1789, Coimbra, 1 volume); *Manuale Confessariorum* do célebre lente Martim de Azpilcueta Navarro (sem data, sem local, 1 volume); *Traité de la Doctrine Chretienne* de Du Pin⁴⁰¹ (1703, Paris, 1 volume); e algumas obras de Frei Caetano Maria de Bérghamo, *Riflessioni sopra l'opinione probabile* (1739, 2 volumes), *L'Uomo Apostolico instruito nella sua vocazioni al Confessionario* (1750, 1 volume), *La Cognizione d'Iddio* (1747, 1 volume), *Regola per vivere &^a* (1754, 1 volume) e *Pensieri ed affetti sopra i Misteri &^a* (1745, 1 volume)⁴⁰².

A teologia polémica, dogmática e escolástica segue-se na ordem de preferência, marcando presença com 389 volumes de 137 entradas do inventário de 1822. À semelhança do núcleo anterior, destacam-se as obras produzidas no século XVIII, com 347 volumes, oriundos de 120 entradas, contra uma diferença abismal da produção editorial do século anterior: 11 volumes, de 8 entradas (além dos 31 volumes dos quais desconhecemos a datação). No que concerne ao idioma das obras, o primado vai – com uma massiva expressão - para a língua de Vergílio, com 284 volumes, resultantes de 97 entradas. Seguidamente temos o francês marcando presença com 77 volumes (de 27 entradas) e, com valores muito próximos, a língua de Camões, o italiano e o espanhol (com 17, 9 e 2 volumes, respetivamente). Deste ramo da teologia são merecedoras de um maior destaque as obras de: Alexandre Natalis⁴⁰³, *Theologia Dogmatica, et Moralis*

⁴⁰¹ Note-se que este autor, como é sabido, serviu de guia ao regalismo pombalino.

⁴⁰² AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁰³ Pelo que nos informa Francisco Vaz, este autor Alexandre Natalis (1639-1724), um dominicano francês, era considerado jansenista, apesar de se ter retratado. Cf. VAZ, Francisco António Lourenço, “Jansenismo

(1714, 2 volumes); Bossuet, *Oeuvres posthumes* (1753, 2 volumes), *Oeuvres choisies* (1784, 10 volumes) e *Oeuvres de Messier Jacques Benigne Bossuet* (1743, 12 volumes); do padre António Pereira de Figueiredo, *Demonstração Theologica &ª do Direito dos Metropolitanos de Portugal para Confirmarem, e mandarem sagrar os Bispos sufragâneos* (1769, Coimbra, 1 volume); e de Justino Febrônio, *De Statu Ecclesiae &ª* (1765, 1 volume)⁴⁰⁵.

Como seria espectável, o núcleo de Escritura Sagrada e Exegese destaca-se com 371 volumes, expressos de 101 entradas do inventário. Mais uma vez, é esmagadora representação do número de volumes datados do século XVIII, 235 volumes de 56 entradas, seguindo-se as obras de Seiscentos, com 46 volumes e, com expressões muito inferiores, conta-se o século XVI com 11 volumes (de 2 entradas), 9 volumes do século XIX e 1 volumes sem informação. O francês e o latim dominam a lista de idiomas, com 135 e 133 volumes, respetivamente. Com menor expressão regista-se múltiplos idiomas⁴⁰⁶ (francês e latim e hebraico e latim), com 32 volumes (de 5 entradas) e espanhol e italiano com 1 volume e 1 entrada cada um. Deste núcleo é de sublinhar a presença dos seguintes autores: Brian Walton (um teólogo protestante), *Biblia Polyglotta* (1657, 6 volumes *in fólho*), o que demonstra o interesse pelo conhecimento de autores de outros credos; Du Pin (um autor ligado ao regalismo), *Liber Psalmorum cum notis* (1691, 1 volume *in 8º*) e *Dissertations Preliminaires sur la Bible* (1701, 3 volumes *in 8º*); Alexandre Natalis, *Commentarius Litteralis, et Moralis &ª* (1746, 3 volumes *in 4º*) e *Expositio Litteralis, et Moralis S. Evangelii Iesuchristi secundum Matheum* (1745, 2 volumes *in 4º*) e Frei Joaquim de Santa Clara, *Conspectus Hermeneuticae Sacrae Novi*

e Regalismo no pensamento e na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”, *Eborentia*, nº 35, 2005, pp. 61-80. Disponível em: <http://home.uevora.pt/~fvaz/2005%20Jansenismo%20e%20Regalismo%20no%20pensamento%20e%20na%20obra%20de%20D.pdf>. Visitado a 12 de dezembro de 2017.

⁴⁰⁴ Salientamos a presença deste autor, a quem se deve, grandemente, a difusão do galicanismo e cuja obra, serviu os intentos da política regalista de Pombal. No mesmo contexto, frisamos, a obra do oratoriano António Pereira de Figueiredo que, da mesma forma, serviu o Marquês na sua luta pela restrição e submissão do poder papal à tutela da Coroa.

⁴⁰⁵ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Neste núcleo detetámos, ainda, obras de dois teólogos católicos que terão sido propostas para serem compêndios a adotar ao tempo da reforma pombalina da Faculdade de Teologia, por serem menos controversos que Martin Gerbert, a saber: *Institutiones Theologicae* (1746, 1 volume) de Gaspar Juénin e *Institutiones Theologicae* (1767, 5 volumes) de Pierre Collet. Cf. ARAÚJO, Ana Cristina, “As ciências sagradas na cidadela da razão”, *ob. cit.*, p. 91.

⁴⁰⁶ Aqui destacamos a existência de três Bíblias políglotas, especialmente a primeira entrada do inventário de 1822: *Biblia Polyglotta Hebraica, Samaritana, Chaldaica, Graeca, Syriaca, Latina, Arabica*, Mich. Le Jay, 1628, Paris, 10 volumes *in fólho*.

Testamenti &^a (1807, 1 volume *in* 4^o)⁴⁰⁷, lembrando que o monge benito fazia parte do círculo de relações do bispo conde e, pelo que referimos acima, mantinha uma relação mais próxima com o bispo conde.

A existência de duas Bíblias Hebraicas (2 entradas: uma de 1619, em hebraico e latim, 1 volume *in* fôlio e outra de 1705, em latim, com 2 volumes *in* 8^o), bem como de algumas edições da Vulgata e outras tantas de Bíblias políglotas leva-nos a considerar que, além de D. Francisco de Lemos defender o conhecimento das Escrituras na sua forma original, fazendo uma apologia do regresso às fontes primitivas (como era característico da época), também considerasse a hipótese de estabelecer uma Igreja uma através do conhecimento das doutrinas e do ideário dos outros credos, algo que nos parece possível atendendo à presença do teólogo protestante Brian Walton na sua livraria. Destacamos ainda a presença de uma obra que, pensamos, ser da autoria do oratoriano Pasquier Quesnel e que terá alcançado uma grande repercussão pela sua associação ao jansenismo no século XVIII e que, por isso, foi condenada pelo papa Clemente XI: *Le Nouveau Testament en François avec Reflexions morales*⁴⁰⁸, que não tem o nome do autor, data de 1796, foi impressa em Paris e conta com 8 volumes *in* 12^o⁴⁰⁹.

A questão da boa e correta instrução dos fiéis da sua diocese parece ser um aspeto que preocupava o antístite⁴¹⁰, a julgar pela expressão que apresentam os núcleos de teologia parenética e homilítica e de teologia pastoral e catecismos: 265 volumes e 216 volumes, respetivamente. As obras do século XVIII apresentam-se de forma dominante no primeiro núcleo, com 251 volumes, de 55 entradas⁴¹¹. Com uma expressão drasticamente inferior, segue-se a produção do século XVII, com 6 volumes (resultantes de apenas 1 entrada do inventário) e o século XVI com 5 volumes (expressos de 1 entrada do inventário). O francês apresenta-se como o idioma preferido, com 226 volumes de 46 entradas (a língua de Camões conta com 23 volumes, seguida por 14 volumes em espanhol, 11 em latim e 1 em italiano). Os títulos dedicados à teologia pastoral e catecismos, são em maior número no século XVIII, com 179 volumes (18 volumes do

⁴⁰⁷ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁰⁸ VAZ, Francisco António Lourenço, “Jansenismo e Regalismo no (...)”, *ob. cit.*, p. 63.

⁴⁰⁹ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴¹⁰ Este aspeto já tinha sido notado por Manuel Augusto Rodrigues, no seu estudo dedicado à análise das cartas pastorais de D. Francisco de Lemos: RODRIGUES, Manuel Augusto, “As cartas pastorais de ...”, *ob. cit.*, p. 145.

⁴¹¹ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Neste núcleo consta 13 volumes sem datação.

século XVII, 11 do século XIX, 6 volumes sem informação e 2 do século XVI). A língua mais presente é a francesa com 153 volumes, de 67 entradas (31 volumes em latim, 13 em italiano, 11 em português e 8 volumes em espanhol)⁴¹².

Entre o elevado núcleo de sermões, inserido no primeiro núcleo, frisamos a existência de uma obra de São Carlos Borromeu (1538-1584), arcebispo de Milão e precursor da implantação do modelo de bispo pastor, inteiramente dedicado à sua função enquanto mitrado (baseando-se no modelo de Cristo dos apóstolos)⁴¹³, *S. Caroli Borromei Homiliae*, datada de 1745, com 1 volume in 4º; *Sermoens e Praticas do P.e Manoel Bernardes*, o autor oratoriano de Nova Floresta, datada de 1743, com 2 volumes in 4º; *Sermoens de Mr. Jacques Benigne Bossuet*, de 1772, com 9 volumes in 8º; e *La Guide des Pecheurs* da autoria de Frei Luís de Granada, com data de 1724, com 1 volume in 8º⁴¹⁴.

Do ramo de teologia pastoral e catecismos, sinalizamos a presença de uma obra de Frei Caetano Maria de Bergamo, *L'Uomo Apostolico*, com 2 entradas, ambas de 1729, perfazendo 2 volumes in 4º; 1 obra de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, *Stimulus Pastorum*, igualmente com 2 entradas, a primeira com data de 1583 com 1 volume in 8º e a segunda datada de 1765 com 1 volume in 12º; por último, o *Traité de l'Oraison* de Frei Luís de Granada, 1664, 2 volumes in 8º. Fazendo uma análise deste elenco de obras aqui exposto, incluído nestes dois últimos ramos da Teologia, percebe-se a preocupação nutrida quer para com a instrução do rebanho, quer para com a dos pastores da diocese de Coimbra⁴¹⁵.

Por forma a seguir uma mesma linha de tratamento de assuntos, mesmo tratando-se do ramo teológico de menor presença, apresentaremos agora o núcleo relativo à liturgia. Este afirma-se com 61 volumes, de um total de 38 entradas. A produção editorial das Luzes é, mais uma vez, predominante neste ramo teológico, com 58 volumes, resultantes de 35 entradas, não sendo seguida de perto pela produção seiscentista (com 2 volumes, de 2 entradas do inventário) e, menos ainda, pela de Oitocentos, com 1 volume, resultante de 1 entrada do inventário. Como idiomas mais presentes temos o latim e o

⁴¹² AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴¹³ PAIVA, José Pedro, *Os bispos de Portugal e (...)*, ob. cit., pp. 132-133.

⁴¹⁴ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴¹⁵ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

francês, com 32 e 25 volumes, respetivamente, seguindo-se o português com 3 volumes e o italiano com 1 volumes⁴¹⁶.

Aqui destacam-se obras reveladoras do interesse pela ritualística de épocas mais remotas: *De antiquis Ecclesiae Ritibus*, Martine, 1763, 4 volumes in fólio; *Breviarium Gothicum*, sem autor, 1775, 1 volume in fólio; e *Liturgie ancienne et moderne*, sem autor, 1752, 1 volume in 8º. A presença de dois pontificais – *Pontificale Romanum*, de 1664, 1 volume in 8º e *Pontificale Majoris Hebdomadae, Officia, et Missas complectens*, datado de 1727, com 1 volume in fólio - e de algumas obras dedicadas à orientação do ministério dos sacramentos: *Examen et Resolutions des principales difficultés qui regardent L'Office Divin*, de M. Collet (1 entrada, de 1757, com 1 volume in 8º); *Examen et Resolutions des principales difficultés qui se rencontrent dans La Celebration des SS. Mysteres* (2 entradas, as 2 sem autor, 1 datada de 1758, outra de 1760, ambas com 1 volume cada, em formato in 12º); e *Du Saint, et frequent usage des Sacremens*, de P. Pallu, de 1744, com 1 volume in 12º⁴¹⁷. Por aqui se confirma o cuidado que D. Francisco de Lemos dedicava à religião, zelando pelo reto cumprimento da observância católica, especialmente no tocante à capacidade e conhecimento dos ministros da Igreja. A pastoral de 20 de abril de 1796, dada a conhecer por Manuel Augusto Rodrigues, trata isso mesmo, veja-se o seguinte trecho da introdução da pastoral do bispo conde:

«Somos informados de que muitos clérigos providos por nós...se introduzem nas suas respectivas paróquias de um modo inteiramente apartado das regras eclesiásticas não concorrendo aos officios delas...não exercitando nelas as suas funções, ministérios das suas ordens...»⁴¹⁸.

Seguindo a mesma lógica de retorno ao estudo das fontes primitivas, o núcleo de Concílios e Sínodos e o dedicado aos Santos Padres (o estudo da patrística) são, absolutamente, indispensáveis, para descortinar e perceber, numa longa duração, a história da Igreja e do Cristianismo, bem como conhecer os preceitos e doutrinas estabelecidos⁴¹⁹. Assim, o primeiro núcleo alberga 214 volumes (de 57 entradas do

⁴¹⁶ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴¹⁷ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴¹⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, “As cartas pastorais de ...”, *ob. cit.*, p. 153.

⁴¹⁹ A prova de que este pensamento assolava a mente do prelado está na *Relação Geral do Estado (...)*, pp. 9 e 11, quando é dito que, para combater as “especulações fúteis e vans” da teologia escolástica, era necessário “ter as Escripturas; as Decisoens dos concílios; as Obras dos Padres; as Epistolas dos Papas; os Canones; a Historia; e as Antiguidades da Igreja; em huma palavra a necessidade de consultar as Fontes theologicas, para dellas se exaurirem os genuinos conhecimentos da Fé, da Moral, e da Disciplina; dos

inventário de 1822) e o segundo 112 volumes, expressos de 38 entradas⁴²⁰.

Entre o núcleo dedicado a questões conciliares e sinodais destacam-se os títulos do século XVIII, com 117 volumes (materializados de 37 entradas)⁴²¹. O primado dos idiomas cabe, sem margem para dúvida, ao francês, com 108 volumes (de 12 entradas), seguido pelo latim, com 85 volumes de 38 entradas⁴²². O assunto a destacar é o Concílio de Trento, com 8 entradas do inventário dedicadas ao assunto, que se expressam em 16 volumes, sendo 11 em latim, 3 em francês e 2 em português, sendo as obras: *Collectio monumentorum ad historiam Concilii Tridentini*, Le Plat., 1781; *Concilium Tridentinum*, sem autor, com 3 entradas datadas da segunda metade do século XVIII; *Notes sur Le Concile de Trent*, sem autor, 1711; *Defensio Decretorum Concilii Tridentini &^a*, Concina, 1758; *Le Saint Concile de Trent*, Chanut, 1710; *Concilio de Trento em Latim, e Portuguez*, João Bapt. Reyund., 1781. As constituições sinodais são uma questão que aqui marca presença – lembrando que, como referimos em capítulo anterior, este era um assunto do qual Lemos estava encarregue, designadamente da redação das Constituições Sinodais do seu bispado - sendo de destacar 4 entradas do inventário: *Constitutiones in Synodo Papiensi editae, et publicatae anno 1566*, sem autor, 1612, com 1 volume; *Constitutiones Synodales editae, et promulgatae ab Em.mo D. D. Fran. Episc. Ostiens. ann. 1673*, sem autor, 1673; *Constitutiones Synodales a SS.mo D. Clemente Decimo anno 1630 tunc Ecclesiam Camerinensem moderante in Comitii Synodalibus editae*, sem autor, 1673 e *Decretos Synodales feitos e ordenados pelo Ill.mo e R.mo Sr. D. João de Souza de Castello Branco Bispo d'Elvas*, 1722; e uma obra do célebre teatino D. Tomás Caetano de Bem, *Noticia previa da Collecção dos Concilios celebrados pela Igreja Luzitana, e mais pertencentes em suas Conquistas*, 1757⁴²³.

O segundo núcleo, respeitante à Patrística, contempla 94 obras editadas na época das Luzes, (de 32 entradas), do século XVII registam-se 13 volumes e 5 volumes datam

quaes todos se forma o Corpo da Sciencia theologica. Sem este Estudo ninguem pode esperar ser Theologo util, por que so esta he a Sciencia, que ilustra os Espiritos, e os guia directamente pelos caminhos da verdade e Justiça.”. Esta ideia é retomada pelo prelado, no capítulo dedicado às Faculdade Jurídicas, p. 27, no qual refere as áreas sobre as quais deveria incidir o Direito Canónico.

⁴²⁰ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴²¹ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). O século XVII conta com 16 volumes e o século XVI com 5. 76 volumes do inventário não contemplam datação.

⁴²² Em italiano encontram-se 16 volumes, em português e latim e português 4 volumes e 1 volume em espanhol.

⁴²³ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

do século XVI. Aqui, os dois únicos idiomas são o latim, em posição cimeira, com 99 volumes (de 35 entradas do inventário) e o francês com 13 volumes, provenientes de 4 entradas⁴²⁴. Entre as variadas obras dos padres do tempo do cristianismo primitivo e dos fundadores do pensamento teológico cristão, como Orígenes, Clemente de Alexandria, S. Gregório de Nazianzo, St. Isidoro, St. Agostinho, entre outros, consideramos necessário destacar três obras que versam sobre os períodos mais remotos da história do Cristianismo e do seu período de implantação, nomeadamente: *Les vies du Saints Peres des deserts*, M. Arnauld d'Andilly, 1737, em 4 volumes; *Concordance des Saintes Peres de L'Eglise Grecs, et Latins*, Bern. Marechal, 1739, em 2 volumes; e a obra *Biblioteque portative des Peres de L'Eglise*, sem autor, 1758, em 5 volumes⁴²⁵.

Por último, o núcleo de teologia mística e ascética, que se apresenta com 119 volumes, resultantes de 69 entradas, contando com 87 volumes datados de Setecentos (seguem-se as obras do século XVII, com 8 volumes; do século XIX com 7 volumes; 2 volumes datam do século XVI e 15 volumes não contêm datação). O idioma preferido é o francês, com 48 volumes, seguido de perto pelo português, com 32 volumes, o espanhol, com 16 volumes, o latim com 12 e o italiano com 8 volumes. Deste conjunto consideramos importante destacar os seguintes títulos: *L'Esprit de S. François de Sales*, 1747, 1 volume; 5 obras do Padre Manuel Bernardes, *Luz, e Calor &ª* (1724, 1 volume), *Os ultimos fins do homem* (1728, 1 volume), *Paraiso dos Contemplativos* (1739, 1 volume), *Estimulo Pratico &ª* (1730, 1 volume), *Meditações sobre os principaes Mystérios da SS.ma Virgem* (1737, 1 volume); *Compendium Mysticae Doctrinae, de D. Frei Bartolomeu dos Mártires* (1711, 1 volume); *Memorias pª. a vida da Beata Mafalda*, de Frei Fortunato S. Boaventura (1814, 1 volume); e *Introduction a la vie devoté de S. François de Sales*, R.P.J. Brignon (1803, 1 volume)⁴²⁶.

De todas as obras dos núcleos teológicos que, até aqui, elencámos a única que se encontra, também, no inventário de 1815, na secção *Theologia e Direito Canonico*, é a seguinte: *Traite de la Doctrine Chretienne*, M. Louis Ellies Du-Pin, 1703, Paris, 1

⁴²⁴ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴²⁵ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴²⁶ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

volume⁴²⁷.

Do conjunto de obras e autores que presidiram à reforma pombalina, algumas das quais nortearam a reforma da Faculdade de Teologia⁴²⁸ e que se tornaram compêndios na faculdade reformada, repousavam nas estantes de D. Francisco de Lemos. Das obras adotadas para o primeiro ano, a *História Eclesiástica* de Giovanni Lorenzo Berti, para a cadeira de História Eclesiástica⁴²⁹, existia na livraria de Lemos, concretamente na relação do inventário de 1822 (com a entrada nº 1136, *Breviarium Historiae Ecclesiasticae*, Ioann. Laurent Berti, 1767, Bassani, 1-in-8º), o mesmo não se verificando para a obra do beneditino Martin Gerbert, *De Locis Theologicis*, indicada para a cadeira de Teologia Dogmática Polémica⁴³⁰.

Para o segundo e terceiros anos, na cadeira de Teologia Dogmática Polémica, recomendavam-se duas obras do teólogo alemão Martin Gerbert: *Principia Theologiae Symbolicae* para o 2º ano e *Principia Theologiae Mysticae*, obras que, pelo que apurámos, não estavam presentes nas estantes do bispo conde. No entanto, existiam outras do mesmo autor, designadamente: *Principia Theologiae Exegeticae*, com 2 entradas no inventário de 1822, uma datada de 1772 e outra de 1759, a primeira em formato in 12º com 8 volumes e a segunda in 8º também com 8 volumes; *Apparatus ad eruditionem Theologicam*, datada de 1764, com 1 entrada no inventário de 1822 expressa em 1 volume in 8º; *De ratione exercitiorum scholasticorum e Do recto, et perverso usu Theologiae Scholasticae*, ambas com 1 entrada cada no inventário de 1822, sem data e com 1 volume cada uma in 8º⁴³¹; *De Legitima Ecclesiastica potestate Circa Sacra et profana*, com 1 entrada no inventário de 1815, datada de 1761, com 11 volumes in 8º⁴³²; *Theologia Vetus et Nova Circa prostaticam Christi in Eucharistia*, também com 1 entrada no inventário de

⁴²⁷ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴²⁸ Sobre a reforma da Faculdade de Teologia - além do escrito de D. Francisco de Lemos “Faculdade de Teologia”, *Relação Geral do Estado (...)*, ob. cit., pp. 7 a 22 - veja-se a síntese de ARAÚJO, Ana Cristina, “As ciências sagradas na cidadela da razão” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, pp.71-93; ARAÚJO, Ana Cristina, “Ilustración y Reforma de la Teología en Portugal en el siglo XVIII”, *Cuadernos dieciochistas*, 2, 2001, pp. 261 – 279; RODRIGUES, Manuel Augusto, “A Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina”, *Brotéria – cultura e informação*, vol. 114, nº 5-6, maio-junho, 1982, pp. 553-571.

⁴²⁹ LEMOS, Francisco de Lemos, “Faculdade de Theologia”, *Relação Geral do Estado (...)*, ob. cit., p. 12.

⁴³⁰ LEMOS, Francisco de Lemos, “Faculdade de Theologia”, *Relação Geral do Estado (...)*, ob. cit., p. 12.

⁴³¹ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴³² AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

1815, de 1756, com 1 volumes *in* 8^o⁴³³.

Para a cadeira de Teologia moral, ministrada no terceiro ano do curso, o compêndio a adotar seria, novamente, uma obra de Gerbert, *Principia Theologia Moralis*, que se destaca por ser mais uma ausência do espólio do antístite, à semelhança da obra *Principia Theologiae Lithurgicae et Sacramentalis*, adotada para o quarto ano do curso, na cadeira de Liturgia. De Fleury, optou-se por recorrer aos ensinamentos vertidos na obra *Institutiones Ecclesiasticae ubi Principia Disciplinae* para a cadeira de Instituições Canônicas, ministrada no quarto ano do curso, mas infelizmente também esta não constava em nenhum dos inventários. Porém, ao que tudo indica, este ilustre eclesiástico dos “mais doutos, mais pios e orthodoxos” de França – como é apelidado por Lemos na *Relação Geral do Estado (...)*, página 13, nota 1 – era lido pelo bispo conde, pois no seu espólio constam as seguintes obras de sua autoria: *Histoire Ecclesiastique* (que Lemos recomenda na *Relação Geral do Estado (...)*, pp. 13-14, nota 1), inventariado na relação de 1815 (na 1^a entrada, com data de 1758, expressa em 40 volumes *in* 8^o)⁴³⁴ e na de 1822 (entrada 1116, com data de 1758, com 36 volumes *in* 12^o)⁴³⁵; *Institutiones Juris Ecclesiastici cum animadverionibus Justi Hennirigi Boehmeri*⁴³⁶, com a entrada 293 do inventário de 1815, com data de 1768, presente com 1 volume *in* 8^o; *Droit public de France*, a entrada n^o 590 do inventário de 1815, de 1769, com 2 volumes *in* 8^o⁴³⁷; *Table Generale des materies continues dans les 36 volumes* - aqui refere-se à entrada 1116 da relação de 1822, da *Histoire Ecclesiastique* que conta com 36 volumes, dando a entender que esta entrada 1117, que se segue à obra anterior⁴³⁸, compreende um resumo, digamos,

⁴³³ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴³⁴ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴³⁵ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴³⁶ Pelo que percebemos, do título registado na relação de 1815 e pela consulta da *Relação Geral do Estado (...)*, ob. cit., p. 14, nota 1, esta edição da obra de Fleury tratar-se-á de uma versão anotada por Bochmero que, foi preferida por conter notas “muitas das quaes eram uteis, porque não tocando na Religião illustravam mais o que dizia Fleury em Compendio; pareceu que na impressão se deviam meter as ditas Notas, excepto aquellas que não fossem convenientes á Mocidade”, nas palavras de D. Francisco de Lemos. Da autoria de Bochmero, encontram-se registadas 3 obras no inventário de 1822: *Ius Ecclesiasticum & a* (1756, 6 volumes *in* 4^o); *Corpus Iuris Canonici & a* (1747, 2 volumes *in* fôlio); *Exercitationes ad Pandectas* (1745, 4 volumes *in* 4^o).

⁴³⁷ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴³⁸ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). O facto de a entrada da *Histoire Ecclesiastique* e a do seu resumo, digamos, serem registadas de forma consecutiva, permiti-nos perceber, ou pelo menos calcular, que a organização da livraria era um aspeto não totalmente descurado.

do que é expresso nos numerosos volumes – sem datação e presente em 4 volumes *in* 12º; e, por último, a obra *Discours sur l’Histoire Ecclesiastique*, com a entrada nº 1138 do inventário de 1822, sem data, em 2 volumes *in* 12º⁴³⁹.

Da marcada presença das obras de Fleury nas estantes do prelado, especialmente no inventário de 1822 que apenas contempla obras relacionadas à *Histoire Ecclesiastique*, somos levados a supor que haveria muito interesse ou necessidade de conhecer ou consultar esta obra, algo que não é de surpreender, uma vez que, como já mencionámos, o bispo conde recomenda a sua leitura na *Relação Geral do Estado (...)*, tecendo rasgados elogios tanto ao autor como à sua obra, não só no domínio da teologia, mas igualmente na que respeitava às Leis, chegando mesmo a indicá-las para a reformada Faculdade de Cânones e Leis⁴⁴⁰.

Neste capítulo tentámos elucidar o leitor sobre o esqueleto do acervo teológico, guardado na livraria deste ilustre prelado (tarefa que não dispensa um olhar direto, e mais atento, às fontes a que recorreremos), destacando algumas obras e autores de referência na época contemporânea à livraria. Uma vez que se trata da secção com maior presença na livraria, acrescem as dificuldades da transmissão, fiel, do conteúdo deste acervo, tanto pela diversidade de assuntos que contempla, como pela enormidade de volumes em latim, um aspeto que, por inúmeras vezes, dificulta, grandemente, o trabalho de investigação.

4.2.2. Jurisprudência

Regendo-nos pela mesma linha metodológica do capítulo anterior, passaremos agora à análise do espólio livreiro dedicado à Jurisprudência que alberga o inventário de 1822 e, em paralelo, tentaremos transmitir um vislumbre do acervo do inventário de 1815.

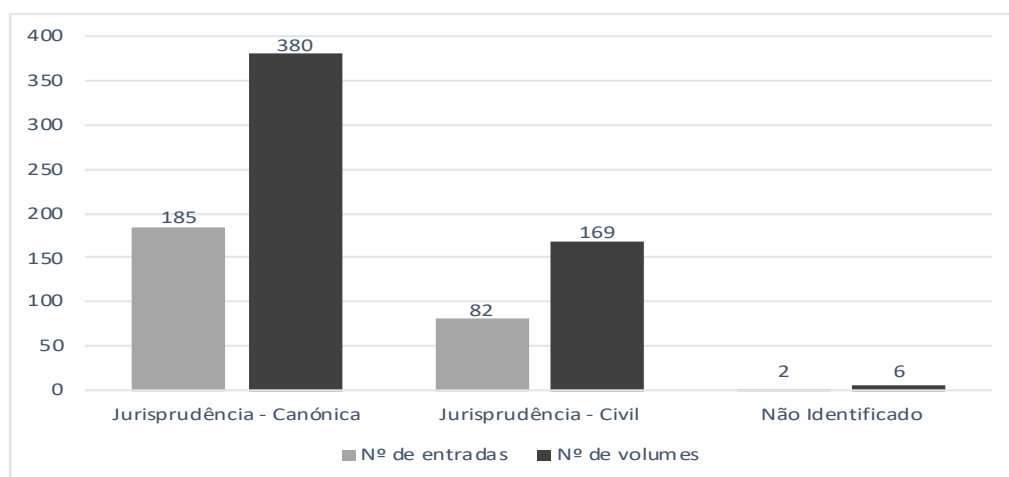
D. Francisco de Lemos, além de um homem da Igreja era, igualmente, um servidor do Estado desempenhando, em simultâneo, o papel de agente político e religioso, servindo Deus e o Estado. Assim, não é de espantar que, na sua livraria, se guardassem obras versadas em Jurisprudência, tanto civil, como canónica. O conto de volumes relativos a obras de Jurisprudência, considerando os dois inventários, ascende,

⁴³⁹ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁴⁰ LEMOS, Francisco de Lemos, “Faculdade de Theologia”, *Relação Geral do Estado (...)*, *ob. cit.*, pp. 13-14.

aproximadamente, aos 1622⁴⁴¹, verificando-se uma expressão muito inferior comparativamente ao número de obras de Teologia (total de 2217 volumes) guardadas na livraria⁴⁴². As obras dedicadas à Jurisprudência Canónica são em número consideravelmente superior às restantes, materializando-se em 380 volumes, de 185 entradas do inventário de 1822. Por sua vez, contam-se 169 volumes de Jurisprudência Civil, de 82 entradas do inventário⁴⁴³. Veja-se o gráfico IX, abaixo:

Gráfico IX – Distribuição dos ramos da secção de Jurisprudência do inventário de 1822



Fonte: AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822)

Os dados recolhidos relativamente à época de impressão das obras corroboram, mais uma vez, que estamos perante uma livraria das Luzes, pois quer na secção de Jurisprudência do inventário de 1822, quer na do inventário de 1815, o maior número de volumes data do século XVIII: 411 volumes⁴⁴⁴ e 442 volumes⁴⁴⁵, respetivamente.

Nas secções de Jurisprudência Canónica, do inventário de 1822, e de *Direito Civil*

⁴⁴¹ Aqui a contagem contempla o número de volumes do inventário de 1822, 555 (de 269 entradas), somado ao número de volumes registados no inventário de 1815, nomeadamente da secção de *Theologia e Direito Canonico* (369 volumes, de 151 entradas) e da secção de *Direito Civil e Jurisprudencia em Geral* (698 volumes, de 309 entradas). Aqui lembramos que o número de volumes tem uma margem de erro, pelas restrições que referimos no capítulo 4.2., p. 108.

⁴⁴² Consulte-se o Gráfico II – Distribuição das secções do inventário de 1822, p. 106.

⁴⁴³ Desta secção não conseguimos identificar 6 volumes.

⁴⁴⁴ Note-se que somámos o número de volumes de Jurisprudência Civil (114) com o número de volumes de Jurisprudência Canónica (297). Dos restantes séculos contam-se: 26 volumes do século XVII; 11 volumes do século XVI; 10 do século XIX e 8 sem datação. Cf. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁴⁵ Dos outros séculos registam-se: 123 volumes do século XVII; 26 volumes do século XVI; 4 do século XIX; e 103 volumes sem datação registada. Cf. AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

e *Jurisprudencia em Geral*, do inventário de 1815, os idiomas dominantes são o latim e o francês. Para a secção do inventário de 1822, registam-se 326 volumes em latim (de 147 entradas do inventário) e, com uma expressão muitíssimo inferior, 30 volumes em francês⁴⁴⁶; para a secção da relação de 1815, a tendência mantém-se, mas com um número, substancialmente maior de volumes, verificando-se 583 volumes em latim (de 262 entradas) e 78 volumes em francês, de 35 entradas do inventário⁴⁴⁷. Na secção de Jurisprudência Civil do inventário de 1822, contabilizam-se 112 volumes em latim (de 50 entradas do inventário) e 39 volumes em português⁴⁴⁸.

Da secção de Jurisprudência Canónica destacamos duas obras de Van-Espen, *Jus Ecclesiasticum Universum* (1778, 6 volumes *in fólío*) e *Scholia in Canones Conciliorum &^a* (1729, 1 volume *in fólío*); dois títulos sobre a liberdade da Igreja Galicana, *Tractatus de Libertatibus Ecclesiae Gallicanae* (1720, 3 *in 4º*), *Les Libertéz de l'Eglise Gallicane &^a* (1771, 5 *in 4º*) e *De Suprema Romani Pontificis autoritate hodierna, Ecclesiae Gallicanae Doctrina &^a* (1747, 1 volume *in 4º*); uma obra do célebre Gibert, *Corpus Iuris Canonici &^a* (1735, 3 volumes *in fólío*); dois títulos da autoria de Rieger, *Institutiones Jurisprudenciae Ecclesiasticae* (1785, 1 volume *in 4º*) e *Corpus Iuris Ecclesiastici* (1757, 1 volume *in 8º*); uma obra de Pereira de Figueiredo, *Defensio Tentaminis Theologici &^a* (1770, 1 volume *in 8º*) e outra que refuta as teses de Pereira de Figueiredo, em defesa da supremacia do poder do papa, *Il Primato del Romano Pontefice difeso contra il libro dal P. Antonio Pereira* (sem autor, 1769, 1 volume *in 8º*)⁴⁴⁹; e uma composição de Bossuet, *Defense de la Declaration de l'Assemblée du Clergé de France de 1682* (2 entradas, ambas de 1745, perfazendo 5 volumes *in 4º*)⁴⁵⁰. Por último, registre-se a presença das fontes canónicas por excelência, designadamente: *Decretum Gratiani emendatum &^a* (1588, 2 volumes *in fólío*); *Clementinae* (sem data, 1 volume *in fólío*); *Gregorii IX*

⁴⁴⁶ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁴⁷ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴⁴⁸ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁴⁹ Pelo que pudemos apurar, o autor desta obra será o teatino Bartolomeu Carrara, que a escreveu para contrapor à tese de Pereira de Figueiredo na *Tentativa Teológica (...)*. De acordo com Samuel J. Miller, Pereira de Figueiredo terá publicado a obra do teatino num *Appendix* em 1768 e para ripostar os ataques que lhe são dirigidos, escreve uma resposta em 1770, que surge em Lisboa, sob o mesmo título da obra de Carrara. MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome c. 1748-1830: an aspect of the Catholic enlightenment*, Roma: Università Gregoriana, 1978, p. 217.

⁴⁵⁰ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

Decretales &^a (5 entradas do inventário de 1822, 4 do século XVI e 1 do século XVII, totalizando 6 volumes); *Benedicti XIV Institutiones Ecclesiasticae* (1760, 1 volume in fólio); *Liber sextus Decretalium &^a* (1588, 1 volume in fólio)⁴⁵¹.

Do núcleo vocacionado para a Jurisprudência Civil, assinalamos a presença de obras versadas em Direito natural e das gentes⁴⁵² – uma área do saber introduzida na Academia, apenas com a reforma de 1772, e que perspectivava dotar os futuros jurisconsultos e canonistas de uma visão de conjunto e harmonizada, das normas do Estado e da Igreja, pois acreditava-se que “não pode haver bom Jurisconsulto civil, sem ser versado na Jurisprudencia natural, e na Historia civil dos povos especialmente da sua Nação”, assim como também “não pode haver bom Canonista, sem ajuntar a estes conhecimentos a noticia das Escripturas, da Tradição, dos Concilios, dos Padres, das Epistolas, dos papas, da Historia, e das Antiguidades da Igreja.”⁴⁵³. No fundo, parece-nos que, das palavras de D. Francisco de Lemos podemos entrever mais uma medida no sentido de efetivar a política regalista de Pombal, pois tentava-se aqui conjugar os dois poderes, mas sobrepondo as leis do país, conforme se vê pela metodologia que o antístite propõe, mais adiante, para a aprendizagem prática das leis⁴⁵⁴, ou seja, defende a supremacia do poder da Coroa. Uma obra de Hugo Grotius, *De Iure Belli, ac Pacis &^a* (1758, 4 volumes in 4º)⁴⁵⁵ que foi interdita para leitura pela Real Mesa Censória⁴⁵⁶; um título da autoria de Francisco Coelho de Sousa, *Prelecçoens de Direito, Patrio, Publico, e Particular* (com 2 entradas, datadas de 1793, com 3 volumes in 4º)⁴⁵⁷; e uma obra de

⁴⁵¹ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Ao consultar-se o inventário de 1815, em busca das mesmas obras, detetou-se que estas existem apenas em versões anotadas e comentadas, traduzindo-se em 5 entradas do inventário, perfazendo um total de 22 volumes.

⁴⁵² A título de exemplo: *Systema juris gentium*, Schrodt, 1780, 1 volume in 8º e *Principes du Droit de la Nature, et de Gens &^a*, Burlamaque, 1766, 1 volume in 8º.

⁴⁵³ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do Estado (...)*, ob. cit., p. 27.

⁴⁵⁴ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do Estado (...)*, ob. cit., p. 28. As várias existências na livraria de obras dedicadas às leis pátrias e às Ordenações comprovam que, as doutrinas que D. Francisco de Lemos expôs na *Relação Geral (...)*, assentavam numa base de conhecimento do antístite, pois na dita obra indica como metodologia para a aprendizagem prática das leis, a seguinte: “Ensinando-se por isso na Universidade as Leys Patrias; depois a Observancia; e ultimamente aquellas Leys romanas, que pudessem ser applicadas ... combinando sempre as Leys romanas com as pátrias, e fazendo ver as que eram ou não applicáveis.”

⁴⁵⁵ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁵⁶ Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, ob. cit., p. 154.

⁴⁵⁷ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Pelo que sabemos, este foi um dos poucos compêndios jurídicos compostos por lentes portugueses e publicados ao tempo de implantação da reforma. Cf. COSTA, Mário Júlio de Almeida e MARCOS, Rui de Figueiredo, “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, pp. 9-40.

um autor célebre na área do Direito Natural e das Gentes, *Observationes Juris Romani &ª*, de Cornelii Van Bynkershoek (1749, 6 volumes *in* 4º). Do núcleo de fontes dedicadas à Jurisprudência Civil guardam-se na livraria as seguintes: *Digestum Vetus &ª* (1585, 1 volume *in* fólio); *Digestum Novum &ª* (1585, 1 volume *in* fólio); *Codex Iustiniani &ª* (1585, 1 volume *in* fólio); *Super Digesto Veteri* (1540, 1 volume *in* fólio); *Super Digesto Novo* (sem data, 1 volume *in* fólio) e *Codex Theodosianus &ª* (1736, 6 volumes *in* fólio)⁴⁵⁸.

No que concerne à secção de *Direito Civil e Jurisprudencia em Geral*, do inventário de 1815, salientamos a presença de obras do inaciano e teólogo Luís de Molina, *De Primogeniorum Hispanorum Origine ac Natura* (1757, em 1 volume *in* fólio) e *De Justitia et jure Opera omnia* (uma obra na qual reflete sobre o direito e a justiça, datada de 1733, em 4 volumes *in* fólio)⁴⁵⁹; a obra *Tractatus de Manu Regia*, de um autor tido como defensor do regalismo régio, Gabriel Pereira de Castro (1673, 1 volume *in* fólio)⁴⁶⁰; de Hugo Grotius, a obra interdita *De jure Belli ac Pacis Commentariis Henr. de Cocceji* (2 entradas, uma com data de 1751 e a outra de 1758, cada uma com 5 volumes *in* 4º)⁴⁶¹; de M. Gaetano Filangeri, a obra defesa *La Science de La Legislation*⁴⁶² (1786, 4 volumes *in* 8º); *La Science du Gouvernement*, de M. de Real (1765, 7 volumes *in* 4º)⁴⁶³; por, último, uma obra que pelo título, *L'Esprit des Loix*, bem como pela data da sua impressão, 1749 (em 2 volumes *in* 4º)⁴⁶⁴, atribuímos a autoria a Montesquieu.

Dos núcleos acima apresentados, frisamos a coexistência de obras dos jesuítas

⁴⁵⁸ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Ao consultar-se o inventário de 1815, em busca das mesmas obras, detetou-se que estas existem apenas em versões anotadas e comentadas, traduzindo-se em 3 entradas do inventário, perfazendo um total de 13 volumes.

⁴⁵⁹ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴⁶⁰ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴⁶¹ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815). A mesma encontra-se, também, no inventário de 1822, como já referimos em nota anterior, 442.

⁴⁶² AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815). Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, *ob. cit.*, p. 151.

⁴⁶³ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815). Acrescentamos que a mesma obra se encontra no inventário de 1822, de 1764, com 1 volume *in* 4º.

⁴⁶⁴ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815). A primeira edição da obra de Montesquieu data de 1748. É uma obra defesa, cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, *ob. cit.*, p. 192.

Francisco Suarez e Luís de Molina (duas das personalidades mais insignes da cultura eclesiástica portuguesa de Quinhentos⁴⁶⁵) e do dominicano Frei Luís de Granada, uma vez que foram contributos importantes para o triunfo da Contrarreforma na Península Ibérica.

Seguindo a mesma linha expositiva do capítulo anterior, procurámos apurar se algumas das obras utilizadas na reforma das Faculdades Jurídicas, em 1772, marcariam presença na livraria de D. Francisco de Lemos. Lembrando que os dois primeiros anos dos cursos de Cânones e de Leis eram comuns, uma vez que “o Direito Natural, e a Historia são fundamentos de hum e outro Direito, canonico e civil; e he reciproca a necessidade no canonista e no legista de saberem ambos os elementos dos referidos Direitos⁴⁶⁶”. Para o primeiro ano, na cadeira de Direito Natural as lições baseavam-se na obra de Carlos Martini, nomeadamente *Positiones de lege natural* e *Positiones de iure civitatis*, obras que não constam da livraria do bispo, porém esta albergava outras duas do mesmo autor: *Ordo Historiae Iuris Civilis &^a* (inv. de 1822, de 1817, 1 volume *in* 8º) e *De Jure Naturae Positiones* (inv. 1822, datada de 1815, 2 volumes *in* 8º)⁴⁶⁷. A *Historia de Direito Romano* de João Augusto Bach serviu de compêndio para as cadeiras de História de Direito Civil, Romano, e Português, mas que não se encontra na livraria do prelado. Nas cadeiras de *Instituta* os saberes compilados nas *Instituições* de Justiniano e na *Paráfrase* de Teófilo nortearam as lições, porém, também estas, não repousavam nas estantes da livraria do antístite⁴⁶⁸.

O segundo ano do curso era dedicado às cadeiras de História Eclesiástica e de Instituições Canónicas. Na primeira, o autor de eleição foi João Lourenço Berti com a sua obra *Ecclesiae Historia Breviarum*, a qual constava na livraria do bispo conde: *Breviarium Historiae Ecclesiasticae*, inserida no inventário de 1822, datada de 1767, em 1 volume *in* 8º⁴⁶⁹. Para a instrução na cadeira de Instituições Canónicas, as *Instituições* de Fleury foi o compêndio escolhido, obra que, como já referimos, se encontrava na livraria do mitrado⁴⁷⁰. O terceiro ano de leis era dedicado ao Direito Civil, tendo como

⁴⁶⁵ RODRIGUES, Manuel Augusto, “A Faculdade de Teologia da (...)”, *ob. cit.*, p. 554.

⁴⁶⁶ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do (...)*, *ob. cit.*, p. 30.

⁴⁶⁷ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁶⁸ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do (...)*, *ob. cit.*, pp. 31 e 32.

⁴⁶⁹ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do (...)*, *ob. cit.*, pp. 31 e 32.

⁴⁷⁰ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do (...)*, *ob. cit.*, pp. 31 e 32.

fontes a obra *Elementa Digestorum* de Heinácio⁴⁷¹. Deste autor, D. Francisco de Lemos tinha à sua disposição os seguintes títulos: do inventário de 1822, *Elementa juris Civilis Secundum Ordinem Institutionum* (com 2 entradas, uma de 1749 e outra de 1787, perfazendo 2 volumes, *in 8º*); *Elementa Juris Germanici* (1751, 2 volumes *in 8º*); *Opera Omnia* (2 entradas, uma de 1771 e outra sem datação, com 22 volumes *in 8º*)⁴⁷² e, do inv. de 1815, *Recitationes in elementa Iuris Civilis &^a* (1817, 2 volumes *in 4º*) e *Institutiones Philosophiae Moralis* (1791, 1 volume *in 8º*)⁴⁷³. As Ordenações do Reino eram o cerne do estudo do quinto ano de leis, ocupando as atividades das três cadeiras⁴⁷⁴. Como já mencionámos, são várias as entradas de obras versadas nas leis pátrias, guardadas na livraria do prelado⁴⁷⁵.

Procurámos, mesmo que com algumas condicionantes, traçar um esboço do espólio livreiro do bispo, no que à Jurisprudência respeitava, uma vez que expressa uma grande parte da livraria, além de representar – de certo modo – um dos papéis da vida de D. Francisco de Lemos, através da referência de algumas obras de maior destaque na época. Contudo, defendemos que apenas, e só, num contacto direto com as fontes de que aqui nos servimos, é possível perceber a real extensão do espólio desta livraria.

4.2.3. As restantes secções da livraria.

No presente capítulo pretendemos fazer uma avaliação quantitativa do espólio de livros contemplado nas restantes secções da livraria, designadamente: a secção de História e Belas Letras (aqui, uma vez que a organização coincide, faremos uma avaliação global dos núcleos dos dois inventários aqui em estudo); Ciências, Filosofia e Artes e Vária.

A secção de História e Belas Letras reúne, no total dos dois inventários, 1169 volumes (com 177 entradas do inv. 1815 e 110 entradas do inv. 1822). Maioritariamente, resultam da produção editorial Setecentista, com 855 volumes de 227 entradas (614 do inv. de 1815 e 241 do inv. 1822), seguem-se os volumes do século XVII, com uma

⁴⁷¹ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do (...)*, *ob. cit.*, pp. 31 e 32.

⁴⁷² AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do (...)*, *ob. cit.*, pp. 31 e 32.

⁴⁷³ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815). LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do (...)*, *ob. cit.*, pp. 31 e 32.

⁴⁷⁴ LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do (...)*, *ob. cit.*, pp. 31 e 32.

⁴⁷⁵ Veja-se a página 126, nota 443.

expressão muito inferior, 91 volumes (67 volumes do inv. 1822 e 24 do inv. 1815)⁴⁷⁶. O idioma das Luzes é, novamente, o dominante nesta secção da livraria, com um total de 775 volumes (510 volumes do inv. de 1815 e 265 do inv. 1822), seguindo-se a língua de Camões, com 115 volumes do inv. 1815 e 66 volumes do inv. 1822⁴⁷⁷.

Registadas no inventário de 1815, na secção de *Historia e Bellas Letras*, e que logo se destacam no conjunto do espólio, temos: *Histoire Ecclesiastique*, de Fleury, 1758, 40 volumes *in 8*; *Vocabulario Portuguez e Latino* (1727, 10 volumes *in 4º mag.*) e *Prosas Portuguesas Recitadas em Differentes Congressos Accademicos* (1729, 1 volume *in 4º mag.*) da pena de Rafael Bluteau; duas obras de António Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Caza Real* (1735, 13 volumes *in 4º mag.*) e *Provas da Historia Genealogica* (1739, 6 volumes *in 4º mag.*); *Dictionaire Historique et Critique* (1740, 4 volumes *in fólio*), de Pierre Bayle, uma obra interdita⁴⁷⁸; de Diogo do Couto, *Decadas da Asia* (1736, 3 volumes *in fólio*); *Cours d'Etude du Prince de Parme* (1780, 12 volumes *in 8º*) de Condillac; *Memorias para a Historia de Portugal - que comprehendem o governo de Elrei D. Sebastião* (1736, 3 volumes *in fólio*) de Diogo Barbosa Machado⁴⁷⁹; de Du Pin *Histoire de L'Eglise em abrege* (1732, 2 volumes *in 8º*); a obra defesa *Monarchie Prussienne Sous Frederic Le Grand* (1788, 8 volumes *in 8º*), da pena do Conde de Mirabeau⁴⁸⁰; do abade de Bergier, *Examen du Materialisme au Refutation du Systeme de la Nature* (1771, 2 volumes *in 8º*); 2 obras sobre a Companhia de Jesus, *Histoire Generale de la Naissance et des progres de la Compagnie de Jesus* (1761, 4 volumes *in 8º*) e *La Vie de Saint François Xavier de la Compagnie de Jesus* (1754, 2 volumes *in 8º*); *Istoria de la Conquista del Messico*, por D. Antonio de Solis (1715, 1 volume *in 4º*); *Geographie Moderne* (1766, 2 volumes *in 8º*), M. L'Abbé Nicolle de la Croix; *Compendio Mathematico en que se Contienen todas las materias que tratan de la*

⁴⁷⁶ Do inventário de 1822 contam-se 8 volumes do século XIX e 131 sem datação. Do inventário de 1815 registam-se 39 volumes do séc. XIX e 45 volumes não datados. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822) e AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴⁷⁷ No inventário de 1822 registam-se 48 volumes em latim, 8 volumes em espanhol e 5 volumes em italiano. Do inventário de 1815 constam 105 volumes em latim, 41 volumes em espanhol e 6 volumes em italiano. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822) e AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴⁷⁸ Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, *ob. cit.*, p. 149.

⁴⁷⁹ Esta obra encontra-se presente no inventário de 1822. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822)

⁴⁸⁰ Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, *ob. cit.*, p. 173.

Contidad, Dr. Thomaz Vicente Tosca (1727, 7 volumes in 8º); *Dictionnaire Raisonne d'Anatomie et de Physiologie*, sem autor (1766, 2 volumes in 8º); *Historia Critica Philosophiae*, de Jacobi Bruckeri (1767, 5 volumes in 4º); 2 obras dedicadas à lógica, *Rudimenta Logicae* (1737, 1 volume in 8º) e *Elementorum Artis Logico-Criticae Libri 5* (1779, 1 volume in 8º); 2 títulos dedicados à Física, *Leçons de Physique Experimentalle* (1764, 8 volumes in 8º) e *Traite abrege de Phisique* (1763, 5 volumes in 8º); 3 obras de Verney destinadas a servir de compêndios didáticos para a reforma do ensino em Portugal⁴⁸¹, *De Re Physica libri decem* (1769, 4 volumes in 4º), *De Re Logica* (1757, 1 volume in 4º) e *De Re Methaphisica* (1753, 1 volume in 4º); e uma obra dedicada à Medicina, *Histoire de La Medecine*, Daniel de Clere (1723, 1 volume in 4º)⁴⁸².

Do acervo albergado na secção de História e Belas Letras, do inventário de 1822, mencionamos os seguintes títulos: *Histoire du Peuple de Dieu, depuis son origine jusqu'a la naissance du Messie* de Berruier (2 entradas, 1 de 1739 e outra de 1753, cada uma com 1 volume in 4º), uma obra defesa⁴⁸³; *Histoire du Concile de Trent*, de Le Couraier (1736, 2 volumes in 4º); duas obras de Du Pin, *Bibliotheque des Auters separés de la Comunion de l'Eglise Romaine* (1718, 45 volumes in 8º) e *Nouvelle Bibliotheque des Auters Ecclesiastiques* (1698, 36 volumes in 12º); 3 títulos de Fleury, *Histoire Ecclesiastique* (1758, 36 volumes in 12º), *Table Generale des materies contenues dans les 36 volumes* (sem data, 4 volumes in 12º) e *Discours sur l'Histoire Ecclesiastique* (sem data, 2 volumes in 12º), obras defesas; do jesuíta Raynal, *Histoire Philosophique et Politique des deux Indes* (1783, 10 volumes in 8º), uma obra interdita; *Discours sur l'Histoire Universelle de l'Eglise*, de Racine (1759, 1 volume in 12º); *Historia Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas*, do padre António Cordeiro (1717, 1 volume in fôlio); duas obras referentes ao Jacobinismo, *Memoires pour servir a l'Histoire du Jacobinisme*, do abade de Barruel (1797, 3 volumes in 8º) e *Les Sabats Jacobites*, sem autor (1791, 1 volume in 8º); de José Acúrcio das Neves, *Historia Geral da Invazão dos Francezes em Portugal* (1810, 5 volumes in 8º); de Bossuet, *Epitome Universiae Historiae* (1812, 2 volumes in

⁴⁸¹ ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal*, Temas e Problemas, Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 105, nota 12.

⁴⁸² Aqui cumpre-nos fazer uma pequena observação relativamente à arrumação do inventário de 1815: na secção de *Historia e Bellas Letras* (tal como consta na fonte) estão inseridas obras que, em princípio, se deveriam incluir num núcleo dedicado às ciências (à semelhança do que fizemos para o inventário de 1822), refira-se a título exemplificativo, os dois títulos dedicados à física, dois sobre lógica e 1 respeitante a medicina. AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁴⁸³ Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, ob. cit., p. 151.

8º) e *Discours sur l'Histoire Universelle* (1780, 2 volumes in 8º) ; 2 entradas do *Compendio Historico do estado da Unverside de Coimbra no tempo da Invazão dos denominados Jesuitas*, pela Junta de Providência Literária (1772, 2 volumes in 8º); *Dialogos de Frederico Rei da Prussia &ª*, sem autor (1794, 1 volume in 8º); *Collecção de versos, de varios Autores feitos por motivos da Restauração de Portugal*, sem autor (1808, 1 volume in 8º); a presença de dois autores da Antiguidade, *M. T. Ciceronis opera Philosophica &ª* (1799, 8 volumes in 8º) e *Titi Livii Opera quae supersunt &ª* (1793, 1 volume in 4º); e *Histoire de la Revolution de France, pendant les derniers années du Regne de Louis 16*, A. F. Bertrand de Moleville (1801, 14 volumes in 8º)⁴⁸⁴.

Pelo conjunto de obras que aqui elencámos, parece-nos correto afirmar a atualização da livraria do bispo conde, bem como a sua diversidade de interesses, desde o direito natural, a filosofia, a lógica, a história, a medicina, entre outros saberes. Porém, é também visível o seu interesse por algumas obras de tempos mais recuados, tomemos como exemplo as *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto, a obra de Cícero e a de Tito Lívio; pela história das revoluções, especialmente, a de França; pelas origens do Jacobinismo; as formas de governo dos grandes monarcas da Europa de Setecentos e pela História Eclesiástica.

Segue-se a secção que designámos por Ciências, Filosofia e Artes, a qual alberga um total de 213 volumes, resultantes de 106 entradas do inv. 1822, versados em vários saberes, como economia, matemática, física, astronomia, filosofia, agricultura, medicina, farmacologia, anatomia, botânica, química, lógica, zoologia e música. A maior parte dos volumes data do século XVIII, contando 141, de 62 entradas do inv. 1822, seguido pela produção editorial do século XIX, com 55 volumes, de 35 entradas⁴⁸⁵. Mais uma vez, o idioma erudito da época domina, com 127 volumes em francês, contra 56 volumes em latim⁴⁸⁶. Deste núcleo são de frisar as obras: *Philosophia Aristotelica &ª*, de João Baptista (1748, 2 volumes in fólio); *Tratado elementar da Filosofia Moral* de António Soares Barbosa (1792, 3 volumes in 8º); 3 obras do reputado médico Boerhaave, *Opera Omnia Medica* (1766, 1 volume in 4º), *Methodus Studii Medici* (1753, 2 volumes in 4º) e

⁴⁸⁴ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Sobre as obras defesas que se apresentam neste núcleo trataremos em capítulo próprio.

⁴⁸⁵ Do século XVII datam 5 volumes e 12 volumes não contemplam datação. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁸⁶ Os volumes em português marcam presença com 24, 5 volumes em inglês e 1 volume em espanhol. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

Institutiones Medicae (1807, 1 volume in 4º)⁴⁸⁷; da pena do vice-reitor da Universidade, José Monteiro da Rocha, *Memoires sur l'Astronomie pratique* (1808, 1 volume in 4º); 2 obras de Domingos Vandelli, *Diccionario dos Termos technicos de Historia Natural* (1787, 1 volume in 4º) e *Tractatus de Thermis Agri Patavini* (1761, 1 volume in 4º); 1 obra do botânico Lineu, *Systema Naturae* (1793, 9 volumes in 8º); de José Joaquim da Cunha, *Ensaio Economico sobre o Comercio de Portugal e suas Colonias* (1794, 1 volume in 4º); de M. Bossut, *Tratado de Hydrodynamica* (1813, 1 volume in 8º)⁴⁸⁸; *Constitutions des Principaux Etats de l'Europe, et des Etats-Unis de l'Amerique*, M. de la Croix (1793, 5 volumes in 8º) e *Liçoes elementares de Mathematica*, de M. Abb. de la Caille (1802, 1 volume in 4º)⁴⁸⁹.

Por último, a secção que denominámos por Vária, uma vez que alberga vários saberes – o que atesta a multiplicidade de matérias, às quais D. Francisco de Lemos, em princípio, se dedicava - entre eles: Filologia, Literatura, Diplomática, Teoria da História, etc. Aqui encontramos 168 volumes, resultantes de 70 entradas do inventário de 1822, maioritariamente produzidos no século XVIII (137 volumes, de 53 entradas do inventário)⁴⁹⁰ e compostos em francês (79 volumes) e latim (46 volumes)⁴⁹¹. Desta secção destacamos os seguintes títulos: *Collecção Chronologica dos assentos das Cazas da Supplicação, e do Civel*, sem autor (1817, 1 volume in 4º); *Methodo pour etudier l'Histoire* (1735, 1 volume in 12º) e *Principes de l'Histoire* (1737, 4 volumes in 12º), de M. l'Abbé Lenglet du Fresnoy; uma entrada com a referência *Encyclopedie &^a*, tendo como autor Lucques (1758, 20 volumes in fólho)⁴⁹²; *Câto heroico sobre as façanhas dos*

⁴⁸⁷ A presença destas obras, e de mais algumas relacionadas à medicina, atestam o interesse de D. Francisco de Lemos pela medicina, o que justifica as suas tentativas para estabelecer um Protomedicato na Universidade Coimbrã.

⁴⁸⁸ Pelo que sabemos, esta obra foi traduzida por José Monteiro da Rocha, tal como o *Tratado de Mechanica*, de M. Maria &, ambas constam no presente inventário. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Porém, salientamos que o nome do autor do *Tratado de Hydrodinamica*, está incorreto no inventário, constando o nome de autor como “M. Bossuet”, em vez de “M. Bossut”.

⁴⁸⁹ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁹⁰ Do século XIX datam 20 volumes, 3 do século XVII e 8 sem datação. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁹¹ Na língua de Camões contam-se 32 volumes, 6 em espanhol e 5 em italiano. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁹² Pela datação e o número de volumes, estamos provavelmente perante a obra máxima do Iluminismo, segundo Robert Darnton: a *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert, sendo esta mais uma obra defesa, veja-se MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...), ob. cit., p. .* DARNTON, Robert, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 416-421. AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

Portuguezes na expedição de Tripoli &ª, de José Francisco Cardoso (1800, 1 volume in 4º); duas obras dedicadas às línguas orientais, *Origem e progresso das Linguas Orientais* (1790, 1 volume in 8º) e *Hebraicae Grammatices Rudimenta* (1750, 1 volume in 8º); duas obras de diplomática, *Nouveau Traite de Diplomatie &ª* (1757, 2 volumes in fôlio) e *Dictionaire de Diplomatie &ª* (1774, 2 volumes in 8º) e duas obras dedicadas à análise da *Dedução Cronológica e Analítica, Collecção das Provas que forão citadas na parte 1ª e 2ª da Deducção Chronologica, e analytica &ª* de José Seabra da Silva (1767, 1 volume in fôlio) e *Indice das couzas mais notaveis que se contem na prim.ª e segd.ª parte da Deducção Chronologica &ª*, sem autor, (sem data, 1 volume in fôlio)⁴⁹³.

4.3. Os livros defesos.

Não cabendo aqui analisar o sistema censório adotado em Portugal, pretendemos apenas introduzir, em traços muito gerais, a conjuntura censória em que se insere a livraria aqui em estudo, para posteriormente, expormos os livros defesos que detetámos no presente espólio.

4.3.1. A conjuntura censória e as obras defesas da livraria.

O contexto censório em território luso passou por diversas fases, regendo-se por dois modelos institucionais que se distribuíram, essencialmente, por dois períodos. Numa primeira fase, cronologicamente estabelecida entre 1576 e 1768. A primeira data reporta-se, como refere Maria Teresa Payan Martins, à consagração “do princípio da obrigatoriedade do regime de censura tríplice, a cargo do Ordinário, do Santo Ofício e do Desembargo do Paço”. Por sua vez, a segunda – a que aqui nos interessa - refere-se à data de revogação do sistema, até ali, em vigor e à institucionalização da Real Mesa Censória⁴⁹⁴.

Com a implantação da Real Mesa Censória, afirma-se a supremacia da autoridade do monarca relativamente à censura dos livros, num período que decorrerá de 1768 até 1821, com diferentes contornos⁴⁹⁵. Esta transformação do aparelho censório insere-se numa política cultural norteada pela reestruturação total dos órgãos do estado, visando

⁴⁹³ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁴⁹⁴ MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal (...)*, ob. cit., p. 19.

⁴⁹⁵ Para mais detalhes sobre o assunto veja-se: MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, ob. cit., pp. 5-71 e 94-96. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal (...)*, ob. cit..

submeter todos ao exclusivo poder do monarca, por forma a restringir os meios de atuação da Santa Sé em Portugal. Nesta senda, o ministro de D. José construiu um plano de governo centrado nas matrizes do Despotismo Iluminado, direcionado neste caso em concreto, para o controlo da cultura escrita: desde os livros em impressão, às livrarias de particulares e institutos religiosos até aos locais de venda de livros. Deste modo, a Real Mesa Censória ficava encarregue da “censura dos livros e fiscalização do seu uso”, tendo como propósito tornar o processo de fiscalização mais eficaz e célere. As motivações para esta criação, além das políticas já mencionadas, foram “os estragos da fama da Nação Portuguesa, as severas críticas, que as Nações mais polidas, e cultas da Europa, tem feito aos tribunais da Inquisição destes Reynos com a cauza dos erros, e injustiças, dos Censores externos”⁴⁹⁶.

Para a identificação das obras defesas servimo-nos do *Catalogo de livros defesos neste Reino, desde o dia da Criação da Real Mesa Cençoria até ao presente – Para servir no expediente da Caza da Revizão (1768-1814)*, publicado por Maria Adelaide Salvador Marques, em *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional – Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*, Coimbra, 1963, pp. 118-206.

No período que anteriormente definimos para a análise das obras adquiridas ao tempo em que D. Francisco de Lemos se encontrava à frente da diocese de Coimbra – de 1773 (ano em que é nomeado como sucessor de D. Miguel da Anunciação) e o ano da sua morte e de realização do inventário de 1822 – a conjuntura censória passou por duas fases. Até 1768, o crivo censório incidia, maioritariamente, sobre obras versadas em matéria religiosa. Após esse ano, sensivelmente, a vigilância passa a incidir sobre os livros de cariz filosófico e político, mas notando-se algum abrandamento na atividade censória, o que por certo, se devia à proliferação de um maior número de edições o que obstava à eficácia verificada em tempos mais remotos⁴⁹⁷.

Nesta livraria “o cemitério de livros” - recorrendo à expressão de António José Saraiva⁴⁹⁸ - não é muito vasto, porém é significativo compreendendo 231 volumes, de um total de 43 entradas dos inventários⁴⁹⁹. Do inventário de 1822 registam-se a maior parte

⁴⁹⁶ MARQUES, Maria Adelaide Salvador, “Pombalismo e Cultura Média – Meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória”, *Brotéria. Cultura e Informação*, vol. 115, nº 2-3-4, agosto-setembro-outubro, Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1982, pp. 181-208. Disponível em: http://www.broteria.pt/?detail=1&books_id=74. Visitado a 10 de fevereiro de 2018.

⁴⁹⁷ MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal (...)*, ob. cit., pp. 58-107.

⁴⁹⁸ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís (...)*, ob. cit., p. 130.

⁴⁹⁹ Construímos duas tabelas com os livros defesos presentes em cada um dos inventários, veja-se em Anexos, pp. 188 e 189.

das obras proibidas, perfazendo 30 entradas (com 150 volumes), sendo as restantes 13 entradas do inventário de 1815 (totalizando 81 volumes). A secção de História e Belas Letras ocupa a posição cimeira, com 116 volumes (de 57 entradas do inv. de 1815 e 55 do inv. de 1822). Segue-se a Teologia com 59 volumes do inv. de 1822; a secção de Vária, do inv. 1822, conta com 25 volumes, sendo que 20 pertencem à *Encyclopédie*; com um total de 24 volumes apresenta-se o núcleo de Jurisprudência Civil (20 volumes do inv. 1815 e 4 do inv. de 1822); do inventário de 1815 registam-se 4 volumes da secção de *Theologia e Direito Canonico*; e, por último, o acervo de Jurisprudência Canónica do inv. de 1822, que marca presença com 2 volumes⁵⁰⁰.

As obras defesas editadas em território luso, são de presença muito reduzida, com 5 entradas dos dois inventários, perfazendo um total de 7 volumes, o que se explica pela particular incidência que a censura fazia recair sobre estas obras. Destes volumes, 6 datam do século XVIII e 1 resulta da produção editorial de Seiscentos. Em Lisboa foram editados 3 volumes, 2 em Coimbra e 2 em Évora. A secção de Teologia demarca-se com 3 volumes de Teologia mística e ascética (*Exercício de Perfeição*, V.P. Affonso Rodrigues e *Maximas Espirituais*, Fr. Affonso dos Prazeres) e 1 de Teologia moral (*Exercícios de St.º Ignacio*, P.e João Pedro Pinamonti). De História e Belas Letras regista-se a obra *Cursus Philosophicus*, de R. P. D. Francisci Soares Lusitani, com 2 volumes. Sobre Jurisprudência Canónica, a obra *Quaestiones singulares experimentales &ª*, de Ludovici Nogueira, com 1 volume⁵⁰¹.

Em oposição, as edições estrangeiras perfazem um total de 190 volumes (75 do inv. de 1815 e 115 do inv. de 1822), dos quais 173 resultam da produção editorial das Luzes (de um total de 26 entradas dos inventários), 16 volumes datam do século XVII (do inv. de 1822) e 1 volume do século XVI (do inv. de 1815)⁵⁰². Em Paris foram editados 84 volumes, em Liège 21 volumes, 15 em Amesterdão, 14 em Lausanne, 13 em Veneza e 10 volumes em Neuchâtel⁵⁰³. Novamente, o primado vai para a secção de História e Belas

⁵⁰⁰ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815) e AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁵⁰¹ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815) e AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁵⁰² AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815) e AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁵⁰³ As 12 cidades restantes contabilizam um número de volumes inferior a dez, a saber: Londres com 8 volumes; Coloniae com 5 volumes; Coloniae Allobrogum e Colónia com 4 volumes cada; Bassano com 3 volumes; Lyon, Pádua, Roma e Viterbo com 2 volumes cada; e, Haya, Madrid e Pistoia com 1 volume cada.

Letras, com 51 volumes do inv. de 1822 e 48 do inv. de 1815. A Teologia, com 53 volumes do inv. de 1822⁵⁰⁴, seguida pela Jurisprudência Civil, com um total de 24 volumes dos inventários. O núcleo de *Theologia e Direito Canonico*, do inv. de 1815, apresenta-se com 4 volumes, seguido de perto pelo núcleo de Vária do inv. de 1822, com 3 volumes e, por último, a Jurisprudência Civil, do inv. de 1822, com apenas 1 volume⁵⁰⁵.

Passaremos agora a elencar as obras que, na nossa perspetiva, mais se destacam neste núcleo, procurando explicar, sucintamente, de que versam e quais os motivos para a sua inserção no índice de livros proibidos.

O Dictionnaire Historique et Critique, da autoria Pierre Bayle (in. 1815, 1740, s.l., 4 volumes *in* fólho)⁵⁰⁶, um filósofo francês e protestante, que logo pela sua crença religiosa, deu motivo para ser parte integrante do Índice de leituras interditas⁵⁰⁷ e que, em muito, contribuiu para a “moldagem do pensamento crítico das Luzes”⁵⁰⁸. Segundo Maria Teresa Martins, esta obra deve ser considerada como “a primeira enciclopédia moderna”, na qual se refletia sobre várias questões da época, de vários domínios, como o teológico, histórico, ético, político e metafísico, tentando o autor manter uma posição crítica e imparcial, em comunhão com uma perspetiva histórica⁵⁰⁹. A preocupação da censura entende-se uma vez que, a obra visava o ataque à doutrina católica, tendo como suporte as teses calvinistas. Bayle procurou, a partir dos verbetes de História “rectificar erros e elucidar dificuldades que os escritos dos seus antecessores encerram, sem deixar de sublinhar a crença na eterna tendência do homem para o erro”. Nas entradas de filosofia, “geralmente curtos e conformes às doutrinas ortodoxas, trazem a marca do cepticismo que caracterizou Bayle”⁵¹⁰. Como referimos, a sua crítica abarcou, ainda, o domínio político e no que respeitava à religião conseguiu, de uma forma irónica, “minar os

⁵⁰⁴ Aqui lembramos que, pela orgânica da fonte de 1815, que aglutina os saberes de Teologia com as obras de Direito Canónico, o que não se verifica no inventário de 1822, optou-se por avaliar os núcleos separadamente.

⁵⁰⁵ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815) e AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822).

⁵⁰⁶ AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815).

⁵⁰⁷ Obra proibida pelo edital de 12 de dezembro de 1769, da Real Mesa Censória. Cf. FERRÃO, António, “A Censura Literária durante o governo Pombalino – Subsídios para a História do Pensamento em Portugal”, Separata de *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa*, 17, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

⁵⁰⁸ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís (...)*, *ob. cit.*, p. 130.

⁵⁰⁹ MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal (...)*, *ob. cit.*, p. 410.

⁵¹⁰ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís (...)*, *ob. cit.*, pp. 147-148.

dogmas”, ao mesmo tempo em que combatia a intolerância, estando crente na “eficácia do pensamento, na bondade e na força do progresso do espírito humano”⁵¹¹.

De Voltaire, o célebre *Dictionnaire Philosophique de la Religion* (“l’Auteur des erreurs de Voltaire”, 1773, sem local, 2 volumes in 8º)⁵¹², uma obra que espelha o espírito das Luzes, na qual o autor, empregando um estilo objetivo e mordaz conseguiu veicular uma série de ideias abstratas que de facto se disseminaram entre o público leitor da época, a tal ponto que, em Portugal, foi inserida no rol de obras interditas e “condenada” à “pena de fogo”⁵¹³. À semelhança dos restantes *philosophes*, Voltaire mantinha a mesma linha de pensamento relativamente à questão do fenómeno religioso, adotando uma postura crítica quer sobre o clero, quer sobre a Igreja, e mesmo sobre a fé algo que fica muito claro num primeiro contacto com as entradas do dicionário, a título de exemplo vejam-se as entradas “Abade” e “Inquisição”. A defesa da liberdade de pensamento⁵¹⁴ e a questão da supremacia das leis civis sobre as eclesiásticas⁵¹⁵ foram outros dois alvos da acesa crítica e reflexão do autor.

A *Histoire Ecclesiastique* do abade Fleury, com quatro entradas na livraria de D. Francisco de Lemos, 1 entrada no inventário de 1815 (1758, Paris, em 4 volumes in 8º) e 3 entradas no inventário de 1822 (uma entrada, datada de 1758, Paris, de 36 volumes in 12º)⁵¹⁶, objetivava esclarecer, mediante uma perspectiva crítica, alguns pontos respeitantes à doutrina, disciplina e práticas da Igreja. Entre o amplo leque de assuntos sobre os quais o autor discorre destacam-se os seguintes: o governo e doutrina da Igreja estabelecidos nos seus primórdios; a decadência dos estudos e a alteração da disciplina eclesiástica verificada no decurso dos séculos XI a XIII; a autenticidade de algumas relíquias; a riqueza material da Igreja; o desregramento do clero; o perigo da superstição e o abusivo poder temporal da Santa Sé, entre outros. Com um forte compromisso para com o relato da “verdade toda inteira”, o autor dá mostras do seu conhecimento não só histórico, como

⁵¹¹ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís (...)*, ob. cit., pp. 147-148 e MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal (...)*, ob. cit., p. 410.

⁵¹² AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Cf. Obra defesa, veja-se: MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, ob. cit., 143.

⁵¹³ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís (...)*, ob. cit., pp. 148-150 e MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal (...)*, ob. cit., p. 445.

⁵¹⁴ Consulte-se as entradas “Liberdade (Da)” e “Liberdade de pensar”, VOLTAIRE, *Dicionário Filosófico*, tradução e posfácio de José Domingos Morais, 1ª edição, Lisboa: Sistema Solar, 2014, pp. 283-289.

⁵¹⁵ Veja-se a entrada “Leis Civis e Eclesiásticas”, VOLTAIRE, *Dicionário Filosófico*, tradução e posfácio de José Domingos Morais, 1ª edição, Lisboa: Sistema Solar, 2014, pp. 280-281.

⁵¹⁶ As restantes entradas registam outros títulos dedicados à mesma obra, uma com o resumo da *Histoire Ecclesiastique* e a obra *Discours sur l’Histoire Ecclesiastique*, ambas sem data e sem local de impressão.

também na exegese sagrada, revelando-se inteiramente imbuído do espírito que marcava o século⁵¹⁷.

De autoria anónima, o *Trattato storico-Dogmatico-Critico delle Indulgenze* (1786, Pistoia, 1 volume in 8º), que sabemos ser da pena do teólogo Palmieri, foi proibida de circular⁵¹⁸ por questionar se a Igreja tinha, de facto, o poder ou faculdade de conceder indulgências, uma questão que como é sabido, era muito controversa na época. O autor principia a sua exposição por contar a origem e o percurso traçado na questão da concessão de indulgências até ao século XII, para seguidamente demonstrar que a Santa Sé mantinha a mesma doutrina que adotou em tempos mais remotos, salientando que as divergências vigentes dependem da ação de alguns teólogos. Avança para uma fase de inquirição relativamente aos reais fundamentos da Igreja para a obtenção do benefício advindo das indulgências, para concluir a sua exposição com o questionamento da indulgência dos defuntos⁵¹⁹.

Do célebre abade jesuíta Raynal, a sua principal obra *Histoire Philosophique et Politique des Établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes* (1783, Neuchâtel, 10 volumes in 8º)⁵²⁰, na qual discorre sobre as suas reservas no que respeitava às correntes dominantes no século XVIII, entre fisiocratas e enciclopedistas, designadamente no que concernia à necessidade de implantar um modelo de simplicidade entre o clero, a crítica ao poderio da Santa Sé que deveria ser sujeita ao Estado, além da crítica ao despotismo, excetuando o modelo de Frederico II da Prússia. Pelo que sabemos, dá mostras de aceitar o modelo constitucional inglês e, por conseguinte, das vantagens do sistema republicano, salientando que o supremo interesse do Estado deve reger-se pelo primado da lei, defendendo a liberdade e a igualdade. Para além destas questões que, seguramente, terão feito soar o alerta dos censores, Raynal dedicou-se, largamente, à tarefa de historiar os feitos da expansão portuguesa, desde o século XV a XVI, dando crédito aos lusos pela abertura cultural que impulsionaram, porém tal é feito com um marcado espírito crítico e, por vezes, pouco elogioso relativamente ao papel dos portugueses no processo. Não se limitando apenas a tecer uma perspetiva negativa sobre

⁵¹⁷ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís (...)*, ob. cit., pp. 141-142.

⁵¹⁸ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, ob. cit., 198.

⁵¹⁹ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís (...)*, ob. cit., p. 168.

⁵²⁰ AUC, *Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde*, (1822). Cf. MARQUES, Maria Adelaide Salvador, *A Real Mesa Censória e (...)*, ob. cit., 157.

o desempenho dos lusos no processo de expansão e construção do seu Império ultramarino, o célebre jesuíta aproveitou para tecer largas críticas à ação da Santa Sé, tanto no Oriente, como na América portuguesa⁵²¹.

Refletindo sobre a existência destas obras interditas pela Real Mesa na livraria de D. Francisco de Lemos, para além de nos comprovarem a atualização bibliográfica da livraria, bem como do seu perfil de um leitor eclético, parece-nos que tal não se constitui como uma surpresa, pois não só o prelado teria as necessárias autorizações para a sua posse, como também foi deputado da Mesa Censória um cargo que, por certo, lhe permitia e facilitava o acesso ao núcleo de obras sujeitas a exame.

Conclusão

É chegado agora o tempo de elencar as principais conclusões e considerações a retirar sobre a livraria de D. Francisco de Lemos no seu todo, fazendo uma apreciação do conjunto dos núcleos dos inventários que deram forma à livraria e traçando as suas linhas de força, bem como do perfil do seu detentor e refletir sobre o papel da livraria de um homem ilustrado no Portugal de Setecentos.

Ao contrário dos séculos anteriores, as livrarias do século XVIII não se restringiam mais à ostentação de riqueza e poder, pela posse de livros com iluminuras, por exemplo, mas adquirem um significado e papel mais participativo e expressivo no quotidiano dos homens com posses da época. Estas agora eram vistas como um espaço de intimidade e “retiro do mundo”, um local que convida ao estudo e à instrução, mas também à reflexão e à introspeção, bem como ao questionamento dos conhecimentos que, até então, eram tidos como inquestionáveis, levando o indivíduo a raciocinar e a interrogar-se, motivando-o a querer saber mais, sem se comprometer perante os pares. Em suma, “um espaço de acumulação de saberes e construção de poderes” no qual o homem se torna livre de pensar, sentir e experienciar outros contextos e perceber o pensamento dos homens de outras épocas, países e credos.

A biblioteca passa a ser um espaço de trabalho, mas também de lazer, que potencia novas experiências, o fervilhar de novas ideias encerradas, por vezes, em pequenas frases, capazes de catalisar todo um novo raciocínio ou mesmo uma nova perspetiva que, até ali,

⁵²¹ CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís (...), ob. cit.*, pp. 180-182.

nunca se tinha colocado em cima da mesa. Aqui promove-se uma visão de conjunto, se possível, numa longa duração, pelo confronto de vários autores, de várias obras e sobre diversas matérias, segundo uma nova lógica de saberes, mais antropocêntrica e racional, porém sem pôr de parte o peso da religião, mas considerando o bem do Estado.

Em síntese, os livros e as bibliotecas no século XVIII adquirem um novo significado e papel no quotidiano das sociedades, passando para a intimidade das residências dos mais abastados, propiciando-lhes momentos de lazer e reflexão apartados do coletivo, veiculando novas ideias e promovendo alterações de paradigmas nos vários domínios do saber, no fundo, contribuiu para o processo civilizador e de construção cultural de cada sociedade. A livraria transforma-se num “retiro isolado do mundo, numa liberdade conquistada longe do público ... [um local onde] o indivíduo é dono de seu tempo, de seu ócio ou de seu estudo”, na expressão de Roger Chartier⁵²².

Uma das grandes conclusões a que chegámos está plasmada no seguinte pensamento de D. Domingos de Pinho Brandão:

«Elemento importantíssimo para o conhecimento do ambiente cultural dum determinado período são as livrarias. Podem considerar-se um índice do movimento intelectual da época, pela tradição que representam e que se vai sedimentando, pelas correntes de pensamento que manifestam, pelo interesse, paixão e cultura que supõem nas pessoas ou instituições que as formam, conservam ou aumentam e, além disso, como elemento de estudo, de ensino e formação. O livro e o mestre são os veículos, a um tempo, manifestativos e transmissores do pensamento e da cultura. / O ministério do ensino faz-se através da palavra – temos o mestre, e através da escrita – temos o livro. Os mestres formam a escola – viva, os livros formam a biblioteca que transmite o ensino e perpetua a escola.»⁵²³.

A livraria de D. Francisco de Lemos não era, em nosso entender, uma livraria de um bibliófilo. Mas sim uma livraria de um homem que serviu Deus e o Estado, sendo mais direcionada para a leitura resultante dos cargos que desempenhava, do que para uma leitura de lazer. Basta atentarmos ao que aqui foi exposto sobre o espólio bibliográfico. Os saberes com maior presença na Livraria relacionam-se, diretamente, com as funções e cargos que D. Francisco de Lemos desempenhava, bispo de Coimbra e reformador reitor da Universidade. Assinalámos uma predominância dos títulos dedicados à Teologia,

⁵²² CHARTIER, Roger, “As Práticas da Escrita” in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, dir. Roger Chartier, Porto: Afrontamento, 1990, pp. 137-138.

⁵²³ LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha, *O Livro e a Leitura (...), ob. cit.*, p. 37.

cerca de 2586 volumes, maioritariamente ligados à Teologia moral (460 volumes), à Teologia polémica, dogmática e escolástica (389 volumes) e à Escritura Sagrada e Exegese (371 volumes). Seguem-se os volumes de Jurisprudência, com aproximadamente 1622 volumes, na sua maioria versados em Jurisprudência canónica (380 volumes), um dado que não é de surpreender e, em estreita ligação com a tendência intelectual da época - que salientava a importância da História para um melhor conhecimento e formação dos cidadãos -, os volumes de História e Belas letras são, também, expressivos, totalizando 1169 volumes.

Em consonância com o período em que se insere a livraria, verificou-se que a maior parte dos títulos resulta da produção editorial das Luzes: de Teologia contam-se 1717 volumes, de Jurisprudência com 853 e de História e Belas Letras registam-se 855 volumes. Os idiomas mais presentes são, em quase todas as secções, o francês e o latim, apesar de se verificar uma inversão na preferência, nos inventários. No inventário de 1815 registam-se 912 volumes em latim e 692 em francês, já no inventário de 1822, como referimos, a tendência inverte-se, contando-se 1628 volumes em francês e 1593 em latim.

Fazendo agora uma apreciação de conjunto das obras e autores guardados na livraria, diríamos que, sem dúvida, albergava obras de destaque na época, nas suas várias secções temáticas. Destaquem-se os escritos de Van Espen (15 volumes na livraria) e de Febrónio (4 volumes no total dos inventários), duas personalidades que exerceram uma grande influência no pensamento jurídico canónico em Portugal, mas também os de Heinício (29 volumes no total), Fleury (85 volumes) e Martini (3 volumes no total), todos figuras precursoras das matrizes jusnaturalistas, jansenistas, regalistas e episcopalistas que, seguramente, terão sido lidos por D. Francisco de Lemos, bastando atentar na sua obra, já aqui tão citada, *Relação Geral do Estado (...)* e no *Compêndio Histórico do Estado (...)*, um relatório que, como é sabido, contou com o contributo do bispo conde.

Por aqui podemos desde já, antever a característica de “puro regalista”, que marcava o perfil de D. Francisco de Lemos, o que é igualmente corroborado, não só pela presença de obras que legitimaram a política regalista de Pombal na sua livraria, como as obras do padre António Pereira de Figueiredo, nomeadamente a *Tentativa Teológica (...)* e a obra *Tractatus de Manu Regia* de Gabriel Pereira de Castro, mas também pela de outros autores com tendências jansenistas, regalistas e episcopalistas, que encontramos no inventário datado de 1822, a saber: Joannes Baptista Pitton, Thomassin, Rochmero, Anacletus Reiffenstuel, Rieger, Joannes Cabassout, Schmalzgrueber e Enrico Pirhing.

Um outro traço que marca a personalidade do antístite e que, do mesmo modo, a

sua livraria o comprova é o de “iluminista católico”, pois alberga algumas das obras que marcaram a época das Luzes, como a *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert, ou o *Dictionnaire Historique...* de Pierre Bayle mas, em simultâneo, guardava os saberes das fontes do cristianismo primitivo, dos padres da Igreja, dos concílios de outras épocas, com particular destaque (como mencionámos) para o Concílio de Trento, que conta com um total de 9 volumes, no conjunto dos inventários, mostrando sempre a sua total dedicação à religião, como é notório nas suas pastorais que aqui aludimos. No entanto, há marcas de uma tentativa de conciliação entre a tradição e a modernidade, um aspeto que a presença de obras de autores mais antigos atesta, como Francisco Suarez, Luís de Molina e Frei Luís de Granada, figuras de relevo na cultura peninsular e que promoveram o triunfo da Contrarreforma na Península. Verificou-se a curiosidade relativamente a outros credos, conforme o prova a presença de duas Bíblias hebraicas, o interesse pelo galicanismo (tendo-se detetado a existência de 11 volumes, nos dois inventários), por línguas antigas (registe-se a presença de algumas gramáticas e obras dedicadas às línguas orientais), por ciência (a título de exemplo lembre-se as obras versadas em física e astronomia) e por filosofia natural (com as obras de Vandelli e Lineu, a título de exemplo). Todavia, pelo que apurámos (e anteriormente já registámos), o seu espólio livreiro, apesar de valioso, não era tão inédito como tínhamos inicialmente calculado, uma vez que detetámos que algumas das obras registadas nos inventários também constariam das livrarias do Real Colégio de São Pedro e, em alguns casos, do Colégio de Santa Rita.

Deste modo podemos ter um vislumbre do posicionamento do prelado relativamente ao “jogo de poderes” instalado na sua época, entre a Igreja e o Estado, mas parece-nos que, mesmo servindo a Igreja, D. Francisco de Lemos era, dedicadamente, um grande servidor do Estado, que zelava pelo cumprimento da observância católica (como referimos anteriormente, demarcando-se por uma posição favorável à apologética), mas que procurava aliar tal função ao superior interesse do Estado, auxiliando no processo de instrumentalização da igreja portuguesa ao serviço da Coroa. Algo que, como já se refletiu, o facto de o próprio D. Francisco de Lemos ter sido indigitado pelo ministro de D. José, para o lugar de reitor da Universidade de Coimbra e ter-se dedicado, por inteiro, à elaboração e implementação da reforma pombalina de 1772 já é mais do que prova desta faceta da política pombalina.

Sobre a imagem que os contemporâneos de D. Francisco de Lemos deixaram materializada na correspondência que lhe endereçaram, pudemos apurar que, sem

margem para dúvida o prelado era uma figura muito reputada, quer no seu ciclo familiar, como no de relações clientelares que construiu na sequência do desempenho dos seus cargos públicos, digamos. Na maior parte dos testemunhos a que tivemos acesso, muitos provindos de familiares do mitrado (motivados pela concessão de favores e proteção que o prelado pudesse conceder), a imagem traçada era bastante elogiosa, de um homem bondoso, culto, reputado, amigo, misericordioso, fiel, zeloso, responsável e dedicado (tanto à diocese, como à Universidade). Como único testemunho marcadamente, negativo sobre o prelado temos as missivas de António Ribeiro dos Santos que, se num primeiro momento mantém uma relação cordial com D. Francisco de Lemos, mais adiante parte para o insulto, chegando até a apelidar o prelado de déspota, como referimos.

Através destas missivas pudemos perceber, igualmente, os vários contactos e redes criados pelo prelado, não só no meio clerical – refira-se Fr. Joaquim de Santa Clara, o Monsenhor Freixo de Miranda e o bispo do Rio de Janeiro -, mas também no meio universitário, como José Monteiro da Rocha, e da justiça, com José Acúrcio das Neves. Não esqueçamos a riqueza que reside no núcleo de cartas que, também aqui, foram alvo da nossa atenção, redigidas pela pena de João Pereira Ramos que, não só nos deram conta da relação fraterna e extremamente afetuoso e dedicada entre os irmãos, como também nos permitiram concluir o real papel e influência que Pereira Ramos exercia e teve na vida e percurso profissional de D. Francisco de Lemos.

Para terminar, gostaríamos apenas de dizer que, estando cientes de que o presente estudo não está isento de erros e que não põe termo a esta questão tão delicada que é a de tentar construir uma história do livro, da leitura e leitores, e das bibliotecas, esperamos ter, de alguma forma, contribuído para a subida de mais um degrau na infindável escada que é esta questão, sempre em aberto.

Documento 1 - Carta de José Monteiro da Rocha, vice-reitor da Universidade, datada de 1 de agosto de 1803, Coimbra (cópia da carta original, que inclui uma nota manuscrita autografada)

Ex.mo Rv.mo Snr. Hontem se fechou a Universidade com hú successo extraordinário de que vou dar conta a V. Ex.ca (?). Miguel de Souza Borges (?) natural do Maranhão Repre(?) de Leis levou hû R no Exame Privado e pedindo dia para tomar o Capello lhe assignei-o de hontem. Logo na oração breve, em que se pede o Capello, se demandou notavelmente repetindo por várias vezes as palavras (?) *littera condemnatoria negçetta iustitia, neglecta humanitate neglecta*. Na cerimónia dos abraços, quando chegou a Faculdade de Leis deu os de ilharga ... para nenhû deles, e sem a cortesia do (?). Enfim virado á acção de Graças disse: *Rertat Gratias agere Omnipotenti Deo, A Beatissimo Virgini (?) modo*; Audo em voz muito alta e descompassada apoiando principalmente sobre a última palavra, e acompanhando-a com gestos insultantes. Neste cazo imprevisto, e inopinado resolvi não sahir a acompanhá-lo com o Corpo da Universidade, mas mandei o conduzir pelo Secretario até fora da porta da sala, e proceco atras delle o Meirinho com os seus homens, para que em chegando a casa delle o levassem para a cadeia onde se acha. E V. Ex.^a me ordenará o que ulteriormente lhe parecer que convém para satisfação de tal delito. Que Deus guarde a V. Ex.ca muitos annos. Coimbra o 1º de Agosto de 1803. De V. Ex.ca muito fiel súbdito, e creado e obrigadíssimo. Joze Monteiro da Rocha.

Transcrição da nota manuscrita

PS.

Na comédia houve outra figura, de que não deixarão de fazer menção as cartas deste Correio. Montanha, que havia dias era vindo de Braga, e se tinha dado por doente, se aprimorou o exercício para dar aquelle Capello, e para fazer h~ua oração, que merece talvez menos desculpa que do Estudante. Disse: Que vinha alli para de novo valedicere; que estava cansado, e aborrecido, e sem forças e saúde para servir; que se seguião para

⁵²⁴ Os critérios que regeram a ordem de publicação das missivas foram os seguintes: principia-se pelas cartas que são alvo de análise – individualizada – na dissertação, concretamente dos documentos 1 a 6; seguidamente, publicam-se outras 8 missivas – por ordem cronológica – as quais também consultámos mas que, por constrangimentos de espaço e tempo, apenas pudemos transcrever e analisar de uma forma mais global, de forma a poder tornar mais completo, e fiel, o perfil de D. Francisco de Lemos, documentos 7 a 14.

baixo Lentes de maiores talentos; que o Il.mo Collégio de S. Paulo tinha dado h~ua seria de Primários (?), Seara, Pedroso, Carneiro, e podia continuar a dar outros iguais; que elle tinha pedido instantemente a sua demissão, e debaldes que tinha mais de 40 annos de Doutor, em pregador em Pereira muitas cadeiras (?) e virando-se para o graduando dá-lhe para por como se queria por hum *fortunae exemplum*, para se consolar.

He verdade, que sem reparar no que assim disse tão fora de lugar, e de propósito, foi o que mais se injuriou do tanto modo. Recambiou-lhe o prato de doce: mandou repartir a Propina pelos prazos da portagem: e fechou-se em casa, sem querer falar a ninguém. Assim dará mais alimento á melancolia, de que lhe receio as consequências.

Documento 2 - Carta de Frei Joaquim de Santa Clara, 13 de março de 1783, Colégio de S. Bento, Coimbra

Ex.mo R.mo Snr.

Como parte hoje para essa hum Correio da Secretaria, não devo demorar a resposta á estimabilíssima carta de V. Ex.ca, que hontem recebi. Fico advertido da honrosa incumbência, que V. Ex.ca. Se digna dar-me; e com a possível brevidade darei a devida satisfação de mim.

Há muito tempo, que conheço até onde chega a grandeza do coração de V. Ex.ca por experiência própria; nem posso duvidar da sua efficácia em favorecer-me; e igualmente estou persuadido do grande valor da sua protecção. Mas quem sabe, se a minha desgraça será maior, que todos estes motivos de esperança! Eu actualmente estou regendo a cadeira de Hebraico por impedimento do Proprietário, e ao mesmo tempo regendo no mesmo Colégio a Cadeira de História Eclesiástica por auzência do Leitor della; Sem necessidade alguma mandou o mês geral visitar os Mosteiros dessa Corte. Confesso, que não tenho forças para satisfazer dignamente estas duas occupaçoens; e que Sua Magestade me deve alívios ou de huma ou de outra. Muito menos forças tenho para sofrer as afrontas, que se me tem feito, e continuão a fazer neste Collegio; as distraçoens injuriosas com que me consta, que em (?) o meo proprio Geral a quem nunca offendi, e nessa Corte o mes (?), e hum companheiro meo, em paga dos serviços, que a ambos tendo feito, procuras (não sei, com que fim) denegrir a minha representação. No ses conceito, e não espressoens dos seos aliados, eu sou orgulhoso, por pedir humildemente me não obriguem a huma occupação incompatível com o bom desempenho de hum emprego publico; Sou membro corrupto da Congregação, por lhes parecer que o mes zelo pelo serviço da minha Soberana e do publico he má vontade de servir (como elles dizem) a

Religião; em fim na bocca delles sou tudo o que a sua paixão mês-dicta a mes respeito. Ainda não parão aqui; os dias passados fui publicamente insultado diante dos mais Mestres, dos collegiais, e até dos mesmos tamulos [sic]. Soffri, como devia, e soffri callado; mas a minha paciência já está cançada; e não me ralo com forças de sustentar novos ataques. Se Sua Magestade não deferir ás minhas súplicas, chegarão aos últimos excessos; porque só as esperanças que elles tem, de que não serei atendido, os tem animado a descomporem-me em particular, e em publico. Peço pois a V. Ex.ca, que me não desampare. Não permita, que eu seja victima da injustiça. Eu não sei, que informação dará o mes Geral; mas tenho graves fundamentos para receios, que elle responda ao Secretario de Estado com tão pouca sinceridade, como a de que sempre até agora tem uzado comigo. Tão bem tenho fundamentos; que algumas notícias vindas já dessa Corte me confirmão, para suspeitar que o Geral mandou, contra todo o costume, o mes proprio Abade e hum dos Reitores deste Collégio com o pretexto de visitantes, a fim de me malquistarem com os Ministros de Estado, com o Confessor, e com El Rey. Será tal a minha desgraça, que os deixem falar sem eu ser ouvido; quando o mes justo requerimento tem sido tantas vezes informado?

Hontem pelas 6. horas da manhã falleceo a Ex.ma Snr.^a D. Violante de Mello e Castro, deixando a todos a consolação de huma morte precioza. Eu assisti-lhe sempre, até perder inteiramente, os sentidos; mas não o juízo que conservou até o último alento. Foi enterrada hontem á noite na igreja de S. Jozé dos Mariano. Fez-se-lhe hum enterro, como pedia a qualidade da sua Pessoa.

Lancei-me V. Ex.ca à (?) os meus sinceros sentimentos. (?) a V. Ex.ca (?) Coimbra Collégio de S. Bento. 13 de Março de 1783.

De V. Ex.ca

(?)

Frei Joaquim de Santa Clara.

Documento 3 - Carta de Frei Joaquim de Santa Clara, s.d., s.l.

Ill.mo Snr.

Agora me entregão a incluza para eu ver da parte de V. Ex.ca. Procurei nos meus assentos o nome do sujeito, que V. Ex.ca honra com a sua Protecção; e acho, que entre os papéis, que me forão mandados da Secretaria da Junta em 27 de Julho, vierão os Auttos do Ex. e deste Recomendado. Heis aqui o meu assento:;,Ignacio Manoel Gonçalves, natural da América, domiciliário em Braga, cazado, de idade de 45 anos, único

concorrente á Escola de S. Vicente do Penso⁵²⁵. _____ Forma de Letra, ortografia e pontuação Sufficiente; contas certas. Calificações: em Decretais/Decretos bom por todos; nos outros artigos ou bom, ou sufficiente, e só (em forma de Letra) hum de medíocre. _____ Propriedade (?), Este segredo só posso licitamente revelá-llo ao meu Prelado, e Prelado tão honrado, como V. Ex.ca. Não sei, que falta de formalidade se descobrio nos Autos do Expediente, que a Junta julgou, que devia mandar informar o Provedor de Guimarães. Esta informação não chegou, ainda; Logo que chegue será despachado o afilhado de V. Ex.ca; e eu terei o cuidado de dar parte a V. Ex.ca do Despacho da Junta.

Aproveito-me desta occazião para renovar os meus sinceros desejos, de que V. Ex.ca nessa mais sádia e socegada atmosphéra, que presentemente respira, consiga o inteiro restabelecimento da sua precioza saúde, que tanto nos importa, e eu de todo o coração lhe apeteço; pois sou bem de veras.

Hospicio de S. Bento,
em Domingo 6 do corrente

De V. S^a.

Súbdito, criado, e tanto obrigadíssimo
Frei Joaquim de Santa Clara

Documentação anexa à carta

Anexo 1

P.37

(c.1828)

7⁵²⁶

Direito que tinha o Arcebispo do (?) pecado(?), que se prova por Documentos.

Em 21 de Dezembro de 1814, dia em que o ... de Coimbra para Lisboa; Levava –
lhe 2:252,,800 (Recibo de S. Maria d’ Almada/Almedina)

Tinha no (?) em Lisboa na mão do Padre

Boticario, que o recebera de Pedro José da Santa (?) – 3:840,,000

Recebeo da Universidade nos 2 anos de 1815, e 1816 na forma _____ 1:
560,,000

((?) da Contadoria)

⁵²⁵ Pensamos referir-se à localidade de Penso, pertencente a Braga.

⁵²⁶ Anotações arquivísticas.

Recebeo da mão do Padre Frei José de Santa Maria celeireiro do Colégio (?)

_____ 253,,93

(conta de José/Santa Maria d'Almada/Almedina)

Há-de receber do Ordennado da Meza Censoria, que se lhe ficou devendo; 3 anos a 300 reis que são 1815, 16 e 1817 _____ forma _____ 900,,000

_____ 8:806,,730

Anexo 2

P.37

(c.1823)

6

Conta do que ficou devendo Reverendissimo Padre Ill.mo Dom Frei Joaquim de Santa Clara

Em 31 de Agosto de 1811 (?) entregar ao Fízico Mor Doze contos de huam propina _____ 1200

Em 13 de Agosto de 1811 mandou entregar a Joaquim Pedro Fragozo _____ 15000

Hum livro – Ernesto ... _____ 0800

De outro Poema gama _____ 0500

De outra Tragedia de Seneca _____ 0300

De outro Elogio a Universidade por Joze Augusto _____ 0540

Do seguro deste livro e de outros encomendas/encomendados _____ 0860

_____ 19200

Neste rol não falo no Ex.mo Arcebispo de Evora porque elle depois de (?) só teve contas com Joaquim Pedro Quentelha/Quentella

Fr. Joze Joaquim da Companhia de Jesus

Pedio-se-me obra devida; (?) que enquanto se não decidisse quem devia (?) do Arcebispo; que nem paga (?) nem de (?) pagar.

D. Arcebispo

O boticário de S. Bento da Saúde me avizou que existia la húa banheira, que ainda não servio, e que tinha custado ao Reverendissimo Santa Clara 28,,800. Mandeí lhe dizer que se houvesse quem/que por ella desse o custo; podia vender-se, servir a dita para pagamento das dividas⁵²⁷.

⁵²⁷ Trecho redigido na lateral esquerda da folha na vertical, de cima para baixo.

Anexo 3

P.37

(c.1823)

5

Visto estas autos. Cedo o/a Reverendíssimo A. Dom Abbade do Collégio de S. Bento da cidade de Coimbra no seu (?) (?) Mitra deste Arcebispado a conta de des contos e seiscentos mil reis que tanto (?) Reverendíssimo A. julga em (?) do Ex.mo e Reverendíssimo D. Frei Joaquim de Santa Clara monge Beneditino e residente naquele Collegio até ao tempo que foi eleito Arcebispo desta cidade⁵²⁸. Pede mais o R.mo A. que à Ex.ma Mitra seja condenada a entregar-lhe todas as alfaias do Espolio com o fundamento de que não podendo aquelle Prelado falecido (?) foi Monge fara coisa alguma sua própria devem todas as aquisições feitos por elle até aquelle tempo ceder em beneficio comum e geral daquelle Collégio, e por isso aquelle espolio deva ser restituído pela Ex.ma Mitra deste Arcebispado aquelle Collégio aonde aquelle Prelado foi residente. (?) a R. com a matéria da sua contrariedade allegando que (?) pressupostos des contos e tantos mil reis não forão applicados para se pagarem despesas que esta Mitra tivesse obrigação de satisfazer, e nega que no espolio (?) essas peças d'ouro (?) no Livro : E em reconvenção requer que a Livraria que foi do falecido Ex.mo R.mo Santa Clara seja restituída pelo R.mo A. ao R. pelas muitas despesas extraordinárias que nesta (?) (?) (?) do falecido Prelado. Por hum de dous princípios o R. ser absolvido do pedido pelo A., ou porque esta absoluta (?) não provou a sua intenção, ou porque o R. contrariando as (?) (?) do A. de tal modo a provar ilibar (?) (?) do A. (?) debaixo destes princípios nos posso (?) o exame das provas do A. quer aos artigos do livro. Mostrou-se dos autos (?) (?) A. offereceo o seu livro. Mostra (?)

Documento 4 - Carta de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, irmão de D. Francisco de Lemos, 27 de maio de 1778, Rio de Janeiro

Mano do meu corasam. Sinco cartas veras tenho recebido, e todas me tem cauzado muyto gosto pela certeza, que me dam da vossa saúde, e teres vencido as infinitas calunias, que os envejzos malévolos arguiram contra vos, que chegaram por ca, o que na verdade me traria bem cuidadoso, grasas ao Senhor que tudo se tornou em nada, que fostes restituído com ónrra a universidade; que muyto estimei a virgem santíssima me

⁵²⁸Arcebispo da cidade de Évora (1814-1818). Ficando o leitor informado da proveniência da correspondência.

queira sempre continuar este gosto para com ele aliviar os continuados desgostos que recebo: Espero sem novidade na saúde, e pronto para tudo, o que for de vos dar gosto.

Tenho lido com muyta atensam as vossas cartas; todas as estimei como vossas prendas, e tam longe estou (?) aborrece-las, que vos peso me continueis sempre este beneficio para conselasam deste irmão inútil aos mais, se (?) alcanço das cartas, que continuamente recebo de (?) mano; eu meu mano nam posso fazer mais, do que tenho feito, isto é patente a toda esta capitania sem que para haver uma única pessoa, que diga o contrario, nam sendo daquelas que vos arguiram: desde que sahi dessa terra ate o presente, sem perda de tempo, tenho trabalhado a beneficio da caza, como ninguém nesta terra o tem feito, o que nam e necessário, que eu o diga, eu cheguei em tempo de nosso pay, estive com nosso mano, e estou governando só: quando cheguei achei nossa caza em miserável estado, nosso pay m'entregou (?) o que nam vinha feito a nosso mano; entrei a trabalhar de forma que ele dizia a todos, que eu é que avia ter mam na caza e fazia em mim grande confidencia, de sorte que tudo me comunicava e tudo remetia a mim, descansando sobre mim (?) dos seus cuidados, de serto que marchou para esta cidade e nam s'embarasou mais com governo desta (?), e logo na safra, que fiz arrumou tudo sem moles(?); que visava ao menos mais meia dúzia d'an (?) que morreria sem empenho, e nam devendo perto de (?) mil cruzados com todo o seu governo, e grandeza d'esta Escravatura: no tempo que governei com noso mano, quem trabalhava era eu, e quem dispunha dos rendimentos era ele que eu nem d'uma pataca queria dispor do noso tempo se trabalhou muyto a mim se deve, se deve ao mano, se mal ao mesmo; neste tempo ouveram bons presos no azúcar, cobrassem-se muytas dividas, vendeu-se muyto gado, que avia amontado que pela uma incansável deligencia se (?) dos matos contudo nam se pagou a ninguém, prendeu a caza todo o credito que faz (?), e penhorada e por morte de noso mano ficou d'empenho perto de oitenta mill cruzados: no meu A. (?) estiveram (?) na maior decadencia, que so neste anno é que tam/tem chegado a bom preso, óu seram dous annos da perca grandissima causada pela seca de sorte que ouveram engenhos que nem moeram, tivemos por cauza de grandes enchentes o prejuízo de nos morrer a metade do gado: com tudo tenho satisfeito a infinitas, dividas tenho pago aquelas terras, gastei com noso mano semente sinco – mil cruzados, matti 18/6 com cravos, tenho fabricado do necessário. As fazendas gasto grandissimo cabedal nas vergonhozas demandas do famoso (?), e célebre (?) que nos tem tomado a sua conta, e nunca noso mano quis a acodir a isto, nam tenho contrahido para a caza a menima divida, com tudo namo sou condenado: que fruto tenho tirado de tanto trabalho? Que (?) eu que vos diga (?) sempre sido por nosso

mano acuzado! Que por mais que tenha tido testemunhas deveza que deponham a meu favor, nunca tive sentença a meu favor, nem espero ter pelo que para ele dou a causa por provada, isto vos repito estas cousas, porque me fallais na mesma matéria sem teres noticia, do que tem avido entre nos: mano parece que tenho motivo de queixar-me do mau termo, com que nosso mano por todos os caminhos tempos tem mostrado, que sempre me aborreceu, e olhou como (?) da caça, que seria da caça senão vivesse nela (?) parte, s'está decadente na falta somente d'escravos, (?) inteiramente a cabocla, como tem sucedido a outras (?) que proveito tem tido a caça da vossa grande (?) e do mano, não vejo, e se cuidam o contrario, como vejo, do que me dizeis vos tem enganados; porque nossa terra mais respeitamos e servem a um creado d'um governador d(?) o que a um grande da corte: sem a grandeza dos manos d'a caça fosse só minha s'avia de pelo bom conceito, e credito, que devo a todos, dizei-me mano que beneficio tenho eu recebido, ou que utilidade se tenha procurado para mim, não vejo não tenho noticia se tratasse, e assim não entendo que mais seja d'escando livrar-me, valha-me Deus; não a passa mais ou menos com bom agrado: não mereço (?) uma consolação, ao menos não ocaziam, que de mim se pretenda conseguir algum proveito, com que esforço eide contar a por em pratica as vossas indicações, e do mano, vendo que penderei inteiramente o tempo, tanto que não corresponder com os efeitos (?) dos manos, pois já sou ameaçado. Quero esquecer-me de todas ingratos e ofensas que tenho recebido fazendo este sacrificio aos manos pela honra espirito com que sempre cuidei não administrasam da caça, quero dar ao publico este último testemunho de minha honra, esperando o premio que se me promete sem o mínimo temor; pois sempre andei por caminhos direitos, nada temo, do que se arguir contra mim, quanto mais era ofendido mais me (?) a trabalhar, querendo recompensar com beneficios (?), e quem sempre ali me tem ajudado (?) não obrara agora com o mesmo esforço, quando é convidado por um mano, a quem tanto ama, estou prontíssimo para dar principio ao novo sistema de trabalhar mandando praticar na forma possível, o que couber no possível: este novo sistema que vos me propondeis tão longe está de me desagradar que o mais três annos, que ando botando as lenhas, desde a muytos a conhecer o que pensa (?), cuja tinha mandado a três annos enviar a um rapaz a trabalhar na fabrica do (?), cuja andas (?) fazendo as plantas de café, e d'algodão como também d'amor, mas tudo isto não passava a dar proveito porque desejava ver se podia cuidar nisto sem terras da pouca gente que avia nas fazendas; porque os continuados/dor a(?) qual (?) não me concediam licença amada, andava esperando ocaziam oportuna, esta não me chegava, e a (?) contava três annos de pensam em proveito, quantos cla(?) não fazia de ver o pouco,

que fazia, quando podia fazer a casa dobrado rendimento man so nas novas plantasoens como nas antigas: principio nas antigas: se fazemos dez mil cruzados podíamos fazer 15, e so avendo gente para o trabalho; nos engenhos deminuindo os lavradores a propoosam, que crecese a gente crescia o rendimento com grande proveito voso [sic]; porque a muyto que tenho alcançado serem os lavradores prejudiciais aos senhores d'engenhos: porque passa um senhor d'engenho moer com tarefas de cana gasta para sima de seis mezes, sendo a cana de lavradores, pertence ao senhor d'engenho 50, ade moer esta quantidade pela de cana principiando nos fins de Maio, quando nam rende se nam a mera forma ou pouco mais por cana, e (?) passar (?) Novembro quando as canas nam fazem boa obra por degeneradas, da sorte que tendo o senhor d'engenho somente (?) tarefas vem a fazer mais conveniência do que nas caza [sic] dos lavradores: porque as moe no tempo de rendimento, que principia em 15 de Julho, e finda a 15 d'otubro: nam perde o serviso da gente, nam mata os seus boys e gasta os seus cobres (?) Tenho pensado tanto sobre isto, que no meu novo engenho pus tudo em pratica, e fiz ainda mais que foi armar dois engenhos juntos, como o noso de cobre/cabra para/pasa poder moer toda a cana no tempo do rendimento fazendo (?) os engenhos no mesmo tempo, nam faço ainda nada porque tenho pouca força; mas como nam deixo vou andando devagar conforme vou fazendo, ate que posa completar o numero d'escravatura de que necessita um engenho, que nam tem lavradores: pois pertendo por dous partidos com certo numero d'escravos, que nam fasam outra couza, que plantar cana: dira o mano como nam fazeis o mesmo nos nosos engenhos: respondo; porque desde que trabalho sempre tenho estado com as mãos amarradas e a corda no pescoso, o que (?) vise que pode fazer senam chorar, perecer, e morrer. Muyto tenho feito mano em conservar (?) estado, em que estava os nosos engenhos: porque tendo grande falta que tem d'escravos, nam cuidou que se faz muyto menos, que no tempo que aviam muytos esa conta, que la foy parar nam estava nam estava nos termos dela ir tinha mandado tirar para ajuntar as mais, e quando procurei por ela ja Luiz Moreira a tinha remetido; rendem mais as fazendas, nam estan no numero das perdidas; nam Podem render o que se necessita por iso logo é o administrador culpado, tomará mano poder fazer milagres agradar a noso mano; mas como nam sou santo sempre eide ser mao administrador; exqueciame falar sobre as agravantes: estao se fabricando da mesma forma que se fabricavão; neste anno fiz 64 pipas: A fazenda dos Pantanaís nam esta perdida antes esta com mais beneficio; porque já nelas se conserva o gado no tempo das enchentes sem vir para Marapicu está bem bonita, e mais estaria se tivese gente bastante para fazer nela as obras que necessita (?) eu tenho alcançado com a minha

meditasam e experiencia: do mano a Fazenda que nam rende tem feito grandisima despeza é Itauna esta fazenda tem gasto mais do seu valor, e gastará, ate nos tem tirado o credito, eu bem tenho clamado noso mano sobre ela sempre se fez surdo, agora é que mandou a procurasam cuidarei em por tudo corrente para ir para la. Tenho fálado sobre as fazendas agora quero falar sobre a nova plantasam dos quatro generos que julgas mais uteis e que com facilidade se podem plantar, ... logo aproveito Proveito que sam, ... Arroz, Café e Algodam e (?) é generoso mais fácil, e rendoso de todos, dá excelentemente neste paiz, e se corta três, e quatro vezes n'anno; eu estou já cercando um campo, a que no voso tempo era o partido do Cabenda para ser nele principio a plantasam, e fazer ao pé da Cabenda a fabrica asim ouvese gente que tudo poria em praxe com muyta facilidade, e da mesma forma estabeleceria a plantasam dos mais géneros; porque grasas ao Senhor que temos muyta terra, e excelente para s'estabelecer quanta plantasam, e fabrica se posa crear se vos dicer mano que sinto dificuldade somente n'escravatura nam duvideis, e como sempre falei avendo nam quero que cuideis que logo que fiquei determinado a por em execusam as vosas insinuacons que entramos a colher grandes frutos, hei de mano fazer a deligencia De os acb(?) .

Estou prontíssimo para tomar de baixo da minha inspesam Lavoura, que me dizeis quereis mandar das principio; pelo que determinais os meios que tendes meditado; que para execusam tendes a minha vontade muyto pronta, nam falta (?) lugar para o estabelecimento de tudo quanto quezeres Conheso mano, que todo este voso esforso, todo este trabalho esta para remediar as urgentes necessidades, que se padece muyto expecialmente noso mano, eu também mano ainda que esteja de longe conheso o mesmo; pois já vevi com noso mano, já estive annos nessa terra e sei, o que nela se gasta; mas meu mano, que demonstrasam podia eu dar que se conhecese n'estado em que entrei na caza só, tudo estava conspirado contra (?) as citasoens eram continuas penhoras infinitas, credito nenhum tinha a caza, que nem queriam fiar para da ir so a, isto prezenceou noso mano Clemente, que nese mesmo tempo chegou a esta terra, tudo acomodei, nam desmanchei (?) alguma tenho comtudo ajudado a meo mano, no que tem sido possivel nam como eu dezejo, pois isto só o meu corasam o poderia dizer, quantas e quantas vezes fico agra(?)disimo de ver, que tendo trabalhado tanto com (?) de tirar ao mano de tanta amotinasam nam te tinha podido conceguir couza que me consolasam por cauza das cauzas asima referidas, que s'as nam ouvese certamente tudo correria de sorte que eu fose tido por bom ir Irmão porque mandaria tudo para la tirando somente, o que fose preciso para salários; porque o mais que pertencese a fábrica veria dela com mais conveniência,

e melhoria; como nam pode ser asim tudo (?) sobre Inacio de tudo e Inacio tem culpa, quando o pobre Inacio fazendo se (?) nam tem a mínima culpa, e merecia ser (?) seos manos tido por rede(?) da caza; isto mano vos digo com sinceridade d'irmão, (?) porque (?) recompensasam; pois sempre conheci, que o premio avia ser, o que recebo de noso mano; porem o desculpo amado mano reparando, que tudo (?) da sua necessidade; e continuada (?) isto é tam certo mano, que quando sou ofendido de mano asim me quero (?), queixar (?) logo viso, tudo obriga ao mano a sua necessidade; e vou continuando a fazer o que devo a minha ónrra; provera a Deos, que estivese a fortuna de comunicar aos manos pessoalmente: ou que os manos aparecesem por algum tempo na sua caza, noso mano Joao fala (?): que fortuna seria esta para mim, que mereceria eu com tal vezita, nam queria outro premio para consolasam dos grandes trabalhos, que tenho tido; mas esa Fortuna nam é para mim, como nam mudaria logo noso mano o conceito, que faz de mim vendo com seos olhos o contrario, do que tinha no seu corasam, ouvindo de todos falar a meu favor, pois em mim s'acha, o que vos es mano nam emaginam nem se poderam capacitar, e asim era excuzado falar eu nese ponto; varia antam o mano, que eu para os mais tenho empregado todo o meu cuidado tenho consumido a minha saúde; se para o meu estabelecimento fizera (?) fazia mais do que o comum da gente e fazem, mas crede mano, que o meu interese particular é a ultima coiza em que cuido: para que posais inferir o que vos digo, fazei relasam no que vos digo: eu asisto em Marapicu tenho: a mi (?) a fazenda distante huma legoa; na semana, quando nao tenho negocio preciso em Marapicu (?) do serviso de (?) como da caza, faso úma, ou duas vezitas partindo de caza despois de ter tudo disposto, (?) nu/e mesmo dia, desta sorte mano vede como erradamente me dizeis falando comigo só; que eu mais cuido no meu do que no comum, só podem dizer isto algum malévolo, eu meu mano do meu nam tenho cuidado algum; porque caminho devagar, e conforme vou Lucrando vou amontando a minha propriedade, tendo o cuidado de nam dever a ninguém para ser Senhor da minha pobreza, (?) aumentá-la asim mano tenho tudo meu aumento, nam é porque tenha posto toda, ou a maior parte do meu desvelo em o conseguir, os que as tem comigo o sabem e asim não mereso tao mao conceito: eu meu mano tenho nesta parte o meu para vender, sou tam melindrouzo, que nunca me utilizei do (?) da caza para a levantar o meu, foy caminhando muito devagar principiando com dinheiro emprestado, e da minha pobreza tenho ajudado a caza com gente, e dinheiro como é pretexto a muyta gente, e dos (?) se podem ver quantas coisas minhas tem sahido para emanasam dos vistorases da caza, e Luiz Moreira e Mello Leite podem dizer quanto tem dependendo de minha pobreza para caza, nam sou mano como os manos supoem

tenho um corasam muyto grande, uma consciencia (?) inteira, nam quero ser grande, nam quero riquezas com embarasos de consciencia, a falta d'onrra, quereis mano, que vos fale a verdade, o maior desgosto que tenho é nam acreditarem os manos, que (?) a os negócios de caza com a onrra, (?) que os trato velando de dia, e de noite (?) deles, tempo (?), que chorem em falta: nam cuideis mano, que vos quero Persuadir esta verdade; porque/m tema, que noso mano nam execute, o que m'ameasa, tam longe estou disto, que receberia por premio dos meus trabalhos; pois sahirá d'Inferno para Paraizo, que descanso; que (?); que proveito! nam receberia neste beneficio, que aumento nam (?) as minhas propriedades e nam poso explicar: temeria se nam fosse tam potente a toda esta Capitania a onrra com que todo me tinha empregado em utilidade dos manos, mas constando esta verdade, conheceria e publica a paga que tinha tirado e iria eu como penitente d'onrra gozar da gloria do meu Paraizo.

Com gosto espero Naturalista que me direis ficava a partir em Marso, para ser de mim bem recebido, bastava ser enviado voso, quanto mais sendo sugeito de tanto merecimento, com abrasos abertos o estou esperando. Também estou esperando o modelo de descacar arroz para ver se tem diferenca do que ja á neste paiz para o mandar executar logo sem a mínima demora, e cuidar na plantasam d'arroz Dezejo, que me mandeis o Dictionario do Comercio: nam tenho o Padre Labbat procurei para o trazer, e nam achei e assim nam poso ler os capítulos, que me mandeis.

O portador desta é noso sobrinho Vasco de (?)lhena Coutinho de Melo, tem sido demorada a sua ida por cauza d'infeliz, e vergonhosa guerra, ele é rapaz d'esperansas Deos o tome á sua conta, que nos dará gosto, com ele vam três rapazes, dous são nosos sobrinhos filhos de Coronel Luiz Joze Pinto Coelho irmão de noso primo Joam Manoel, o terceiro é enteado (?) Coronel vam ceguir os estados.

Mano como sabeis que estou farto Mesmo de Campo quero vos pedir tomeis a vosa conta Lembrar ao mano para procurar a minha patente que o Marquez Vice Rey não mandou ca pasar por nam querer nada com o Conde de Cunha deu parte a Magestade dizendo, que me tinha provido (?) de Campo na conformidade das ordens, que tinha recebido de Sua Magestade, e dezia ao mesmo tempo as causas, porque me tinha nomeado, esta parte já dou [sic] por duas vias, e me dice que avizase isto mesmo aos manos (?) tomam, que viesse com brevidade para apanhar a (?) ; pois quem, que me pase as emformasoens, que as de (?), para vos remeter para requerer a sua Magestade o Foro merce que espero conseguir querendo o mano somar a sua conta: Eu servi de Capitam da cavalaria auxiliar para sima de 14 annos creando a companhia a qual a governei sempre

bem: passei em te(?) de 77 a Marechal de Campo em tempo de guerra, que serviam as ordens, a Cadi a úm rebate comandando ao meu (?)sso, acho pa auxiliar de Minas, duas companhias de cavalaria auxiliar da terra, sinco d'ordenansas, Índios d'Itaguay e a escravatura do destricto, e levei também para cima de 50 pessoas da nosa caza, que tinha oferecido ao Marquez Vice Rey logo que se declararam as pr(?) tudo comandeí e dispuz com grande aceitasam do Marquez, e/a ele todos, a a mesma conservo este ate o prezente.

A minha pertençam sobre o meu estado nam teve efeitoo; porque conheci no sugeito ideas diferentes, nam quis manifestar as minhas: este sugeito presume muyto de si, e procurou segundo me dice Ayres Pinto e D. Joam Correa Tenente Coronel de Regimento do Porto, isto ainda nam esta publico, e agora s'ade romper: porque o (?) Tenente Coronel esta, amizade para se (?) com regimento para sua (?); eu tenho estado sempre com muyta (?), que nunca falei na (?); (?) é que fazia o negocio julgando ser melhor acerto e da mesma forma tenho noticia, que descorria o Marquez: isto será negocio inteiramente desuadido, do que dei parte a nosso mano, e espero reposta; porque vos emendo o tempo de (?) ter que temos nam á muyto aonde excolher, do que me sam parentes pelhor: mas conformando-me com (?) da tem acho entre os parentes: a caza de Miguel Rangel e Joam Mon(?), em ambos á bastantes Senhoras: porem a de Joam Moniz esta muyto arruinada; e com falhas bem dezacreditadas, esote senhoras, que tudo traram a perdoram para quem fizer na caza aliança; a de Miguel Rangel se conserva da forma, que se conservam os mais parentes, veremos, o que o mano João d(?) pom, cazo quem (?) reprender-me alias cuidarei eu mesmo em determinar-me.

Muyto tenho estimado a notícia do bom despacho, que conseguiu noso mano para profesarem as nosas freiras do Desterro, o qual ainda ca nam chegou. Assim consiga o Mano o beneficio para noso primo; porque do contrário ficamos todos muyto mal, o Marquez ainda sábadó falou me falou pondo a culpa em noso mano, que na verdade a tem tido.

Vam na Nau que para a Bahia Joze de Seabra, e Joze Mascarenhas, com que gosto nam iram, o Mascarenhas me dou ainda hoje úm abraço, Seabra nam quis nada de Rio, procurou a Bahia, Deos os ajude. Estimarei que o Bispo de Coimbra esteja amigo do mano, e que de a congrua, que lhe deve dar o porque d'outra sorte custava muyto ao mano conservar se com as despezas, que tinha terra. Vay satisfeita a letra, que noso mano passou sobre a caza e que trecentos milreis para asistencia das manas, e sempre ade ser comdenado: isto por ca esta muyto aruinado com as perturbasoens d'infeliz guerra, os senhores s'ocupavão em obrigasoens de servuo do Rey os escravos em faxinas e (?)

focasoens tudo (?), Deos nos conserve em pas para recuperarmos o perdido. Nosa maen esta nesta terra mantando saudades de três annos, casim que embarcar Vasco iremos para Marapicu; ja tem muyto exquecimento, mas esta forte na vista e para com saúde.

As saudades desta terra la chegaram, que eu sou pouco amigo de dalas: elas nam faltam, o que sei é que se cuida em sentenciar os delinquentes d'infeliz entrega des Cath(?): Deos ajude a todos, e livre da vontade do povo: consta nam terem os Casteh(?) entregue a (?) Ilha, e a noso Governador desembarcou na terra firme, aseguração estas a vila toda de (?) as cazas sem portas, janelas, e sualhos; as arvores frutíferas e (?)tas ; as melhores posas tirades finalmente toda destruída: muyto vergonhosa foy para nos esta guerra ao mesmo tempo, que podíamos ficar bem: eu ainda desconfio desta tragedia, e desconfiarei emquanto nam vir entregue (?) Catherina, se tivesse voto tomava entrega de toda a sorte que ma quizesem entregar; porque nam suceda o que sucedeu no Rio Grande movendo-se para isso alguma duvida na devizam: Deos nos de para disponde mano deste irmão para tudo, o que for de vos dar gosto. Agrasa de se por este santo nos ajuda ... Rio de Janeiro de Maio 27 em 1778. Irmão o mais amante Inacio (?)

tem entrado duas embarcassoens dessa Corte sem eu receber a minha casta/carta dos manos.

Amado irmão depois de vos ter excrito, a dar as ultimas noticias a bem desconsolado; tive a (?) de procurar (?) de ((?) de/o frio para receber as vossas noticias, e do mano (?) estimei as noticias, que me comunicou (?) Vigário a respeito dos/as manos/as, e com especialmente a vosso respeito, Deus ajude aos manos, e de as felicidades, que, eu dezejo: o vigário me participou que fazia o modelo, que o mano me tinha avizado me queria mandar ainda nem tive o gosto de velo, que será breve, e na primeira ocaziam direi sobre ele o que entender poiz logo cuidarei eu polo em pratica para ver os efeitos: a e Deus mano (?) 20 de Maio de (?)

(?)

Inacio (?)

Documento 5 - Carta de Monsenhor Freixo de Miranda (João Pedro Freixo de Miranda), 28 de Outubro de 1820, Lisboa⁵²⁹

Tenho a honra de hir á presença de V. Ex.ca com os mais sinceros desejos de que V. Ex.a poss~ua huma próspera saúde.

He occazião de eu lembrar a V. Ex.a a situação de meu sobrinho e creado de V. Ex.a João Gonçalo de Miranda Pelejão; pois me consta que há outro Dr. Mathematico mais moderno, que pertende habilitar-se, e tomada a antiguidade a meu Sobrinho elle ficaria nas mais tristes circumstancias, perdido todo o seu tempo, e despezas, perdido o serviço constante e assíduo de 3 annos, e em huma Faculdade, que nenhuma outra sahida oferece. Espero que V. Ex.a pela Sua Bondade, e pelo favor que me faz queira olhar para elle, e para as suas circumstancias, com os olhos de Sua natural Beneficência, e daquele favor e amizade com que V. Ex.a me honra, e distingue. Elle está prompto para continuar em todo e qualquer trabalho, e até mesmo dezeja ser empregado. Eu, e elle temos sempre estado esperançados nas promessas de V. Ex.a bem certos de que a Poderosa Eficaz Protecção de V. Ex.a he sobeja para melhorar a sua sorte, e vencer quaisquer obstáculos que possão oppor-se á equidade e favor que V. Ex.a nos tem promettido. Eu novamente, e com reiterados protestos, me offerêço aqui para tudo o que V. Ex.a queira de minha Pessoa, e meus officios. Deus guarde a Respeitável Pessoa de V. Ex.a por muitos annos.

Lisboa 28 de Outubro de 1820.

De V. Ex.a

Ill.mo Ex.mo Snr. Bispo Conde

Reformador Reitor da Universidade de Coimbra

Muito Particular Reverente Afecto Venerador e obrigadíssimo Capelão

Monsenhor Freixo de Miranda

Documento 6 - Carta de José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, Bispo do Rio de Janeiro, 17 de julho de 1778, Rio de Janeiro

Meu amigo, e Senhor da minha maior veneração, e respeito. Pelas embarcaçoens que aportaraõ a esta Cidade em os princípios do presente anno tive a consolação de receber as Letras, que V. Ex.a se dignou dirigir-me em 16 de Setembro do anno próximo a favor de Agostinho Correa da Silva, e de seo Irmão Antonio Thomas de Aquino, em ordem a serem admittidos a ordens, e a expedir-se-lhe suas diligencias com brevidade.

⁵²⁹ Informação registada pelo AUC: “pede a D. Francisco de Lemos a intervenção na progressão da carreira profissional do seu sobrinho, João Gonçalo de Miranda Pelejão”.

Eu não posso deixar de confiar da amizade, e benevolência de V. Ex.a daja de fazer-me a justiça de persuadir-se da minha fiel obediência, e que não perderia occasião oportuna de lhes fazer ver a efficácia da protecção de V. Ex.a, quando em todo o tempo respeito as suas vozes como preceitos.

O Agostinho naturalmente terá já beijado a mão a V. Ex.a pela sua Ddemissória, que em Abril lhe ficou prompta de todo: e o outro poderia estar já de Ordens Sacras, se tivesse os annos competentes; mas como se acha ainda em menor idade, apenas pode receber as menores; e a todo o tempo que estiver dabil da de ser attendido como afilhado de V. Ex.a.

Nesta occasião passa a seguir os estudos maiores nesta Universidade Antonio Telles Barreto, que alem do muito que merece por seo Pay o Noso Francisco Telles Barreto de Menezes, por suas applicaçoes, e bons costumes confio se fará digno da protecção de V. Ex.a . E por estes mesmos princípios me julgo na necessidade se suplicar a V. Ex.a muito particularmente a sua benevolência nas occasioens oportunas de o proteger, alem daquellas circumstancias que ocorrem para elle merecer a attenção de V. Ex.a.

E esta mesma occasião faz indispensável manifestar a V. Ex.a o grande sentimento que me tem cauzado algumas noticias que me chegarão sobre a conducta de Joaquim Maria, que tão bem tive a honra de recomendar na protecção de V. Ex.a. Sei que elle longe de aproveitar-se dos effeitos de benevolência, com que V. Ex.a se tem dignado attendê-lo, não só não tem cuidado, como devera nos estudos a que foi destinado, mas tarde se tem retirado daquellas pessoas, que lhe fazião honra, e o dirigião com obzequiozas advertências. E o mesmo silencio, que tendo observado em V. Ex.a sobre esta matéria, e sobre insinuar-me os meios mais suaves para a sua correção, ao mesmo tempo que me enche de maiores sentimentos, me serve também de prova mays decisiva da desordem a que chegou o mesmo Joaquim Maria.

Eu fiz que proximamente se procedesse contra elle com algúa fortidão; e naturalmente chegará a presença de V. Ex.a noticia das insinuaçoens que se dirigirão aos procuradores: mas eu devo certificar a V. Ex.a em toda a sinceridade de animo, que tudo quanto diz respeito a este ponto, ou a outro qualquer em que podia ter lugar a minha vontade, deve entender-se sujeito inteiramente, e sem a menor reserva, ás ordens de V. Ex.a .

E para quanto for do agrado, e serviço de V. Ex.a. queira disser de mim, na certeza de que sempre me achará com o maior gosto, e prompta obediência. A pessoa de V. Ex.a. guarde Deos muitos annos. Rio de Janeiro 17 de Julho de 1778.

De V. Ex.a.

Ex.mo e R.mo Snr. Bispo de Zenepoli, Reytor, e Reformador da Universidade de Coimbra

Amante muito fiel em (?) obediente e (?)

S. Bispo do Rio de Janeiro

Documento 7 – Carta de Inácio José de Moraes e Brito (sobrinho de D. Francisco de Lemos), 15 de fevereiro de 1812, Coimbra, Paço Episcopal

Muito tempo há que eu devia ter me derigido á presença de V. Ex.ca, quezera desculpar-me de não o haver feito, poderia alegar a não interrompida marenha de trabalho a que estou ligado, e a que desejo satisfazer, senão como he mister, ao menos quanto minhas forças o permittam. Esta allegação porem seria frívola, porque em todo tempo quanto tem decorrido, desde que V. Ex.ca se acho felizmente restituído a Portugal, não tenho tido hum momento livre, mas milhores em que vem deixar de satisfazer ás minhas obrigaçoens, pro dia cumprir com a que me ligava de cumprimentar a V. Ex.ca, resta me pois hum partido a adoptar, e vem a ver confessar a minha negligência, e expressar na bondade de V. Ex.ca o perdão della. Tive a ventura de ligar-me a Ill.ma Snr^a. D. Helena Francisca Furtado de Mendonça, filha do Ill.mo Sr. Coronel Joaquim Luis Furtado de Mendonça, este motivo pois alem da pessoa de V. Ex.ca he o que me obrigava, o ter mais cedo procurado as novas ordens de V. Ex.ca, e acresce o benigno acolhimento que por duas vezes tenho recebido no Palácio de V. Ex.ca onde ora estou para seguir minha jornada para Lisboa, e dahy acompanhar o Coronel General do Marechal Conde de Trancozo.

Em qualquer parte pois que eu me ache ser me há muito aprasivel receber, e especular/espectar os preceitos de V. Ex.ca a quem minha mulher desejaria comigo grander beijos o más, pelo muito que pera todos os seos parentes, o que afianço por conhecer os seos (?), e sinceros sentimentos.

Digne-se pois V. Ex.a de empregar no seo serviço a quem tem o maior gloria de poder afirmar-se.

De V. Ex.a

Sobrinho reverente e (?) affecto Creado

Coimbra Paço Episcopal 15 de Fevereiro de 1812

Inacio José de Moraes Britto

Documento 8 – Carta de José Acúrcio das Neves, Lisboa, 16 de fevereiro de 1812

Ilmo. Ex.mo Snr.

Tenho a honra de transmitir incluso a V. Ex.ca o tomo 4º da História Geral da Invazão, que acabo de fazer publicar; lhe rogo queira desculpar me esta liberdade inocente, como huma pequena homenagem, que devo à superioridade das Luzes de V. Ex.ca: huma testemunha do meu reconhecimento pelos favores com que V. Ex.ca me tem honrado na minha própria pessoa, e na de meu irmão o Padre Manuel Gomes Nogueira, atual Beneficiado, e Reythor nomeado da Collegiada de S. Gens de Arganil.

Queira V. Ex.ca ser indulgente para com a obra disfarçando os erros involuntários, de que talvez ella abunda, e para com o Autor, agradando se dos sentimentos de adoração, veneração, e respeito, da que se sente penetrado para com a Sagrada Pessoa de V. Ex.ca.

Deus guarde V. Ex.ca. Lisboa 16 de Fevereiro de 1812

Ill.mo Ex.mo Snr. Bispo Conde, Reformador Reithor

De V. Ex.ca

O menor, mais respeitado, fiel súbdito, e creado

Documento 9 – Carta de José António Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco, 10 de março de 1812, Vila Franca de Ceira (?) ou de Xira (?)

Ilmº. e Exm.º Snrº. Bispo Conde

Aqueles sentimentos de dôr que na época infausta da retirada de S.A.R. e da aproximação da pérfida invasão inimiga, penetrarão tão vivamente os coraçãoes dos fiéis portuguezes, só forão susseptíveis de aumento, quando estes virão, que tão bem Vª. Ex.ca era constringido a separar-se deste Reino: Assim como Príncipe da Igreja, assim era Vª. Ex.ca uma das maiores, e talvez a mais firme, e sólida columna do Estado. E as singulares virtudes, que sempre adornarão o Sublime Espirito, e magnânimo Coração de Vª. Ex.ca erão tão eminentes, e tão geralmente conhecidos, que não podião deixar de motivar aquelle excesso, principalmente naqueles que assim como eu, tiveram mais occasioens de as admirar de perto; e meo Pai Diponisio Soares do Amaral Castello Branco que sempre conservou o carácter de agradecido, lembrando-se continuamente dos muito particulares favores, com que Vª. Ex.ca o havia honrado, jamais falava em Vª. Ex.ca sem

que (?) as palavras com suas lágrimas; assim pois era V^a. Ex.ca aquelle grãnde, e único Prelado, cuja falta nos cobria os coraçõens do mais pesado lucto. Havia porem aquelle feliz dia, em que a Divina Providência do Supremo Ente compadecendo-se talvez da nossa sorte, permittio que V^a. Ex.ca fosse Sumo prodigioso modo, restituído a este Reino; e ex=aqui porque eu vou agora, como he possível, congratular-me na respeitável Presença de V.^a Ex.ca doando-lhe?? Os parabéns por h~um tal acontecimento, para mim de tanto gosto, e esperança; e seo não tenho feito até agora, he porque ignorava aonde V.^a Ex.ca permaneceria e por outro lado achando-me servindo o lugar de Juiz de Fora desta Villa há três anos e ao mesmo tempo o de Corregedor de Ribatejo por morte do que servia cá mais ter tido h~um momento de socego de forma que chegou a adoecer.

Resta-me agora somente pedir a V^a. Ex.ca perdão deste meo arrojo e espero alcançallo da illimitada bondade de V^a. Ex.ca e finalmente, se digne V^a. Ex.ca acolher com benignidade os mais puros, e sinceros votos, com os quaes, e cheio do mais profundo respeito me dedico á Ill.ma e Ex.ma Pessoa de V^a. Ex.ca que Deus guarde por dilatados anos. Villa Franca de Xira 10.de Março de 1812

Illmo. E Ex.mo Senhor

De V. Ex.ca

O mais humilde, e reverente creado.

Jose Antonio Soares Pinto Mascarenhas Castel-Branco

Documento 10 – Carta de Manuel Inácio de Andrade Sottomaior Rondon Pinto Coelho Cunha (sobrinho de D. Francisco de Lemos), 6 de junho de 1814, Rio de Janeiro

Meu Amado e Respeitado Tio e meu Senhor. Ainda cheio dos mayores cuidados pelo grande perigo de vida em que esteve meu Amado Pai e Senhor, chegando a estar decenganado, tendo recebido todos os Sacramentos athé o da Extrema=Unção, finalmente tendo eu chegado, como filho sentido huma tal falta; derepente cedendo a enfermidade aos medicamentos que já vem esperança de effeito, lhe applicava ... Progresso... , mude-se tudo em esperanças e alegria, e só me aflige ainda muito o estado dormente e abatido em que ficou perigoso por tanto de outro qualquer ataque.

Deos por Sua infinita Bondade me fez esta Merce queira O mesmo fazer-me a de o por perfeitamente bom.

Desejo infinitamente que V^a. Ex.ca tenha passado livre de incomodo na sua preciosa saúde para consolação, e gozo meu, pois sempre V^a. Ex.^a. foi para mim segundo Pai. Rogo

a V^a. Ex.ca se digne desculpar as minhas faltas de escrita na certeza de que não o deixo de fazer por falta de Amor, e do mais profundo respeito, que tributo a Pessoa de V^a. Ex^a.

O cónego Vicente Pereira Secretario, em tudo digno, de V^a. Ex^a. Nos deixa saudosíssimos pela amizade, e constante interesse, que temos sempre em tudo quanto he de v^a. Ex^a. E de Sua Família: Elle vai ter o gosto que tanto apetece, e eu invejo, de beijar a mão a V^a. Ex^a., e por cuja causa pesso ao mesmo por mim o faça.

Muito me custa ser pesado, e incómodo porém valha me a Bondade de V^a. Ex^a., pois ficado nella, na impreterível palavra e graciosa promessa que V^a. Ex^a. Se dignou dar, e fazer de que tinha as ordens, e Providências para as despesas do meu transporte para esta cidade, isto na ocasião última que tive a fortuna de estar com V^a. Ex^a. Antes da sua partida para França, me animo a suplicar e incessantemente pedir a V^a. Ex^a., remetendo este papel, esta Mêrce, que vem a ser extraordinária para mim: O Cónego poderia fazer ver a V^a. Ex^a. As circunstâncias em que me acho, e a Justiça com que peço esta Graça a V^a. Ex^a., que, sendo para mim do mais apreço, e digna de meu conhecimento por vir da Mão de V^a. Ex^a., he ainda de maior valor nesta ocasião, por ter com ella de satisfazer a huma dívida, em que esta empenhada a minha palavra, como sabe, e poderá dizer a V^a. Ex^a. O mesmo Cónego, seu Secretario.

Minha Prima não desfruta boa saúde, ella tem o gosto de escrever a V^a. Ex^a. . Eu, e o menino passamos sem novidade; e para mim, e para elle pesso a V^a. Ex^a. a Benção com a mais submissão, e respeito. Deus guarde a Vida, e Saúde de V^a. Ex^a. por muitos annos.
Rio de Janeiro 6 de Junho de 1814.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Byspo Conde

De V^a. Ex^a.

Sobrinho o mais obediente, e amante

Manoel Ignacio

Documento 11 – Carta de Manuel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, sobrinho de D. Francisco de Lemos, 18 de dezembro de 1816, Condeixa

Meu Amado Tio Senhor do coração. Remetendo a V. Ex.ca a carta inclusa do Padre Manoel Fetreito Velho que acabo de receber (?) e intercedo por elle perante/diante V. Ex.ca que não ignora o quanto ele tem servido as suas qualidades (?) por estas cauzas se faz digno que V. Ex.ca o atenda no que prestando pois que estando tão bem arrançados e (?) todos os seus companheiros ainda os muito mais modeiros do que ele no (?)broiço de V. Ex.ca; parece extraordinário que V. Ex.ca não costumando esquecer-se de quem o

serve, se tenha logo esquecido deste tão honrado e digno Eclesiástico com quem tenho sempre conservado com tanta amizade por achar nele todas as qualidades e requezitos necessários para o contar entre o numero dos meus amigos. Tem V. Ex.ca tido e tem actualmente na Sua família Ecleziasticos muito dignos seguramente a ele podem não o contemplo sumenos e por consequência na mesma esteira do que eles merecerem recompensas e conhecerem todos e principalmente a Sua família dele que V. Ex.ca o atende e tem em contemplação os seus serviços, que aliás ficão equívocos para quem o não conhece, e notarão que costumando V. Ex.ca atender a todos os Seus familiares tenha este sido por (?) huma fatalidade o único que tenha sahido da Caza de V. Ex.ca sem recompença podendo segurar-lhe que nenhum tem mais amizade a V. Ex.ca nem maior dezinteresse do que ele. Se acaso V. Ex.ca nesta ocasião quisesse contemplar a hum filho meu com huma pensão eu cederia se acazo necessário fosse dela para o que ele fosse atendido e não podesse V. Ex.cia em tempo algum ser arquido de ingrato para com ele, e com isto concludo as minhas rogativas esperando que estas sejam por V. Ex.cia atendidas não tanto por elas quanto mesmo por V. Ex.cia mesmo de quem confesso ser.

De V. Ex.cia

Condeixa 18 de Dezembro de 1816

Sobrinho muito obediente

Manoel

**Documento 12 – Carta de Maria da Conceição Lacerda, 26 de Setembro de 1818,
Condeixa – sobrinha de D. Francisco de Lemos**

Illmo. E Ex.mo Snr. Bispo Conde Reformador Reitor

Meu tio e meu Snr. de todo o meu respeito e veneração ponho na presença de V^a. Ex.ca os papeis mais cheio de justisa e reção, que talvez eu tenha apresentado a V^a. Ex.ca; motivo porque posso segurar a V^a. Ex.ca que a minha supplica he cheia de resoens e justisa que V^a. Ex.ca já mais deixou de a ... a ela pois que no supplicante se poderá alcansar tirar grandes resultados de seus estudos a que ele pela sua grande pobreza e desamparo se não pode prestar sem a esmola de V^a. Ex.ca. Eu conto igualmente em obter o perdão de V^a. Ex.ca de minhas impertinências, estas têm origem o ser constante por toda a parte os obzéquios com que v^a. Ex.ca tanto me honra (?), e com que eu só posso contar por única felicidade que tem (?) he.

De V^a. Ex.ca

Sobrinha muito amante e obdiente

Condeixa, 26 de Junho de 1808

Documento 13 – Carta de Ana Cândida de Castro Lemos e Morais, prima de D. Francisco de Lemos, s.d., s.l., Tamengos

Ill.mo Ex.mo Snr.

Meu querido Primo e Senhor de todo o meu afeto e maior respeito dezejo que V. Ex.ca esteja gozando a melhor saúde acompanhada das maiores venturas, que eu verdadeiramente lhe apetesos. Eu vim de Luzo no fim de Agosto de donde truse grandes melhoras no meu olho mas in da febre agora se me dequelararam (?) tenho tomado muita quina com bastante reseio de tornar a chamar nova com [sic] (?) o olho o que Deus quizer foi em tregue de 3 moedas que V. Ex.cia me fez o obzequio esmola de me mendar vo a dizer a V. Ex.ca huma coiza que eu não quis deixar de partesipar a meus Irmãos o tão grande benefisio com que V. Ex.ca me patrosina, o Gaspar estimou e me confesou o muito que Sua Senhoria era obrigado a V. Ex.ca e toda a nosa família agora meia Irmam nada estima pois se lhe conhese muito bem confeso a V. Ex.ca que me pus a maior descom solasam e com dore muito para o meu padecer o ver que sem motivo certa mente sou abandonada de meus Irmaos, Deus he muito grande esse com padese dos em felizes pois em mim o expremento pois acho: a V. Ex.a que tanto me favorese e tanto benefisio me faz beijo as maons a V. Ex.ca por tanta repetisam de obzequios que me faz pois eu ia de vera ter agradesido a V. Ex.ca o dar a cadeira de Botam aquele em feliz homem mas por não querer em comôdar a V. Ex.ca o não tenho feito foi huma grande esmola, tenha V. Ex.ca tudo quanto lhe deseja a Sua

Prima mais afetiva (?) e muito de vedora

Lamengos/Tamengos/Falengos

Anna Candida de Castro Lemos e Morais

Documento 14 – Carta de Helena de Andrade Sottomaior Coutinho (mãe de D. Francisco de Lemos), s.d., s.l.

Meu muito amado filho muito hei-de estimar se estas limitadas letras vos acharem logrando feliz saúde Deus vos lha de como eu tanto vos desejo como tendo esta ocasião não quero deixar de vos dar novas minhas para que sabais que ainda sou viva e me não falteis com as vossas letras pois he o único alívio que tem as minhas saudades aceitai a minha bênção e a de Deus que vos cubra e vos dê todas as felicidades que eu como May

tanto vos desejo e a Deus meu amado filho muito do meu coração o mesmo senhor vos guarde. Como tanto lhe peço.

Desta vossa May que muito vos ama.

D. Elena de Andrade Soutto Mayor Coutinho

Documento 15 – Inventário dos livros que se acham na Livraria do Paço do Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bispo Conde – António de Pádua e Oliveira, Coimbra, 23 de abril de 1822

Inventário dos livros que se achão na Livraria do Paço do Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Bispo Conde

	Caza do nº dos Voll. Folha. Quarto. Oitavo. e Douze e 16	Nº das Estantes	Nº das Cazas das Estantes
Biblia Polyglotta Hebraica, Samaritana, Chaldaica, Graeca, Syriaca, Latina, Arabica. – Mich. Le Iay – Lutetiae Parisiorum, 1628.	10-in-fol.	8ª	7ª e 18ª
Biblia Polyglotta, Brian Walton. Londini, 1657	6-in-fol.	8ª	6ª
De Tabernaculo Foederis, de Sancta Civitate Ierusalem, et de Templo ejus Libri Septem – Bern. Lamy. Parisiis, 1720	1-in-fol.	8ª	6ª
Biblia Hebraica cum interpretatione Latina. – Pagnini, 1619	1-in-fol.	8ª	6ª
Biblia Sacra – Ariae Montani. Antuerpiae, 1569	5-in-fol.	8ª	5ª
Bibliorum Sacrorum Latinae Versiones – Petri Sabatier. Parisiis, 1743	3-in-fol.	8ª	5ª e 8ª
Glossa Nicolai de Lyra super Vetus et Novum Testamentum. Lugduni, 1545	6-in-fol.	8ª	8ª
Thesaurus novus Theologico-Philologicus. Lugduni, 1732	2-in-fol.	8ª	17ª
A mesma obra supra. Amstelaedami, 1701	2-in-fol.	8ª	17ª
Synopsis Criticorum, aliorumque Sacrae Scripturae Interpretum, et Commentatorum – Math. Polo. Ultrajecti, 1684	5-in-fol.	8ª	17ª e 16ª

Critici Sacri. Amstelaedami, 1698	9-in-fol.	8 ^a	9 ^a e 16 ^a
Pineda, Commentationum in Iob Libri tredecim. Coloniae Agrippinae, 1733	2-in-fol.	8 ^a	9 ^a
Institutiones ad verbi Dei scripti intelligentiam Ioseph. Mar. de Turre Ianuen. Roma, 1711	4-in-fol.	8 ^a	9 ^a
A. Lapide – Commentaria in Sacram Scripturam, Venetiis, 1740	11-in-fol.	8 ^a	4 ^a
Commentarius Litteralis in omnes Libros Veteris et Novi Testamenti – August. Calmet. Venetiis, 1754	9-in-fol.	8 ^a	3 ^a
Prologomena, et Dissertations in omnes, et singulos Sacrae Scripturae Libros – August. Calmet. Lucae, 1729	2-in-fol.	8 ^a	3 ^a
Dictionarium Historicum, Criticum, Chronologicum, Geographicum, et Litterale Sacrae Scripturae – August. Calmet. Venetiis, 1734	2-in-fol.	8 ^a	3 ^a
Roberti Bellarmini – Explanatio in Psalmos. Venetiis, 1776	1-in-fol.	8 ^a	10 ^a
Dictionarium Historicum, Criticum & ^a . August Calmet. Venetiis, 1766	2-in-fol.	8 ^a	10 ^a
Ioan. Lauren. Helbig – Commentarius in Sacram Scripturam. Coloniae Agrippinae, 1713	2-in-fol.	8 ^a	10 ^a
Hugonis, in Veteris et Novi Testamenti Libros, opus. Venetiis, 1732	8-in-fol.	8 ^a	10 ^a e 15 ^a
Le Blanc – Psalmorum Davidicorum Analysis. Coloniae Agrippinae, 1726	6-in-fol.	8 ^a	15 ^a
Iacobi Trini – in Sacram Scripturam Commentaria. Antuerpiae, 1719	2-in-fol.	8 ^a	15 ^a
Biblia Sacrae Vulgatae Editions – Ioan. Baptista du Hamel. Venetiis, 1741	2-in-fol.	8 ^a	2 ^a
La Sainte Bible en Latin et en François avec Notes & ^a . Paris, 1748	14-in-4 ^o	8 ^a	2 ^a e 11 ^a – falta o 1 ^o vol.
Biblia Sacra Vulgatae Editions Sixti V jussu recognita – Franc. Luca. Venetiis, 1745	28-in-4 ^o	8 ^a	11 ^a , 14 ^a e 20 ^a
Biblia Sacra Vulgatae Editions Sixti V jussu recognita, cum Menochii Comentariis. Viennae Austriae, 1755	8-in-4 ^o	8 ^a	20 ^a
Bernard. Lamy – Apparatus Biblicus. Venetiis, 1749	1-in-8 ^o	8 ^a	20 ^a
Le Nouveau Testament en François avec Reflexions morales. Paris, 1796	8-in-12	8 ^a	23 ^a
Eplication de L'ouvrage des six jours – pars M. M. Les Abbés Duguet et Asfeld. Paris, 1740	1-in-12	8 ^a	23 ^a

Explication du Livre de La Genese. Paris, 1732	6-in-12	8 ^a	23 ^a
Explication de La Prophétie d'Isaie. Paris, 1734	6-in-12	8 ^a	23 ^a
De Dieu – Critica Sacra. Amstelaedami, 1693	1-in-fol.	8 ^a	19 ^a
Epitome Historico-Chronologica Gestorum omnium Patriarcharum, Ducum, Iudicum & Populi Hebraici – a Barth. Gajo. Romae, 1751	1-in-fol.	8 ^a	19 ^a
Sainte Bible Traduite en François avec L'explication du Sens Litteral, et du Sens Spirituel. Nismes, 1781	25-in-8 ^o	19 ^a	24 ^a
Explication du Livre de Iob. Paris, 1732	4-in-12	8 ^a	28 ^a
Explication de Cinq Chapitres du Deuteronomie, et des Propheties d'Habacuc, et de Ionas. Paris, 1734	1-in-12	8 ^a	28 ^a
Explications du Livre des Psaumes. Paris, 1733	7-in-12	8 ^a	27 ^a
Explication de S. Augist. Et des autres Peres Latins sur le Nouveau Testament. Paris, 1689	4-in-4 ^o	8 ^a	1 ^a
Du Pin – Çiber Psalmorum cum notis. Parisiis, 1691	1-in-8 ^o	8 ^a	1 ^a
Iacob Rambachii – Institutiones Hermeneuticae Sacrae. Ienae, 1764	1-in-8	8 ^a	1 ^a
L'Evangile analysé. Toulouse, 1772	8-in-12	8 ^a	1 ^a
Abregé de L'Histoire et de La Morale de L'Ancien Testament. Rouen, 1781	1-in-12	8 ^a	1 ^a
La Sainte Bible Traduite en François par Sacy. Anvers, 1749	11-in-12	8 ^a	12 ^a
Regles pour L'intelligence des Saintes Escriptions. Paris, 1775	1-in-12	8 ^a	1 ^a
Explication des principales Propheties de Ieremie, d'Ezequiel, et de Daniel. Avignon, 1749	4-in-12	8 ^a	12 ^a – falta o 1 ^o . vol.
Harmonia des Psaumes, et de L'Evangile – Paris, 1776	1-in-12	8 ^a	12 ^a
Explication Litterale, et Morale sur L'Epitre de S. Paule aux Romains – par Le Tourneux. – Paris, 1696	1-in-12	8 ^a	12 ^a
L'Evangile Analysé – Mauduit. Toulouse, 1772	6-in-12	8 ^a	13 ^a – falta o 1 ^o e 7 ^o vol.
Abregé de L'Histoire de L'Ancien Testament – Messengui. Paris, 1753	9-in-12	8 ^a	13 ^a - falta o 4 ^o vol.
Abregé de La Sainte Bible – Robert Guerard. Paris, 1764	2-in-12	8 ^a	13 ^a

L'Ecriture Sainte reduite en Meditations – par Nicolas le Paulmier. Paris, 1692	2-in-12	8 ^a	13 ^a
Explication du livre de La Genese. Paris, 1732	6-in-12	8 ^a	21 ^a
Explication de Cinq Chapitres du Deuteronomie; et des Propheties d'Habacuc, et de Ionas. Paris, 1724	1-in-12	8 ^a	21 ^a
Explication de La Prophetie d'Isaie. Paris, 1734	6-in-12	8 ^a	21 ^a
Explication du Livre de Iob. Paris, 1732	4-in-12	8 ^a	21 ^a
Explication du Livre de La Sagesse – par M. M. Les Abbes Duguet et Asfeld. Paris, 1755	1-in-12	8 ^a	21 ^a
L'Ecclesiaste de Salomon traduit de L'Hebreu en Latin, et en François. Paris, 1771	1-in-12	8 ^a	21 ^a
La Genese appliquée d'apres les Textes primitifs. Paris, 1777	1-in-12	8 ^a	21 ^a – falta o 1 ^o vol.
Explication du Livre des Psaumes. Paris, 1733	8-in-12	8 ^a	22 ^a
Explications des livres des Rois et des Paralipomenes. Paris, 1738	7-in-12	8 ^a	22 ^a
Psaumes de David expliques par Theodoret, Saint Basile, et Saint Jean Chrysostome. Paris, 1761	2-in-12	8 ^a	22 ^a
Harmonie des Pseumes, et de L'Evangile. Paris, 1776	1-in-12	8 ^a	22 ^a
Les Pseumes en Latin, et en François interpretés dans le Sens Prophetique. Paris, 1805	2-in-12	8 ^a	29 ^a
Explication des Livres des Rois, et des Paralipomenes. Paris, 1738	6-in-12	8 ^a	29 ^a
Traité de la Croix de Notre Seigneur I.C. ou Explication du Mystere de La Passion. Paris, 1733	14-in-12	8 ^a	A
Explication du Mystere de La Passion de Notre Seigneur I.C. = Iesus Crucifie = Paris, 1728	2-in-12	8 ^a	A
Le Tombeau de Iesus Christ	1-in-12	8 ^a	A
Histoire du Peupl de Dieu, depuis son origine jusq'a la naissance du Messie = par Berruier. Paris, 1739	1-in-8 ^o	8 ^a	B
Histoire du Peuple de Dieu, depuis La naissance du Messie jusqu'a La fin de la Synagoge = par Berruier. Haye, 1753	1-in-8 ^o		B – faltão 4 vol.
Dissertations Historiques & ^a sur La Bible – Paris, 1711	1-in-8 ^o	8 ^a	B

Du Pin – Dissertations Preliminaires sur La Bible. Paris, 1701	3-in-8°	8 ^a	B
Paulus Elucidatus = Ant. Remy. Augustae Vindelicorum, 1739	2-in-4 ^a	8 ^a	B
Novum I. Christi Testamentum Vulgatae Editionis. Venetiis, 1740	1-in-8°	8 ^a	B
Biblia Sacra Vulgatae Editions. Venetiis, 1740	1-in-8°	8 ^a	B
Explication de L’ouvrage des Six jours. Paris 1740	1-in-12	8 ^a	B
Da obra dos seis dias = Em Latim, Edição de Paris, 1743	1-in-12	8 ^a	B
Le Livre des Psaumes = Par Duguet, et Asfeld = Paris, 1740	1-in-12	8 ^a	C
Explication du Livre des Psaumes. Paris, 1739	1-in-8°	8 ^a	C – he o 5° vol.
Traite de La Croix de Notre Seigneur Iesus-Christ. Paris, 1733	9-in-8°	8 ^a	C – falta o 1° vol.
Explication du Mystere de La Passion = Iesus accuse devant Pilate = et = Iesus Crucifie. Amsterdam. 1731	1-in-12	8 ^a	C
Le Tombeau de Iesus-Christ. Bruxelles, 1731	1-in-12	8 ^a	C
Natalis Alexandri – Commentarius Litteralis, et Moralis S. Evangelii Iesuchristi secundum Matheum. Parisiis, 1745	2-in-4°	8 ^a	D
Dilucidationes Selectarum Sacrae Scripturae quaestionum = Mart. Wouters. Patavii, 1778	1-in-4°	8 ^a	D
Barn. Lamy – Commentarius in Harmoniam quatuor Evangelistarum: Venetiis, 1735	2-in-4°	8 ^a	D
Hugonis Cardinalis = Sacrorum Bibliorum Vulgate Editions Concordantiae – Venetiis, 1741	1-in-fol.	8 ^a	E
Biblia Sacra Vulgatae Editions. Lugduni – 1743	1-in-4°	8 ^a	E
Fr. Joaquim de Azevedo = Pro Vulgata Sacrorum Bibliorum & ^a . Olisipone, 1792	1-in-fol.	8 ^a	E
Biblia Hebraica = Everard. Vander Hooght. Amstelaedami, 1705	2-in-8°	8 ^a	E
L’Evangille Analysé – par Mauduit – Toulouse, 1772	8-in-12	8 ^a	E
Biblia Sacra Vulgatae Editions. Coloniae, 1724	4-in-24	8 ^a	E – falta o 3° vol.
Biblia Sacra Vulgatae Editions. Coloniae Agrippinae, 1647	5-in-32	8 ^a	E

Fr. Didaci Stello = in Sacrosantum I.C. Evangelium. Lugduni, 1583	1-in-fol.	8 ^a	F
De Zuleta = Iacobus. Lugduni, 1668	1-in-fol.	8 ^a	F
D. Franc. Toleti – In Sacrosantum I.C. Evangelium. Coloniae Agrippinae, 1599	1-in-fol.	8 ^a	F
Ludovici Cappelli – Critica Sacra. Lutetiae Parisiorum, 1650	1-in-fol.	8 ^a	F
Ioan. Marianaе – Scholia in Vetus, et Novum Testamentum. Matriti, 1619	1-in-fol.	8 ^a	F
Historia Real Sagra da = Palafox = En Madrid – 1668	1-in-fol.	8 ^a	F
Histoire de L’Ancien Testament tirée de L’Ecriture Sainte – par Mr. Arnauld d’Andily – Paris, 1675	1-in-4 ^o	8 ^a	F
Monarchia Hebraea – por D. Vicente Bacallar – Madrid, 1749	2-in-4 ^o	8 ^o	F
Sanctorum Patrum, qui temporibus Apostolicis floruerunt opera. – Ioan. Cleric. Amstelaedami, 1724	2-in-fol.	7 ^a	24 ^a
S. Iustini Opera – Parisiis, 1742	1-in-fol.	7 ^a	24 ^a
S. Irenaei Opera – Parisiis, 1710	1-in-fol.	7 ^a	24 ^a
Clementis Alexandrini Opera – Venetiis, 1757	2-in-fol.	7 ^a	24 ^a
Origenis Opera – Parisiis, 1733	4-in-fol.	7 ^a	24 ^a e 13 ^a
Hexaplorum Origenis quae supersunt. Parisiis, 1713	2-in-fol.	7 ^a	13 ^a
S. Caecilii Cypriani Opera – Venetiis, 1758	1-in-fol.	7 ^a	13 ^a
Ioh. Caspari Suiceri-Thesaurus Ecclesiasticus – Amstelaedami, 1728	2-in-fol.	7 ^a	13 ^a
S. Athanasii – de Titutis Psalmorum. Romae, 1746	1-in-fol.	7 ^a	13 ^a
S. Athanasii Opera – Parisiis, 1627	2-in-fol.	7 ^a	13 ^a
S. Cyrili Opera – Venetiis, 1763	1-in-fol.	7 ^a	13 ^a
S. Hilarii Opera – Parisiis, 1627	2-in-fol.	7 ^a	13 ^a
S. Basilii Opera – Venetiis, 1750	3-in-fol.	7 ^a	13 ^a e 12 ^a
S. Gregorii Nazianzeni Opera – Venetiis, 1753	2-in-fol.	7 ^a	13 ^a
Collectio SS. Patrum Ecclesiae Toletanae – Matriti – 1782	1-in-fol.	7 ^a	12 ^a
S. Augustini Opera – Antuerpiae, 1700	7-in-fol.	7 ^a	12 ^a
S. Ioannis Chrisostomi Opera – Parisiis, 1748	13-in-fol.	7 ^a	12 ^a , 11 ^a e 14 ^a
S. Leonis Magni Opera – Venetiis, 1748	1-in-fol.	7 ^a	14 ^a
S. Maximi Opera – Parisiis, 1675	2-in-fol.	7 ^a	14 ^a
S. Gregorii Magni Opera – Venetiis, 1744	4-in-fol.	7 ^a	14 ^a

S. Izidori Hispalensis Opera – Parisiis, 1580	1-in-fol.	7 ^a	14 ^a
S. Isidori Opera – Matriti, 1778	2-in-fol.	7 ^a	23 ^a
S. Ioannis Damasceni Opera – Venetiis, 1748	2-in-fol.	7 ^a	23 ^a
S. Anselmi Opera – Lutetiae Parisiorum, 1721	1-in-fol.	7 ^a	23 ^a
S. Ivonis Carnotensis Opera – Parisiis, 1647	1-in-fol.	7 ^a	23 ^a
S. Bernardi Opera – Venetiis, 1765	3-in-fol.	7 ^a	23 ^a
A mesma obra supra – Venetiis, 1750	2-in-fol.	7 ^a	23 ^a
S. Francisci Assistis, nec non S. Antonii Paduani Opera – Ratisbonae, 1739	1-in-fol.	7 ^a	23 ^a
Lactantii Operan- Lutetiae Parisiorum, 1748	2-in-4 ^o	7 ^a	22 ^a
S. Euseb. Et Hyeronimi Opera. Venetiis, 1766	11-in-4 ^o	7 ^a	22 ^a
Concordance des Saintes Peres de L'Eglise Grecs, et Latins – par Bern. Marechal – Paris – 1739	2-in-4 ^o	7 ^a	22 ^a
Salviani Massiliensis Episcopi & ^a . Pisauri, 1729	1-in-fol.	7 ^a	22 ^a
De optima Legendorum Ecclesiae Patrum methodo Augustae Taurinorum, 1742	1-in-8 ^o	7 ^a	22 ^a
Bibliotheque portative des Peres de L'Eglise – Paris, 1758	5-in-8 ^o	7 ^a	C
Martine – De antiquis Ecclesiae Ritibus. Antuerpiae, 1763	4-in-fol.	7 ^a	15 ^a
Thesaurus Sacrorum Rituum – Barth. Gavanto. Venetiis, 1749	2-in-fol.	7 ^a	15 ^a
Benedicti XIV – De Iesu-Christi, Matrisque ejus Festis, et de Sacrificio Missae. Romae, 1751 – Patavii, 1745	1-in-fol.	7 ^a	15 ^a
A mesma obra supra – Romae, 1751	1-in-fol.	7 ^a	15 ^a
Benedicti XIV Opera – Romae, 1747	12-in-4 ^o 1-in-fol.	7 ^a	15 ^a e 10 ^a
De Oratoriis Domesticis, et de usu Altaris Portatilis – Ioan. Bapt. Gattico. Romae, 1746	1-in-fol.	7 ^a	10 ^a
Ritus Universi Hierarquiae Ecclesiasticae – D. Bern. Ab Annuntiatione. Collimbriae, 1760	1-in-4 ^o	7 ^a	10 ^a
Collectio Academiae Liturgicae Pontificiae – D. Bern. Ab Annuntiatione. Collimbriae, 1761, 62 e 63	3-in-4 ^o	7 ^a	10 ^a
Liturgiarum Orientalium Collectio – Euseb. Renaudotii. Parisiis, 1716	2-in-4 ^o	7 ^a	10 ^a

Opuscula varia pro Beneventana Archidiocesi – Fr. Vicentii Mariae. Romae, 1726	1-in-4°	7 ^a	10 ^a
Caeremoniale Episcoporum, Romae, 1729	1-in-4°	7 ^a	9 ^a
Collectio Institutionum Academiae Liturgicae Pontificae exhibens – D. Bern, ab Annunciatione. Collimbriae, 1760	2-in-4°	7 ^a	9 ^a
Dissertatio Theologica de invocatione Spiritus Sancti & ^a – Ioseph. August. Orsi – Mediolani, 1731	1-in-4°	7 ^a	9 ^a
Ceremonial, e Ordinario Monastico, segundo as Leis da Igreja Romana, e os antigos, e Louvaveis costumes da Congregação de S. Ieronymo de Portugal – por Fr. Manoel da Graça – Coimbra, 1784	2-in-4°	7 ^a	9 ^a
Manuale Sacrarum Caeremoniarum, juxta Ritus S. Romanae Ecclesiae – Mich. Bauldry. – Venetiis, 1734	1-in-4°	7 ^a	9 ^a
De cultu Sacro Tractatus Theologico – Dogmaticus cum appendice pro invocatione Sanctorum – Fr. Man. Ignac. Coutinho. – Conimbricae, 1765	1-in-4°	7 ^a	9 ^a
Officia própria Sanctorum Canonicorum Regularium. Conimbricae, 1808	1-in-4°	7 ^a	9 ^a
Ritual das Exequias – pelo P. Jose Luiz Gomes de Moura. Lisboa, 1782	1-in-4°	7 ^a	9 ^a
Explication Litterale, Historique, et Dogmatique des Prieres, et des Ceremonies de La Messe & ^a par Pierre Le Brun. Paris, 1726	4-in-8°	7 ^a	9 ^a
Liturgie ancienne et moderne. Paris, 1752	1-in-8°	7 ^a	9 ^a
Tractatus de Octavis Festorum, quae in Ecclesia Universali celebrantur Io. Bapt. Pittono. Venetiis, 1739	2-in-8°	7 ^a	9 ^a
Rituel a L’usage du Diocese d’Alet. Carcassone, 1771	2-in-4°	7 ^a	9 ^a
Examen et Resolutions des principales difficultés qui regardent L’Office Divin – par M. Collet Paris, 1757	1-in-8°	7 ^a	9 ^a
Exame net Resolutions des principals difficultés qui se rencontrent dans La Celebration des SS. Mysteres. Paris, 1758	1-in-12	7 ^a	9 ^a
A mesma obra supra. Paris, 1760	1-in-12	7 ^a	9 ^a

Caeremoniale Episcoporum Clementis & - Romae, 1727	1-in-12	7 ^a	9 ^a – he o 2 ^o vol.
Caeremoniale Episcoporum – Venetiis, 1774	1-in-8 ^o	7 ^a	9 ^a
Mysteriorum Evangelicae Legis, ac Sacramenti Eucharistiae et Missae dissertatio. Romae, 1734	1-in-8 ^o	7 ^a	9 ^a
Pontificale Romanum. Lutetiae Parisiorum – 1664	1-in-8 ^o	7 ^a	9 ^a
Traite de L’Exposition du SS. Sacrement de L’Autel. Avignon, 1777	2-in-12	7 ^a	9 ^a
Pontificale Majoris Hebdomadae, Officia, et Missas complectens. Urbini, 1727	1-in-fol.	7 ^a	A
Breviarium Gothicum. Matriti, 1775	1-in-fol.	7 ^a	A

Tabela III – Locais de impressão das obras do inventário de 1815

Locais de impressão das obras	Nº de volumes	Nº de entradas
Paris	397	109
Lisboa	152	64
Veneza	136	55
Lyon	131	77
Leipzig	55	16
Geneva	53	23
Madrid	45	16
Coloniae Allobrogum - Colónia	42	16
Frankfurt	41	17
Lausanne	39	7
Yverdon-les-Bains	39	5
Halae an der Saale	36	17
Amesterdão	29	11
Londres	28	7
Antuérpia	27	12
Coimbra	25	11
Roma	18	11
Luca	17	4
Cologne - Colónia	15	1
Pádua	14	8
Ingolstadt	11	3
Liège	11	3
Bruxelas	10	5
Milão	8	1
Nápoles	8	6
Bassano	7	3
Coloniae Agrippinae - Colónia	7	3

Hague	7	1
Tubingen	7	2
Avinhão	6	3
Coloniae	6	5
Turim	5	3
Hannover	5	1
Lovaina	5	2
Nuremberga	5	3
Palmyra	5	2
Byruthi	4	1
Dilingae an der Donau	4	1
Évora	4	3
Gottingen	4	4
Haye	4	1
Mannheim	4	1
Rouen	4	2
Salamanca	4	4
Autissiodori	3	1
Utrecht	3	1
Brescia	3	2
Gotha	3	1
Hardervici	3	1
Jena	3	2
Lausanii at Coloniae Alobrogum - Lausanne e Colónia	3	1
Pisa	3	1
Toulouse	3	1
Amesterdão e Berlim	2	1
Augsburgo	2	2
Baviera	2	1
Batavorum	2	1
Luxemburgo	2	1
Bremen	2	2
Cambridge	2	1
Colonioe	2	1
Cosmopoli	2	1
Erfurt	2	1
Friburgo	2	2
Lemgo	2	1
Leiden	2	2
Oxford	2	1
Portucalle	2	1
Trajecti ad Rhenum	2	1
Orléans	1	1
Bolonha	1	1

Zaragoça	1	1
Civitate Virginis	1	1
Colónia e Frankfurt	1	1
Glasgow	1	1
Copenhaga	1	1
Lauterbach	1	1
Mantua	1	1
Marburg	1	1
Medio Canensi	1	1
Munique	1	1
Neuchâtel	1	1
Pavia	1	1
Porto	1	1
Valladolid	1	1
Sem local	285	40
Total	1844	637

Fonte: AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

Tabela IV – Locais de impressão das obras do inventário de 1822

Locais de impressão das obras	Nº de volumes	Nº de entradas
Paris	1019	297
Veneza	414	140
Lyon	324	119
Lisboa	231	142
Coimbra	146	92
Roma	123	68
Augsburgo	102	37
Madrid	92	51
Amesterdão	60	20
Coloniae Alobrogum - Colónia	53	20
Nismes	50	4
Liège	49	7
Londres	49	9
Antuérpia	40	14
Coloniae Agripinae - Colónia	39	17
Toulouse	35	9
Florença	33	3
Bruxelas	32	10
Nápoles	24	9
Rouen	24	10
Lovaina	21	5

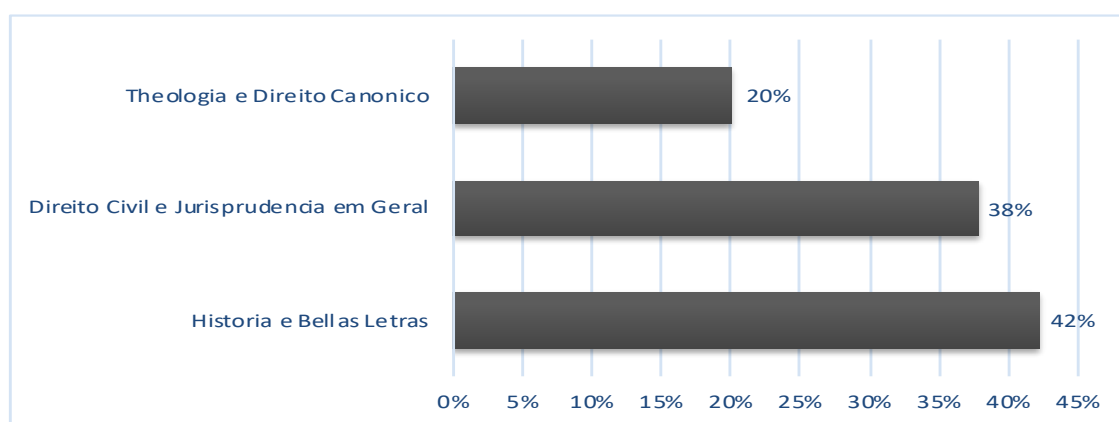
Frankfurt	20	5
Dilingae an der Donau	19	4
Neuchâtel	19	4
Avinhão	18	10
Halae an der Saale	18	4
Milão	17	7
Collogne - Colónia	14	7
Pádua	14	10
Turim	13	9
Bassano	13	8
Bérgamo	13	2
Pavia	13	6
Luca	12	7
Urbino	12	2
Viterbo	11	4
Zaragoça	10	10
Coloniae	10	6
Ferrara	10	2
Leipzig	10	3
Parma	10	3
Bolonha	9	5
Messengui	9	1
Ratisbona	9	2
Trento	9	4
Viena	9	2
Geneva	8	5
Metz	8	1
Yverdon-les-Bains	8	1
Besançon	7	2
Heidelberg	7	1
Ingolstadt	7	2
São Petersburgo	7	4
Barcelona	6	6
Lausanne	6	2
Nancy	6	1
Poitiers	6	1
Saint-Malo	6	1
Valladolid	6	5
Utrecht	5	3
Freising	4	1
Graz	4	2
Hannover	4	1

Jena	4	2
Luxemburgo	4	2
Modena	4	3
Valência	4	4
Verona	4	1
Gottingen	3	2
Haye	3	3
Montis falisci	3	1
Pavia	3	2
Vienne	3	2
Aix-en-Provence	2	2
Argentinae	2	1
Berna	2	1
Bordeaux	2	2
Bréscia	2	1
Brunae	2	1
Carcassone	2	1
Alcalá de Henares	2	2
Grenoble	2	1
Lucerne	2	2
Medina	2	1
Oxford	2	1
Pedeponti	2	1
Porto	2	2
Salzburgo	2	1
Valence	2	2
Alby	1	1
Augustae	1	1
Bamberg	1	1
Basileia	1	1
Benevento	1	1
Buleioni	1	2
Casena	1	1
Civitate Portugalensi	1	1
Santeramo in Colle	1	1
Coloniae Munatiana	1	1
Constantiae	1	1
Donai	1	1
Évora	1	1
França	1	1
Francopoli	1	1
Génova	1	1

Glasgow	1	1
Helmstedt	1	1
Leodici Eburonum	1	1
Leiden	1	1
Macon	1	1
Munster in Westfalen	1	1
Nuremberga	1	1
Palermo	1	1
Pay	1	1
Pézenas	1	1
Pésaro	1	1
Pistoia	1	1
Ravena	1	1
La Rochelle	1	1
Salamanca	1	1
Saumur	1	1
Sevilha	1	1
Siena	1	1
Tournon-sur-Rhône	1	1
Wittenberg	1	1
Sem local	338	100
Total	3827	1430

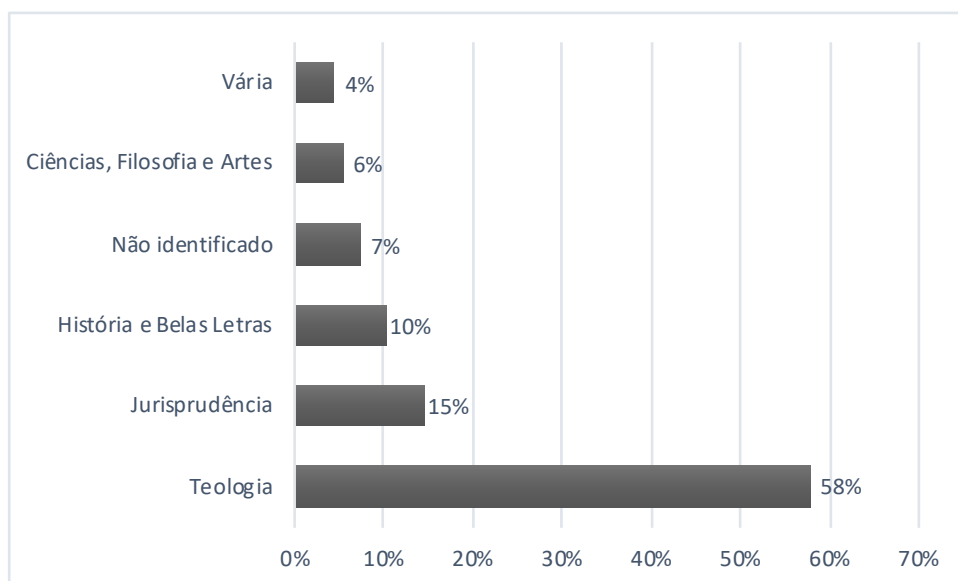
Fonte: AUC, *Inventário dos livros que se acham na Livraria do Paço do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bispo Conde*, 1822.

Gráfico XI – Distribuição das secções do inventário de 1815 (por número de volumes em percentagem)



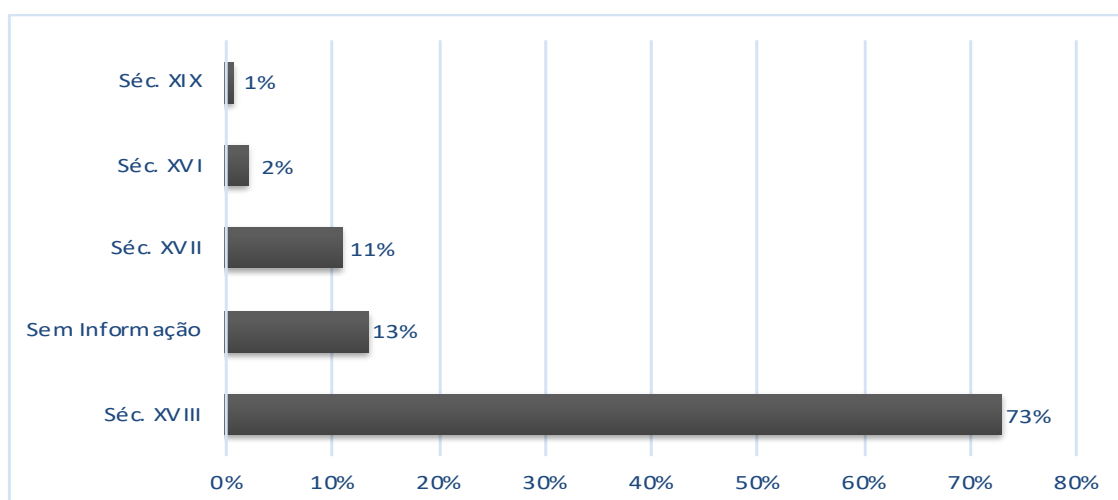
Fonte: AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor*, feito em Junho de 1815, (1815)

Gráfico XII – Distribuição das secções do inventário de 1822 (por número de volumes em percentagem)



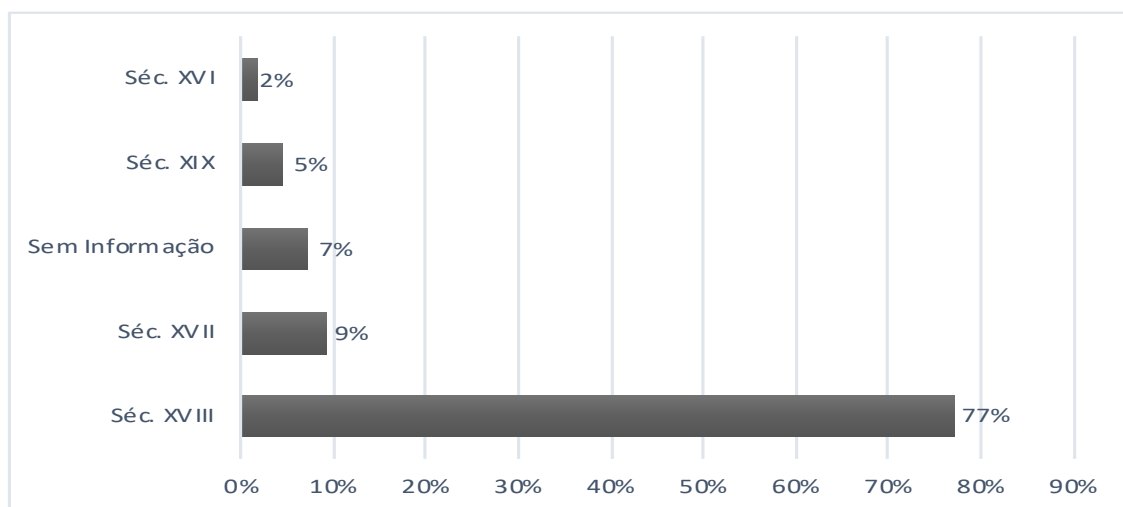
Fonte: AUC, *Inventário dos livros que se acham na Livraria do Paço do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bispo Conde*, 1822.

Gráfico XIII – Distribuição dos séculos de impressão das obras do inventário de 1815 (por número de volumes em percentagem)



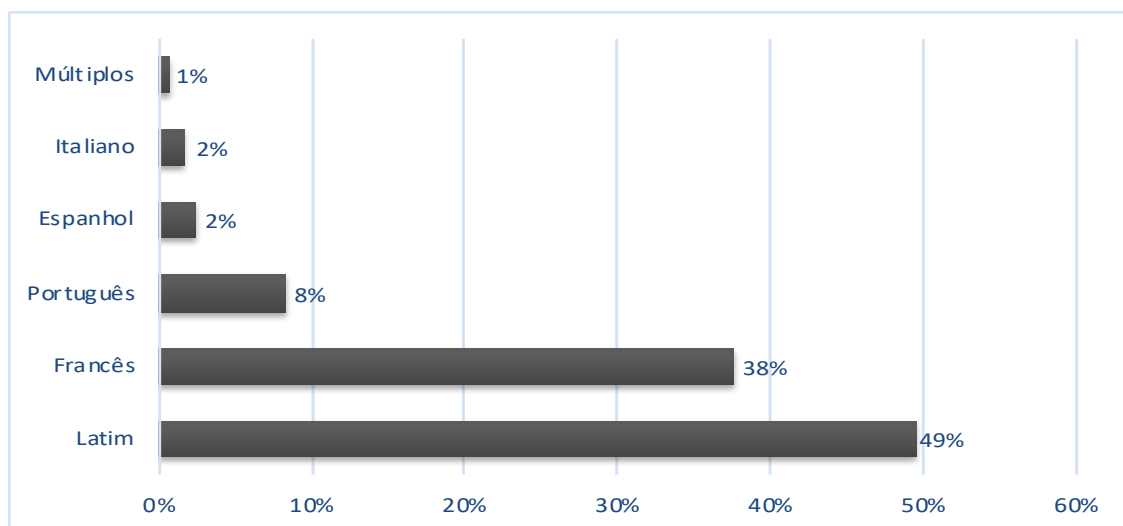
Fonte: AUC, *Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

Gráfico XIV – Distribuição dos séculos de impressão das obras do inventário de 1822 (por número de volumes em percentagem)



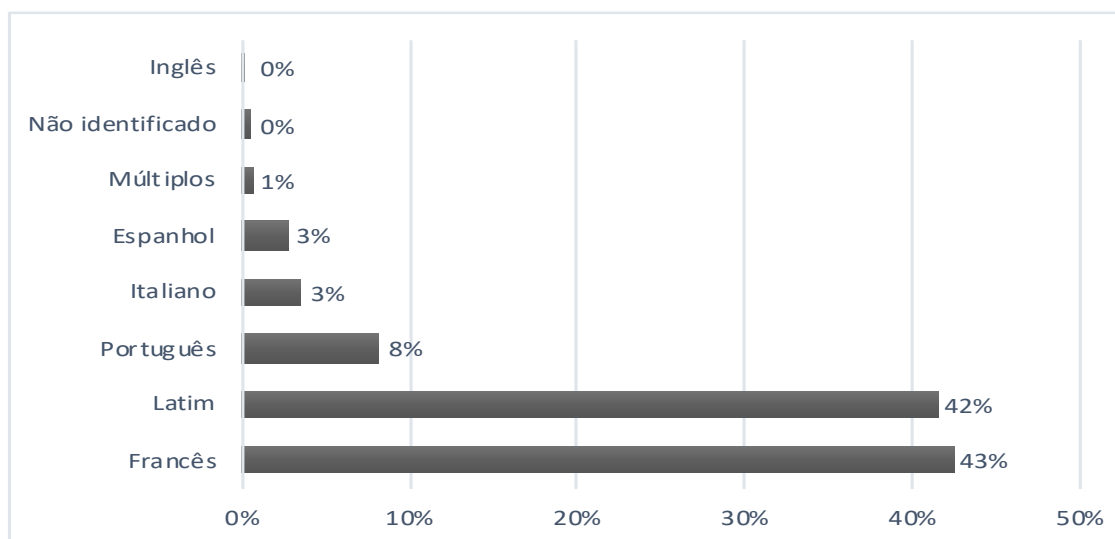
Fonte: AUC, *Inventário dos livros que se acham na Livraria do Paço do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bispo Conde*, 1822.

Gráfico XV – Distribuição dos idiomas das obras do inventário de 1815 (por número de volumes em percentagem)



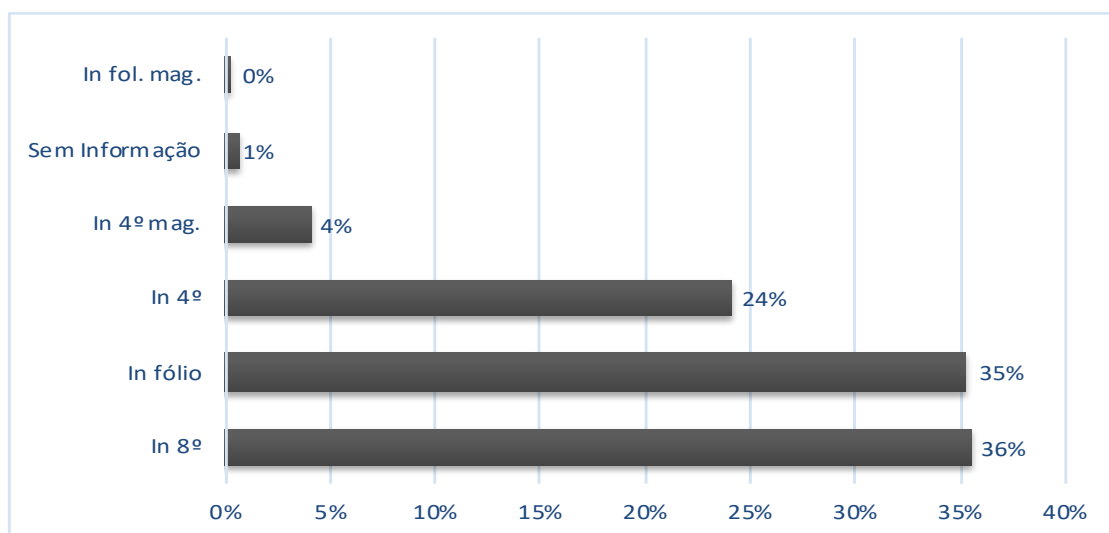
Fonte: AUC, *Inventário da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

Gráfico XVI – Distribuição dos idiomas das obras do inventário de 1822 (por número de volumes em percentagem)



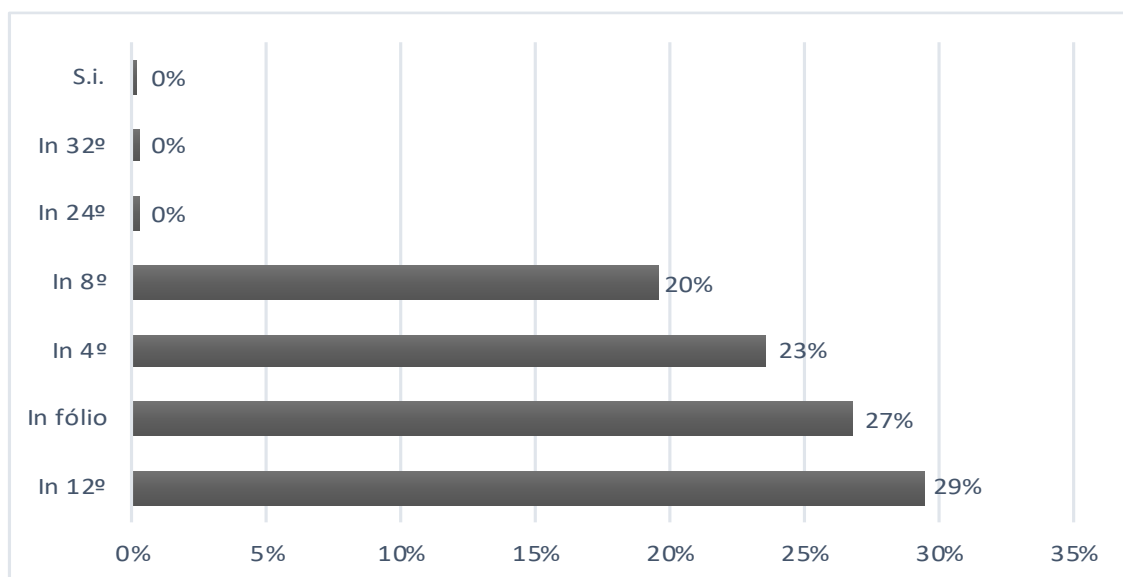
Fonte: AUC, *Inventário dos livros que se acham na Livraria do Paço do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bispo Conde*, 1822.

Gráfico XVII – Distribuição dos formatos das obras do inventário de 1815 (por número de volumes em percentagem)



Fonte: AUC, *Inventário da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815*, (1815)

Gráfico XVIII – Distribuição dos formatos das obras do inventário de 1822 (por número de volumes em percentagem)



Fonte: AUC, *Inventário dos livros que se acham na Livraria do Paço do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bispo Conde*, 1822.

Tabela V - Obras de seus do inventário de 1815									
Título	Autor	Ano de impressão	Local de impressão	Formato	Seção	Nº de Volumes	Observações		
Historie Ecclesiastique	Fleury	1758	Paris	8º	Historia e Bellas Letras	40	obra de seu		
Historie du Concile de Trente	Santi, Fra Paolo	1751	Amsterdam	4º mg.	Historia e Bellas Letras	3	obra de seu, cf. Marques, 1963: 190		
Dictionaire Historique et Critique	Pierre Bayle	1740	s.l.	folio	Historia e Bellas Letras	4	obra de seu, cf. Marques, 1963: 149		
Monarchie Prussienne Sous Frederic Le Grand	Comte de Marbeau	1788	Londres	8º	Historia e Bellas Letras	8	obra de seu, cf. Marques, 1963: 173		
Cursus Philosophicus	R. P. D. Francisco Soares Lusitani	1701	Evora	folio	Historia e Bellas Letras	2	obra de seu, cf. Marques, 1963: 192		
Demerita Theos ab Alexandro 7º. Innocentio 11º. et Alexandro 8º	Dominico Vira	1737	Padua	4º	Theologia e Direito Canonico	2	obra de seu, cf. Marques, 1963: 202		
Theologia Trinitatis Universa	Riccardi Archidiacon	1744	Coloniae	folio	Theologia e Direito Canonico	1	obra de seu, cf. Marques, 1963: 124		
Directionum Inquisitionum	F. Nicolai Emperici	1595	Veneza	folio	Theologia e Direito Canonico	1	obra de seu, cf. Marques, 1963: 149		
De iure Belli ac Pacis Commentarius Henr. de Cocceij	Hugojus Grotij	1751	Lansanne	4º	Direito Civile e Jurisprudencia em Geral	5	obra de seu, cf. Marques, 1963: 154		
De iure Belli ac Pacis Commentarius Henr. de Cocceij	Hugojus Grotij	1758	Lansanne	4º	Direito Civile e Jurisprudencia em Geral	5	obra de seu, cf. Marques, 1963: 154		
La Science de la Legislation	M. Gaetano Filangieri	1786	Paris	8º	Direito Civile e Jurisprudencia em Geral	4	obra de seu, cf. Marques, 1963: 151		
L'Esprit des Loix	sa	1749	Geneve	4º	Direito Civile e Jurisprudencia em Geral	2	obra de seu, cf. Marques, 1963: 192		
De iustitia et iure Opera omnia	Ludovicus Molinæ	1733	Coloniae Altopetrum	folio	Direito Civile e Jurisprudencia em Geral	4	obra de seu, cf. Marques, 1963: 174		

Fonte: AIC, Inventário da Livraria Grande Estreavante nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Ermo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815, (1815)

Tabela VI – Obras defeitas do inventário de 1822							
Título da obra	Autor	Ano de edição	Local de impressão	Formato	Seção atribuída	Nº de Vols.	Observações
Crítica Sacri	s.a.	1698	Ancasterbã	fólio	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	9	obra defeita. cf. Marques, 1963: 141
Comentaria in Sacram Sagramentum	A. Lanje	1740	Venezia	fólio	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	11	obra defeita. cf. Marques, 1963: 120
História do Povo de Deus, depuis son origine jusqu'à la naissance du Messie	Bernier	1739	Paris	8º	História e Debates Letras	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 127
Histoire du Povo de Deus, depuis son origine jusqu'à la naissance du Messie, jusqu'à la fin de la Synagoge	Bernier	1753	Hava	8º	História e Debates Letras	1	fólio 4 vol. / obra defeita. cf. Marques, 1963: 127
Scholæ in Vetus et Novum Testamentum	Ivan Mariane	1619	Madrid	fólio	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 169
S. Athanasii Opera	s.a.	1627	Paris	fólio	Teologia - Santos Padres	2	obra defeita. cf. Marques, 1963: 125
Le Saint Conte de Teren	Chamui	1710	Lyon	8º	Teologia - Concilios e Sinodos	2	obra defeita. cf. Marques, 1963: 135
Ações Catechicas, ou Sermons	La Vierge	1744	Liège	12	Teologia prática e homilética	15	obra defeita. cf. Marques, 1963: 201
De Praecipuis Dogmâti	Thomas Sanchez	1738	Vienna	fólio	Teologia polêmica, dogmática e escolástica	2	obra defeita. cf. Marques, 1963: 190
Questiones Singulares	Ludovic Nogueira	1702	Veneza	fólio	Jurisprudência canônica	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 176
Theologia Morâs	Paul Gabriel Antoine	1764	Roma	4º	Teologia moral	2	obra defeita. cf. Marques, 1963: 122
Compendium Theologiae	Carol Renard Billuart	1754	Liège	8º	Teologia moral	6	obra defeita. cf. Marques, 1963: 129
Dictionaire Philosophique de la Religion	Alteaur des erens de Voltaire	1773	s.l.	8º	Varia	2	obra defeita. cf. Marques, 1962: 143
Tratado sobre Dogmatico-Critico dae Indolentez	s.a.	1786	Prússia	8º	Teologia - polêmica, dogmática e escolástica	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 198, (o autor é o teólogo Palmieri)
Exercicio de Percepção	V. P. Afonso Rodrigues	1730	Lisboa	fólio	Teologia mística e ascética	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 188
Exercicio de Percepção	Alfonso Rodrigues	1747	Bassano	4º	Teologia mística e ascética	3	obra defeita. cf. Marques, 1963: 188
Maximas Espirituales	Fr. Alfonso dos Prazeres	1740	Lisboa	4º	Teologia mística e ascética	2	obra defeita. cf. Marques, 1963: 183
Exercicios de S.º Ignacio	P. João Pedro Pirramonti	1726	Coimbra	8º	Teologia moral	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 149
L'Exclusivisme Civico et	s.a.	s.d.	s.l.	12	Teologia pastoral e catequistas	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 177 / segundo Marques, 1963, o autor é Mr. Nisse, Curé de Charignon
Jesus-Christ par sa nobleme model des Legislateurs	s.a.	1785	Paris	12	Não identificado	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 159
De Jure Abbatissarum et Monialium. 8º	Assen Tamburin	1691	Colônia	fólio	Não identificado	4	obra defeita. cf. Marques, 1963: 195
De Jure Belli. ac Pacis 8º	Hugonis Grotii	1758	Lansame	4º	Jurisprudência civil	4	Imo 0.º, 1.º, 2.º e 3.º vol. / obra defeita. cf. Marques, 1963: 154
Questiones singulares experimentales. 8º	Ludovic Nogueira	1698	Coimbra	fólio	Jurisprudência canônica	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 176
História Exclusivista	Fleury	1758	Paris	12	História e Debates Letras	36	obra defeita
Table Generale des matieres contenues dans les 36 volumes	Fleury	s.d.	s.l.	12	História e Debates Letras	4	obra defeita
História Philosophique et Politique des Vetus Indes	Royal	1783	Neuchâtel	8º	História e Debates Letras	10	obra defeita. cf. Marques, 1963: 157
Discours sur l'histoire Exclusiviste	M. l'abbé Fleury	s.d.	s.l.	12	História e Debates Letras	2	obra defeita
Encyclopedie. 8º	Luques	1758	s.l.	fólio	Varia	20	fólio 4º e 10º vol. / obra defeita. Encyclopedie de Diderot e D'Alembert
Melanges de litterature. d'histoire. &cº	s.a.	1766	Ancasterbã	12	Varia	3	Imo 0.º, 1.º, 2.º e 3.º vol. / obra defeita. cf. Marques, 1963: 202
De l'origine des Inquisitions	s.a.	s.d.	s.l.	8º	História e Debates Letras	1	obra defeita. cf. Marques, 1963: 170

Fonte: ALC, *Inventário dos Livros que se achão na Bibliotheca do Príncipe do Ilmo. e Excmo. Sr. Bispo Conde*, (1822).

<i>Tabela VII - Obras dobras do inventário de 1815</i>							
<i>Título da obra</i>	<i>Autor</i>	<i>Ano de impressão</i>	<i>Local de impressão</i>	<i>Formato</i>	<i>Sessão</i>	<i>Nº de Volumes</i>	<i>Observações</i>
<i>Management et Instruction Pastorale</i>	<i>M. L'Évêque des Saissons</i>	<i>1760</i>	<i>Paris</i>	<i>8º</i>	<i>Teologia e Direito Canônico</i>	<i>8</i>	<i>obra dobras 2 entradas</i>
<i>Management et Instruction Pastorale</i>	<i>M. L'Évêque des Saissons</i>	<i>1760</i>	<i>Paris</i>	<i>8º</i>	<i>Teologia e Direito Canônico</i>	<i>8</i>	<i>obra dobras 2 entradas</i>
<i>Defensio Tridentinae fidei Catholicae</i>	<i>Diego Pavia Donato</i>	<i>1580</i>	<i>Ingoislat</i>	<i>8º</i>	<i>Teologia e Direito Canônico</i>	<i>2</i>	<i>obra dobras 2 entradas</i>
<i>Defensio Tridentinae fidei</i>	<i>Diego Pavia Donato</i>	<i>1578</i>	<i>Lisboa</i>	<i>8º</i>	<i>Teologia e Direito Canônico</i>	<i>1</i>	<i>obra dobras 2 entradas</i>
<i>Management et Instruction Pastorale</i>	<i>M. L'Évêque des Saissons</i>	<i>1760</i>	<i>Paris</i>	<i>4º</i>	<i>Teologia e Direito Canônico</i>	<i>2</i>	<i>obra dobras 2 entradas</i>

Fonte: AIC, Inventário do Livro da Grande Biblioteca nos Paços Reais da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Raim, feito em Junho de 1815, (1815)

Título da obra	autor	Ano de impressão	Local de impressão	Formato	Seção	Nº de Vols.	Observações
Thesaurus novus Theologico-Philologicus	s.a.	1732	Lyon	folho	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	2	obra dobrada
Thesaurus novus Theologico-Philologicus	s.a.	1701	Amesterdão	folho	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	2	obra dobrada
Explication de l'ouvrage des six jours	M. M. Les Abbés Duguet et Asfeld	1740	Paris	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	1	obra dobrada
L'Evangile analysé	s.a.	1772	Toulouse	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	8	obra dobrada
L'Evangile analysé	Manduit	1772	Toulouse	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	6	folha 0 1º e 7º vol. / dobrada
Explication des livres des Rois et des Paralipomenes	s.a.	1738	Paris	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	7	obra dobrada
Explication des Livres des Rois et des Paralipomenes	s.a.	1738	Paris	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	6	obra dobrada
Le Tombeau de Jesus Christ	s.a.	s.l.	s.l.	12	Teologia Mística e Ascética	1	obra dobrada
Explication de l'ouvrage des six jours	s.a.	1740	Paris	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	1	obra dobrada
Explication de l'ouvrage des six jours	s.a.	1743	Paris	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	1	obra dobrada
Le Tombeau de Jesus Christ	s.a.	1731	Bruxelas	12	Teologia Mística e Ascética	1	obra dobrada
L'Evangile analysé	Manduit	1772	Toulouse	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	8	obra dobrada
Conférences Monastiques pour les Dimanches	Benoit Viens	1773	Roanen	12	Teologia Praxiética e Homilética	5	está repetida esta obra / obra dobrada
La véritable manière de Precher	s.a.	1700	Lyon	12	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada
Theologia Polémica	Vito Picher	1746	Antuérpia	folho	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	1	obra dobrada
Fides Vindicta	Fr. Bartholomaei Durand	1726	Veneza	folho	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	1	Está repetido / obra dobrada
Exposition de la Doctrine Chretienne	s.a.	1738	Coloche	4º	Teologia Moral	1	obra dobrada
Theologia Christiana Dogmatico-Moralis	Fr. Danieli Conrnia	1749	Roma	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	10	obra dobrada
Theologia Christiana Dogmatico-Moralis	Fr. Danieli Conrnia	1755	Roma	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	1	he 0 5º e 6º Tom. em hum vol. / obra dobrada
Theologia Universa	Thom. ex Chammes	1764	Veneza	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	2	obra dobrada
Theologia Universa speculativa et Dogmatica	Paul Gabriel Antoine	1743	Veneza	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	2	obra dobrada
Apparatus ad Positivam Theologiam	Petr. Anhalt	1756	Veneza	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	2	obra dobrada
Esame Teologico del voto publicato da re. Teolog. dell' Università di Siena	s.a.	1783	Siena	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	1	obra dobrada
Esame Teologico del voto publicato da re. Teolog. dell' Università di Siena	s.a.	1783	Veneza	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	1	obra dobrada
Prælectiones Theologicae	Tournely	1746	Veneza	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	11	obra dobrada
Prælectiones Theologicae	Tournely	s.l.	s.l.	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	4	São 0 1º, 2º, 4º e 5º / obra dobrada
Prælectiones Theologicae	Tournely	s.l.	s.l.	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	3	São 0 1º, 2º e 4º / obra dobrada
Theologia Universa	Thomae ex Chammes	1774	Augsburgo	12	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	8	obra dobrada
Theologia Universa speculativa et Dogmatica	Paul Gabriel Antoine	1742	Paris	12	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	7	obra dobrada
Theologia Polémica	Vit. Picher	1737	Augsburgo	12	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	2	obra dobrada
Principia Theologiae Exegeticae	Martin Gebhart	1772	Veneza	12	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	8	obra dobrada
Theologia Universa	Thom. ex Chammes	1750	Nancy	12	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	6	obra dobrada
Exposition de la Doctrine Chretienne	s.a.	1758	Coloche - Colônia	12	Teologia Moral	4	folha 0 2º vol. / obra dobrada
Exposition de la Doctrine Chretienne	s.a.	1758	Coloche - Colônia	12	Teologia Moral	3	folha 0 2º vol. / obra dobrada
Theologicae Prælectiones	Joseph Zohbe	1785	Tübing	8º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	2	obra dobrada
Conférences Ecclésiastiques de Paris	s.a.	1748	Paris	12	Teologia - Concílios e Sinodos	5	está repetida esta obra editado de Paris 1767 / obra dobrada
Conférences Ecclésiastiques sur plusieurs points importants de la Morale Chretienne	s.a.	1755	Bruxelas	12	Teologia - Concílios e Sinodos	6	obra dobrada
Conférences Ecclésiastiques sur plusieurs points importants de la Morale Chretienne	s.a.	1755	Bruxelas	12	Teologia - Concílios e Sinodos	6	obra dobrada
Theologia Universa	Paul Gabriel Antoine	1742	Paris	12	Teologia - Concílios e Sinodos	6	folha 0 2º volume / obra dobrada
Bibliotecae Ecclésiasticae per forme d'Instructiones Dogmaticas, et Morales	M. L'Abbe Guyon	1771	Paris	12	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	7	obra dobrada
Principia Theologiae Exegeticae	Martin Gebhart	1759	Augsburgo	8º	Teologia - Escritura Sagrada e Exegese	8	obra dobrada
Theologia Universa	Thom. ex Chammes	1764	Veneza	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	3	obra dobrada
Theologia Universa	Thom. ex Chammes	1757	Veneza	4º	Teologia Polémica, Dogmática e Escolástica	3	obra dobrada

Fonte: ALC, *Inventário dos livros que se achão na livreria do papa do Ilmo e exmo. sr. bispo onhe (1822)*

		Tabela VIII - Obras dobradas do inventário de 1822						
Título da obra	Autor	Ano de impressão	Local de impressão	Formato	Secção	Nº de Vols	Observações	
Catechismus ad Parochos	s.a.	1774	Turin	8º	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Catechismus ad Parochos	s.a.	1761	Roma	4º	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Catechismus ad Parochos	s.a.	1774	Bassano	12	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Conduire des Confesseurs dans le Tribunal de la Penitence	s.a.	1760	Paris	12	Teologia Moral	1	obra dobrada	
Theologia Universa	Paul Gabriel Antoine	1740	Paris	12	Teologia Política, Dogmática e Escolástica	1	he 0 4º vol. / obra dobrada	
Devoirs des Confesseurs	M. A. Legat	1703	Lyon	12	Teologia Moral	2	obra dobrada	
Horas Pastorum	Michaelis Alix	1689	Lyon	folio	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Horas Pastorum	Michaelis Alix	1689	Lyon	folio	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Forma Cleri &º	Ludoví Tomson	1727	Paris	4º	Não identificado	1	obra dobrada	
Forma Cleri &º	Ludoví Tomson	1739	Paris	4º	Não identificado	1	obra dobrada	
Obras de h. S. Madre Teresa de Jesus	s.a.	1649	Antuérpia	4º	Teologia Moral	3	são 0 1º, 2º e 4º / obra dobrada	
Obras de la Gloriosa M.ª Santa Teresa de Jesus	s.a.	1704	Barcelona	4º	Teologia Mística e Ascética	1	he 0 2º vol. / obra dobrada	
Instruccion de Sacerdotes	D. Antonio de Molina	1744	Barcelona	4º	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Instruccion de Sacerdotes	D. Antonio de Molina	1757	Lisboa	4º	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Nova Floresta	P. e Manoel Bernardes	1711	Lisboa	4º	Teologia Moral	1	he 0 3º vol. / obra dobrada	
Nova Floresta	P. e Manoel Bernardes	1728	Lisboa	4º	Teologia Moral	1	he 0 3º vol. / obra dobrada	
La Strada al Santuario	Antonio Foresti	1709	Roma	12	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Simulac Pastorum	Bartholom. a Myrinhus	1583	Paris	8º	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Exercitios de pieté pour tous les jours de l'annee	Jean Croiset	1739	Lyon	8º	Teologia Moral	12	obra dobrada	
Exercitios de pieté pour tous les jours de l'annee	Jean Croiset	1759	Lyon	8º	Teologia Moral	12	obra dobrada	
Simulac Pastorum	Bartholom. a Myrinhus	1765	Francofoli	12	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
El Religioso en Sociedad	Fr. Nicolás Schiáffinati	1742	Madrid	8º	Teologia Mística e Ascética	2	he 0 1 e 0 3º vol. / obra dobrada	
El Religioso en Sociedad	Fr. Nicolás Schiáffinati	1742	Madrid	8º	Teologia Mística e Ascética	2	he 0 2º e 0 3º vol. / obra dobrada	
La Strada al Santuario	Antonio Foresti	1748	Veneza	12	Teologia Pastoral e Catecismos	1	obra dobrada	
Gregorii IX Decretales &º	s.a.	1695	Paris	folio	Jurisprudência Canónica	2	obra dobrada	
Decretales Gregorii Noni &º	s.a.	1553	Lyon	4º	Jurisprudência Canónica	1	Repetido / obra dobrada	
Decretales Gregorii Noni &º	s.a.	1534	Lyon	4º	Jurisprudência Canónica	1	obra dobrada	
De Statu Ecclesiae &º	Jusini Fehonii	1765	Bilbóni	4º	Teologia Política, Dogmática e Escolástica	1	obra dobrada	
Decretales Gregorii Noni &º	s.a.	1618	Paris	folio	Jurisprudência Canónica	1	he 0 2º vol. / obra dobrada	
Constitutiones Pontificae &º	Jo. Bapt. Piton	1719	Veneza	8º	Jurisprudência Canónica	3	obra dobrada	
Constitutiones Pontificae &º	Jo. Bapt. Piton	1719	Veneza	8º	Jurisprudência Canónica	3	obra dobrada	
Decretales Gregorii Noni	s.a.	1537	Paris	12	Jurisprudência Canónica	1	obra dobrada	
De Statu Ecclesiae &º	Jusini Fehonii	1763	Bilbóni	4º	Teologia Política, Dogmática e Escolástica	1	obra dobrada	
Recueil de Pees &º	s.a.	s.i.	s.l.	4º	Não identificado	10	obra dobrada	
Instruction Pastorale de M. l'Evêque de Soissons sur le Commentaire Latin du P. e Berruyer &º	s.a.	1760	Paris	12	Teologia Pastoral e Catecismos	6	obra dobrada	
Instruction Pastorale de M. l'Evêque de Soissons sur le Commentaire Latin du P. e Berruyer &º	s.a.	1760	Paris	12	Teologia Pastoral e Catecismos	5	são 0 3º, 4º, 5º, 6º e 7º / obra dobrada	
Recueil de Pees &º	s.a.	s.i.	s.l.	12	Não identificado	2	obra dobrada	
Bibliothèque Ecclesiastique	M. l'abbé Guyon	1771	Paris	12	História e Belas Letras	8	obra dobrada	
Chronica dos Eremitas da Serra d'Ossa	Fr. Henrique de S. Amónio	1745	Lisboa	folio	História e Belas Letras	1	he 0 1º vol. e está repetido / obra dobrada	
Constituições para as Religiozas do Convento de Sta. Anna da Cid. e de Coimbra	s.a.	1734	s.l.	4º	Jurisprudência Canónica	1	repetido 3 vezes / obra dobrada	
Instituições Ligeiras e Medianeiras	Anton Gamens	1808	Coimbra	8º	Ciências, Filosofia e Artes	1	repetido / obra dobrada	
Instituições Ligeiras e Medianeiras	Anton Gamens	1808	Coimbra	8º	Ciências, Filosofia e Artes	2	obra dobrada	
Compendio Historico do estado da Universid. e de Coimbra no tempo da Invasão dos denominados Jesuítas	s.a.	1771	Lisboa	folio	História e Belas Letras	1	obra dobrada	

Fonte: M.C., *Inventário das livros que se achão na livreria do paço do illmo e excmo sr. bispo conde (1822)*

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Inventario da Livraria Grande Existente nos Paços Reaes da Universidade pertencentes ao Exmo Senhor Bispo Conde Reformador Reitor, feito em Junho de 1815, (1815), cota PT/AUC/DIO/MECBR/Mç. 7, II-2ª E-2-5-23.

Inventario dos Livros que se achão na Livraria do Paço do Ill.mo e Ex.mo Sr. Bispo Conde, (1822), cota PT/AUC/DIO/MECBR/Mç. 8, II-2ª E-5-24.

D. Francisco de Lemos, cota PT/AUC/PFM/DFL, VI-3ª-1-3-29.

Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael, *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Raphael Bluetau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*, Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BOAVENTURA, Fr. Fortunato de S., *Oração fúnebre que nas solemnes Exéquias do Excellentissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo Conde, mandadas celebrar a 20 de Maio deste anno de 1822 da ordem do Illustrissimo Cabido da Igreja de Coimbra, recitada por Fr. Fortunato de S. Boaventura, Monge de Alcobaça*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

LEMOS, Francisco de, “Fala que o illustrissimo senhor reitor da Universidade, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, fez ao excellentissimo senhor Marquez de Pombal no dia 23 de outubro de 1772”, *O Instituto – Revista Scientifica e Litteraria*, vol. XXXII, Coimbra, 1884 a 1885, pp. 39 a 45.

LEMOS, Francisco de Lemos, “Juramento que dá Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho pelos cargos de reitor-reformador da Universidade de Coimbra perante o illustrissimo e excellentissimo Marquez Visitador”, *O Instituto – Revista Scientifica e Litteraria*, vol. XXXII, Coimbra, 1884 a 1885, pp. 46-46.

LEMOS, Francisco de, *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra, Desde o*

Principio da Nova Reformação até ao Mez de Setembro de 1777, por D. Francisco de Lemos, Lisboa: Typografia da Academia Real da Sciencias, 1894.

LEMOS, Francisco de, “Exposição dirigida a Sua Alteza Real o Principe Regente”, *O Instituto – Revista Scientifica e Litteraria*, vol. 46, nº3, 4º, 5º, 8º bis, 9º bis, 10, 10º bis e 11 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889, pp. 145-156, 219-224, 272-275, 606-610, 726-732, 778-784, 841-845 e 912-916.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgaçaõ da ley da Graça até o tempo prezente.: Offerecida à Augusta Magestade de D. João V nosso senhor*, Lisboa Occidental : na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-[1759].

ROCHA, António José da, *Oração fúnebre que nas exéquias do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra, conde de Arganil, reformador Reitor da Universidade, celebradas pela Mocidade Academica / recitou o Dr. Fr. António José da Rocha, Lente da Faculdade de Theologia, a 24 de Maio de 1822 na Igreja Cathedral de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822. Disponível em: <http://purl.pt/6824>. Visitado a 14 de junho de 2017.

[s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Scientifica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, nº 5, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1888 a junho de 1889, pp. 305-310, 372-376, 449-454, 509-514, 587-593, 657-663, 732-736 e 793-798.

[s.a.], “Cartas do Dr. José Monteiro da Rocha a D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Scientifica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº1, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1889 a junho de 1890, pp. 53-57, 128-132, 197-204, 268-275, 338-340, 475-479, 560-564, 622-628, 709-714, 799-804 e 881-884.

[s.a.], *Relação das Solemnes Exequias Celebradas na Cathedral de Coimbra pelo eterno descanso do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Francisco de Lemos de*

Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra, Conde de Arganil, Senhor de Coja, do Conselho de Sua Magestade, Reformador Reitor da Universidade, Mandadas fazer pelos estudantes e mais pessoas do Corpo Académico em signal de gratidão pelos benefícios recebidos, e justa homenagem as relevantes virtudes Religiosas e Civis de tão insigne Prelado, cuja memória será sempre saudosa a todos os verdadeiros Portugueses, amantes da Pátria e das Letras. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1822.

Estudos

ALVES, Carlos F. T., *D. Francisco de Lemos. Perfil de um Reitor Reformador*, Dissertação de Mestrado em História, orientada pelo Doutor Fernando Taveira da Fonseca, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

ALVES, Carlos F. T., “O segundo reitorado de D. Francisco de Lemos na Universidade de Coimbra: uma ação conjunta?”, *Revista HISTEDBR On-line*, nº 70, Campinas, dezembro de 2016, pp. 210-231. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645242/1576>. Visitado a 17 de outubro de 2017.

ANSELMO, Artur, *Estudos de História do Livro*, Lisboa: Guimarães Editores, 1997.

ANTUNES, José, “Notas sobre o sentido ideológico da reforma pombalina. A propósito de alguns documentos da Imprensa da Universidade de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo II, Coimbra: 1982, pp. 143-197.

ARAÚJO, Ana Cristina, “Modalidades de leitura das Luzes no tempo de Pombal”, *Revista de História - Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 10, 1990, pp. 105 – 127. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6430.pdf>. Visitado a 9 de março de 2017.

ARAÚJO, Ana Cristina, “Livros de uma vida, Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no Século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 1999, pp. 149-185. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/ihti/rhi/vol20/pdfs/06_aaraujo.pdf. Visitado a: 9 de março de 2017.

ARAÚJO, Ana Cristina, “Dirigismo cultural e formação das elites no Pombalismo” e “As Ciências Sagradas na Cidadela da Razão” in *O Marquês de Pombal e a*

- Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, pp. 9-40 e 71-93.
- ARAÚJO, Ana Cristina, “Ilustración y Reforma de la Teología en Portugal en el siglo XVIII”, *Cuadernos dieciochistas*, 2, 2001, pp. 261 - 279. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13579/1/Ilustraci%C3%B3n%20y%20reforma%20de%20la%20Teolog%C3%ADa.pdf>. Visitado a: 2 de setembro de 2018.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal*, Temas e Problemas, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARAÚJO, Ana Cristina, “Crise Política e Militarização do Estado em inícios do século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 33, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 373-420. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41376/1/Crise_politica_e_militarizacao_do_Estado.pdf. Visitado a: 29 de novembro de 2017.
- ARAÚJO, Ana Cristina, “Cultivar a razão, educar e civilizar os povos: a filosofia das Luzes no mundo Português”, *Revista de História Regional*, 19 (2), 2014, pp. 263-281. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/7075/4342>. Visitado a: 26 de maio de 2017.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão, ““Mano muito do meu coração...” Reconstituição do arquivo pessoal de D. Francisco de Lemos e transcrição das cartas de seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (1775-1779)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXX, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 35-160. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/4586>. Visitado a 17 de outubro de 2017.
- BASTOS, Francisco António Martins, “O Dr. José Monteiro da Rocha”, *O Instituto: jornal científico e litterario*, Volume Sexto, Coimbra: Imprensa da Universidade, (1857-1858), pp. 261-262.
- BRAGA, Teófilo, “A Universidade sob o Regimen Absolutista”, *Historia da Universidade de Coimbra. Nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*, vol. IV, Lisboa: Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1989.
- BUESCU, Ana Isabel, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.

- CABRAL, Maria Luísa, *A Real Biblioteca e os seus criadores em Lisboa, 1755-1803*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.
- CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Para se achar facilmente o que se busca – Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (século XVIII)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2016.
- CARDOSO, António M. de Barros, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Edição comemorativa do Sesquicentenário da Morte do Cardeal Saraiva, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995.
- CARDOSO, António M. de Barros, “O Cardeal Saraiva e os livros interditos”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História*, 1, 14, Porto, 1997, pp. 429-463. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2087.pdf>. Visitado a: 9 de março de 2017.
- CARDOSO, António Barros, “Livrarias e Bibliotecas na Europa dos tempos modernos”, *The Overarching Issues of the European Space*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, pp. 361-373. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12350.pdf>. Visitado a: 9 de março de 2017.
- CARDOSO, António Barros, “Frei Francisco de São Luís Saraiva – O Homem e os Livros”, *Ponte de Lima: do passado ao presente, rumo ao futuro*, Ponte de Lima, v.2, maio de 2017, pp. 46-62. Disponível em: <http://journal.cm-pontedelima.pt/index.php/pontedelima/article/view/18>. Visitado a 17 de outubro de 2017.
- CAROLINO, Luís Miguel, “O poder dos livros: a biblioteca de Rodrigo de Sousa Coutinho”, *R. IHGB*, Rio de Janeiro, jul/set. 2013, pp. 109-140; Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1YEBXzhog3UZUszaV11RzFhOWc/view>; (Visitado a: 9 de março de 2017).
- CARVALHO, Augusto da Silva, “D. Francisco de Lemos e a Medicina”, *O Instituto - Revista Científica e Litteraria*, vol. 92, I Parte, Coimbra, 1937, pp. 42-191.
- CASTRO, Zília Osório de, *O Regalismo em Portugal no terceiro quartel do século XVIII: António Pereira de Figueiredo*, Lisboa: Projecto de Investigação, 1986.
- CASTRO, Zília Osório de, “Jacobeia” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 3: J-P, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 5-7.

- CASTRO, Zília Osório de, “Jansenismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 3: J-P, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 7-10.
- CASTRO, Zília Osório de, “Pombalismo”, in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 4: P-V, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 462-464.
- CHARTIER, Roger, “As Práticas da Escrita” in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, dir. Roger Chartier, Porto: Afrontamento, 1990, pp. 113-158.
- CHARTIER, Roger, “Capítulo 1. De la historia del libro a la historia de la lectura”, “Capítulo 5. Las prácticas urbanas del impreso, 1660-1780”, “Anexo. La lectura em la velada. Realidad o mito?”, *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*, Madrid: Alianza Editorial, 1994, pp. 13-40, 127-176 e 197-199.
- CHARTIER, Roger e outros, *Práticas da Leitura*, org. Roger Chartier, São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHARTIER, Roger, *A ordem dos livros*, Lisboa: Vega, 1997.
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural entre Práticas e Representações*, 2ª edição, Lisboa: Difel, 2002.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida e MARCOS, Rui de Figueiredo, “Reforma Pombalina dos Estudos Jurídicos” in *O Marquês de Pombal e a Universidade*, coord. Ana Cristina Araújo, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000, pp. 9-40.
- CRUZ, António, “A reforma pombalina e as ciências auxiliares da História”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo II, Coimbra: ,1982, pp. 101-112.
- CUNHA, Paulo Ferreira da, “António Ribeiro dos Santos e o Direito nas Poesias de Elpino Duriense” in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 469-480. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4985.pdf> , Visitado a 21 de maio de 2018.
- CURTO, Diogo Ramada e GONÇALVES, Paula, *Livros dos séculos XVI a XVIII da Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Catálogos, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal e Instituto Diplomático, 2015.
- DARNTON, Robert, *O Iluminismo como negócio: história da publicação da “Enciclopédia”, 1775-1800*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- DIAS, Luís Fernando de Carvalho, “Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos aos seus contemporâneos”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 3, tomo XIV, Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1974, pp. 415-519.
- DOMINGOS, Manuela D., GONÇALVES, Paula, FIGUEIREDO, Dulce, FRANCO, Luís Farinha, “Da tradição bibliográfica à história do livro em Portugal” e “5. Bibliotecas” in *Bibliografia da História do Livro em Portugal, séculos XV a XIX*, coord. Diogo Ramada Curto, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2003, pp. 11-49 e 154-171.
- FERRÃO, António, “A Censura Literária durante o governo Pombalino – Subsídios para a História do Pensamento em Portugal”, Separata de *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, 17, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- FIGUEIREDO, Fernando José Bandeira de, *José Monteiro da Rocha e a actividade científica da "Faculdade de Mathematica" e do "Real Observatório da Universidade de Coimbra": 1772-1820*, Tese de doutoramento em Matemática (Matemática Aplicada) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.
- GUEDES, Fernando, “O que se lia no último quartel do século XVIII” e “Livros e leitura na primeira metade do século XIX”, *O livro e a leitura em Portugal, Subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX*, Lisboa: Editorial Verbo, 1987, pp. 73-164.
- HESPANHA, António Manuel, “Sob o signo de Napoleão. A Súplica constitucional de 1808”, *Almanack brasiliense*, nº 7, USP, maio de 2008, pp. 80-101. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11683>. Visitado a: 2 de setembro de 2018.
- LISBOA, João Luís, “A leitura nos debates da história cultural”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 3, Lisboa: FCSH, 1989, pp. 185-204.
- LISBOA, João Luís, *Ciência e política: ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- LISBOA, João Luís e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis, “A cultura escrita nos espaços privados” in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. José Mattoso, *A Idade Moderna*, vol. 2, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Temas e Debates, Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, pp. 334-394.

- LOUREIRO, Olímpia Maria da Cunha, *O Livro e a Leitura no Porto no Século XVIII*, Porto: Coleção Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão-3, 1994.
- MACEDO, J. Borges de, “Mesa Censória, Real (1768-187)” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Vol. IV: “Lisboa, Cortes de – Pário”, Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 276-277.
- MACEDO, Jorge Borges de, “Pombal, Marquês de (1699-1782)” in *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, dir. Joel Serrão, Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 113-121.
- MARQUES, Maria Adelaide Salvador, “A Real Mesa Censória e a cultura nacional: aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII”, Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 26, Coimbra: Coimbra Editora, 1963.
- MARQUES, Maria Adelaide Salvador, “Pombalismo e Cultura Média – Meios para um diagnóstico através da Real Mesa Censória”, *Broteria. Cultura e Informação*, vol. 115, nº 2-3-4, agosto-setembro-outubro, Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1982, pp. 181-208. Disponível em: http://www.broteria.pt/?detail=1&books_id=74. Visitado a 10 de fevereiro de 2018.
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005.
- MILLER, Samuel J., *Portugal and Rome c. 1748-1830: an aspect of the Catholic enlightenment*, Roma: Università Gregoriana, 1978.
- MIRABEAU, B. A. Serra de, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Esboço histórico-biográfico)”, *O Instituto, Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, Segunda série, nº 10, 11 e 12, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1889, pp. 597-609, 669-678 e 737-741.
- OLIVEIRA, António de, “A livraria de um teólogo do século XVI”, Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 27, Coimbra, 1964.
- OLIVEIRA, António de, “A livraria de um canonista do século XVI”, Sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 22, Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1966.
- OLIVEIRA, António de, “A livraria de um canonista do século XVII”, Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 28, Coimbra, 1967.
- OUTRAM, Dorinda, *O Iluminismo*, Lisboa: Temas e Debates, 2001.

- PAIVA, José Pedro, “A Igreja e o Poder. Da Reforma Pombalina até 1820” in *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 2: Humanismos e Reformas, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002, pp.171-177.
- PAIVA, José Pedro, “Igreja e Estado: Época Moderna” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 2: C-I, Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, pp. 393-401.
- PAIVA, José Pedro, “Os novos prelados diocesanos nomeados no consulado pombalino”, *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, nº 25, Lisboa, 2001, pp. 41-63.
- PAIVA, José Pedro, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PEREIRA, José Esteves, *António Ribeiro dos Santos: o pensamento filosófico-político*, Tese de doutoramento em História da Filosofia e da Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980.
- PEREIRA, Miguel Baptista, “Iluminismo e secularização”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo II, Coimbra, 1982, pp. 439-500.
- PERICÃO, Maria da Graça e FARIA, Maria Isabel, *Dicionário do livro: terminologia relativa ao suporte, ao texto, à edição e encadernação, ao tratamento técnico, etc.*, Lisboa: Guimarães editores, 1988, pp. 149-150.
- PROENÇA, Genoveva Marques, *D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho: Reitor da Universidade de Coimbra*, Tese de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra: G. M. Proença, 1955.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Da Aquisição de Livros Proibidos nos finais do século XVIII: casos portugueses”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série de História*, 4 Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1973, pp. 329-338.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, “D. Francisco de Lemos e a Deputação a Baiona” in *Estudos de História de Portugal, volume II – séculos XVI – XX: homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa: Editorial Estampa, 1983, pp. 275-288.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Um intelectual de Setecentos: D. Fr. Joaquim de Santa Clara Brandão”, *Lucerna*, Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1984, pp. 523-534.

Disponível

em:

<https://repositorio->

aberto.up.pt/bitstream/10216/56602/2/oliveiramosintelectual000133526.pdf.

Visitado a 14 de maio de 2018.

- RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Iluminismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 3: J-P, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 414-418.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Regalismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 4: P-V, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 96-99.
- RANUM, Orest, “Os Refúgios da Intimidade” in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, dir. Roger Chartier, Porto: Afrontamento, 1990, pp. 211-260.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, “D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra”, *Separata do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. V, Coimbra, 1982. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14434/1/D.%20Miguel%20da%20Anuncia%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Visitado a: 15 de abril de 2018.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, “A Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina”, *Brotéria – cultura e informação*, vol. 114, nº 5-6, maio-junho, 1982, pp. 553-571. Disponível em: http://www.broteria.pt/images/books/pdf/Brot%C3%A9ria_Cultura_1982_Maio_Junho_Volume_5_6_114.pdf. Visitado a: 3 de setembro de 2018.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, “Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, tomo I, Coimbra, 1982.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e da Mitra de Coimbra*, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, *D. Francisco de Lemos e o Cabido da Sé de Coimbra*, Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, “As cartas pastorais de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Coimbra”, *Revista de História das Ideias*, vol. 8, Coimbra: I.H.T.I., F.L., 1986, pp. 145-159.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, “Tendências regalistas e episcopalistas em bibliotecas de Coimbra no século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, vol. 10, Coimbra: I.H.T.I., F.L., 1988, pp. 319-326.

- RODRIGUES, Manuel Augusto, *A Universidade de Coimbra e os seus Reitores. Para uma história da Instituição*, Coimbra: Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, “Inventário da Livraria de D. Francisco de Lemos”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Volume XIII-XIV, 1993-1994, Coimbra, 1995, pp. 5-79.
- SANTOS, Cândido dos, “António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung – Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2ª metade do século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, IV, t.1, pp. 167-203.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, “A Real Mesa Censória”, “Junta de Providência Literária” e “A reforma da Universidade de Coimbra”, *História de Portugal*, vol. VI, 1750-1807, Lisboa: Editorial Verbo, 1982, pp. 261-270.
- SILVA, A. Pereira da, “Sigilismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, vol. 4: P-V, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2001, pp. 233-236.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas, “Da reforma à extinção: a Inquisição perante as «luzes» (dados e reflexões)”, *Revista da Faculdade de Letras*, «Línguas e Literaturas», XIX, Porto: 2002, pp. 171-208. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4763.pdf>. Visitado a: 9 de fevereiro de 2018.
- TEIXEIRA, António José, “D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto Revista Científica e Litteraria*, vol. 36, 2ª série, nº12, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1888 e 1889, pp. 803-808.
- TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº1, Coimbra: Imprensa da Universidade, julho de 1889, pp. 1-16.
- TEIXEIRA, António José, “Apontamentos para a Biographia de José Monteiro da Rocha”, *O Instituto – Revista Científica e Litteraria*, vol. 37, Segunda série, nº2, Coimbra: Imprensa da Universidade, agosto de 1890, pp. 65-98.
- TORRES, Rui de Abreu, “SANTOS, António Ribeiro dos (1745-1818)” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Vol. V: “Paróquia-Sintra”, Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 480-481.

- VAZ, Francisco António Lourenço, “Jansenismo e Regalismo no pensamento e na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”, *Eborentia*, nº 35, 2005, pp. 61-81. Disponível em: <http://home.uevora.pt/~fvaz/2005-%20Jansenismo%20e%20Regalismo%20no%20pensamento%20e%20na%20obra%20de%20D.pdf>. Visitado a 12 de dezembro de 2017.
- VOLTAIRE, *Dicionário Filosófico*, tradução e posfácio de José Domingos Morais, 1ª edição, Lisboa: Sistema Solar, 2014.
- “350 títulos para a história do livro e da leitura em Portugal”, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, coord. João Luís Lisboa, Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, II série, vol. IX, 1997, pp. 314-335. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/350TIT.pdf>. Visitado a: 12 de janeiro de 2018.
- Gazeta de Lisboa*, nº 87, Lisboa: Na Impressão Régia, 1830, p. 354. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=qewvAAAAYAAJ&pg=PA354&lpg=PA354&dd=Jo%C3%A3o+Pedro+Freixo+de+Miranda,+prelado+da+S%C3%A9+Patriarcal+de+Lisboa&source=bl&ots=XCbq9wnVk0&sig=Q4YZ7Ig7h-Ap6d_8o10qyRj9KoU&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjiazh6bcAhUJ6RoKHbXtD94Q6AEIQDAK#v=onepone&q=Jo%C3%A3o%20Pedro%20Freixo%20de%20Miranda%20C%20prelado%20da%20S%C3%A9%20Patriarcal%20de%20Lisboa&f=false. Visitado a: 17 de maio de 2018.

Recursos eletrónicos

- <https://catalog.hathitrust.org> – usado para a identificação de obras e nome do autor.
- <http://www.worldcat.org/> – usado para a identificação de obras e nome do autor.
- <http://webopac.sib.uc.pt/> – usado para a identificação de obras e nome do autor.
- <http://rbms.info/lpn/b/> - usado para traduzir os nomes dos locais de impressão das obras inventariadas, de latim para português.